

EUDENIO BEZERRA

**“Gente, por favor, fala um de cada vez.”:
Etnografia,
Análise Conversacional
e Inter-relações entre
Linguagem, Cognição e Cultura,
na Comunidade dos Tipis**

BELO HORIZONTE
FACULDADE DE LETRAS DA UFMG
2007

EUDENIO BEZERRA

**“Gente, por favor, fala um de cada vez.”:
Etnografia,
Análise Conversacional
e Inter-relações entre
Linguagem, Cognição e Cultura,
na Comunidade dos Tipis**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos, da Faculdade de Letras, da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de DOUTOR em Lingüística.

Área de Concentração: Lingüística

Linha de Pesquisa: Estudos da Inter-relação entre Linguagem, Cognição e Cultura

Orientadora: Profa. Dra. Cristina Magro

BELO HORIZONTE

FACULDADE DE LETRAS DA UFMG

2007

Ficha Catalográfica

G 574 g Bezerra, Eudenio

“Gente, por favor, fala um de cada vez.”: Etnografia, Análise Conversacional e Inter-relações entre Linguagem, Cognição e Cultura, na Comunidade dos Tipis. – Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

225 p.

1. Linguagem. 2. Cognição 3. Cultura. 4. Emergência. 5. Etnografia. 6. Análise Conversacional I. Título

CDD 301

BANCA EXAMINADORA

Meus agradecimentos

à Universidade Estadual do Ceará – UECE, à Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG e ao Laboratório *Interaction, Corpus, Apprentissage et Représentation* - ICAR, pelo apoio institucional; à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior - CAPES, pelo apoio financeiro;

a Prof^a. Dr^a. Cristina Magro, pelas reflexões estonteantes pautadas pela Biologia do Conhecer, pela sensibilidade com que vem fomentando e acompanhando minhas mudanças nesses últimos quatro anos, pela amizade elegante;

à Prof^a. Dr^a. Lorenza Mondada, pela acolhida calorosa no ICAR, pela porta aberta para o mundo da Análise Conversacional de inspiração etnometodológica;

aos professores, colegas e funcionários do Programa de Pós-graduação em Estudos Lingüísticos - POSLIN - UFMG, pelas aprendizagens diversas;

a Antônio Marcos Pereira, Arabela Franco, Beto Vianna, Juliana Cardoso, Rodrigo Aragão, Valéria Oliveira, Victor Paredes, pela estimulante convivência no POSLIN;

à Prof^a. Dr^a. Rosane Alencar, da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, por uma profícua discussão sobre pesquisa de campo e modos de registro;

às Professoras Dr^a. Cristina Magro e Dr^a. Heliana Mello e a alguns orientandos seus, pela discussão de aspectos relacionados às vivências da pesquisa-piloto desta investigação;

à Coordenadora de Vigilância Sanitária, da Secretaria de Saúde do Estado do Ceará - SESA/Célula Regional de Saúde - CERES, Silvana Margareth Teixeira Lima e ao Diretor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE, de Iguatu, José de Oliveira Mendonça Filho, por viabilizarem análises bacteriológicas e físico-químicas das águas dos Tipis; aos técnicos Eumar Gomes de Souza e Raimundo Bandeira Alves, pela coleta dos materiais para análises das águas; a Adriana Alves, Assistente Social da Secretaria de Saúde do Estado do Ceará, pela participação em conversas sobre a qualidade das águas, nos Tipis;

a Maria Margarida Pereira Silva, Gerente da Companhia de Gestão de Recursos Hídricos – COGEHR, pela localização da vila e de pontos de referência dos Tipis, através do Global Positioning System – GPS; a Adriana Débora Chagas Araújo, Tecnóloga em Recursos Hídricos e Irrigação, pelas medições e explicações técnicas.

à Prof^a. Dr^a. Lorenza Mondada, ao Prof. Dr. Lukas Balthasar, ao Engenheiro Daniel Valero, à doutoranda Florence Oloff e ao estagiário Pierluigi Restivo, pela boa vontade e presteza em orientar e acompanhar minhas atividades técnicas, no ICAR;

a Vilma Gonzaga, Lena Ommundsen e Jorge Madrigal, pelas traduções do resumo, para o inglês, o francês e o espanhol, respectivamente;

a Luís Carlos Azevedo, pela formatação gráfica;

aos amigos e amigas dos Tipis, pela riqueza da experiência;

à Helena, ao Zé Tota, ao Bobô e ao Nilsinho, pela acolhida familiar, nos Tipis;

aos amigos e amigas que planaram comigo, pelas viagens diversas;

a Alexandrina e Valmar (meus pais), aos meus irmãos e familiares, por tudo.

Nan, quando junta um bocado, fala tudo de uma vez! Mas a gente se entende!

Da fala de uma anciã, moradora dos Tipis, sobre o conviver nos Tipis.

RESUMO

Nesta tese tomo *linguagem*, *cognição* e *cultura* como fenômenos relacionais decorrentes de entrelaçamentos de nossas histórias filogenética e ontogenética em um meio. A linguagem é observada como uma congruência operacional, uma conduta no meio. O ato cognitivo básico, como a distinção/configuração de objetos consensuais e domínios, em dinâmicas comportamentais. A cultura, como padrões históricos de ações comunicativas co-relacionadas com cognição e linguagem. Entendo que a linguagem ocorre em uma estabilidade dinâmica, como uma ação situada em práticas culturais, de modo emergente e contingente aos contextos nos quais estruturamos nosso viver. Já a prática sócio-cultural da fala-em-interação ocorre como inteligibilidade situada para os fins práticos que emergem na própria atividade, quando assumimos uma dimensão argumentativa, perspectiva, engajada, e (re)tomamos, (re)organizamos, configuramos socialmente um mundo. Apresento uma etnografia da comunidade sertaneja dos Tipis como uma produção coletiva da ordem. As práticas e relações sócio-culturais e as condições infra-estruturais da comunidade constituem-se em atividades lingüístico-interacionais locais e em suas interações com outras comunidades. Os contextos dessas práticas não são prévios aos afazeres nem autônomos à sua implementação: configuram-se na interação, enquanto a moldam reflexivamente. Proponho ainda análises conversacionais de procedimentos observados em uma reunião da Associação dos Moradores dos Tipis, onde os participantes fazem emergir objetos discursivos, exibindo sua escuta, atenção, compreensão, avaliação e inteligibilidade sobre o que estão fazendo.

Palavras-chave: 1. Linguagem. 2. Cognição 3. Cultura. 4. Emergência. 5. Reflexividade. 6. Etnografia. 7. Análise Conversacional

ABSTRACT

Language, cognition and culture are taken as relational phenomena decurrent from the interlacing of our phylogenetic and ontogenetic histories in a given environment. Language is observed as an operational congruence, a conveyance in the environment. The basic, cognitive act is observed as the distinction /configuration of consensual objects and domain, in behavioral dynamics. Culture is observed as historical patterns of communicative actions correlated with cognition and language. Language is understood as occurring in a dynamic stability, as an action situated in cultural practices, in an emergent and contingent mode in which life is structured. The social-cultural practice of speech-in-interaction occurs as intelligibility situated for the practical aims which emerge in the activity itself, when an argumentative, perspective and engaged dimension is assumed, a world is retaken, reorganized and socially configured. An ethnography of the Tipis backcountry community is presented as a collective production of the order. The practices and social cultural relations and the infra-structure conditions of the community consist of local linguistic-interactive activities and their interactions with other communities. The contexts of these practices are not previous to the tasks neither are they autonomous to their implementation: they shape themselves in the interaction, while molding it reflexively. It is proposed a conversational analyses of the procedures observed in a meeting of the Associação dos Moradores dos Tipis, where discursive topics are arisen by the participants, showing their listening, attention, comprehension, evaluation and intelligibility concerning what is being done.

Key-words: 1. Language. 2. Cognition. 3. Culture. 4. Emergence. 6. Reflexivity. 5. Ethnography. 7. Conversational Analyses.

RÉSUMÉ

Dans cette thèse je considère *langage*, *cognition* et *culture* comme des phénomènes relationnels découlant du brassage de nos histoires phylogénétique et onthogénétique en un milieu donné. Le langage est observé comme une congruence opérationnelle, une conduite propre au milieu. L'acte cognitif de base est vu comme la distinction/configuration d'objets consensuels et de domaines, dans des dynamiques comportementales. La culture est vue comme des normes historiques d'actions de communication et en corrélation avec la cognition et le langage. Il est entendu que le langage a lieu dans une stabilité dynamique, comme une action située dans des pratiques culturelles, de façon émergente et contingente aux contextes dans lesquels nous structurons notre manière de vivre, alors que la pratique socio-culturelle du discours-en-interaction a lieu en tant qu'intelligibilité mise en œuvre à des fins pratiques qui émergent dans la propre activité quand nous assumons une dimension argumentative, perspective, engagée et quand nous (re)prenons, (ré)organisons, configurons socialement un monde. Je présente une ethnographie de la communauté paysanne des Tipis comme une production collective de l'ordre social. Les pratiques et les relations socio-culturelles et les conditions infra-structurelles de la communauté se constituent dans des activités linguistico-interactionnelles de l'endroit et dans ses inter-actions avec d'autres communautés. Les contextes de ces pratiques ne sont pas préalables aux tâches ni indépendantes de leur implémentation : ils se configurent dans l'interaction pendant que, en retour, ils la structurent. Je propose encore des analyses de discours grâce à des observations faites lors d'une réunion de l'*Associação dos Moradores dos Tipis* où les participants font émerger des objets discursifs, faisant preuve de leur écoute, leur attention, leur compréhension, leur évaluation et intelligibilité sur ce qu'ils sont en train de faire.

Mots-clés: 1. Langage. 2. Cognition. 3. Culture. 4. Emergence. 5. Réflexivité. 6. Ethnographie. 7. Analyse Conversationnelle.

RESUMEN

En este trabajo de Tesis entiendo *lenguaje*, *cognición* e *cultura* como fenómenos relacionados decorrentes de la interacción de nuestra historia filogenética y ontogenética en el medio. El lenguaje se observa como una congruencia operacional, una conducta en el medio. El acto cognitivo básico, como la distinción/configuración de objetos consensuales y de dominios, en dinámicas comportamentales. La cultura, como padrones históricos de acciones comunicativas correlacionadas con la cognición y el lenguaje. Entiendo que el lenguaje ocurre en una estabilidad dinámica, como acción situada en prácticas culturales, de manera emergente y contingente a los contextos en los cuales estructuramos nuestra vida. Ya la práctica socio-cultural de hablar-en-interacción ocurre como inteligibilidad situada para los objetivos prácticos que emergen en la propia actividad, cuando asumimos una dimensión argumentativa, perspectiva, comprometida, y (re)tomamos, (re)organizamos y/o configuramos socialmente un mundo. Presento una etnografía de la comunidad rural de los Tipis como una producción colectiva de la orden. Las prácticas y las relaciones socio-culturales y las condiciones de infraestructura de la comunidad consisten en actividades lingüísticas interaccionales locales y en sus interacciones con otras comunidades. Los contextos de esas prácticas no son anteriores a las tareas ni a su puesta en práctica: se configuran en la interacción, mientras que la moldean reflexivamente. Propongo además realizar análisis conversacionales de los procedimientos observados en una reunión de la Asociación de Habitantes de los Tipis, en la cual los participantes hacen emerger objetos discursivos, exhibiendo su habilidad de escucha, atención, comprensión, evaluación e inteligibilidad sobre lo que están haciendo.

PALAVRAS CLAVES: 1. Lenguaje. 2. Cognición 3. Cultura. 4. Emergencia. 5. Reflexividad. 6. Etnografía. 7. Análisis Conversacional.

SUMÁRIO

LISTA DE EXTRATOS	15
INTRODUÇÃO	
A EMERGÊNCIA DO INVESTIGADOR E DA INVESTIGAÇÃO NA PRÁXIS DA PESQUISA	17

PARTE I

ELABORANDO O OLHAR PARA INTER-RELAÇÕES ENTRE LINGUAGEM, COGNIÇÃO E CULTURA

CAPÍTULO 1 – A BIOLOGIA DO CONHECER	36
1.1 A Biologia do Conhecer: Um Mecanismo Explicativo para a Fenomenologia Humana	36
1.2 A Teoria da Autopoiese	37
1.3 A Emergência dos Mundos Consensuais dos Observadores	39
1.4 Fisiologia e Conduta: Domínios Distintos e Mutuamente Gerativos	41
1.5 Linguagem, Cognição e Cultura enquanto Fenômenos Relacionais	42
1.6 Os Recursos Comunicacionais e Lingüísticos como Conotações de Coordenações de Coordenações de Ações	43
1.7 Linguagem, Cognição e Cultura vs Relatividade e Determinismo Lingüísticos	46
1.8 Linguagem, Cognição e Cultura: Fenômenos Sistêmicos e Dinâmicos	49
CAPÍTULO 2 – O TRATAMENTO POLÊMICO DA LINGUAGEM COMO AÇÃO	52
2.1 Pensando o Mundo Humano como Linguagem	52
2.2 Preconceitos, Confusões e Ilusões Gramaticais: A Terapêutica Wittgensteiniana para o Pensamento Filosófico Ortodoxo sobre a Linguagem	53
2.3 Eventos de Fala e Sistema Lingüístico: A Tensão Firthiana entre a Ortodoxia e a Heterodoxia	56
2.4 A Linguagem como Ação: Austin e seus Intérpretes, Críticas e Contribuições	57
2.4.1 A linguagem como atos de fala	57
2.4.2 Tensões na leitura (oficial) de Austin: taxonomias tentativas e sentido em contexto	59
2.4.3 Entre o local e o universal, na linguagem como ação	61
2.4.4 Entre a intenção dos falantes e os procedimentos socialmente contextualizados	62
2.4.5 A linguagem como ação, como Austin sonharia	63
2.5 Linguagem, Cognição e Cultura nos Contextos Sócio-Culturais	65
2.6 As Balizas para um Tratamento da Linguagem como Atividade Situada	68

CAPÍTULO 3 – O TRATAMENTO POLÊMICO DA LINGUAGEM COMO INTERAÇÃO	71
3.1 A Etnometodologia: Uma Análise da Ação e do Saber na Intersubjetividade Social	71
3.1.1 Inteligibilidade e Saber na Ação Social	74
3.1.2 A <i>Reciprocidade de Perspectivas</i> na Cognição de Senso Comum	76
3.2 A Investigação da Fala-em-interação	78
3.3 A Análise Conversacional <i>stricto sensu</i> : Princípios e Objeto de Estudo	84
3.3.1 Princípios da Análise Conversacional <i>stricto sensu</i>	84
3.3.1.1 A <i>mentalidade analítica</i> e o <i>status</i> dos dados empíricos	85
3.3.1.2 A dimensão <i>praxeológica</i> : o caráter situado e emergente da interação	86
3.3.1.3 A <i>supremacia da interação</i>	87
3.3.1.4 A <i>seqüencialidade</i> e a <i>temporalidade</i> da fala-em-interação	88
3.3.1.5 A <i>dimensão êmica</i> : o ponto de vista dos participantes e o fazer analítico	88
3.3.2 O objeto da Análise Conversacional <i>stricto sensu</i>	90

CAPÍTULO 4 – A METODOLOGIA COMO UMA INTERPRETAÇÃO DOCUMENTAL: AS OPÇÕES METODOLÓGICAS	97
4.1 A teoria orientando a metodologia	97
4.2 A teoria orientando a escolha de dados naturais	99
4.2.1 Os dados primários de primeira ordem: vantagens e limitações do registro em vídeo	99
4.2.2 Contexto do registro e contexto da análise: distinções úteis	101
4.3 Os dados primários de segunda ordem: o tratamento informático	102
4.4 Os dados secundários: a transcrição como um objeto de reflexão e como uma ferramenta analítica	104
4.4.1 A identificação dos participantes e as práticas de transcrição da Análise Conversacional <i>stricto sensu</i>	105
4.5 Os Dados das Análises	106
4.5.1 Os Dados Primários e Secundários	106
4.5.2 Os registros em vídeo	107
4.5.3 A digitalização dos registros em vídeo	108

PARTE II

ETNOGRAFIA E ANÁLISE CONVERSACIONAL NOS TIPIS

CAPÍTULO 5 – A COMUNIDADE DOS TIPIS	110
5.1 A Produção de uma Ordem Social que se Particulariza no Viver Comunitário	110
5.2 Índios, Brancos, Pretos – Mistura, História e Cultura dos Habitantes dos Tipis	110

5.3	Uma Comunidade entre o Rural e o Urbano	112
5.4	Pés no Sítio, Cabeça na Cidade e o Coração em Frangalhos <i>ou</i> Pés na Cidade, Cabeça no Sítio e o Mesmo Sofrer	113
5.5	Pés no Sítio, Cabeça no Sítio e a Boca no Mundo	118
5.5.1	“Sem conversa não tem construção” – redes de interações, parentesco e amizade e uma noção de <i>tempo</i> , no cotidiano dos Tipis	119
5.5.2	“Vixe como tem Zé” – nomes, apelidos e bom humor onde ‘todos são parentes’	122
5.5.3	“Quem vai malhar o judas? Quer apostar?” – religiosidade e folia na vida comunitária	125
5.5.4	“Lata d’água na cabeça...” – água e saúde como práticas coletivas	127
5.5.5	“Se tiver inverno...!” – o (con)viver no domínio de ação do semi-árido	131
5.5.6	“É, pa tudo tem reunião...” – o bom humor, a eficaz comunicação boca a boca e o freqüente encontro dos habitantes dos Tipis	137
	CAPÍTULO 6 – FAZENDO REUNIÃO NOS TIPIS: UMA ANÁLISE CONVERSACIONAL	139
6.1	Situando a Observação e a Análise	139
6.2	Tecendo a Situação Social da Reunião da Associação dos Moradores dos Tipis	142
6.3	Confirmando Relações Sociais, na Reunião da Associação dos Moradores dos Tipis	147
6.4	Fazendo o Lugar e se Fazendo Nele: Espaço Físico e Interação, na Reunião da Associação dos Moradores dos Tipis	155
6.4.1	Filmando, pesquisando, conversando: atuação e <i>status</i> interacional, no espaço físico da reunião da Associação dos Moradores dos Tipis	155
6.4.2	Ficando de pé: história e emergência interacionais, na reunião da Associação dos Moradores dos Tipis	173
6.4.3	Entrando e saindo da sala: o espaço físico como critério interativo, na reunião da Associação dos Moradores dos Tipis	191
6.5	Instaurando a Reunião da Associação dos Moradores dos Tipis: a Emergência do Evento, na Ação	195
	CONCLUSÃO	204
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	210
	ANEXOS	222

LISTA DE EXTRATOS

Extrato 1 (10-22 seg.) (0'10"-0'22") (12 seg.)	144
Extrato 2 (36-53 seg.) (0'36"-0'53") (17 seg.)	145
Extrato 3 (0-10 seg.) (0'0"-0'10") (10 seg.)	147
Extrato 4 (139-151 seg.) (2'19"-2'31") (12 seg.)	148
Extrato 5 (31-36 seg.) (0'31"-0'36") (5 seg.)	148
Extrato 6 (113-117 seg.) (1'53"-1'57") (4 seg.)	149/156
Extrato 7 (55-63 seg.) (0'55"-1'03") (8 seg.)	149
Extrato 8 (183-196 seg.) (3'03"-3'11") (8 seg.)	150
Extrato 9 (262-270 seg.) (4'22"-4'30") (8 seg.)	151
Extrato 10 (3-7 seg.) (0'03"-0'07") (4 seg.)	151
Extrato 11 (240-250 seg.) (4'00"-4'10") (10 seg.)	152/173
Extrato 12 (344-356 seg.) (5'44"-5'56") (12 seg.)	152/174
Extrato 13 (404-420 seg.) (6'44"-7'00") (16 seg.)	153/174/200
Extrato 14 (68-85 seg.) (1'08"-1'25") (17 seg.)	158/191
Extrato 15 (99-105 seg.) (1'39"-1'45") (6 seg.)	160
Extrato 16 (132-140 seg.) (2'12"-2'20") (8 seg.)	161
Extrato 17 (155-196 seg.) (2'35"-3'16") (41 seg.)	162
Extrato 18 (236-242 seg.) (3'56"-4'02") (6 seg.)	165
Extrato 19 (344-363 seg.) (5'44"-6'03") (19 seg.)	166
Extrato 20 (1.607-1.633 seg.) (26'47"-27'13") (26 seg.)	168
Extrato 21 (2.354-2.387 seg.) (39'14"-39'51") (37 seg.)	169
Extrato 22 (266-300 seg.) (4'26"-5'00") (34 seg.)	175/196
Extrato 23 (1.485-1.505 seg.) (24'45"-25'05") (20 seg.)	177
Extrato 24 (1.042-1.068 seg.) (17'22"-17'48") (26 seg.)	180
Extrato 25 (1.934-1.949 seg.) (32'14"-32'29") (15 seg.)	182
Extrato 26 (1.234-1.258 seg.) (20'34"-20'58") (24 seg.)	184
Extrato 27 (1.588-1.616 seg.) (26'28"-26'56") (28 seg.)	185
Extrato 28 (1.700-1.714 seg.) (28'20"-28'34") (14 seg.)	187
Extrato 29 (1.714-1.740 seg.) (28'34"-29'00") (26 seg.)	188
Extrato 30 (1.740-1.753 seg.) (29'00"-29'13") (13 seg.)	190
Extrato 31 (1.965-1.988 seg.) (32'45"-33'08") (23 seg.)	193
Extrato 32 (300-341 seg.) (5'00"-5'41") (41 seg.)	198
Extrato 33 (342-368 seg.) (5'42"-6'08") (26 seg.)	199
Extrato 34 (420-440 seg.) (7'00"-7'20") (20 seg.)	202

A coloração afogueada dos últimos raios de sol fora substituída pelo esplendor de uma noite rural. Como se surgissem da escuridão, homens e mulheres, as idades as mais diversas, vão chegando à pequena escola do lugarejo. Desde o terreiro até uma sala da pequena escola, os moradores dos Tipis vão-se cumprimentando, vão-se distribuindo, acomodando-se e se organizando no espaço diminuto. No interior dessa sala e nos seus arredores próximos, vários pequenos grupos entabulam conversas diversas. Muitos diálogos e falas se sobrepõem. Brincadeiras, insultos e gargalhadas, também. Com uma máquina filmadora nas mãos, estou engajado nos cumprimentos, nas conversas sobrepostas, nas brincadeiras, nos insultos, nas gargalhadas, na minha própria acomodação no espaço físico.

Pouco a pouco, há alguma novidade no ar... Os afazeres dos participantes fluem agora muito mais sincronizados, sintonizados, no interior da sala e nos seus arredores. Muitas falas se sobrepõem. Alguns diálogos, algumas brincadeiras, alguns insultos, também. Algumas pessoas se reacomodam, se reorganizam, no espaço diminuto. E a pouco e pouco, há uma outra novidade no ar...

Desde a sala da pequena escola, homens, mulheres e crianças vão se desorganizando no espaço diminuto, vão se desacomodando, vão se distribuindo no terreiro, e se cumprimentando. Alguns poucos diálogos se sobrepõem. Algumas poucas brincadeiras, insultos e gargalhadas, também... Como se sumissem na escuridão do esplendor de uma noite rural. Que vai ser substituída pela coloração afogueada dos primeiros raios de sol.

INTRODUÇÃO

A EMERGÊNCIA DO INVESTIGADOR E DA INVESTIGAÇÃO NA PRÁXIS DA PESQUISA

Malgrado os ares literários do relato (sem estilo, é bem verdade. E barulhento também!) com que abro esta tese, o que os sertanejos da comunidade cearense dos Tipis fazem é algo corriqueiro no viver humano. Ainda assim cabe a pergunta:

- O que vemos ocorrer nessa atividade dos habitantes dos Tipis?

Uma resposta possível para essa questão situa-se no âmbito das reflexões desta tese, intitulada “*Gente, por favor, fala um de cada vez.*”: *Etnografia, Análise Conversacional e Inter-relações entre Linguagem, Cognição e Cultura, na Comunidade dos Tipis.*

Esta investigação volta-se para análises da linguagem enquanto uma ação social inteligível e emergente, contingente, situada em práticas culturais levadas a cabo por moradores dos Tipis.

Uma investigação e uma tese dela resultante são atividades linguageiras e podem ser observadas a partir de uma concepção de linguagem como ação social. Assim, de modo semelhante ao tratamento dado ao seu objeto específico – a linguagem como ação –, é possível olhar para este trabalho em termos das propriedades e relações que se configuraram nas contingências da sua prática. Para empreendermos tal tarefa, comecemos por considerar que esta pesquisa decorre:

- a) de diversas interações que vêm tecendo a minha história sócio-cultural;
- b) de certos modos de questionar e movimentar conhecimento, praticados pela comunidade acadêmica que frequento;
- c) de experiências de campo que vivenciei junto à comunidade dos Tipis.

Na prática sócio-cultural que constituiu esta tese, a teoria, a metodologia e a prática alimentaram-se e se retro-alimentaram, mutuamente, em diferentes momentos de elaboração. A formação teórica e a prática de campo caracterizaram-se como processos de reflexão moldados pelas contingências das práticas interacionais vivenciadas nos seus domínios de ações – a academia e a comunidade dos Tipis. Reflexivamente, cada um desses domínios atuou de algum modo na configuração do outro. Em particular, a atividade de campo, os dados nela obtidos e reflexões sobre a atividade e sobre os dados constituíram fatores orientadores de escolhas e ajustes teóricos, metodológicos e analíticos específicos deste trabalho.

Diante das considerações acima apresentadas, julgo oportuno relatar aqui: o processo de construção da investigação; o contexto sócio-cultural que motivou as perguntas iniciais do pesquisador; as reflexões teóricas que orientaram a formulação da pesquisa e; uma prática de campo que movimentou essa formulação, favorecendo reformulações dos delineamentos iniciais.

Nas Seções que seguem busco enfatizar:

- Como se deu o processo de conceptualização da pesquisa relacionada ao relato de abertura desta tese? Que motivações formativas, teóricas, existenciais levaram o pesquisador a conviver com a comunidade dos Tipis?
- Quais as expectativas iniciais da pesquisa de campo e como ela se desenvolveu?
- Como a prática de campo articulou-se com os panoramas teóricos do pesquisador, gerando refinamentos na delimitação do quadro teórico-analítico e uma dinâmica de formulação e reformulação do objeto de análise?

Desenhando um Paradoxo: A Pretensa Busca da Emergência de um Fenômeno Previamente Estabelecido

A minha licenciatura em Letras na Universidade Federal do Ceará – UFC (1984-1988), o exercício da docência no Curso de Letras, da Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu – FECLI, da Universidade Estadual do Ceará – UECE (desde 1990) e um mestrado em Letras, realizado na Universidade Federal de Pernambuco – UFPE (1994-1996), haviam-me constituído como um observador curioso de situações linguageiras diversas, em particular de algumas práticas que envolvem uma dimensão esconjuratória da linguagem. Isto sem falar das minhas andanças e conversas, desde que nasci, pelas veredas do meu grande sertão.

Em atividades lingüístico-interacionais esconjuratórias, observáveis no contexto cultural do sertão do Ceará, por exemplo, se um indivíduo precisa indicar o local do corpo em que um outro foi ferido, profere: *levou um tiro bem aqui assim* (apontando o local com o dedo), *lá nele* (movimentando o dedo para longe do próprio corpo). Essa prática intrigava-me por parecer encarnar uma racionalidade segundo a qual, sem a expressão desviante final, o indivíduo poderia correr o risco de ser atingido pela palavra-tiro.

Outros fenômenos do mesmo tipo, também observáveis no sertão do Ceará, reforçavam meu interesse. Por exemplo, quando algumas pessoas precisam nominar uma doença grave e contagiosa como sendo a causa da morte de uma criança, ben-

zem-se, dizendo três vezes, antes, uma palavra que deve proteger de outra palavra contaminadora a ser dita depois: *armaria, armaria, armaria, crupe*. Ave Maria!

Reflexões epistemológicas da Biologia do Conhecer sobre linguagem, cognição e cultura chamaram-me a atenção para diversas interconexões entre domínios correlacionados a atividades lingüísticas efetivamente situadas. Essas reflexões ancoraram o desejo de fornecer uma explicação científica para uma atividade interacional onde afluísse a mencionada dimensão esconjuratória da linguagem. Assim, apresentei ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos, da Universidade Federal de Minas Gerais - POSLIN-UFMG, um Pré-Projeto de Pesquisa intitulado *Quando as palavras protegem ou contaminam: linguagem, cognição e cultura na descrição densa de uma atividade lingüística*. O objetivo geral da pesquisa era circunscrever a emergência, persistência e prática efetiva de uma atividade sócio-cultural situada.

Um levantamento bibliográfico levou-me à constatação de que a retórica do esconjuro parecia perpassar épocas e lugares diversos, culturas diferentes, grupos socialmente diferentes, como também práticas culturais diversas, no interior de um mesmo grupo social. Assim, da Idade Médiaⁱ à contemporaneidade, dos ritos oficiais dos sacramentos religiososⁱⁱ às práticas marginalizadas de feitiçaria, no sertão do Cearáⁱⁱⁱ, nas metrópoles, nos corredores dos modernos hospitais, nas conversas espontâneas das cozinhas, dos bares, dos gabinetes acadêmicos, no nosso cotidiano, encontrei referências a – ou a realização de – atividades mágicas com palavras eficazes, atividades que se parecem com uma não-atividade, um silenciamento protetor ou uma substituição providencial de palavras danosas. Aqui e acolá, encontrei mesmo referências a consequências perigosas decorrentes dessas atividades. Cruz, credo! Com efeito, no Brasil colonial, expressões tidas como contrárias à ordem imposta pela Igreja Católica resultaram em uma intolerância, violenta e cruel, sobre falantes tidos e havidos por feiticeiros e feiticeiras^{iv}.

A minha formação acadêmica favorecia pensar que, em cada caso, o esconjuro deveria assumir características situadas, relativas a especificidades das épocas e lugares, dos atores sociais, das práticas culturais onde efetivamente ocorresse. Essa formação favorecia, pois, um modo de olhar as interações humanas considerando, dentre outras dimensões, as contingências emergentes no curso mesmo das atividades sócio-culturais.

ⁱ Sobre uma concepção de linguagem como ato de fala, no Século XIII, ver Rosier (1994). Sobre religiosidade na Idade Média, ver Giordano (s.d.).

ⁱⁱ Sobre atividades mágicas com palavras eficazes, no âmbito de uma manifestação popular oriunda da tradição católica brasileira, ver Gomes (2004).

ⁱⁱⁱ Sobre usos, costumes, crenças e ofícios mágicos no Nordeste brasileiro, ver Fernandes (1938).

^{iv} Sobre feitiçaria e religiosidade popular, no Brasil colonial, bem como sobre a atuação do Santo Ofício na repressão a essas práticas, ver Souza (1995).

O delineamento inicial desta pesquisa associava, pois, uma concepção dinâmica de linguagem e um interesse em flagrar a emergência de um fenômeno lingüístico-interacional previamente definido. Tal associação veio a mostrar-se, posteriormente, como uma espécie de paradoxo.

Uma outra característica do quadro teórico no qual venho me movimentando desde o início deste trabalho é que ele também acomoda a idéia de que um pesquisador e uma investigação formulam-se e se reformulam na práxis mesma da pesquisa. Foi com esse panorama investigativo que, em fevereiro de 2004, realizei a minha primeira atividade de campo para a consecução desta empreitada. Naquele momento, o desenho da pesquisa estimava que uma observação etnográfica deveria me permitir uma abordagem de atividades em que as palavras protegem ou contaminam. Uma retórica do esconjuro constituía, então, o *tópico* a ser estudado, na perspectiva das inter-relações entre linguagem, cognição e cultura.

A partir de indicações e conversas com pesquisadores e interessados em questões afins ao meu projeto, selecionei três comunidades do Estado do Ceará: uma, situada na região serrana do Maciço de Baturité – a cidade de Aratuba; outra, localizada no litoral leste – a Prainha do Canto Verde; e outra, inserida no sertão semi-árido, na região Centro-sul do Estado – a vila dos Tipis.

Um dos objetivos dessa pesquisa-piloto era verificar as possibilidades de investigar o tema escolhido, com o referencial teórico pretendido e outras âncoras de minha formação acadêmica. Assim, visava a selecionar uma comunidade em cujas práticas eu observaria o fenômeno previamente delimitado. Já nesse início, as vicissitudes interacionais contavam como partes constituintes do processo investigativo. Assim, busquei constatar interacionalmente, por exemplo, as condições de minha permanência nessas localidades, durante uma efetiva pesquisa de campo. Ainda nessa fase iniciei negociações, vislumbrando providências para a minha inserção na vida comunitária de um dentre os grupos sociais visitados.

Como vimos, desde as primeiras conversas com participantes das três comunidades, optei por negociar interativa e diretamente a minha inserção ali, fossem os negociadores participantes ordinários ou representantes de instituições comunitárias. Assim, não portei uma carta de apresentação de uma Universidade nem me fiz apresentar por um líder externo com credibilidade local. Nos três grupos apresentei-me como um pesquisador interessado em observar os modos da vida comunitária. Em cada um, permaneci por uma semana, quando conversei com pessoas diversas, fazendo anotações e registros fotográficos e em áudio. Em cada um dos três grupos, o contato inicial teve suas peculiaridades.

Na comunidade serrana, em Aratuba, fiquei hospedado em uma pousada. Gentilmente, um funcionário da Secretaria Municipal da Cultura relatou-me aspectos da história do município e de algumas práticas culturais locais. Assim, pude identificar

personagens importantes para os propósitos da pesquisa. Duas conversas posteriores, sobre temas semelhantes – o dia-a-dia do entrevistado, as suas relações familiares, histórias pessoais, acontecimentos da cidade..., resultaram em dois registros em áudio, de 60 minutos cada. Na primeira delas, conversei com um senhor idoso, um comerciante aposentado, reconhecido pela comunidade como um contador de histórias. Na segunda, entrevistei uma senhora também idosa, que atuava como rezadeira.

Na Prainha do Canto Verde eu também me hospedei em uma pousada. A história de organização política dessa comunidade já havia atraído pesquisadores para o seu entorno, o que resultara, até então, na produção de três trabalhos acadêmicos com temáticas e perspectivas teóricas diversas (Tupinambá, 1999; Almeida, (2002; Gomes, 2002). Por ocasião da minha visita, atividades da organização política vivenciada por esse grupo social tornaram-se visíveis em um Curso de Formação de Lideranças do Litoral Cearense, que reuniu pescadores e pescadoras de 23 colônias do Estado. Esse evento facilitou a identificação de pessoas com quem conversei sobre o dia-a-dia comunitário.

A comunidade sertaneja dos Tipis não dispunha de um hotel ou pousada onde pudesse me alojar. Essa circunstância trouxe a negociação da minha primeira experiência com esse grupo social para a sua fase mais básica, diferentemente dos casos anteriores, nos quais o primeiro momento teve a forma de uma ‘hospedagem em um hotel estabelecido’. Assim, nessa primeira visita, identifiquei o então Presidente da Associação de Moradores e, em uma conversa informal da qual também participaram outros membros da comunidade, apresentei os propósitos do meu trabalho. No desenrolar da conversa, o Presidente ofereceu-me a própria residência para a minha hospedagem durante a pesquisa-piloto, em uma gentileza tocante, para comigo e meus interesses de pesquisa. Alguns dias depois, durante uma semana, tive uma convivência bastante cooperativa com esse senhor, sua esposa e alguns dos seus filhos. As conversas com esses e outros moradores dos Tipis caracterizaram-se como uma relação não-comercial, pautada em uma confiança sem garantias e foi nesse contexto que observei indícios favoráveis à exequibilidade do trabalho pretendido.

Práticas sócio-culturais comuns às três comunidades – dentre outras, a precariedade do serviço público de saúde, a atuação de rezadores e rezadeiras, o cultivo de plantas utilizadas em rituais de benzeção – sugeriam que em qualquer uma delas eu observaria “atividades em que as palavras protegem ou contaminam”. A escolha do campo foi guiada, então, por questões de afinidade e identificação pessoal. Assim, dado o meu desejo de atribuir alguma visibilidade a práticas de um grupo incrustado na vastidão sertaneja, escolhi a comunidade dos Tipis, localizada na zona rural de Iguatu – a cidade onde nasci e trabalho e onde moram os meus familiares e muitos outros amigos.

A pesquisa-piloto e as discussões ensejadas por ela sinalizaram, por exemplo, a adequação de uma *concepção de linguagem* como *ação social*, no enfrentamento do trabalho. Assim, munido de um roteiro semi-estruturado, parti para a pesquisa de campo, planejando registrar diversas atividades da comunidade dos Tipis. Minha expectativa – um tanto paradoxal – era flagrar em vídeo aquilo que havia definido previamente como meu tópico de pesquisa: a retórica do esconjuro, que eu pretendia observar emergindo nessas atividades. A efetividade empírica e interacional dos trabalhos no campo, aliada ao processo mesmo de estar na reflexão, foi permitindo trazer à mão o mencionado paradoxo. A prática de campo e a sua crítica geraram, pois, ajustes e reformulações nos rumos da investigação.

Vivenciando um Paradoxo: A Pesquisa de Campo e a Tensão de Buscar a Emergência de um Fenômeno Previamente Estabelecido

De julho a novembro de 2004, morei nos Tipis. Assumindo um duplo *status*, incluí-me na comunidade como um morador-pesquisador. Assim, desenvolvi uma observação participante das mais diversas atividades da comunidade, portando algum recurso de registro, fosse ele um caderno de notas, um gravador de áudio, uma máquina fotográfica ou uma filmadora de vídeo.

Ao longo da experiência de campo, vivenciei um forte impacto pessoal e precisei fazer ajustes importantes na configuração da pesquisa projetada. Na observação participante foram surgindo demandas circunstanciadas por aspectos práticos do trabalho, pela agenda dos atores, pelo aparato tecnológico por mim utilizado, pelas condições materiais para resolver os problemas postos. Havia a exigência de um discernimento entre as soluções possíveis e as viáveis. Havia, pois, uma ação e uma reflexão intensas, inquietadoras, que me desestabilizavam, abrindo novas veredas que não poderiam ter sido completamente especificadas no plano inicial da pesquisa. Algumas dessas demandas podem ser vistas nas Seções 6.4.1, 6.4.2, 6.4.4, 6.4.5, 6.4.8 e 6.4.9, onde trato de influências da efetividade interacional sobre a atividade de campo e sobre os rumos da pesquisa. Tais episódios giram em torno da minha inserção nos Tipis; de uma tentativa, por parte de um novo conhecido, de me enquadrar naquela comunidade; da minha atuação diante de problemas com as águas ali consumidas; das minhas interações com apicultores do lugar; das reuniões que convoquei para conversas sobre as águas dos Tipis; da suspensão de registros ‘comprometedores’, à época da atividade de campo. Além desses episódios, nas Seções 7.5.1 e 7.5.3 abordo a dinâmica do meu *status* interacional enquanto pesquisador-interlocutor-operador de uma câmera filmadora, na fala-em-interação de uma reunião da Associação dos Moradores dos Tipis.

De modo menos episódico essas influências se estenderam sobre toda esta investigação, interagindo com o perfil teórico-analítico que continuei co-construindo durante a interação com a comunidade, ao longo das análises dos dados e nas reflexões sobre essas análises. A co-construção desse perfil ou a minha emergência enquanto pesquisador está implicada, pois, na própria emergência deste trabalho.

A consideração do observador na configuração dos domínios de nossa existência é um tema crucial na obra de Humberto Maturana (1999b; 1999k) e constitui um pressuposto importante no desenvolvimento desta investigação, como pode ser visto no Capítulo 1 desta tese. Esse desenvolvimento também inclui uma atenção sobre métodos de sondagem e seus objetos. Formulando uma tipologia desses métodos, Lorenza Mondada (2005a) distingue dois extremos e um *continuum* de soluções entre eles. Em um dos extremos estão as técnicas que privilegiam uma referência à academia e adotam uma lógica de laboratório. Entre os extremos da tipologia podem ser observadas gradações na restrição e controle do contexto, na tentativa de exportar o laboratório para o mundo. No outro extremo, estão as técnicas que privilegiam uma referência ao campo e adotam uma lógica do *fieldwork*.

Nas pesquisas em que uma referência à academia é privilegiada, observa-se uma primazia de hipóteses a serem testadas em experimentos. Os objetos são definidos pelas hipóteses e modelos, efetivando assim uma dimensão deducionista do fazer científico. Adota-se um ponto de vista exógeno, exterior ao objeto analisado. O pesquisador define os fatos pertinentes, explicando-os e os descrevendo conforme os modelos eleitos. Os fatos são considerados como se tivessem uma existência autônoma, independente do pesquisador. Nessa perspectiva teórico-metodológica, implementa-se uma naturalização do contexto social e uma imposição do contexto do laboratório, numa tentativa de reduzir o mundo ao laboratório. A experimentação, a convocação de informantes para o escritório dos pesquisadores e a exploração de documentos bibliográficos e de arquivo constituem os principais mecanismos utilizados nessas técnicas (Mondada, 2005a).

Em práticas situadas nas regiões intermediárias do *continuum* tipológico há uma imposição da agenda da pesquisa sobre a agenda dos atores. Os questionários, as conversas (*entretiens*), as conversas não-diretivas (*surveys*), as grades de codificação, atividades semi-experimentais (*démarches*), métodos de elicitação e diálogos solicitados constituem os principais mecanismos utilizados nessas técnicas (Mondada, 2005a).

Nas pesquisas em que se privilegia uma referência ao *fieldwork* as hipóteses e categorias são (re)elaboradas *in situ*, efetivando, assim, uma dimensão inducionista do fazer científico. O pesquisador deve evitar as pré-concepções teóricas e não tentar impor uma ordem, mas buscar descobri-la, descrevendo, de uma perspectiva endógena aos atores e ao evento, o processo através do qual essa ordem é

instaurada na ação situada. Os fatos são definidos localmente como pertinentes e são co-construídos pelo pesquisador e pelos indivíduos sondados, sendo interpretados tanto pelo pesquisador quanto pelos indivíduos. Nesse fazer teórico-metodológico, implementa-se o reconhecimento e a conservação do contexto social ordinário, na tentativa de pôr o laboratório entre parênteses, momentaneamente. A agenda dos atores é respeitada. A observação participante, a descrição a partir da tomada de notas, os registros de atividades não provocadas pelo pesquisador, registros efetuados pelos atores, métodos de registro e dizeres recolhidos constituem os principais instrumentos dessas técnicas (Mondada, 2005a).

Já no início da formulação desta pesquisa eu estava advertido para a sensibilidade das interações sociais às contingências contextuais, para o caráter local dos sentidos co-construídos na ação discursiva. Contudo, foi na prática do campo que esse tipo de instabilidade assumiu uma evidência constitutiva, realçando problemas presentes no desenho inicial da pesquisa, decorrentes de uma definição prévia de um fenômeno lingüístico-interacional a ser flagrado nas interações ordinárias. Durante o trabalho de campo experimentei, portanto, esse problema na articulação entre a teoria, a metodologia e a prática da pesquisa. No entanto, a adoção da estratégia de registrar *as mais diversas atividades* da comunidade dos Tipis – especificada justamente em função da expectativa de flagrar a retórica do esconjuro – também possibilitou ajustes focais, conceituais e metodológicos, ao longo da investigação.

Conversando e redefinindo o foco conteudístico da análise: do esconjuro para a questão das águas

À época do trabalho de campo desta pesquisa, transcorriam debates em torno das eleições para Prefeitos e Vereadores dos municípios brasileiros. Observei vários episódios relacionados a tais eleições: predições dos resultados das urnas, apostas em torno dessas predições, teimas apimentadas e, geralmente, bem humoradas, tiradas espirituosas... Na Seção 6.4.2 invoco um desses episódios. Vou ater-me aqui a um outro deles.

A minha inserção na comunidade dos Tipis vinha ocorrendo com as dificuldades e os avanços mais ou menos esperados no trabalho de um etnógrafo, relacionados à construção e/ou ampliação de relações cooperativas. Como disse acima, eu vinha registrando as mais diversas atividades da comunidade. No final de um dia comum, chegando a um boteco onde alguns jovens bebericavam intermináveis doses de cachaça e discutiam as eleições municipais, ouvi de um deles, dirigindo-se para um outro: “Conte agora o que você dizia do candidato Y... O rapaz aqui tá gravando e filmando tudo!”

Considerando a sutileza de aspectos éticos em jogo naquele momento e a paixão com que os membros da comunidade vinham discutindo, quase guerreando, o pleito eleitoral, decidi evitar registros nos quais um indivíduo pudesse se expor excessivamente. Planejei retomar os registros em vídeo e/ou em áudio somente após as eleições. Ainda assim, mantive uma rica convivência com membros da comunidade.

Aconteceu, então, de eu adoecer. Assim, após sentir, por assim dizer, na minha própria pele, passei a ver e a ouvir, por outro prisma, em outro diapasão, que as águas e seus (dis)sabores afloravam aqui e ali, nas conversas e em outras práticas dos Tipis. Um aspecto particular da agenda própria dos habitantes daquela comunidade estava em pleno processo de se destacar para mim, como uma figura, sobre o fundo das interações locais. Diante da recursividade desse tema, articulei-me com a Secretaria de Saúde do Estado do Ceará e com o Serviço Autônomo de Água e Esgoto, em Iguatu para a realização de exames bacteriológicos e físico-químicos das águas. Isto favoreceu um aumento da sua recorrência como tema das conversas cotidianas, informais. Além disso, em quatro ocasiões, as águas guiaram interações entre pessoas da comunidade e uma Assistente Social, da Secretaria de Saúde. Por essa época, fiz também registros de práticas de benção e de rezas, relacionados ao meu interesse inicial na retórica do esconjuro. Mas esses registros agora se conectavam a uma mudança no foco conteudístico da minha observação. Tal mudança começava a emergir no fluxo mesmo da pesquisa de campo e o conteúdo desse foco observacional voltava-se agora principalmente para a tematização das *águas dos Tipis*.

A situação acima relatada ilustra a interveniência da interação, na definição da pertinência dos fatos, em um fazer científico inducionista, para o qual as hipóteses e categorias são (re)elaboradas *in situ*, e não estipuladas previamente. Essa ocorrência gerou reflexões e um ajuste metodológico durante a fase de obtenção dos dados primários. Ela ilustra, por exemplo, o modo como, na prática específica da pesquisa, ocorreu um *reconhecimento do contexto social ordinário, na tentativa de pôr o laboratório entre parênteses, momentaneamente*. Ilustra também o modo pelo qual um *respeito à agenda dos atores* orientou mudanças na definição focal da investigação.

A mudança da retórica do esconjuro para a questão das águas foi motivada, pois, pelos rumos que a dinâmica própria da comunidade imprimiu à pesquisa. Desnecessário lembrar que minhas orientações teóricas também eram favoráveis a mudanças. Mas tratava-se justamente de uma mudança *conteudística* do foco. Assim, do ponto de vista da definição do objeto de estudo, eu ainda orientava o meu olhar na perspectiva de delimitar, prévia e especificamente, um fenômeno que seria registrado em uma situação premeditadamente flagrante, a ser posteriormente analisada.

Foi nesse quadro que até o final da atividade de campo, em novembro de 2004, simultaneamente às fortes impressões pessoais e a algumas reformulações no meu modo de olhar para as atividades cotidianas dos moradores dos Tipis, fiz anota-

ções de campo, registros em fita cassete e acumulei 9 horas de registros em vídeo, sobre diversas atividades dos membros da comunidade. Estavam criadas as condições para uma delimitação do meu olhar analítico sobre as experiências do trabalho de campo, incluindo as anotações e os registros em áudio e em vídeo.

Delimitando os Olhares: Etnografia e Análise Conversacional, na Comunidade dos Tipis

De janeiro a julho de 2005, desenvolvi um estágio no Laboratório ICAR – *Interactions, Corpus, Apprentissages, Répresentations*, em Lyon, na França, cujo eixo fundamental de pesquisa diz respeito à constituição de *corpora* de língua falada em interação^v. Nesse estágio, configurei as bases para análises dos registros em vídeo obtidos na comunidade dos Tipis. Tais análises levaram em conta a perspectiva emergentista que o meu quadro teórico permitia acomodar e que a experiência de campo tornou evidente.

Foge ao escopo deste trabalho relatar a riqueza afetiva, interpessoal, intercultural vivenciada durante esse estágio. Essa experiência também foi particularmente rica em diversos níveis de reflexão – teórico, metodológico, analítico. Ela proporcionou formulações e reformulações – importantes para a emergência deste pesquisador e da pesquisa – das balizas desta investigação e, conseqüentemente, das análises aqui apresentadas.

Olhar para os dados e para o processo de sua obtenção, acompanhando simultaneamente o trabalho desenvolvido no ICAR, possibilitou-me operar distinções entre os afazeres analíticos de uma descrição etnográfica e de uma descrição etnometodológica. Tais distinções dizem respeito aos objetos de cada análise, aos seus pressupostos metodológicos, bem como às descrições de fenômenos interacionais humanos que cada uma pode proporcionar.

O reconhecimento do *observador* na configuração dos domínios de nossa existência constitui uma base epistemológica dessas distinções (Maturana, 1999b, 1999k). Dessa perspectiva teórica, tanto os interactantes de uma atividade social quanto um analista de registros dessas atividades podem ser reconhecidos como observadores. Os contextos dessas atividades, no entanto, são diferentes, conforme trato no Capítulo 3. Assim, tanto uma descrição etnográfica quanto uma análise conversacional de inspiração etnometodológica podem delimitar a *linguagem como ação* enquanto seu objeto. No entanto essas descrições elegem centralmente diferentes observadores, privilegiando, cada uma, pontos de vista diferentes, *êmicos* ou *éticos*.

^v Esse Estágio foi financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, por meio do Programa de Doutorado no País com Estágio no Exterior – PDEE.

Um etnometodólogo produz um discurso que trata da inteligibilidade dos atores sociais, no fluxo de suas ações. Um analista conversacional inspirado na etnometodologia exhibe a compreensão dos interactantes sobre o que eles próprios estão fazendo na fala-em-interação. Ele elabora um discurso sobre os procedimentos, as formulações e reformulações co-contruídas pelos participantes, na própria interação. Isto caracteriza tal análise conversacional como uma descrição dita *ênica*. Ela retrata um ponto de vista dos participantes da ação, aquilo que eles fazem quando dizem o que dizem. Enquanto estruturadores-em-ação da ação, para usar um termo de Maturana (1999c), esses participantes são também analistas, conscientes ou não, do que ocorre. Assim, como Garfinkel (1967) aponta, antes de se tornar um observável para o analista, os procedimentos dos interactantes são tornados públicos, intersubjetivamente, por esses mesmos participantes. A característica ordenada da conversa é, portanto, uma preocupação dos interactantes, antes mesmo de ser um objeto do analista.

Um etnógrafo, por sua vez, produz um discurso que exhibe a sua própria compreensão sobre o que os outros fazem. Ele elabora um discurso sobre o discurso do outro. Isto caracteriza uma etnografia como uma descrição *ética*, cuja distinção de uma descrição *ênica* trato na Seção 3.3.1.5. Uma etnografia retrata o que o analista diz sobre o que os membros de uma ordem social dizem, exibindo, portanto, um ponto de vista desse observador-analista da ação, a sua “própria construção das construções de outras pessoas”, no dizer de Geertz (1989b: 7). O etnógrafo considera a ação social como uma rede de estruturas superpostas de inferências e implicações. A sua interpretação busca inter-relações entre essas estruturas, ao considerar, multiplamente, ações e fatores sócio-culturais da comunidade descrita.

Diferenças entre uma etnografia e uma análise conversacional de inspiração etnometodológica, no entanto, não eliminam a possibilidade de que seja mantida uma atenção para a dimensão emergencial dos fenômenos relacionais, esteja o analista operando a partir de um ponto de vista *ético* ou de um ponto de vista *ênico*. Consciente de que o antropólogo é alguém que discorre sobre o discurso do outro, Viveiros de Castro (2002: 113 e 116-117) distingue – e escolhe entre – dois modos de “jogar” o conhecimento antropológico.

De um lado, temos uma imagem do conhecimento antropológico como resultando da aplicação de conceitos extrínsecos ao objeto – sabemos de antemão o que são as relações sociais, ou a cognição, o parentesco, a religião, a política etc, e vamos ver como elas se realizam, é claro, pelas costas dos interessados. De outro (e este é o jogo aqui proposto), está uma idéia do conhecimento antropológico como envolvendo a pressuposição fundamental de que os procedimentos que caracterizam a investigação são *conceitualmente* da mesma ordem

que os procedimentos investigados^{vi}. Tal equivalência no plano dos procedimentos, sublinhe-se, supõe e produz uma não-equivalência radical de tudo o mais. Pois, se a primeira concepção de antropologia imagina cada cultura ou uma sociedade como encarnando uma solução específica de um problema genérico – ou como preenchendo uma forma universal (o conceito antropológico) com um conteúdo particular –, a segunda, ao contrário, suspeita que os problemas eles mesmos são radicalmente diversos; sobretudo ela parte do princípio de que o antropólogo não sabe de antemão quais são eles.

Sintetizando o quadro que aqui venho tentando compor: o desenvolvimento desta pesquisa trouxe à mão uma espécie de paradoxo, alojado no desenho inicial do trabalho. Esse paradoxo foi um dos alvos dos ajustes efetuados ao longo da pesquisa. Lidar expressamente com ele foi coerente com uma concepção do fazer científico como uma atividade sócio-cultural situada e com um fazer científico focado em uma referência ao *fieldwork*. Tais ajustes não se caracterizaram, portanto, como acidentes, relativamente ao plano geral da investigação. Eles ocorreram na efetividade lingüístico-interacional da pesquisa, configurando uma efetividade do próprio quadro teórico pertinente ao meu domínio de ação científica. A ancoragem teórico-analítica – levada a cabo na experiência no ICAR e interligada com as fases de minha formação teórica e com a prática do campo – favoreceu o abandono do objetivo de descrever um fenômeno previamente estipulado. Favoreceu também a definição de um duplo olhar analítico para esta tese:

- uma descrição etnográfica da comunidade dos Tipis, a partir de observações que emergiram ao longo do trabalho de campo e ;
- uma análise dos procedimentos através dos quais os interactantes fazem emergir a atividade *reunião da Associação dos Moradores dos Tipis*.

A Estrutura da Tese

Abordar fenômenos relacionais observáveis no viver comunitário dos Tipis, para uma análise que integre inter-relações entre linguagem, cognição e cultura, implica delimitar o domínio de atuação teórica do observador e as ferramentas do seu afazer científico. Esses aspectos, por sua vez, estão implicados, explícita ou implicitamente, com concepções sobre os modos como fazemos ciência e fornecemos explicações científicas; como entendemos os organismos vivos em geral e os seres humanos em particular; como explicamos os fenômenos cognitivos humanos; como

^{vi} “É assim que interpreto a declaração de Wagner (1981:35): “Estudamos a cultura através da cultura e, portanto, as operações, sejam quais forem, que caracterizam nossa investigação devem ser também propriedades gerais da cultura.” Nota de Viveiros de Castro (2002).

concatenamos as relações dos homens com outros homens e com o meio; como interpretamos a cultura e seus papéis na definição dos afazeres humanos; como descrevemos o linguajar humano. A Parte I desta tese delimita um conjunto de teorias e ferramentas implicadas com essas concepções.

Reflexões interdisciplinares proporcionadas pelo trabalho de pensadores de campos diversos como a Biologia, a Filosofia, a Antropologia, a Sociologia, a Linguística são acionadas nesta tese para uma compreensão da linguagem como uma atividade constitutiva do mundo e como uma ação social situada. Essas reflexões possibilitam explicitarmos nexos entre diversos domínios experienciais correlacionados com atividades lingüísticas efetivas, considerando uma sensibilidade à especificidade de aspectos biológicos, sócio-culturais e históricos envolvidos nas atividades lingüístico-interacionais. Esses domínios de experiências dizem respeito a vários conjuntos de condições segundo os quais a linguagem e as atividades interativas parecem funcionar como parecem, emergindo de modo contingente às condições de sua efetivação.

Assim, no Capítulo 1, *A Biologia do Conhecer*, apresento elementos do conjunto teórico produzido pelo biólogo chileno Humberto Maturana e colaboradores, suficientes para o que aqui me proponho a discutir. Essa teoria propicia reflexões epistemológicas que nos levam a uma compreensão particular de atividades lingüísticas culturalmente situadas. Ela distingue e inter-relaciona os domínios da fisiologia e do comportamento, concebendo a constituição do que denominamos *realidade*, inclusive a linguagem, a cognição e a cultura, como fenômenos relacionais comportamentais, decorrentes do viver dos seres humanos como um entrelaçamento das histórias filogenética e ontogenética dos indivíduos.

A Biologia do Conhecer concebe linguagem como coordenações de coordenações de ações. Essas coordenações são conotadas nos recursos comunicacionais e lingüísticos para os quais damos atenção. A linguagem é vista, portanto, como um fenômeno sistêmico, que se estabiliza a partir de histórias recursivas de interações dialógicas. Na efetividade dessas interações, a linguagem ocorre em uma estabilidade dinâmica. Ela ocorre de modo emergente e contingente aos contextos nos quais os atores sociais trazem à mão seus mundos de objetos consensuais. Isto caracteriza as descrições e preocupações desse conjunto teórico como pertinentes para uma compreensão não-reducionista e dinâmica de fenômenos relacionais. Adoto, pois, a Biologia do Conhecer como domínio explicativo e como ponto de referência a partir do qual avalio as demais abordagens teóricas agenciadas nesta tese para o exame de observações do viver da comunidade dos Tipis.

Os estudos sobre a interação social humana têm tido a possibilidade de se beneficiar do pensamento sobre a linguagem como um esforço interdisciplinar. No Capítulo 2, *O tratamento polêmico da linguagem como ação*, delimito um percurso teórico que sinaliza a emergência desse pensamento, por parte de filósofos, lingüis-

tas, antropólogos e outros estudiosos. Assim, examino argumentos para a consideração da performatividade social enquanto uma perspectiva legítima para uma reflexão explicativa sobre a linguagem e levo em conta contribuições, críticas, desafios e extensões teóricas e analíticas que atuam como balizas na descrição de atividades sócio-interacionais e lingüísticas observadas na comunidade dos Tipis. Esse exame é feito a partir da referência epistemológica que orienta este trabalho, configurada em pressupostos formulados na Biologia do Conhecer.

No Capítulo 3, *O tratamento polêmico da linguagem como interação*, apresento uma especificação do pensamento sobre a linguagem como ação, agora olhada em termos dos procedimentos dos participantes de ações sociais. As práticas sociais são tomadas, pois, como uma alternativa para abordagens de problemas teóricos relacionados à cognição, ao significado e à ordem social, tradicionalmente descritos em termos de regras, referência e individualismo.

O caráter procedural da abordagem garfinkeliana beneficia-se de pressupostos e métodos da elaboração situada propostos por Alfred Schutz, favorecendo uma triangulação entre proposições da fenomenologia, formulações próprias da Etnometodologia e descrições da Biologia do Conhecer. A proposição de Garfinkel compreende o que denominamos *realidade* enquanto resultante de atividades ontológicas constitutivas de objetos e considera a inteligibilidade dos sujeitos sociais na co-construção dos saberes. Em uma relação de afinidade com pressupostos da Biologia do Conhecer, a Etnometodologia leva em conta o caráter situado, emergente e contingente das ações sociais, incluindo os domínios de produção e validação dos saberes científicos, como também o papel das atividades linguageiras no desenvolvimento de todos esses processos. Assim, no Capítulo 3, situo o domínio de investigação da fala-em-interação iniciado pelo pesquisador norte-americano Harvey Sacks, delimitando-o relativamente a outras análises. Desse modo, discuto como a Análise Conversacional de inspiração etnometodológica movimenta o *status* empírico da teorização e define seu objeto, suas unidades de análise e o tipo de dados com que opera. Com isto, especifico essa corrente teórico-analítica como um modelo que articula dimensões dinâmicas observáveis nos fenômenos relacionais que descrevemos como linguagem, cognição e cultura, na perspectiva de analisar a fala-em-interação dos participantes de uma reunião da Associação dos Moradores dos Tipis.

A fala-em-interação dos participantes dessa reunião é vista como um complexo de atividades coletivas, orientadas para uma inteligibilidade situada, voltada para os fins práticos que emergem nessas atividades. A ação dos participantes é descrita enquanto uma dimensão argumentativa, perspectiva, engajada, que seleciona, reorganiza, retoma, restabelece, configura dinamicamente um processo de referenciação a um mundo co-construído (Mondada, 1998a: 139).

No Capítulo 4, articulo aspectos teóricos e experiências de pesquisa que orientaram as opções metodológicas, discutindo a atuação do pesquisador, dos sujeitos pesquisados e das tecnologias, na configuração dos dados. Ainda, caracterizo os dados primários e secundários a partir dos quais ou sobre os quais foram feitas as análises que compõem a segunda parte deste trabalho.

A Parte II desta tese apresenta análises nas quais tomo o viver e o linguajar da comunidade dos Tipis em termos de inter-relações entre linguagem, cognição e cultura. No Capítulo 5 apresento uma descrição etnográfica dos Tipis, reportando-me às seguintes questões:

- Que comunidade é essa, a comunidade dos Tipis? Que nexos históricos com os grupos étnicos que atuaram na formação social cearense são sugeridos por esse grupo social? Que práticas culturais desse grupo social se conectam com outros conjuntos de práticas de outros grupos? Como os afazeres dos membros dessa comunidade podem ser descritas relativamente a afazeres de membros de outras comunidades com as quais, de algum modo, se inter-relacionam? Em que termos podemos falar de particularidades desses afazeres?
- Como vive a comunidade dos Tipis? Que compreensões dos seus modos de viver podem ser produzidas a partir de aspectos relacionais ali observados?
- Que interpretações da dinâmica do viver da coletividade dos Tipis podem ser elaboradas a partir de suas atividades lingüístico-interacionais? Como o viver dessa coletividade configura suas interações lingüísticas e, reflexivamente, como suas interações lingüísticas configuram o seu viver?

A descrição científica de aspectos relacionados à linguagem, à cognição e à cultura gera referências básicas, que podem ser vistas como abstrações dos modos de viver dos grupos sociais descritos. A assunção dos pressupostos de um desses modelos leva à análise de identidades, alteridades ou variabilidades intraculturais ou transculturais de comunidades inseridas nos grupos sociais geradores dessas referências ou em grupos distintos. Por outro lado, críticas e/ou ajustes a um modelo - por exemplo, a alguma postulação de universalidade - podem ser produzidas a partir de análises ou de uma comunidade distinta daquelas onde as referências foram geradas ou de uma comunidade semelhante. Em estudos de antropologia urbana, por exemplo, as comunidades pesquisadas inserem-se em grupos sociais geradores das referências de análise (Velho, 1999a, 1999b, 2003b, 2003c). Esses trabalhos suscitam preocupações teórico-metodológicas relacionadas à inserção do pesquisador no gru-

po pesquisado, preocupações essas que Velho (2003a) denomina *o desafio da proximidade*. Reflexões teórico-analíticas que sustentam ou reformulam ou geram concepções de linguagem, cognição e cultura podem surgir, pois, tanto em estudos que enfocam grupos sociais particulares no interior de comunidades de referência, quanto naqueles que analisam grupos “exóticos”. Nos dois casos, semelhanças e/ou dessemelhanças podem ser indicadas a partir de contrastes como *desvio e comportamento desviante* (Velho, 2003a), *ocidental vs não-ocidental*, *urbano vs não-urbano*, *local vs não-local* (Foley, 1997).

A descrição da comunidade dos Tipis, no entanto, não se apóia em uma polarização dicotômica, na qual os pares de cada dicotomia são auto-excludentes. O estabelecimento de correlações entre aspectos diversos do viver nessa comunidade, interpretados nas suas inter-relações entre o urbano e o rural ou, mais genericamente, entre o local e o não-local ou global, possibilita atribuímos particularidades aos modos de viver desse grupo. Essas particularidades decorrem da observação de aspectos sociais, econômicos, geográficos que se configuraram nas, e foram configurados pelas, interações sócio-culturais e lingüísticas ordinárias e/ou institucionais, recursivas, co-construídas ao longo da história dessa comunidade, que inclui sua história de relações com outras comunidades. Assim, as caracterizações desse agrupamento de pessoas não devem ser vistas como reduções das complexidades sócio-históricas por elas vivenciadas.

Alguns comportamentos lingüístico-interacionais observados na comunidade dos Tipis assemelham-se a comportamentos cujas referências não são exclusivamente locais. Por outro lado, essa comunidade também exhibe práticas sócio-culturais e lingüísticas de cuja análise depreendo especificidades que suscitam uma referência de caráter local. Essas especificidades configuram-se na inter-relação entre os diversos fatores que compõem tanto os padrões históricos da ação comunicativa daquela comunidade como ações específicas observadas. Assim, a descrição da comunidade dos Tipis não pressupõe dicotomias estritas, “ingênuas e equivocadas”, no dizer de Duranti (1997: 23), como *nós vs eles* ou *letrado vs iletrado* ou as dicotomias anteriormente mencionadas.

A partir de uma perspectiva não-reificadora, no escopo de uma *objetividade entre parênteses*, os objetos descritos no Capítulo 5, sobre o viver da comunidade dos Tipis, não devem ser vistos como um suposto “real” fundamento das coisas, uma vez que eles são propostos como o discurso de um observador, sobre práticas que resultam de relações complexas, locais e não-locais, que criam o que, enquanto um observador, vi ocorrer no viver daquela comunidade.

No Capítulo 6, apresento uma análise conversacional de uma reunião da Associação de Moradores dos Tipis, reportando-me às seguintes questões:

- Como os participantes da reunião da Associação dos Moradores dos Tipis, ao falarem, por assim dizer, *todos ao mesmo tempo*, organizam as atividades interativas do evento registrado? Como reconhecem o que os outros estão fazendo, no desenvolvimento do campo interacional?
- Que objetos discursivos eles co-constroem dinamicamente nessa atividade?
- Como o objeto “reunião da Associação de Moradores” foi instaurado pelos participantes?

Retomando um argumento apresentado acima, considero que a assunção dos pressupostos de uma referência teórica básica, vista como uma abstração dos fenômenos observados, pode levar à análise de aspectos das práticas culturais que podem ser tratados como genéricos ou como implementações efetivas e particulares.

O *sistema de troca de turnos* presente no *sistema de troca de fala* denominado *conversa* é visto pela Análise Conversacional de inspiração etnometodológica como um fenômeno social que se apóia no caráter inteligente e inteligível das ações coletivas do seres humanos. Esse agir se dá sob uma pressuposição de reciprocidade em decorrência da qual as impressões de sentido são adotadas pelos atores. Aspectos genéricos da conversa ordinária são comportamentos observáveis, sendo, portanto, objetos públicos, decorrentes do fato de constituirmo-nos enquanto seres humanos em histórias de agrupamentos sociais para os quais uma ação de um indivíduo é algo responsivo a uma outra ação de outro indivíduo. Assim, à semelhança do que podemos ver em trabalhos organizados por Drew & Heritage (1992), sobre a interação no trabalho ou a interação institucional, a conversa ordinária e o sistema de troca de turnos descritos por Sacks, Schegloff & Jefferson (1974) são tomados aqui como base de comparação para análises das atividades interacionais da reunião da Associação dos Moradores dos Tipis.

A mesma perspectiva não-reificadora, acima referida, no escopo de uma *objetividade entre parênteses*, orienta que as descrições dos procedimentos lingüístico-interacionais da reunião da Associação dos Moradores dos Tipis não devem ser vistas categoricamente. Com efeito, os dados primários de segunda ordem que deram origem a tais análises podem ser utilizados para outras análises competitivas.

Os pressupostos teóricos, epistemológicos, analíticos delimitados nesta tese atuaram na configuração das minhas crenças e do meu olhar analíticos. Assim, os modelos explicativos e as explicações delimitadas são ferramentas escolhidas por mim, em decorrência de atribuírem legitimidade às perguntas e um poder explanatório particular às respostas formuladas ao longo da investigação, em uma associação com as evidências empíricas *fabricadas* nesse exercício científico.

O caráter processual da incorporação paulatina, a esta investigação, dos suportes teóricos e metodológicos aqui expostos sugere a minha emergência enquanto pesquisador, na emergência da própria pesquisa. Tais emergências decorrem do caráter dinâmico e sistêmico da minha formação teórica balizada pela Biologia do Conhecer e pela Análise Conversacional de inspiração etnometodológica, como também da efetividade do meu trabalho de campo, consubstanciado em uma vivência comunitária nos Tipis.

PARTE I

ELABORANDO O OLHAR PARA INTER-RELAÇÕES ENTRE LINGUAGEM, COGNIÇÃO E CULTURA

CAPÍTULO 1 – A BIOLOGIA DO CONHECER

1.1 A Biologia do Conhecer: Um Mecanismo Explicativo para a Fenomenologia Humana

A Biologia do Conhecer caracteriza-se como uma teoria do viver e do observar, fornecendo um mecanismo gerativo cujo movimento produz, dentre outros fenômenos, os organismos vivos em geral, incluindo os seres humanos, e os fenômenos que observamos no domínio de sua existência. A fenomenologia humana é explicada por essa teoria como o fruto de uma relação histórica e dinâmica entre a fisiologia e a conduta ou comportamento. Enquanto um mecanismo gerativo, a Biologia do Conhecer é uma teoria científica. Enquanto uma reflexão sobre os modos de viver e de conhecer, na relação dos seres humanos com outros seres, em um meio, é uma reflexão filosófica, epistemológica (Maturana, 1978, 1988a-b, 1990a-b, 1995, 1998, 1999a-k, 2001a-e; Maturana & Varela, 1972, 1984; Maturana, Mpodozis & Letelier, 1995).

O conjunto teórico da Biologia do Conhecer inclui pressupostos ontológicos e epistemológicos tomados nesta tese como balizas que orientam tanto o olhar sobre outras teorias e explicações científicas para linguagem, cognição e cultura, quanto as escolhas de ferramentas fornecidas por essas teorias, para o propósito de descrever observações da comunidade dos Tipis, em termos de uma etnografia e de uma análise conversacional *stricto sensu*.

Neste Capítulo, volto-me para formulações teóricas da Biologia do Conhecer tais como uma distinção entre os seres autopoieticos e as máquinas; o determinismo estrutural; o papel do observador nas atividades ontológicas e epistemológicas constitutivas dos objetos da realidade; a distinção fenomênica e a congruência operacional dos domínios da fisiologia e do comportamento; a cognição como processo decorrente da congruência operacional de seres autopoieticos em acoplamentos estruturais; a linguagem como coordenações de coordenações de ações; a cultura como padrões históricos de ações comunicativas. Além desses, outros fenômenos não tratados aqui, também decorrentes do acoplamento estrutural dinâmico dos seres vivos no meio, como o psíquico, o mental, o espiritual, a autoconsciência, a questão da objetividade, são gerados a partir do mecanismo explicativo proposto pela Biologia do Conhecer (Maturana, 1999a). No Anexo 1, apresento um glossário com descrições de termos desse mecanismo explicativo.

As formulações da Biologia do Conhecer tratadas neste Capítulo são consideradas relevantes para uma compreensão e/ou discussão de esforços teóricos que se voltam para inter-relações entre linguagem, cognição e cultural e que são aqui agenciados para abordar a observação da comunidade dos Tipis.

1.2 A Teoria da Autopoiese

Maturana & Varela (1972; 1984) elaboraram o que à época foi denominado de *Teoria da Autopoiese*, um modelo explicativo sobre o que os seres vivos são, concebendo linguagem, cognição e cultura para além de suas manifestações de pertencimento sociológico. Esses autores correlacionaram tais fenômenos entre si e com a fisiologia humana e os distinguiram dela. Seus textos expressam uma concepção sistêmica da fenomenologia dos seres vivos, com a particular característica de não reificar os fenômenos relacionais.

Assim, para a Biologia do Conhecer, fenômenos relacionais como a linguagem e a cultura surgem em processos de distinção de relações peculiares entre seres vivos e o meio. A partir daí, tratamo-los como objetos, como abstrações dessas configurações relacionais. Particularmente no caso da cognição, ela é descrita como uma atividade do ser vivo no meio. Nessa atividade surgem os objetos e as relações entre objetos e sua estabilização enquanto tais.

A propósito do trabalho de Maturana, Magro (1999a: 11-12) observa que

a insistência no modo de raciocinar parece [...] crucial para a compreensão da novidade [dos seus textos e que] apesar de [ele] ser um teórico criativo, capaz de ilustrar suas idéias com exemplos vívidos e analogias notáveis, seu estilo é rigoroso e não raro denso, de uma circularidade que por vezes incomoda, mas que é preciso ser compreendida como indissociável de seu próprio pensamento.

Nos anos 60 de Século XX, havia um predomínio de abordagens computacionais para fenômenos cognitivos e lingüísticos. Assim, em uma espécie de reação à predominância teórica, Maturana & Varela (1972; 1984) distinguiram os seres vivos das máquinas a partir de um tipo particular de organização celular que denominaram de *organização autopoietica*. Para eles, as máquinas são realizadas como *sistemas alopoiéticos*, sistemas mecânicos, produzidos por outros, havendo sempre alguém que os programa, que os informa, para executarem uma determinada tarefa. Os seres vivos, por sua vez, realizam-se como *sistemas autopoieticos*, sistemas dinâmicos e históricos, que produzem a si mesmos.

Conforme essa teoria, os *sistemas autopoieticos* são fechados para interações instrutivas do meio. O meio não causa mudanças no funcionamento de um *sistema autopoietico*, mas, no encontro entre ser vivo e meio, eventos particulares podem desencadear tais mudanças. Com efeito, dos vários eventos que um observador pode distinguir em nossas interações em um meio particular de ações, apenas alguns podem gerar relações que os autores chamam de *perturbações*. As *perturbações* mudam o curso das mudanças estruturais que ocorrem continuamente na dinâmica fisiológica do organismo, incluindo o sistema nervoso.

A restrição aos eventos que podem desencadear *perturbações* é decorrente do *determinismo estrutural*, ou seja, de uma dinâmica de funcionamento estrutural acoplado ao meio. Segundo tal dinâmica, aquilo que ocorre a um organismo, enquanto ele conserva suas propriedades estruturais e sua congruência com o meio, ocorre no âmbito das características estruturais desse organismo. As restrições quanto ao que pode ser uma *perturbação* para um organismo resultam, simultaneamente, da história da espécie a que o indivíduo pertence e da sua história de vida. O que pode ser uma *perturbação*, a cada momento, na dinâmica dos seres vivos, depende, portanto, da articulação entre filogenia e ontogenia, como também do instante estrutural em que se dá o encontro entre ser vivo e o meio.

Se ocorre uma *perturbação* que altera a dinâmica estrutural do ser vivo, ao mesmo tempo em que seu modo de organização autopoietica e seu acoplamento estrutural se conservam, ele segue vivendo de modo congruente com o meio, de maneira adequada ao seu viver. Se, ao contrário, ocorre um evento que leva o organismo a perder sua organização autopoietica e sua congruência com o meio, então ele se desintegra, ele morre. A essas relações os autores dão o nome de *interações destrutivas*.

Assim, as mudanças estruturais de um organismo, sendo congruentes com as transformações que ocorrem no domínio operacional de suas ações, são determinadas pelas próprias características estruturais desse organismo.

Na dinâmica de *acoplamento estrutural* entre organismo e meio, o organismo e o meio surgem juntos. As entidades do mundo surgem em contínuas atividades constitutivas de domínios consensuais. Os organismos fazem surgir esses objetos consensuais através de operações de distinção que especificam tanto essas entidades quanto seu domínio existencial. Em ordens sucessivas de distinções, no linguajar, os seres humanos trazem à mão os mundos – os objetos, incluindo a própria consciência de si mesmos e o meio, com os quais e nos quais atuam conjuntamente. Esses mundos de objetos não existem independentemente da constituição biológica dos seres humanos e de suas atividades cognitivas, lingüísticas, históricas, culturais.

A Teoria da Autopoiese constitui, pois, uma explicação dos seres vivos que não comporta sua concepção em termos de máquinas lógico-computacionais, do modo como foi feito pelas Ciências Cognitivas, especialmente nos seus primeiros anos, conforme abordagens históricas das ciências cognitivas assinalam (Dupuis, 1996; Gardner, 1985; Magro, 1999b). Maturana & Varela (1972, 1984) nos convidaram a dirigir um olhar particular para o nosso presente de seres vivos como o presente de duas histórias entrelaçadas: a filogenética e a ontogenética. Com isso, é também particular o olhar histórico e dinâmico para a fenomenologia biológica e relacional que podemos observar no encontro entre o ser vivo e o meio, ao longo de sua existência.

Em meados dos anos 80, tomando por base o mecanismo explicativo proposto na Teoria da Autopoiese, Maturana e colaboradores, agora sem a participação de Francisco Varela, passaram a desenvolver a Biologia do Conhecer. Sob esse título, Maturana dedicou-se em especial às consequências daquela visão particular dos organismos para a compreensão dos fenômenos cognitivos, lingüísticos e sociais, explorando assim a reflexão sobre os seres humanos e seu mundo.

1.3 A Emergência dos Mundos Consensuais dos Observadores

Uma das consequências da visão autopoietica dos organismos é a postulação de que não há um mundo independente dos seres que conhecem e nele vivem. Dessa postulação, por sua vez, decorrem uma fecunda distinção de caráter epistemológico e com implicações científicas, políticas.

Sendo dependente dos sujeitos que o enunciam, o mundo configurado na linguagem e como linguagem não pré-existe à existência do observador e ao seu ato cognitivo básico de distinguir. Com esse ato, o observador especifica, simultaneamente, o objeto e o meio do qual ele o destaca nessa atividade. Todas as distinções, referências, explicações e afirmações são feitas por ele.

Tudo é dito por um observador, a um outro observador, que pode ser ele mesmo (Maturana, 1999b: 53), diz um dos axiomas que orientam nosso olhar quando estamos operando de acordo com o modo teórico de ver acima especificado. Tal axioma implica não só a inexorável presença do(s) observador(es) em qualquer afirmação sobre sua experiência de viver um mundo com outros, como também traz à luz a importância da linguagem nos afazeres humanos. A realidade, então, configura-se como “um domínio no qual entidades surgem através de coerências operacionais do observador que o constitui” (Maturana, 1999k: 255). Conforme essa visão, não fazemos referência a nada cuja existência seja supostamente independente de nós mesmos, os seres que distinguem e nomeiam os objetos.

Na pergunta sobre as habilidades cognitivas humanas, um cientista ou um filósofo pode postular a existência de uma *realidade* que é única e independente de nós mesmos. Para esse cientista ou filósofo, cabe à reflexão desvendar tal *realidade* independente, ainda que ela esteja encoberta por filtros, ainda que sua “essência” não seja dada ao nosso conhecer. A esse modo de fazer ciência ou filosofia Maturana (1999k: 248-255; 2001b) chamou *Domínio das Ontologias Transcendentes* ou *Caminho Explicativo da Objetividade sem Parênteses*.

Conforme Maturana (1999d: 80) observa, temos uma experiência diária de circularmos em um mundo cuja existência parece não depender de nós. Em decorrência disso, habitualmente desprezamos situações de *ilusões* e *alucinações*, porque, nesses casos, a presença dos objetos que distinguimos parece depender do nosso ato de

distingui-los. Nossa experiência de viver assim coincide com o fato de que, na linguagem, ocorre de operarmos com objetos como se eles existissem independentemente de nossas ações. Os cientistas que se situam no *Domínio das Ontologias Transcendentes*, por sua vez, em consonância com as decorrências da nossa experiência de viver em um mundo de objetos independentes, vêem a ciência como um domínio no qual o conhecimento é objetivo, direta ou indiretamente acessível à percepção. Nesse Domínio, considera-se que aquilo que valida a explicação científica é algo objetivo, observado no seu sucesso operacional.

Na Biologia do Conhecer, a consideração do observador, ou seja, a pergunta por uma explicação biológica das suas habilidades cognitivas define o *Domínio das Ontologias Constitutivas* ou o *Caminho Explicativo da Objetividade entre Parênteses* (Maturana, 1999b; 1999d; 1999k; 2001a; Graciano & Magro, 1999). Conforme Maturana (1999k: 251), nesse caminho:

a existência é constituída com o que o observador faz, e o que o observador faz traz à mão objetos que ele ou ela distingue em suas operações de distinção, como distinções de distinções na linguagem. Além disso, os objetos que o observador traz à mão em suas operações de distinção surgem dotados de propriedades que realizam as coerências operacionais no domínio da práxis do viver no qual são constituídos.

Uma decorrência epistemológica e política do *Caminho Explicativo da Objetividade entre Parênteses* – que se associa à postulação de que os mundos, os objetos consensuais, são dependentes dos seres que conhecem e nele vivem – estende-se, por exemplo, a uma descrição das explicações científicas segundo a qual elas não são intrinsecamente válidas ou melhores do que outras explicações geradas em outros domínios de ação dos seres humanos. Elas são adequadas ao domínio de ação no qual são efetivadas “e se relacionam com as coordenações operacionais dos membros dessa comunidade, em circunstâncias nas quais são membros dessa comunidade as pessoas que usam e aceitam [o critério de validação por elas estabelecido]” (Maturana, 1999d: 83). Desse modo,

as explicações científicas são mecanismos gerativos, isto é, são proposições de processos que dão origem aos fenômenos a serem explicados como resultado de seu operar e são aceitas como tais na comunidade dos cientistas na medida em que satisfazem, com outras condições [consideradas como o método científico], o critério de validação das afirmações científicas estabelecidas por essa mesma comunidade (Maturana, 1999d: 81).

Os aspectos do mecanismo explicativo da Biologia do Conhecer tratados nesta Seção trazem para o campo da ação social, das escolhas políticas e culturais, a atribuição de um valor especial ou intrinsecamente superior às explicações científicas,

ao permitir entendermos a validade científica em termos de uma conduta adequada, mas não em termos de um valor absoluto para qualquer domínio de ação. “A conduta adequada é a conduta que é congruente com as circunstâncias nas quais ela se realiza” (Maturana, 1999b: 62). Assim, considerando a existência de muitos domínios possíveis de ação, o que é validado em um domínio pode não sê-lo em outro. Essa validação se dá como uma adequação condutual, como escolhas que os membros de uma comunidade fazem, e não se refere a uma propriedade intrínseca do que é validado.

Nas Seções que seguem são abordados aspectos aqui considerados importantes para uma compreensão da postulação, gerada pelo mecanismo explicativo formulado pela Biologia do Conhecer, de que os mundos são dependentes dos seres que conhecem e nele vivem, surgindo em atividades cognitivas de distinções consensuais, em coordenações de coordenações de ações consensuais dos seres vivos. Também são abordadas decorrências de tal postulação, em termos do modo como, nesta investigação, estou entendendo linguagem, cognição e cultura.

1.4 Fisiologia e Conduta: Domínios Distintos e Mutuamente Gerativos

Como foi dito anteriormente e em consonância com a Teoria da Autopoiese, a Biologia do Conhecer descreve o organismo humano como um sistema determinado estruturalmente, *operacionalmente fechado* para instruções do meio. Nos organismos que dispõem de sistema nervoso, a relação organismo-meio se dá da mesma forma, uma vez que o sistema nervoso é concebido nessa teoria como sendo também operacionalmente fechado a instruções do meio. No dizer de Maturana (1999d: 110-112), nosso aparelho sensorial funciona como uma rede neuronal fechada e, enquanto tal, não capta informação ou instrução do meio, apenas promove mudanças neuronais cabíveis no encontro entre ser vivo e meio. Se concordo com essa descrição, tenho como consequência a compreensão de que, constitutivamente, não operamos com representações mentais do meio nem precisamos delas para conhecer.

O nosso processo de sermos humanos ocorre em dois domínios de existência que fluem juntos, de maneira estruturalmente acoplada, embora sejam domínios operacionalmente distintos, que não se intersectam: o domínio da nossa fisiologia e o domínio de relação – que um observador vê como um domínio de conduta ou modo de vida (Maturana, 1998; 1999a; 2001a). Um domínio, no entanto, não é explicável em termos do outro. Eles devem ser compreendidos cada um em sua própria legitimidade (Maturana, 1999e).

Maturana afirma então que os fenômenos e processos dos domínios da fisiologia e da conduta não pertencem um ao outro, embora exista uma relação gerativa entre eles: a dinâmica fisiológica de um organismo no meio dá origem ao ser vivo como uma totalidade. A conduta surge como resultado dessa dinâmica. Além disto, e

ainda como uma postulação do determinismo estrutural, tudo aquilo que um ser vivo pode fazer em um meio depende inteiramente da sua fisiologia, ou seja, está determinado por sua estrutura. Por sua vez, a fisiologia que dá origem à conduta é modulada pela dinâmica comportamental, que é um processo de interações de um organismo biológico. Fisiologia e conduta, portanto, configuram-se mutuamente, reflexiva, recursiva e historicamente. Uma abordagem do surgimento na nossa biologia como uma construção que é, a um só tempo, biológica, social e cultural, é o que também podemos ver nos trabalhos desenvolvidos em seus próprios termos por Oyama (2000) e Tomasello (2003).

1.5 Linguagem, Cognição e Cultura enquanto Fenômenos Relacionais

Na perspectiva da Biologia do Conhecer, os fenômenos relacionais do nosso ser humano – dentre eles a cognição, a linguagem e a cultura – não são adequadamente descritos se o cientista tenta abordá-los como fenômenos que se dão no interior do domínio da fisiologia, ainda que dependam do organismo e existam através dele. Esses fenômenos se dão no domínio da dinâmica comportamental. Eles não se reduzem à operação do organismo nem de parte dele, como, por exemplo, do sistema nervoso. Constituem expressões de acoplamentos estruturais, de ações comportamentais dos nossos organismos biológicos situados em um meio. A compreensão desses fenômenos tal como propiciada pela Biologia do Conhecer é, pois, bastante distinta das postulações que prevêm a redução desses dois domínios fenomênicos.

A *cognição* é entendida pela Biologia do Conhecer como uma ação efetiva no meio. É a expressão de uma congruência operacional de dois domínios de ações distintos – o do comportamento e o da fisiologia –, em um constante fluir de mudanças estruturais de organismos em acoplamento estrutural, em um meio de ações particulares, que inclui outros organismos. “Viver é conhecer, conhecer é viver”, diz outro aforisma decorrente da teoria, que explora a congruência operacional entre ser vivo e meio como condição de possibilidade de existência do ser vivo (Graciano & Magro, 1999: 21).

É importante notar que diferentes organismos trazem à mão mundos diferentes, conhecem diferentes realidades. Tal afirmação não deve ser compreendida como uma postulação de um solipsismo, uma vez que as histórias filogenética e ontogenética participam daquilo que podemos fazer e essa participação guia a emergência interacional dos mundos coletivos em que vivemos. O *conhecer* está, portanto, relacionado tanto com o estado presente de um organismo quanto com a sua história de acoplamentos estruturais.

A Biologia do Conhecer atribui uma importância peculiar à linguagem, tanto na constituição do observador quanto na distinção, conservação e estabilização dos mundos observados. Tal importância desautoriza a idéia de que a noção de cognição

presente nessa teoria ou tornada possível nesse mecanismo gerativo não faz jus ao que os seres humanos, por exemplo, podem “conhecer”. A importância que a linguagem tem no mecanismo proposto por essa teoria também desautoriza avaliar que a noção de cognição só serve para referir a seres vivos de primeira ordem, os unicelulares, ou seres muito simples.

Para a Biologia do Conhecer, se me proponho a observar a *linguagem*, o que observo é um tipo de congruência operacional dos organismos no meio, é um tipo de *conduta* desses organismos. O *linguajar* configura-se como um âmbito particular de interações e ações recorrentes, recursivas e consensuais, em um meio (Maturana, 2001b: 72). No dizer de Maturana (1999a), a linguagem surge como coordenações de coordenações de ações.

No estabelecimento de um domínio de interações e de convivência, as dinâmicas corporais – por exemplo, as *emoções*, entendidas como as disposições corporais para a ação – e o momento estrutural dos indivíduos favorecem que eles coordenem ações e distinções consensuais em uma dinâmica recursiva, sendo possível, assim, promover transformações em suas dinâmicas de ações e dinâmicas corporais internas, que podem estabilizar coerências operacionais nos domínios da fisiologia e da conduta.

Em um espaço de interações particulares, as *emoções* especificam o curso de ações de um agente. Quando observamos um organismo em suas circunstâncias, vemos suas relações e interações, mas descrevemos o curso de tais relações e interações como conduta, como um comportamento (Maturana, 1999e: 113).

A *conversação*, então, é vista como o entrelaçar consensual de linguagem e emoções (Maturana, 2001e: 179) e as *culturas* dos diversos agrupamentos humanos são descritas como redes fechadas de conversações (Maturana, 1999g). O termo *conversação*, dizendo respeito especificamente ao *entrelaçar consensual de linguagem e emoções*, é distinto do termo *conversa*, com o qual, nesta tese, ora conoto qualquer evento lingüístico-interacional ora conoto o específico *sistema de troca de fala* descrito por Sacks, Schegloff & Jefferson (1974). Ao termo *conversa*, Schegloff (1988: 93) afirma preferir o termo *fala-em-interação*.

1.6 Os Recursos Comunicacionais e Lingüísticos como Conotações de Coordenações de Coordenações de Ações

Os objetos que um observador pode distinguir como o significado semântico das interações, a gramática envolvida nelas, os símbolos, as palavras, o léxico emergem do processo e esforço de uma determinada coordenação de coordenação de ações entre indivíduos, em um determinado domínio de ações discursivas, de maneira co-ocorrente com correlações de atividades da rede neuronal.

Os mencionados objetos constituem distinções descritas por um observador, configuradas conjuntamente, nos fluxos recorrentes de coordenações de coordenações de ações. É necessário, portanto, que ocorra um determinado fluxo de coordenações de coordenações de ações para surgir uma maneira específica de coordenação regular de ação que vai atender a um determinado fluxo de coordenação de coordenação de ações.

Esses objetos exibem uma estabilidade dinâmica: nem são absolutamente instáveis nem absolutamente fixos. São contingentes com as ações e as emoções das interações particulares, sendo sensíveis à variabilidade decorrente das culturas ou padrões de ações interacionais. Eles são configurados na concatenação processual de ações, se estabilizam na recursividade das coordenações de coordenações de ações consensuais e das distinções de distinções de objetos e sentidos e emergem (re)formulados, na interação discursiva, em um campo pragmático.

O que distinguimos como o significado dos objetos trazidos à mão nas nossas interações não está nas palavras nem nas funções gramaticais. Esse significado é constituído historicamente, *nos fluxos* dessas interações, sendo especificado momomento a momento, pelos participantes das atividades interacionais, ou *a posteriori*, por um analista dessas atividades. Em um caso ou no outro, tal especificação é elaborada e reelaborada, em conformidade com o fluir interacional dos interlocutores e com as conseqüências desse fluir. Mondada (1998b, 2000c, 2002, 2003a, 2003b, 2004, 2005d) analisa conversacionalmente esse processo como uma *referenciação*, fenômeno a que me reporto em momentos diversos deste trabalho.

Ao atribuir equivalências entre condutas, em um espaço relacional, um observador vê *símbolos* ou equivalências simbólicas entre essas condutas (Maturana, 1999e: 117-118). Nessa operação, uma dessas equivalências passa a ser símbolo da outra, sem que o observador se confunda. A *simbolização* consiste, pois, na conexão de duas situações diferentes, de modo que uma substitui a outra no curso do conversar daquele ou daqueles que estabeleceram a relação em que uma situação substitui a outra.

Cada uma das equivalências estipuladas no processo de simbolização gera mudanças de estado no sistema nervoso, mas esse sistema não distingue a origem de suas mudanças de estado e muda frente às mesmas configurações de mudanças de relações de atividade, qualquer que seja o contexto em que essas mudanças surjam.

De acordo com essa descrição, o sistema nervoso não opera com símbolos, apenas gera mudanças de relações de atividades, movido por mudanças de relações de atividades. Para o sistema nervoso as equivalências simbólicas, o erro ou a ilusão não existem. Essas distinções estão no espaço relacional dos organismos, de acordo com o modo como participam no fluxo de interações lingüísticas do observador.

Conforme Maturana (1999e: 116-117):

a) As diferentes palavras que empregamos no âmbito humano e que aplicamos não só em nosso viver, mas também ao de muitos outros animais, correspondem a distintas dimensões que distinguimos no espaço relacional do animal às quais as aplicamos, e revelam, portanto, nossos diferentes modos de viver nossa experiência relacional. As palavras são nós de coordenações de coordenações de conduta, nas redes de conversações de que participam, e têm sentido ou significado nas condutas e emoções que coordenam como elementos da linguagem, de modo que diferentes palavras coordenam diferentes condutas e emoções. Por isso nunca dá no mesmo o uso de uma palavra em uma ou outra cultura e se se quer conhecer o significado de uma palavra, tem-se que olhar as condutas e emoções que ela coordena, assim como o domínio em que tais relações ocorrem. [... Deste modo]:

b) todas as dimensões do espaço ou domínio relacional do organismo são vividas de acordo com o modo de viver do organismo. Assim nós, seres que vivemos no conversar, vivemos todas as dimensões de nosso espaço relacional nas conversações e como conversações;

c) todas as formas de viver as diferentes dimensões do espaço relacional de um organismo se estabilizam e se conservam ou mudam de acordo com o modo de viver do organismo. Assim, em nosso caso, as diferentes conversações constituem nossas diferentes formas de viver nosso espaço relacional, se estabilizam como formas culturais segundo a dinâmica conservadora das conversações das comunidades a que pertencemos e mudam segundo a dinâmica de mudança cultural dessas comunidades; e, por último,

d) todas as formas de viver as diferentes dimensões do espaço de relação do organismo afetam todo o viver nele, ainda que o façam de diferentes maneiras, porque constitutivamente se entrelaçam na modulação da estrutura do organismo e seu sistema nervoso. Assim, em nós, as diferentes conversações que constituem nossos diferentes modos de viver as diferentes dimensões de nosso espaço relacional como *Homo sapiens sapiens* se entrelaçam na modulação do operar de nosso sistema nervoso e de nossa totalidade orgânica [...], de modo que todo nosso viver está sempre penetrado por um sentido que surge das diferentes conversações das quais participamos.

De acordo com a concepção de Maturana, as palavras correspondem a dimensões que distinguimos nos nossos espaços relacionais. Uma noção é gerada como uma abstração de uma experiência. Uma palavra conota uma abstração do modo como distinguimos a abstração que gerou a noção. Uma palavra é uma distinção de segunda ordem. Desenvolvendo essa compreensão, Maturana (1995) descreve a noção de *tempo*, por exemplo, não como uma entidade física, independente dos nossos modos de vida. Conforme sua descrição, o *tempo* surge como uma abstração das experiências do observador. A noção de *tempo* é gerada como uma abstração da ocorrência de processos em seqüência. A palavra *tempo* conota, pois, uma abstração do modo como distinguimos essa abstração, nas coerências de nossas experiências. Desse modo, considerando que cada *domínio de ação* ocorre com a sua particular

dinâmica de processos e, conseqüentemente, com a sua própria dinâmica de *tempo*, podemos considerar que há tantos sentidos para a palavra *tempo* quantas formas há de abstrair as regularidades das experiências de processos e seqüências de processos. Neste trabalho, nas Seções 6.4.2 e 6.4.8, analiso construções particulares da noção de *tempo*, em vivências observadas na comunidade dos Tipis.

1.7 Linguagem, Cognição e Cultura vs Relatividade e Determinismo Lingüísticos

As relações entre o objeto que conotamos como *realidade* e as expressões lingüísticas desse objeto constituem um tópico importante em reflexões sobre a linguagem, conforme podemos ver em diversas abordagens do tema (Browlin & Stromberg, 1997; Duranti, 2000b; 2000c; Gumperz, 1996; Maturana, 1988a, 1999k; Rorty, 1994; Rosch, 1987; Smith, 1996). Essas relações sugerem uma tomada de posição quanto a proposições sobre a relatividade e o determinismo lingüísticos, ou seja, quanto ao papel atribuído às línguas na produção de diferentes descrições dos mundos e/ou de diferentes modos de descrevermos os mundos. Franz Boas encarna uma referência importante nessas reflexões.

O conjunto conceitual de Boas dialoga com, refuta, expande elaborações de pensadores diversos. Ele considerou a idéia de Immanuel Kant de que categorias mentais são impostas pela experiência sensível. Do neokantismo, elaborou o pensamento de que a diversidade entre as categorias mentais dos povos está relacionada à sua cultura, sua raça, sua nação, com diferentes conseqüências nas experiências e expectativas desses povos. Do neokantiano Herder, Boas lançou mão da idéia de que cada língua tem uma irreduzível individualidade espiritual (cultural). Ao mesmo tempo em que desenvolveu a idéia de Wilhelm Humboldt de que em cada língua somente expressamos uma parte do pensamento completo, Boas rejeitou a sua visão de que algumas línguas são mais bem sucedidas do que outras. Ele considerou, ainda, a relatividade e o universalismo, de Humboldt. Assim, para a relatividade boasiana, a língua é um quadro apriorístico de cognição, que impõe uma organização sobre o fluxo de sensações apresentadas aos nossos sentidos. Como cada língua difere da outra e o modo como as pessoas experimentam a realidade é determinado pela língua, a forma que resulta da experiência do mundo é diferente de uma língua para outra. Já para o seu universalismo – a suposta unidade psíquica da humanidade – Boas sustenta a idéia de que o conjunto de habilidades individuais não varia entre culturas, de modo que todas as línguas partilham propriedades universais e devem expressar algumas noções gramaticais universais (Foley, 1997: 192-214).

Boas postulou que diferenças aparentes na sofisticação lingüística não refletem diferenças cognitivas, apenas ênfases diferentes nas culturas. Na sua acepção, *cognição* diz respeito a uma *capacidade biológica*, ao *conhecimento* tomado em ter-

mos de um funcionamento neurológico, em contraste com a *cognição* definida pela Biologia do Conhecer como ação efetiva, em termos das atividades relacionais dos seres humanos em um meio.

No escopo teórico da Biologia do Conhecer, a explicação da linguagem, da cognição e da cultura enquanto fenômenos relacionais contrapõe-se a uma consideração de uma língua como um quadro apriorístico classificatório. Nessa teoria, as línguas não são confundidas com o nosso aparato biológico, sendo descritas como aquilo que um observador pode distinguir como elementos que emergem na interação discursiva.

Os elementos lingüísticos são estabilizados nas histórias e nas ferramentas produzidas em diversas redes de conversações – como, por exemplo, nas nossas histórias de conversadores e na escrita – e usados de modos dinâmicos nas práticas sócio-lingüísticas e culturais efetivas, quando são negociados, ajustados, reformulados, em reiterações de interações discursivas, como ocorre inclusive com a escrita.

A explicação da linguagem, da cognição e da cultura proposta pela Biologia do Conhecer também se contrapõe a uma consideração de que os quadros lingüístico-gramaticais determinam, por si sós, a experiência. Essa teoria compreende a experiência como os atos cognitivos básicos de distinguir e configurar objetos em um meio, nas dinâmicas comportamentais dos seres que co-constroem domínios de consenso e objetos consensuais.

O caráter relacional das línguas e das culturas – vistas pela Biologia do Conhecer como padrões de ação comunicativa que se estabilizam juntamente com os sistemas sociais, ao longo de gerações – coaduna-se com a postulação boasiana de que as diferenças entre línguas resultam de ênfases diferentes nas culturas. Contudo, Boas transita do domínio do comportamento para o domínio fisiológico ao utilizar o argumento da variabilidade cultural como gerador da variabilidade lingüística para afirmar uma similitude ou um universalismo da cognição, entendida no quadro boasiano como um funcionamento neurológico. Com efeito, no quadro teórico da Biologia do Conhecer, a cognição, ao mesmo tempo em que se correlaciona com a *história filogenética* das espécies, não ocorre como um padrão universal, sendo um fenômeno relacional e, portanto, situado, correlacionado às redes fechadas de conversações dos diversos agrupamentos humanos, aos padrões de ações interacionais de grupos específicos, em uma palavra, à *história cultural* dos grupos sociais. Um tratamento da aprendizagem como uma atividade social e culturalmente situada, em consonância com o mecanismo de cognição da Biologia do Conhecer, pode ser vista em Sinha (1999).

Como vimos anteriormente, no escopo da Biologia do Conhecer, embora se postule uma relação gerativa entre os domínios comportamental e fisiológico, os fenômenos e processos de cada um não são tratados como pertencendo ao outro. Nessa teoria, a relação gerativa entre a fisiologia (cognição boasiana) e o comportamento (língua

e cultura) é descrita de um modo menos direto e biunívoco do que a postulação de Boas parece sugerir.

O fato de um observador ver sujeitos coordenando suas coordenações de ações em situações reais de conversa não se confunde com o funcionamento do nosso aparelho sensorial, do nosso espaço sináptico. O que um observador vê e descreve como comunicação é algo que ocorre no espaço relacional desses sujeitos, inclusive do observador. Simultaneamente ao fenômeno relacional ocorrem fenômenos fisiológicos. Todavia, a coerência do acoplamento estrutural que um observador vê como coerência de conduta não implica que os sistemas nervosos estejam trocando seus padrões sinápticos ou que suas sinapses sejam idênticas, embora esses sistemas nervosos estejam gerando em si mesmos mudanças desencadeadas pelas *perturbações*, pelas relações particulares do organismo com o meio.

Ao desencadear mudanças estruturais, mudando o curso das mudanças que ocorrem continuamente na dinâmica fisiológica do organismo, as *perturbações* podem fazê-lo de modos coerentes com outras configurações de mudanças de estado que o sistema nervoso experimentou. A coerência de conduta que um observador experimenta decorre dessa coerência entre mudanças de estado fisiológico. A origem dessa *perturbação*, no entanto, não importa para o sistema nervoso. O que conta é que ela movimenta certa configuração de mudança de estado.

Para a Biologia do Conhecer, a cognição, como de resto todos os fenômenos relacionais que constituímos no linguajar, configura-se de acordo com o modo como os seres humanos participam do fluxo de suas interações. O caráter histórico desses fenômenos não autoriza a postulação de que os hábitos lingüísticos predisõem certas escolhas de interpretação, uma vez que, na efetividade desses fenômenos, as disposições corporais, juntamente com outras contingências interacionais atuam na configuração dos nossos mundos de objetos.

No âmbito da Biologia do Conhecer nenhum aspecto fisiológico ou relacional isolado determina a complexidade da fenomenologia relacional humana. Postula-se um determinismo estrutural, ou seja, a descrição da operação dos seres vivos de acordo com o jogo das propriedades dos componentes desses sistemas. Mesmo assim, essa concepção não descreve a estrutura dos organismos em termos de uma determinação genética, por exemplo.

A Biologia do Conhecer trata ambiente e genes como constitutivos dos seres vivos. A estrutura dos organismos é concebida como decorrente da deriva de histórias filogenéticas e ontogenéticas. Desse modo, assim como os fenômenos relacionais, o nosso corpo e suas possibilidades estruturais surgem como uma construção social, cultural, a partir do entrelaçamento de histórias filogenéticas e ontogenéticas. Como

observei anteriormente, concepções semelhantes, sobre a relação genes-cultura podem ser vistas em Oyama (2000) e Tomasello (2003).

Em decorrência desse modo inter-relacional de descrever a fenomenologia da conduta humana, devemos considerar que uma ou várias línguas fazem parte do complexo conjunto de fatores que atuam na formulação linguageira da experiência e nas interpretações da experiência e da linguagem. Contudo, fatores relacionados à contingencialidade das atividades interacionais são legitimamente integrados pela teoria de Maturana e assumidos na concepção de linguagem que ponho em movimento neste trabalho.

Para a Biologia do Conhecer, os fenômenos relacionais, dentre eles a linguagem, a cognição e a cultura, configuram-se de acordo com o modo como os seres humanos participam do fluxo de suas interações. Tal modo de conceber esses fenômenos desautoriza a postulação de que os hábitos lingüísticos isoladamente predis põem certas escolhas interpretativas.

1.8 Linguagem, Cognição e Cultura: Fenômenos Sistêmicos e Dinâmicos

No escopo da Biologia do Conhecer, os fenômenos relacionais são compreendidos como processos e ações sistêmicos, relacionais, interacionais, fortemente imbricados, recursivos, dialógicos, históricos, culturalmente situados, decorrentes dos modos como vivemos. Compreende-se que o comportamento cultural é constituído em padrões de ações sociais que, juntamente com os sistemas sociais, se estabilizam ao longo de gerações, mesmo que membros individuais do sistema social sejam substituídos. Nessa visão, a linguagem, a cognição e a cultura constituem o próprio processo de configuração dos mundos de objetos aos quais nos referimos, constituindo, assim, aquilo que observamos no viver social dos seres humanos.

Quanto ao seu potencial explicativo, Magro (1999b: 23-24) observa que,

(...) da adoção das idéias [da Biologia do Conhecer] resulta um espaço de reflexões que engendra, com consistência e elegância, uma explicação para ¹

1. nossa experiência de viver na linguagem como incluindo legitimamente tanto a variabilidade interpretativa entre seres humanos individuais bem como pelo mesmo sujeito (ou seja, intra- e intersubjetiva), quanto a experiência da congruência interpretativa;

2. as redes de conversação de que participamos ao longo da vida como textos prévios que retecemos/reatuamos contingentemente, trazendo a história e as circunstâncias para dentro de nosso falar sobre a linguagem;²

¹ “Em Magro (1996) aponte algumas dessas possibilidades que surgem com o trabalho de Maturana.” Nota de Magro (1999b).

² “Sobre a noção de textos prévios (prior texts) ver Becker, 1988 e 1991b.” Idem, ibidem.

3. nossas dificuldades comunicacionais como suplantáveis através de esforço conversacional e fazendo-se atenção para as emoções que especificam os espaços de discordâncias — em oposição à afirmação de que uma realidade independente do observador é a fonte de validação de todas as nossas crenças, e que sentenças ou textos construídos de acordo com regras de uma língua carregam, por si mesmas, significados que poderiam ser instantaneamente apreendidos por ouvintes eficientes;³
4. as conversações como coordenações de ações que entrelaçam linguajar e emocionar num fluir de resultados diferenciais para os interlocutores nelas envolvidos;⁴
5. a atividade lingüística, ou *o linguajar*, como ademais todas as atividades que realizamos no meio em que vivemos, como modulando nossa fisiologia e ao mesmo tempo sendo por ela modulada;
6. a efetividade do viver na linguagem em trazer à mão mundos coletivos contingentes, ou seja, a efetividade da linguagem na produção, modificação e na manutenção daquilo que vivemos como realidade;
7. a efetividade da linguagem na produção e na manutenção de fenômenos tomados habitualmente como substantivos, como propriedades intrínsecas do humano como, por exemplo, a própria linguagem, a cognição e a consciência;⁵
8. a história de interações entre membros de um grupo que coordena suas ações na linguagem e que resulta na emergência daquilo que se chama de código, de conceito, de significado. Aqui, estes não são condições prévias para se viver na linguagem, mas um produto de um modo particular de viver.⁶

O conjunto teórico formulado na Biologia do Conhecer permite, pois, equacionar a estabilidade e a mudança observáveis na linguagem, na cognição e na cultura, fornecendo uma chave para uma compreensão da ação humana como o fluir de construções de distinções, objetos e abstrações. Conforme esse mecanismo explicativo, essas construções podem vir a ser tratadas como consensuais e se dão como histórias de entrelaçamentos entre coordenações de ações, emoção e momento estrutural. O(s) observador(es) gera(m) noções a partir de abstrações de suas experiências. As palavras, por sua vez, conotam abstrações dos modos como os observadores distinguem tais objetos, na coerência das suas experiências. Nesse processo, tratamo-las como teias de significados e símbolos das distinções que fazemos de nossas atuações em diversos espaços relacionais.

Na perspectiva desta investigação, voltada para uma descrição etnográfica de experiências observadas na comunidade dos Tipis e para uma análise da interação

³ “Reddy, 1979.” Idem, ibidem.

⁴ “Smith, 1988”. Idem, ibidem.

⁵ “Maturana, 1990a; Núñez, 1997; Smith, 1997c.” Idem, ibidem.

⁶ “Hopper, 1988 e 1989; Maturana, 1988a; Smith, 1997b”. Idem, ibidem.

conversacional de uma reunião da Associação de Moradores do lugar, a Biologia do Conhecer é tomada como um mecanismo que gera ou explica adequadamente os vários domínios nos quais realizamos a fenomenologia humana. Com isso essa teoria também é vista aqui como um adequado suporte epistemológico para descrições não-autonomistas, não-instrumentalistas, de eventos em que se inter-relacionam a linguagem, a cognição e a cultura, tratados como fenômenos relacionais. Avalio ainda que a concepção de linguagem da Biologia do Conhecer é compatível tanto com uma análise *ética* quanto com uma análise *êmica*, guardadas as distinções dos objetos trazidos à mão, em cada uma dessas análises, e mantida uma atenção, nas duas análises, para a dimensão emergencial dos fenômenos relacionais.

CAPÍTULO 2 – O TRATAMENTO POLÊMICO DA LINGUAGEM COMO AÇÃO

2.1 Pensando o Mundo Humano como Linguagem

“O caráter envolvente da linguagem humana, isto é, a impossibilidade de pensar o mundo sem a [sua] mediação” (Rajagopalan, 1996a: 113) vem sendo objeto de formulações, discussões, reformulações, ao longo do Século XX, como também em produções recentes deste início do Século XXI. Richard Rorty denominou de ‘virada lingüística’ o movimento de colocar a questão semântica no lugar central das preocupações filosóficas, em substituição à epistemologia. Essa “virada” motivou filósofos como Gilbert Ryle, Ludwig Wittgenstein e John Langshaw Austin a fazerem uma reflexão segundo a qual a opacidade da linguagem deixou de ser aquilo que impedia um contato nosso com o mundo e passou a ser vista como a condição natural e própria da linguagem.

Juntamente com o seu caráter envolvente, as dimensões social, cultural, situada, inter-subjetiva da linguagem têm favorecido que lingüistas e autores não tipicamente classificados como lingüistas, antropólogos e sociólogos venham dirigindo suas reflexões para as ações sociais do viver humano, voltando-se para os modos como expressamos a nossa experiência com o mundo e exibimos processos de conhecer, atuar em, pertencer a um agrupamento sócio-cultural, entrelaçando-nos com outros agrupamentos sócio-culturais.

O esforço retórico do filósofo austríaco Wittgenstein favoreceu o abandono de uma argumentação *preconceituosa* sobre a linguagem e a adoção de uma concepção performativa para as explicações sobre esse objeto, visto no seio de uma heterogeneidade de práticas comportamentais.

Uma tentativa pioneira de levar em conta a mencionada heterogeneidade de práticas comportamentais foi formulada pelo lingüista inglês John Rupert Firth. O seu trabalho é caracterizado por manter uma tensão entre uma concepção de gramática e de cognição baseada em uma ortodoxia mentalista e internalista e uma proposição heterodoxa segundo a qual estudos da linguagem ordinária deveriam considerar o contexto de sua efetividade. O seu pioneirismo traduziu-se na exortação a que os lingüistas olhassem para as pessoas e seus comportamentos específicos, o cenário e os equipamentos acessórios, as palavras e o que ocorre antes, durante e depois que são proferidas.

O enfoque geral da concepção de linguagem como ação formulada pelo filósofo inglês John Langshaw Austin não reifica nem os mecanismos gramaticais da linguagem nem os objetos configurados na ação lingüística. Fecunda e sintonizada com o contexto acadêmico no qual foi formulada, a reflexão austiniana ensejou particularidades que tanto permitiram desenvolvimentos contínuos ao pensamento lingüístico

objetivista quanto indicaram a possibilidade de serem desenvolvidas análises radicalmente comprometidas com a linguagem como ação. Essas análises favoreceram críticas a abordagens psicológicas e universalistas, como também ao individualismo de uma noção de intencionalidade. O trabalho de Austin, porém, é avaliado aqui como de grande importância para uma compreensão e análise da linguagem como uma ação social, emergente, situada e contingente. A ausência de um componente procedural no trabalho de Austin sinaliza para a oportunidade de se abordar detalhadamente aquilo que os participantes de um ato de fala fazem quando dizem o que dizem.

Os nexos entre a vida social, a cultura e a linguagem têm sido abordados por perspectivas filosóficas, lingüísticas, sociológicas, antropológicas que descrevem e inter-relacionam de modos distintos os domínios biológico, cultural e social. Assim, neste Capítulo, a partir de proposições básicas de autores como Wittgenstein, Firth, Austin, John Searle e Daniel Vanderveken, Ward Goodenough, Bronislaw Malinowski e Clifford Geertz, tematizo fatores diversos a serem considerados em análises lingüístico-interacionais. A avaliação dessas abordagens visa à especificação: (a) de um quadro conceitual para uma descrição *ética*, de caráter etnográfico, do viver na comunidade dos Tipis e; (b) da Análise Conversacional de inspiração etnometodológica como um modelo que permite uma descrição *êmica*, de caráter procedural, da emergência de objetos de discurso em uma reunião da Associação dos Moradores dos Tipis.

2.2 Preconceitos, Confusões e Ilusões Gramaticais: A Terapêutica Wittgensteiniana para o Pensamento Filosófico Ortodoxo sobre a Linguagem

Uma contribuição importante no polêmico tratamento da linguagem como ação situada reside na obra do filósofo austríaco Ludwig Wittgenstein. O seu trabalho tem sido lido a partir de pelo menos três interpretações: a *retórica*, a *normativa* e a *dos jogos*, conforme Davis (1999) aponta.

Uma *interpretação retórica* das *Philosophical Investigations* (1953) destaca o interesse do seu autor no melhor meio de desafiar o fundamento autonomista da lógica clássica, de questionar os modos tradicionais de ver a linguagem e, com isso, de desvincular sua audiência do modo filosófico, então canônico, de refletir sobre esse objeto. Assim, como que reagindo ao pensamento dominante no seu próprio tempo, o Wittgenstein retórico procurou livrar os teóricos das restrições que a academia impunha ao objeto *linguagem*. Ele também tentou livrá-los dos obstáculos geradores de ruídos e confusões na argumentação da descrição acadêmica do objeto. Essas tarefas foram perseguidas através do questionamento do *status* da terminologia metalingüística, vista como obscurecedora da práxis dinâmica que caracteriza a linguagem. Cabe destacar, pois, a formulação, por parte do austríaco, de uma *terapêutica*, a ser aplicada sobre o modo então dominante de tratar a linguagem.

O filósofo austríaco desafiou a visão segundo a qual a linguagem deve referir-se a algo externo, independente ou autônomo a ela mesma. Com isso, ele expressou uma concepção não-objetivista sobre o que denominamos *realidade* ou sobre a configuração dos mundos de objetos. Além de questionar a visão de independência da linguagem diante de um mundo de objetos pré-dados, ele negou a validade de buscarmos uma explanação do significado, olhando para a linguagem como algo deslocado das suas práticas de uso.

Wittgenstein dirigiu-se aos *preconceitos, confusões e ilusões gramaticais* de concepções lingüísticas então vigentes, focalizando abordagens rotineiras da linguagem. Segundo esse filósofo, operamos com uma hipótese preconceituosa de que os traços que um fenômeno parece ter constituem a essência desse fenômeno. Tal hipótese deriva da prática de tratarmos um método de análise ou descrição das coisas como algo que é tanto mais objetivista quanto mais for desvelador de uma realidade última das coisas.

Essa prática criticada pelo filósofo inclui-se no que Maturana (2001b, 1999k) denominou *Caminho Explicativo da Objetividade sem Parênteses*, de acordo com o qual o observador e o observar são fenômenos independentes e a existência do objeto observado precede o ato cognitivo de distinguir.

A *confusão gramatical* refere-se, pois, à incompreensão de que os predicados que atribuímos às coisas dizem respeito aos pressupostos teóricos e epistemológicos dos métodos que adotamos para descrever as coisas e não constituem traços intrínsecos às coisas. A *ilusão gramatical*, por sua vez, diz respeito ao fato de que, enquanto pensamos que estamos investigando e obtendo informações ‘assépticas’, ‘objetivas’, sobre um fenômeno observado, efetivamente estamos atribuindo ao fenômeno alguns dos traços do modelo representacional usado: dizemos que o céu é vermelho porque olhamos para ele através de lentes vermelhas e não damos conta de tentar nos livrarmos delas.

A crítica de Wittgenstein aos ruídos e confusões na argumentação acadêmica parece reagir a uma concepção segundo a qual o fazer acadêmico estaria em uma condição privilegiada no desvelamento das realidades essenciais. Parece, pois, uma reação a um *realismo analítico*, neokantiano, mencionado adiante, na Seção 3.1.1. Segundo esse *realismo*, os saberes válidos do mundo exterior são obtidos pela aplicação dos cânones lógico-empíricos da investigação científica.

Essa crítica de Wittgenstein ao *realismo analítico* encontra ecos também na formulação de Maturana (1999d: 81-82), segundo a qual o critério científico de validação estabelecido pela comunidade acadêmica não é objetivo ou independente dos observadores que o estabelecem, sendo adequado para os membros que usam e aceitam o critério estabelecido por essa comunidade.

Wittgenstein examina a fonte de *preconceitos lingüísticos*, chamando-nos a atenção para reflexões danosas sobre a linguagem, sobre a adequação da interação conversacional, sobre o significado de compreendermos uma expressão. O filósofo discute os *preconceitos* observados na determinação do que são os significados e conceitos, na análise dos significados em atividades lingüísticas específicas e no exame de enunciados de senso comum.

Um *preconceito gramatical* consiste em pensar que os métodos canônicos de análise refletem as coisas como elas ‘realmente’ são e, por isso, refletem os fatos essenciais da linguagem. Argumentando contra o *preconceito gramatical*, Wittgenstein sinalizou uma alternativa aos modos então comuns de se analisar os usos das palavras e de lhes atribuir sentidos. Assim, em contrapartida aos modos *preconceituosos* ou dogmáticos da teorização lingüística, Wittgenstein formulou os *jogos de linguagem*, analisando-os como objetos de comparação de similaridades e dissimilaridades com relação a outros jogos de linguagem. Com isso ele procurou evitar a idéia preconcebida de que o modelo deve corresponder à realidade e apontou para a possibilidade de fornecermos explicações sobre o significado sem um apelo a afirmações categóricas relativamente a expressões lingüísticas deslocadas das práticas sócio-culturais nas quais ocorrem efetivamente.

De modo concomitante à recusa de tomar as explicações do mundo como espelhos da realidade, Wittgenstein sugere olharmos para a linguagem como uma observação das nossas ações. Assim, ele mostra que é possível examinar os papéis das palavras que compõem os *jogos*; é possível examinar como o uso das palavras integra-se com o agir dos participantes, mesmo os *jogos* sendo mais simples do que o todo complexo da linguagem humana.

Esse filósofo demonstra como atribuímos *status* semelhantes a nomes concretos e não-concretos – mesa, maçã; cinco, vermelho – apesar de fazermos coisas diferentes com eles. Assim, concebendo que os nomes concretos simbolizam objetos, analogamente estendemos esse método de representação aos nomes não-concretos.

A terapêutica dos *jogos de linguagem* mostra que as palavras componentes dos jogos são ‘esclarecidas’ pela descrição dos modos como elas são usadas, sem uma redução a uma fórmula canônica reflexiva. Ao analisar um *jogo de linguagem* entre um pedreiro e seu assistente, o filósofo mostrou-nos que a interação entre os dois não se dá pelo conhecimento, por parte do assistente, de algo essencial que a palavra proferida pelo pedreiro significaria, mas em função do apontar do pedreiro naquele *jogo* específico.

A reflexão retórica de Wittgenstein mostra como uma teoria pode incorporar premissas tomadas por garantidas - os *preconceitos gramaticais* - e lançar mão da *confusão* entre o método de análise das coisas, as propriedades delas e a generalização das análises. A sua *terapêutica* advertiu: a linguagem não descreve uma essência

dos fenômenos; os traços que um fenômeno parece ter não constituem uma essência; os predicados que atribuímos aos fenômenos são traços que residem nos métodos usados para analisá-los e não nos fenômenos. Para um tratamento alternativo da linguagem ele sugeriu a consideração de uma heterogeneidade de práticas comportamentais que integram ações lingüísticas, em contextos situacionais particulares.

A importância do Wittgenstein retórico não o livra de críticas relacionadas à implementação de uma investigação lingüística em termos não-autonomistas e não-instrumentalistas. Wittgenstein enfatiza a função ou *uso* da linguagem como uma alternativa para uma abordagem autonomista, tomando as palavras como *ferramentas* ou *instrumentos*. Indagando-se sobre a natureza da cooperação inter-individual na linguagem, Harris (1980) avalia que Wittgenstein enfraquece sua crítica ao autonomismo quando não nega a sua possibilidade no interior de finalidades instrumentalistas. Para Harris, pois, o autonomismo deve ser visto como uma versão empobrecida do instrumentalismo. Essa discussão é importante nesta tese, uma vez que autonomismo e instrumentalismo são perspectivas não-condizentes com uma concepção que adoto, segundo a qual a fala-em-interação constitui a própria ação social, não sendo autônoma aos mundos de objetos, nem um instrumento para a construção de algo diferente dela própria. Com efeito, a *realidade* é aqui concebida como constituída ela própria enquanto linguagem. Por sua vez, sendo o próprio objeto, “a linguagem sofre o impacto direto do trabalho que é feito nela ou sobre ela” (Rajagopalan, 2002: 104).

2.3 Eventos de Fala e Sistema Lingüístico: A Tensão Firthiana entre a Ortodoxia e a Heterodoxia

O polêmico tratamento da linguagem como ação situada tem seus movimentos de rupturas e incertezas, na Lingüística assim como o tem na Filosofia. Uma ortodoxia do pensamento lingüístico vê a linguagem como um objeto autônomo ou um instrumento, enquanto uma heterodoxia desse pensamento a vê como a decorrência e o *locus* de diversos aspectos de nossas atividades interacionais. O inglês John Rupert Firth (1957, 1964, 1968 e também Langendoen, 1968; Robins, 1961) é um lingüista tratado como afiliado ora à ortodoxia ora à heterodoxia lingüística. Tendo publicado já na primeira metade dos anos 30 do Século 20, Firth foi um dos pioneiros a se voltar para uma concepção de linguagem como ação, como atesta a coletânea *Papers in Linguistics 1934-1951*, publicada em 1957.

A incongruência entre princípios teóricos e analíticos firthianos é criticada por Joseph *et alii* (2001: 57-71). Eles observam que, mesmo caracterizado por uma heterodoxia, o seu programa fundou-se em uma série de equívocos e compromissos com a ortodoxia, uma ambigüidade que pode ser resumida na tensão não-resolvida en-

tre a importância atribuída às palavras enquanto objetos fixos, institucionalizados, e a afirmação de que cada palavra, quando usada em um novo contexto, é uma nova palavra.

Embora tenha mantido uma concepção de cognição e gramática atrelada aos cânones mentalistas internalistas, Firth incluiu-se em uma heterodoxia lingüística ao dar atenção a aspectos dinâmicos da fala ordinária. Para ele, a gramática é lógica e torna a linguagem acessível à razão, porém a fala não está a serviço da razão. Enunciações coloquiais rápidas que apresentam dificuldades para um tratamento gramatical não devem ser analisadas como derivações de formas gramaticalmente plenas porque é impróprio pensar em tais enunciações como desvios de abstrações regularizadas da gramática.

Para Firth, lidar com eventos de fala, com o dizer, envolve o desdobramento sistemático de construtos analíticos e categorias que podem ser semelhantes àqueles envolvidos na análise de sistemas abstratos subjacentes a tais eventos, havendo diferenças, porém, no *status* ontológico atribuído aos construtos e categorias e, por extensão, ao sistema lingüístico mesmo.

No âmbito do tratamento polêmico da linguagem como ação situada, uma seara importante para esta tese, importa considerar que, de modo pioneiro na Lingüística, Firth destacou o papel do contexto na comunicação interindividual e considerou a língua como uma forma do viver humano, mais do que um conjunto de sinais arbitrários, discordando, pois, da concepção segundo a qual o partilhamento da mesma estrutura lingüística constitui a condição para a comunicação lingüística entre indivíduos.

Firth entendia que o significado das palavras é melhor percebido como um complexo de relações de vários tipos entre os termos componentes de um contexto de situação – as pessoas e seus comportamentos específicos, o cenário e os equipamentos acessórios, as palavras e o que ocorre antes, durante e depois que são proferidas.

2.4 A Linguagem como Ação: Austin e seus Intérpretes, Críticas e Contribuições

2.4.1 A linguagem como atos de fala

A consideração da linguagem como uma inter-relação entre diversos aspectos das nossas atividades interacionais beneficiou-se do trabalho do filósofo inglês John Langshaw Austin (1961, 1962). Defensor da Filosofia da Linguagem Ordinária, surgida por volta da década de 30 do Século XX, Austin é imediatamente associado à noção de *ato de fala*. No entanto, como observa Rajagopalan (1996: 107-108), muito do que se lê de Austin é fruto de uma re-leitura ou “leitura oficial” da sua filosofia, desenvolvida principalmente pelo filósofo norte-americano John Searle e colaboradores, em termos de uma Teoria dos Atos de Fala.

Para Austin a linguagem é primariamente uma atividade, um complexo de padrões comportamentais que compõem a vida social dos seres humanos, não sendo semioticamente independente das circunstâncias de sua produção e não tendo, portanto, um conteúdo semiótico intrínseco e auto-suficiente. A perspectiva geral do seu enfoque não reifica os mecanismos gramaticais da linguagem: eles são tratados como dependentes da situação e não (de)codificam informação sobre um mundo extralingüístico objetivamente dado.

Dizer qualquer coisa é fazer algo, formulou Austin (1962: 5). Todo enunciado é uma ação comunicativa de algum tipo e o tipo particular dessa ação pode estar ou não claramente especificado no enunciado. Assim, o caráter ativo da linguagem não reside em uma marca gramatical específica: a presença de um verbo performativo, por exemplo, não é um critério suficiente ou necessário para a performatividade. Ainda, desde que uma série de condições concomitantes sejam obtidas, um proferimento performativo do tipo “*Eu prometo que p.*” vale por um ato de promessa com ou sem a presença do prefácio “*Eu prometo que...*”, malgrado as diferenças formais dos enunciados (Rajagopalan, 1990: 237-238). Na construção dos sentidos importa, pois, a participação do indivíduo em quadros particulares da ação.

Austin propôs um aparato analítico que vai além dos níveis gramatical e lógico para argumentar que enunciados são atos sociais. Com isso, ele demonstra compreender que as relações entre as expressões e certo estado de coisas não são diretas, fixas, uniformemente consistentes ou universais. Na concepção austiniana, além de suas correlações com os contextos onde ocorrem, com o *status* social dos enunciadorees e com as ações específicas, realizadas ou em vias de realização, as expressões significam pelo estabelecimento de correlações extrínsecas com outras palavras, através de conexões que são diferentes em diferentes casos. Os fatos ou concepções da realidade não são dados objetivamente e as asserções se ajustam mais ou menos livremente a esses fatos, de diferentes modos, em diferentes ocasiões, para diferentes intenções e propósitos. A linguagem, então, é vista como uma *atividade*, algo que fazemos nas várias situações e circunstâncias nas quais nos encontramos, produzindo efeitos e construindo uma compreensão do mundo. Por falar ou ao falar, agimos e produzimos algo com nossa ação.

Para dar conta de como os atos de fala operam, Austin propôs instrumentos analíticos diferentes daqueles ordinariamente empregados para aferir a propriedade de asserções. Assim, as suas *condições de felicidade* para a consecução das ações englobam fatores diversos para que um ato de fala seja bem sucedido ou *feliz* e diferem substancialmente, por exemplo, de um critério de *condições de verdade*. No modelo austiniano, se certas condições são ou não apropriadas ou se mudam, o ato de fala opera ou falha quanto ao seu propósito. Para a operação bem sucedida de um ato de fala, deve haver, pois, um procedimento convencionalmente aceito, com certo efei-

to convencional, incluindo o proferimento de certas palavras e uma adequação da quantidade e dos tipos de participantes e de circunstâncias; os atores devem participar completamente da execução da ação que, por sua vez, deve ser completamente executada; devem ter pensamentos, sentimentos e intenções adequados para certo ato de fala; devem cumprir as ações especificadas ou implicadas pela força do ato de fala.

2.4.2 Tensões na leitura (oficial) de Austin: taxonomias tentativas e sentido em contexto

A fecundidade do trabalho de Austin é marcada, por um lado, pelo interesse em instrumentalizar seus conceitos e categorias, de modo a colocá-lo em uma relação de continuidade com a tradição lógica de Frege, mantendo-o no âmbito da Filosofia Analítica, como se pode depreender dos desenvolvimentos levados a cabo, por exemplo, por Searle (1969) e Searle & Vanderveken (1985).

Sem se submeter completamente aos interesses oficiais, a obra do filósofo inglês tem despertado interesse e exercido influências em áreas diversas, como a Lingüística, a Psicologia, a Sociologia, a Teoria Literária, a Economia, o Direito. Intérpretes não-oficiais têm ouvido, no texto austiniano, ecos de vozes de autores não convencionais. Ou têm observado ali marcas do discurso jurídico, sugerindo que Austin estaria voltado para a dimensão ética de suas preocupações. Ou têm apontado para o estilo descontraído desse autor, para as indecisões e freqüentes reviravoltas, para a presença de uma metáfora do teatro, ao mesmo tempo em que não atribui seriedade ao discurso do palco ou ao discurso poético (Rajagopalan, 1996: 110). A fecundidade austiniana pode ser depreendida do extenso trabalho, composto de 25 títulos, desenvolvido por Kanavillil Rajagopalan sobre textos do próprio Austin e de discípulos.

Diante desse caráter múltiplo, dinâmico, do trabalho do filósofo inglês, é possível entrever nele peculiaridades que tanto permitem desenvolvimentos em continuidade com o pensamento objetivista sobre a linguagem quanto apontam para rupturas com esse pensamento. Austin morreu prematuramente e os seus manuscritos passaram por revisões, por parte de terceiros. Esses materiais chegaram mesmo a ser ‘completados’, com o auxílio de anotações de pessoas diversas. Essas circunstâncias deixam em aberto uma certeza sobre a fonte das peculiaridades do texto austiniano: trata-se de uma polifonia? De uma preocupação ética? De uma ironia? De um diálogo com o seu entorno?

Uma peculiaridade surge do trabalho de Austin quando o comparamos com o de Wittgenstein. O filósofo austríaco não teve interesse em determinar uma taxonomia das atividades lingüísticas e as suas análises de *jogos de linguagem* tiveram por objetivo demonstrar concepções *preconceituosas* – objetivistas, reificadoras – que permeiam nossas descrições de linguagem. Com isso, Wittgenstein destacou aspectos

interacionais da construção de significados. Diferentemente do filósofo austríaco, talvez influenciado por um modo de fazer ciência pautada por regras e métodos típicos do seu entorno acadêmico, a versão “oficial” da obra de Austin permite entrever uma tipologia de cinco atos básicos, para os atos ilocucionários. A partir deles, Searle (1969) e Searle & Vanderveken (1985) desenvolveram uma taxonomia que especifica os *pontos assertivos*, nos quais dizemos como as coisas são feitas; os *pontos diretivos*, nos quais tentamos levar as pessoas a fazerem coisas; os *pontos expressivos*, nos quais expressamos nossos sentimentos e atitudes; os *pontos declarativos*, nos quais realizamos mudanças através de nossos enunciados e; os *pontos comissivos*, nos quais nos comprometemos com ações futuras. Avalio que ater-se a essa taxonomia pode empobrecer uma formulação explicativa da linguagem como ação, diante da variabilidade cultural e/ou contextual das atividades lingüísticas. Tal avaliação aplica-se tanto no âmbito das pressuposições teóricas desta tese, segundo as quais a linguagem é a atividade constitutiva dos mundos que vivenciamos enquanto observadores que linguajam seus mundos, quanto no âmbito de trabalhos desenvolvidos por outros pesquisadores, conforme aponto na Seção 2.4.3, a seguir.

Joseph *et alii* (2001: 104) apontam um interesse de Austin em formular modelos prévios de significado. Ao argumentar em termos da existência de um sentido livre de contexto, Austin parece manter a tensão firthiana entre a importância atribuída às palavras enquanto objetos fixos, institucionalizados, e a afirmação de que cada palavra, quando usada em um novo contexto, constitui uma nova palavra.

Joseph *et alii* (2001: 91-106) interpretam o ato de fala como uma hierarquia na qual os atos ilocucionário e perlocucionário constituem uma superestrutura construída sobre o ato locucionário de enunciar palavras, que têm um significado prévio, independente do contexto, constituindo uma compreensão embutida e fossilizada dos objetos do mundo. Nos atos de fala, a atribuição desse significado prévio às palavras é visto por eles como um efeito perlocucionário não-pretendido de atos de fala prévios. O problema dessa interpretação de Joseph e colaboradores é a forte ligação mantida com um substrato lingüístico estático. Com efeito, o ato ilocucionário nem sempre é óbvio a partir da forma de superfície de uma sentença, especialmente se nos baseamos exclusivamente no léxico e ignoramos a multimodalidade constituinte das interações, conforme certas análises conversacionais – por exemplo, Goodwin, Goodwin, & Yaeger-dror (2002); Mondada (1998a, 1999) – vêm abordando. Uma solução para a proposta de Joseph e colaboradores consiste em considerar as unidades e os sentidos da fala como construções *êmicas*, que os próprios participantes das atividades interacionais definem em um trabalho coletivo, no fluxo mesmo de suas atividades, para os fins práticos da interação, conforme veremos na Seção 3.3.

A observação de Austin (1961: 202-3) de que as palavras arrastam “uma nuvem de etimologia” pode ser considerada para modular a afirmação de que o senti-

do se estabelece abstratamente. Para Rajagopalan (1990: 231), manter a noção de sentido como modelos de conteúdo locucional poderia ser visto como uma vacilação de Austin ou um resquício, uma interpenetração de antigos conceitos ou ainda uma estratégia para alcançar interlocutores da Filosofia Analítica, que buscavam obter uma linguagem ideal a partir da linguagem comum, com o auxílio do esplendor matemático da lógica formal.

Avalio que tomar o ato de fala como o fenômeno a ser elucidado adquire vigor se o entendemos como um conjunto de condições concomitantes à realização de uma ação comunicativa. Os recursos locucionais, relacionados ao que configuramos como sistema lingüístico, devem ser tratados como um dos elementos desse conjunto complexo. Afinal, os sentidos estabilizados, os modelos de como as coisas acontecem, não implicam uma aplicação categórica da estabilidade dos objetos lingüísticos uma vez que, para o próprio Austin, em certas atividades lingüísticas as ações podem estar distantes do modelo ou ser mais interessantes do que aquelas que originaram o modelo. Ainda, segundo esse autor, em algumas atividades o modelo pode nem mesmo ser útil, antes desfavorecendo uma compreensão dos fatos ao invés de nos ajudar a observá-los.

2.4.3 Entre o local e o universal, na linguagem como ação

A consideração de estados psicológicos que seriam universais levou Austin (1962), Searle (1969) e Searle & Vanderveken (1985) a perderem de vista particularidades desse componente dos atos de fala, como observou Duranti (1997:229-230). O antropólogo Roy Rappaport (1974) alertou para a distinção entre o ato de prometer, observado, por exemplo, em rituais, e o cumprimento do ato. O analista conversacional Michael Moerman (1988) mostrou que a atribuição de relevância ou irrelevância ou, ainda, de adequação ou inadequação de um certo mapeamento entre o que é dito e o que é referido tem um caráter local, e não universal, como se verifica, por exemplo, quando o objetivo é divertir, comover ou ser polido. Em um trabalho de caráter etnográfico com o povo filipino Ilongots, Michelle Rosaldo (1982) chamou-nos a atenção para a variabilidade transcultural de atividades lingüísticas correlacionadas com o que corresponderia a preocupações com a *verdade* e com a *sinceridade* e para a possibilidade de certos grupos não disporem, no seu repertório conceitual, do ato de prometer, nos termos discutidos por Searle (1969).

O trabalho de Rosaldo (1982) possibilita a distinção de duas tendências quanto ao objetivo de teorizar a linguagem como ação. Para Searle e outros, o objetivo é produzir um método para se chegar às condições necessárias e suficientes para a comunicação humana, o que seria alcançado com a delimitação das *condições de felicidade* e *sinceridade*, juntamente com vários princípios inferenciais, tais como os

postulados conversacionais, de Gordon & Lakoff (1975); as implicaturas conversacionais ou o princípio da cooperação, de Grice (1982) e Levinson (1983). Enquanto teórica pós-estruturalista da ação social, a pesquisadora delimita como objetivo da teoria fornecer balizas para compreendermos como atividades lingüísticas particulares podem sustentar, reproduzir ou desafiar versões de certa ordem social e de uma noção particular do 'eu', válida para essa ordem social.

Rosaldo (1982) argumenta que as pessoas manifestam uma compreensão dos seus modos de estar no mundo através de atividades lingüísticas. Tomando as observações de um sistema social particular no qual os homens manifestavam uma tendência para demandar, enquanto as mulheres tendiam a satisfazer tais demandas, ela concluiu que as atividades lingüísticas de um certo grupo social reproduzem um sistema social particular, de modo que uma classificação dos atos de fala, em uma sociedade, deveria vê-los como parte de práticas culturais através das quais um tipo particular de ordem social é formulado e reproduzido. Portanto, na perspectiva dessa pesquisadora, uma análise de atos de fala deve basear-se e informar-se na análise de pensamentos, sentimentos e crenças das pessoas sobre a organização do mundo.

Pelo menos três aspectos foram criticados por Rosaldo (1982) na "leitura oficial" do trabalho de Austin, desenvolvida por Searle e colaboradores como a Teoria dos Atos de Fala: a ênfase sobre a verdade e sua verificação, como se pode perceber nas *condições de sinceridade* ali formuladas; a centralidade das intenções na teoria da interpretação implicada na Teoria e; o aspecto implícito da teoria do 'eu' ali embutida.

2.4.4 Entre a intenção dos falantes e os procedimentos socialmente contextualizados

As *condições de sinceridade*, que ocupam um papel central no trabalho de John Searle e repousam em uma concepção de *intencionalidade implícita*, são foco de críticas à Teoria dos Atos de Fala. Apesar de uma possível intencionalidade originada em uma subjetividade do falante, não há garantias de que, nas interações, haja uma primazia das intenções dos falantes pensadas em termos individualistas. Assim, é necessário considerar que os outros participantes do evento podem desempenhar um papel ativo na determinação do tipo de ação que se configura com um enunciado. Duranti (1997: 18) chama a atenção para a existência de situações nas quais as ações emergem não do falante solitário, em um turno único, mas são colaborativamente definidas, em um processo de interação no qual os participantes exercem um papel ativo.

A intencionalidade – assim como outros fenômenos presentes nas atividades interativas, como os turnos de fala, o significado semântico das interações, a gramática envolvida nelas, os símbolos, as palavras – também ocorre distribuída no contexto interativo, não na mente de um indivíduo, e sua interpretação leva em conta contextos

específicos. Os participantes tentam estabelecer o que é evidência ou verdade e o que isto pode querer dizer a cada momento. Para Duranti (1997), a intencionalidade está embutida em práticas locais para a ação social. Essa formulação desloca um olhar da linguagem como ação, de um enfoque individualista para um olhar orientado para uma dimensão *praxeológica* da linguagem, para uma visão desse fenômeno em termos de um conjunto de atividades semióticas integradas em atividades sociais, conforme trato na Seção 3.3.1.2.

A distinção de Austin entre *significado/ato locucionário* e *força/ato ilocucionário* sanciona a noção de linguagem como ação, capturando o fato de que uma mesma seqüência de palavras pode desempenhar diferentes tipos de atos, com diferentes *forças* em cada caso, além de reconhecer que há aspectos recorrentes entre diferentes usos do mesmo significado, como indica Duranti (1997: 220-1). É Duranti (1997: 226) ainda que enfatiza a importância da noção de *entendimento, interpretação ou compreensão (uptake)* da força de um ato de fala, na reflexão sobre a linguagem como ação desencadeada pelo trabalho de Austin. No entanto, os aspectos procedurais envolvidas nessa atividade não são explorados nos desenvolvimentos do seu modelo, pondera o autor. Ele adverte que a Teoria dos Atos de Fala não dá conta, por exemplo, dos *modos* como os ouvintes tomam apropriadamente uma sentença como um ato ilocucionário que se enquadre em um ou outro *ponto* da tipologia proposta por Searle (1969) e Searle & Vanderveken (1985). Também ficam em aberto os *modos* através dos quais uma força ilocucionária é codificada em um enunciado e em que medida a *interpretação ou compreensão* da *força* segue princípios universais, especialmente nos *atos de fala indiretos*, em que as sentenças, sem ter a forma gramatical de imperativos ou comandos, têm, convencionalmente, na maioria dos casos, a *força* de um ato no qual tentamos levar as pessoas a fazerem coisas, podendo esse ato ser classificado, portanto, como a expressão de um *ponto diretivo*.

2.4.5 A linguagem como ação, como Austin sonharia⁷

A reflexão de Austin sobre os enunciados *constatativos* e *performativos* constitui uma peculiaridade que tem sido diferentemente interpretada. Conforme esse filósofo, cada vez que desempenhamos um ato locucionário também desempenhamos um ato ilocucionário. Uma interpretação dessa observação consiste em trabalhos que buscam apontar a existência desses enunciados, como o faz Costa (1996; 2006). Para Rajagopalan, no entanto, Austin não estava engajado em salvaguardar tal dicotomia. Ao invés de simplesmente destruí-la, ele a *desconstruiu*, nos termos de Jacques Derrida (1967, 1972), até

⁷ Em alusão ao artigo *O Austin do qual a Lingüística não tomou conhecimento e a Lingüística com a qual Austin sonhou* (Rajagopalan, 1996).

chegar à idéia da sua insustentabilidade. Então, invertendo a hierarquia, Austin concluiu que o enunciado constativo, “cuja existência era a única certeza que havia no início das reflexões, nada mais é do que um performativo que conseguiu se disfarçar muito bem e enganar muita gente durante muito tempo” (Rajagopalan, 1990: 238).

Austin (1962) atribui ao ouvinte um papel ativo quando nos adverte para distinguirmos entre a produção de efeitos ou conseqüências que são intencionais ou não e entre uma situação em que a pessoa que fala pretende causar um efeito que pode não ocorrer e, ainda, entre uma situação em que a pessoa que fala não tenciona causar um efeito ou tenciona deixar de causá-lo e, no entanto, o efeito ocorre. Tratando também dessa característica interacional, social, da *linguagem* e da *realidade*, trazida à mão na reflexão de Austin sobre a dicotomia *constativo/performativo*, Duranti (1997: 222) observa que qualquer comunicação ocorre em um contexto particular, que serve para avaliá-la. E complementa: falando, as pessoas não só descrevem adequadamente o mundo, como criam um mundo, conforme seus desejos e necessidades que, por sua vez, também estão ligados à ordem social na qual os indivíduos interagem.

Foi também nessa *desconstrução* que Austin fez reconhecer que o fazer não está à mercê do dizer. Conforme Rajagopalan, (1990: 238), “no fim das contas, o que vale mesmo é a obtenção das condições (concomitantes ao proferimento) e não o dizer puro e simples de um conjunto de palavras”. O que podemos depreender da *desconstrução* do par *constativo/performativo* é que Austin reconhece a centralidade da interação social na constituição da linguagem. Tal reconhecimento contrapõe-se a uma concepção autonomista, que considera a linguagem como um objeto descolado do viver social. Concomitantemente, ele corrobora uma concepção de *realidade* como decorrente das nossas interações sociais.

Austin (1962) sugeriu que convenções culturais e sociais provêm a interpretabilidade e a eficácia de enunciados performativos. Um conjunto de convenções reconhecíveis provê a infra-estrutura através da qual os enunciados ganham força como um tipo particular de ação.

No dizer de Rajagopalan (1990: 228), o Austin do *Quando dizer é fazer* revela-se

um tanto incomodado e inconformado (...) e, porque não dizer, um tanto desconfiado e, em certos momentos, até vacilante, quanto a qualquer decisão apressada [diante das] conseqüências de alcance inimaginável que [decorrem do reconhecimento da] impossibilidade, não só metodológica mas sim conceitual, de se apoderar de um ponto de vista transcendental diante da linguagem, isto é, um ponto de vista genuinamente METAlingüístico.

Através da reflexão proporcionada pelo trabalho de Austin, podemos reconhecer que, se levarmos o caráter social, cultural, situado, inter-subjetivo da lingua-

gem às suas últimas conseqüências, conceberemos como irrealizável o sonho de chegarmos a verdades totalizantes sobre ela. Tal reconhecimento implica conjugarmos esforços de estudiosos diversos – biólogos, filósofos, lingüistas, sociólogos, antropólogos – em uma abordagem dinâmica e local de fenômenos lingüístico-interacionais.

Para os propósitos desta investigação sobre o linguajar na comunidade dos Tipis, considero, pois, inadequada uma formalização de caráter universalista e formalista decorrente da reflexão de Austin sobre o ato de fala, cabendo antes abandonar um viés desse tipo ocasionalmente presente em interpretações do seu trabalho. Podemos, então, tomar as suas reflexões sobre quando ‘dizer algo’ toma a forma de um ‘fazer algo’ como uma referência importante para uma compreensão e análise da linguagem como uma ação social, emergente, situada e contingente.

A reflexão sobre o *local* e o *universal* na linguagem, em torno das formulações de Austin e/ou dos seus discípulos, sugere considerarmos:

- a) a efetividade de cada ato de fala, em suas circunstâncias específicas;
- b) o caráter local das relações em que os participantes de atividades interacionais constroem suas referenciações do mundo;
- c) as influências da variabilidade transcultural, na aplicação de modelos analíticos e categorias de análise;
- d) os nexos de atividades particulares com dinâmicas correlacionadas a uma certa ordem social de um grupo específico.

As críticas à ausência de uma preocupação analítica com os *modos* de atuação dos participantes de eventos sócio-interativos apontam para a necessidade de lançarmos mão de uma abordagem *praxeológica* e *procedural* das atividades lingüístico-interacionais, conforme veremos no Capítulo 3.

2.5 Linguagem, Cognição e Cultura nos Contextos Sócio-Culturais

No campo da Antropologia, diferentes formulações expressam implícita ou explicitamente pressupostos epistemológicos relacionados à descrição do ser humano e da sua atuação em um meio sócio-cultural. Essas formulações delimitam o que pode ser tomado como objeto de estudo em cada corrente ou o escopo das descrições dos objetos, em termos das inter-relações entre linguagem, cognição e cultura.

A *Antropologia Cognitiva*, representada principalmente por Ward Hunt Goodenough, adota uma concepção computacional de linguagem e entende a cultura como *conhecimento* e a cognição como um fenômeno aprendido, individual, encontrado *nas mentes e nos corações dos homens* (Goodenough, 1981). Essa corrente tenta determinar o que é significativo para os membros de uma cultura e como eles representam

mentalmente esse conhecimento em princípios lógicos organizadores, representados pelo antropólogo como um sistema de regras. Assim, as diferenças entre várias culturas são postas em termos de diferenças nos conjuntos de princípios lógicos.

A *Antropologia Funcional* é representada principalmente por Bronislaw Kasper Malinowski⁸. Para ele, mais do que um pensamento interno, abstrato, a linguagem constitui-se como um modo de ação. O significado das palavras depende da experiência prática e da estrutura de cada enunciado, na situação momentânea da fala. As instituições humanas e as situações de fala devem ser observadas no contexto amplo da cultura.

Malinowski atribuiu uma primazia do biológico sobre o cultural, entendendo que as instituições humanas e as atividades parciais nelas embutidas relacionam-se a necessidades biológicas, classificadas como *primárias*, e a necessidades culturais, ditas *derivadas*. O seu conceito de *função* diz respeito à “satisfação de um desejo orgânico, em um cumprimento do ato que o mesmo invoca”. Comungar, por exemplo, estaria relacionado a um sistema de crenças determinado por uma necessidade cultural de unificação com o Deus vivo. Joseph et alii (2001: 56) referem-se aos trabalhos de Gipper (1976), Voegelin, Voegelin & Jeanne (1979) e Malotki (1979; 1983) como uma retomada, em outra chave, do tom behaviorista da primazia do biológico sobre a cultura, presente nas concepções de Malinowski. A busca, por parte desses pesquisadores, de uma articulação equilibrada entre as histórias filogenética e ontogenética ecoa com o suporte formulado pela Biologia do Conhecer, conforme o que argumentei no Capítulo 1 desta tese.

Contrariamente a uma distinção romântica entre línguas ‘civilizadas’, devotadas à comunicação de pensamentos, e línguas ‘primitivas’, devotadas ao fazer coisas, o etnógrafo inglês reconheceu o uso pragmático de enunciados como próprio a qualquer língua, antecipando várias idéias da empreitada interdisciplinar pragmática de Stephen Levinson (1983). Para Duranti (1997), um dos principais problemas de Malinowski é que ele não desenvolveu um quadro conceitual para analisar diferentes funções da fala ou diferentes tipos de relações entre enunciados e atos sociais. Esta crítica de Duranti é consistente com o que ele havia observado na obra de Austin: a ausência de referenciais procedurais e metodológicos para se chegar a uma apreciação do que foi proposto.

A *Antropologia Simbólica* é representada principalmente por Clifford James Geertz. Para ele, as pessoas criam significados na interação social, no seu linguajar verbal e não-verbal, e as ações individuais nada significam em si mesmas: um outro indivíduo suplementa uma ação individual e os significados são atribuídos conjuntamente. É ao longo de várias gerações que histórias de interações e mundos de significados são gerados através de padrões de ações dos seus participantes. Para Foley

⁸ <http://www.iscsp.utl.pt/~cepp/autoresingleses/malinowski.htm>.

(1997: 15), isto atribui aos significados o seu caráter convencional público e o caracteriza como uma remodelagem do passado, uma reutilização diferenciada, nas relações do presente, de coisas moldadas em histórias passadas.

Adepto da versão forte da relatividade cultural, Geertz (1989a) empreende uma concepção semiótica de cultura, entendendo-a como uma rede de disposições habituais; uma *cadeia de signos* historicamente contingentes; um *sistema de significados públicos*, codificados em *símbolos* partilhados e articulados em comportamentos vistos como uma ação simbólica, social, que ocorre em lugares particulares e com histórias particulares.

Na concepção geertziana, os símbolos expressam as disposições habituais e as práticas culturais. Eles constituem uma classe de signos que porta uma relação convencional nas suas significações, sendo expressões públicas de compreensões e práticas partilhadas entre membros de uma mesma cultura. Os significados culturais não são compreensões privadas, auto-contidas, e não estão nas mentes individuais, mas são partilhados pelos atores sociais. Foley (1997: 16) observa que, na antropologia geertziana, as fontes culturais são ingredientes, e não acessórios, do pensamento humano, que também se constitui como um fenômeno social e público, e não uma função privada de uma mente individual.

A Biologia do Conhecer favorece uma compreensão do nosso ser humano na qual os domínios da fisiologia e da conduta são legitimamente distintos e operacionalmente congruentes. Nessa compreensão, linguagem, cognição e cultura são abstrações do domínio do comportamento e co-ocorrem com a dinâmica fisiológica. Esses pressupostos permitem avaliar nos seguintes termos as correntes antropológicas acima:

- 1) A *Antropologia Cognitiva* modeliza o ser humano em termos de uma máquina e considera linguagem e cultura em termos de realidades e regras mentais, o que constitui um problema epistemológico e operacional para uma investigação que considera uma distinção entre os domínios da fisiologia e da conduta e destaca o caráter emergente e contingencial das atividades lingüístico-interacionais situadas.
- 2) A *Antropologia Funcional* modeliza o ser humano e a linguagem em termos de uma determinação biológica não-sistêmica, que dicotomiza e hierarquiza as relações entre os domínios da conduta e da fisiologia humanas, podendo deixar obscuros os modos como as inter-relações entre linguagem, cognição e cultura são tratadas em análises de práticas lingüístico-interacionais situadas.
- 3) A *Antropologia Simbólica* argumenta em termos de um pertencimento sociológico da cultura e destaca o aspecto público dessa conduta social.

Embora o símbolo seja explicado enquanto um objeto relacional, a ausência de uma distinção explícita entre os domínios da conduta e da fisiologia humanas cria um problema para a postulação de um partilhamento inter-individual dos significados simbólicos: como esses significados são partilhados? Que descrição da nossa biologia comporta tal concepção de partilhamento?

Esta tese propõe uma descrição etnográfica do viver na comunidade dos Tipis e uma análise dos procedimentos dos participantes de uma reunião da Associação de Moradores daquela comunidade guiadas por uma compreensão do linguajar como algo emergente, contingente e culturalmente situado. Nessas análises, considero uma profusão de fatores que colocam a ação lingüística na perspectiva de uma *objetividade entre parênteses*, uma vez que proponho examinar:

- a) os objetos co-construídos em atividades lingüístico-interacionais;
- b) a ordem social formulada e/ou reformulada na interação;
- c) a relação mais ou menos segmentada observada no recorte específico de cada atividade lingüístico-interacional analisada.

O exame dos aspectos acima mencionados implica considerar o complexo de relações de vários tipos entre os componentes de um contexto de situação localizado em certa ordem social: as pessoas e seus comportamentos específicos, o cenário e os equipamentos acessórios, as palavras e o que ocorre antes, durante e depois que são proferidas.

De uma perspectiva antropológica, o exame desses componentes deve tentar evitar problemas apontados no fazer específico de cada uma das correntes antropológicas aqui mencionadas, em termos da descrição do que é o ser humano e a linguagem, como também em termos do modo como são observadas as inter-relações entre linguagem, cognição e cultura.

2.6 As Balizas para um Tratamento da Linguagem como Atividade Situada

As avaliações que diversos estudiosos fizeram de proposições teóricas e/ou analíticas tomadas aqui como significativas para uma visão da linguagem como ação; as implementações dessas propostas em práticas situadas de pesquisa; as reflexões ulteriores decorrentes dessas práticas e; o exame desse trabalho, que aqui efetuo a partir de pressupostos epistemológicos da Biologia do Conhecer, indicam importantes facetas a serem consideradas na compreensão de fenômenos do viver relacional humano que surgem nas inter-relações entre linguagem, cognição e cultura,

especificamente em uma interpretação do viver ordinário dos participantes da comunidade dos Tipis.

As avaliações teórico-analíticas sugerem como aspectos críticos do fazer científico aqui delimitado:

- a) a atribuição de universalidade ao que é situadamente variável, a saber, a linguagem e a cognição, seja entre o que observamos como distintos conjuntos de práticas culturais ou redes conversacionais, seja no interior do que delimitamos como um mesmo conjunto dessas práticas;
- b) o *preconceito* de acharmos que os *traços* que fenômenos sócio-culturais e interativos parecem ter constituem uma descrição satisfatória das *relações* que constituem esses fenômenos;
- c) o tratamento inadequado de tensões entre estabilidades e instabilidades observáveis em práticas lingüísticas efetivas.

A vastidão de aspectos, fatores e relações apontados pelos estudos até aqui recenseados torna no mínimo delicada a tarefa de um analista que busque considerá-los todos. A implementação analítica desses modelos pode tornar-se problemática, por exemplo, se o pesquisador lidar com as explicações científicas como se elas fossem autônomas relativamente ao observador e ao próprio fenômeno explicado e como se o fenômeno observado tivesse uma objetividade, uma independência no mundo.

Um afã objetivista pode até justificar uma busca por descrições totalizantes da linguagem. Todavia, se operamos com uma concepção de linguagem como ação, o que temos a observar são as condutas e os procedimentos dos interactantes, que atuam como co-construtores dos seus mundos consensuais e lançam mão de uma inteligibilidade intersubjetiva, voltada para os fins práticos da interação que levam a cabo.

Um problema a ser considerado em uma análise do tipo acima mencionado é que, vista como um fenômeno relacional e como uma conduta de atores sociais, a linguagem se exhibe de modo emergente e contingente com um meio que, de modo reflexivo, é construído ele próprio pela conduta dos seus co-construtores, sendo pois emergente na linguagem e contingente com ela.

Uma descrição circular da relação entre linguagem e meio está presente nos pressupostos teóricos da Biologia do Conhecer. Se aceitamos essa descrição e outros pressupostos dessa teoria, concordamos que na base de descrições objetivistas da linguagem está uma inadequada distinção dos domínios da fisiologia e da conduta humanas e, conseqüentemente, uma inadequada compreensão dos fenômenos relacionais abordados.

Nos termos epistemológicos aqui delimitados, compreender a cognição, a linguagem e a cultura como fenômenos relacionais pode tornar-se profícuo se lançarmos mão de um mecanismo explicativo sistêmico, não-reificador e não-reducionista, da inter-relação entre a nossa biologia corpórea e a dinâmica relacional em que o nosso ser humano ocorre.

Nas nossas investigações, essa compreensão dos fenômenos relacionais pode ir sendo efetivada de modo coerente com suas bases epistemológicas se questionarmos os modos como os pressupostos adotados nas nossas observações nos levam a considerar ou a tomar como dados elementos circunstanciais muitas vezes vistos como triviais ou prosaicos, mas que são constitutivos dos nossos modos efetivos de sermos humanos.

Conforme a discussão até aqui desenvolvida, favoreci uma concepção de linguagem como ação ou conduta social, como um dos domínios da nossa existência que exhibe relações mais ou menos diretas, mais ou menos visíveis com outros fenômenos também observados na nossa existência.

Se uma investigação sobre inter-relações entre linguagem, cognição e cultura baliza-se por uma tal descrição dos modos de funcionamento da linguagem, então essa investigação exige ferramentas analíticas que, dando conta da variabilidade dos fenômenos envolvidos, permitam descrever os procedimentos dos atores sociais na construção de seus mundos de objetos.

Uma compreensão da linguagem como ação social, nos termos até aqui referidos, orienta o meu modo de observar o linguajar na comunidade dos Tipis. Assim, os diversos aspectos aqui suscitados pelas reflexões sobre a linguagem enquanto um fenômeno relacional constituem ferramentas com as quais exploro etnograficamente inter-relações entre a linguagem e práticas sócio-culturais e cognitivas observadas nessa comunidade. Além disso, essas reflexões sobre a linguagem orientam a minha avaliação da Análise Conversacional *stricto sensu* como um modelo que reúne condições epistemológicas e analíticas para uma descrição daquilo que ocorre no evento lingüístico-interacional retratado no relato com que abro esta tese – uma reunião da Associação de Moradores daquela comunidade.

No próximo Capítulo apresento fundamentos teóricos de investigações da fala-em-interação: a Etnometodologia e seu braço mais especificamente lingüístico, a Análise Conversacional *stricto sensu*.

CAPÍTULO 3 – O TRATAMENTO POLÊMICO DA LINGUAGEM COMO INTERAÇÃO

3.1 A Etnometodologia: Uma Análise da Ação e do Saber na Intersubjetividade Social

Até a primeira metade do Século XX problemas teóricos relacionados ao conhecimento, ao significado e à ordem social eram tradicionalmente tratados em termos de regras, referência e individualismo, conforme aludi no Capítulo 2. Ludwig Wittgenstein, Charles Wright Mills e Harold Garfinkel consideraram essas noções inadequadas para explicar a ação sócio-cultural e, por conseguinte, lingüística. De modo independente, tomaram então as práticas sociais como uma abordagem alternativa.

O pensamento de Garfinkel, expresso em uma bibliografia disponível que vai de 1967 a 2005, é freqüentemente interpretado como derivado da sociologia de Mills e da Filosofia da Linguagem Ordinária, particularmente do segundo Wittgenstein. Porém, o primeiro trabalho acadêmico de Garfinkel estava pronto em 1939, foi publicado em 1940 e já apresentava as bases da sua reflexão. Relacionando datas de publicações desse três autores, Rawls (2002: 2) argumenta que Garfinkel “foi muito mais um contemporâneo de Wittgenstein e Mills do que um estudante do [seu] trabalho (...)”.

Para Garfinkel, as contingências aparentes da ordem social devem ser consideradas na formulação adequada de teorias do significado e da ordem social e, de fato, ele tomou o estudo detalhado das práticas sociais como uma solução para problemas teóricos do conhecimento, do significado e da ordem.

Garfinkel observou que o caráter significativo, padronizado e ordenado da vida cotidiana é algo que membros de uma sociedade devem trabalhar constantemente para alcançar, utilizando-se para isto de *métodos* coletivos. Com esses *métodos* as pessoas criam o ordenamento de ocasiões sociais ordinárias. Eles são constitutivos dessas ocasiões, as práticas constitutivas sendo entendidas como aquelas que somente podem existir de modo significativo se se tornarem reconhecíveis por aqueles que as praticam. Seguindo esses princípios, a Etnometodologia estuda os *métodos* através dos quais os membros de uma sociedade levam a efeito as atividades nas quais estão engajados, produzindo ordens sociais reconhecíveis.

A Etnometodologia não se engaja na proposição de um mapeamento conceitual da realidade e as descrições fornecidas no seu âmbito equalizam linguagem, cognição e cultura em atuações sociais nas quais a *realidade* é constituída *na experiência dos atores*. Conforme essa teoria, os indivíduos tornam inteligível e pública sua formulação languageira da experiência: suas interpretações da experiência e da linguagem. Nas suas atuações, os indivíduos lançam mão de aspectos históricos, recursivos, de suas experiências culturais, para a co-construção da realidade, sob a forma de objetos discursivos. Sendo históricos e exibindo, portanto, certa estabilidade,

esses aspectos exibem também, simultaneamente, um caráter *ad hoc*, singular, para os fins práticos de cada interação levada a cabo.

Uma tal compreensão da ação social expõe compatibilidades úteis – para as interpretações do viver interacional nos Tipis – entre a Etnometodologia e a Biologia do Conhecer: para as duas teorias, domínios de consenso e objetos consensuais são co-construídos na dinâmica dos comportamentos linguajeiros dos seres humanos, sem uma determinação previamente hierarquizada de algum aparato biológico, cognitivo, lingüístico, cultural, conceitual.

A Etnometodologia surge formalmente em 1967, com a obra *Studies in Ethnomethodology*, de Garfinkel. Como uma nova análise sociológica, a Etnometodologia surgiu, segundo Sharook (2003) comenta, em meio a manifestações de reconhecimento e objeções, confusões e incompreensões, tanto entre aqueles que de imediato a ela aderiram, quanto entre aqueles que contra ela se colocaram. Com efeito, essa corrente teórica tornou-se foco de uma atenção e de uma expectativa das quais não poderia dar conta. O interesse e o entusiasmo iniciais deram lugar a ressentimentos e críticas. Contudo, já nos anos 70 e 80, os pesquisadores que se mantiveram fiéis a ela produziram uma extensa literatura na área, incluindo trabalhos da Análise Conversacional. Essa produtividade acentuou-se consideravelmente a partir dos anos 90. Com efeito, até 1990, foram publicados mais de 400 títulos nas áreas da Etnometodologia e da Análise Conversacional. De 1990 até meados de 2006, a produção nessas áreas ultrapassou a cifra de 1.350 publicações⁹.

Com uma escrita densa, opaca, mesmo criptográfica, na avaliação de Heritage (1987: 1), o etnometodólogo inaugurou essa abordagem com escritos que, apesar de darem uma continuidade à teoria sociológica, não foram articulados em termos das referências clássicas desse campo teórico. Desse modo, ao mesmo tempo em que a sua compreensão da ação social, das relações entre os sujeitos e do saber como uma construção social implica uma base epistemológica substancialmente distinta dos cânones científicos da época, a obra de Garfinkel, sendo uma sociologia, não explicita a sua compreensão dos seres humanos enquanto organismos biológicos cognoscentes, como o faz o mecanismo explicativo da Biologia do Conhecer.

A ausência de uma explicitação do componente biológico na epistemologia de Garfinkel, no entanto, não gera um desenvolvimento problemático da Etnometodologia, do ponto de vista das balizas que aqui adoto. Com efeito, essa teoria mantém uma compatibilidade com pressupostos da Biologia do Conhecer relacionados à compreensão:

⁹ Ver <http://www.emca.net/bib-comp.html>, <http://www2.fmg.uva.nl/emca/EMCAOBIB.htm#S>, <http://www2.fmg.uva.nl/emca/bib90's.htm>.

- a) do que denominamos *realidade* enquanto resultante das nossas atividades ontológicas e epistemológicas constitutivas de objetos;
- b) por conseguinte, mas não necessariamente nesta ordem, da inteligibilidade das ações dos sujeitos sociais na co-construção dos saberes;
- c) do caráter situado, emergente e contingente das ações sociais, incluindo os domínios de produção e validação dos saberes científicos;
- d) do papel das atividades linguageiras no desenvolvimento de todos esses processos.

As investigações de Garfinkel centram-se sobre a teoria da ação social, a natureza da intersubjetividade e a constituição social do saber. Elas se caracterizam, então, por uma associação entre uma análise da ação dos participantes de uma atividade social e uma análise dos saberes exibidos e co-construídos nessa ação. Tal proposição pode ser correlacionada com a *cognição* entendida pela Biologia do Conhecer como o próprio viver dos seres humanos em um meio.

A Etnometodologia empreendeu a estratégia metodológica de estudar os procedimentos de construção do sentido em situações excepcionais (*breaching experiments*; Garfinkel, 1967a), nas quais a ordem normal das aparências é desmantelada por divergências, pelas condutas excepcionais ou surpreendentes, pela supressão das expectativas, provocando, nos interlocutores, reações que tematizam a ordem normativa subjacente à atividade em curso. Essa corrente teórica também estudou os procedimentos de atribuição de inteligibilidade em situações que demandam domínio de uma tarefa desconhecida ou de instruções para se tornar competente, situação na qual o noviço descobre os procedimentos em questão. Uma terceira estratégia metodológica da Etnometodologia foi a de estudar os procedimentos de construção do sentido em situações ordinárias, pela observação persistente de atividades rotineiras, como a compilação de dossiês médicos (Garfinkel, 1967b) e a descoberta de um novo objeto astronômico (Garfinkel, Lynch & Levingston, 1981). Com essas estratégias metodológicas, Garfinkel realçou a ação social como uma inteligibilidade localmente co-contruída e não a partir de regras internalizadas.

A estratégia procedural da Etnometodologia foi posteriormente desenvolvida pela Análise Conversacional *stricto sensu*, principalmente a partir dos anos 90, através de estudos que se baseiam no registro e em transcrições de procedimentos de participantes de atividades lingüístico-interacionais, conforme observam Gülich & Mondada (2001: 19).

Nos termos da discussão aqui proposta, o foco dessas investigações sugere uma explicitação sobre como a teoria descreve o processo de cognição, a atuação intersubjetiva dos sujeitos e o conhecimento.

3.1.1 Inteligibilidade e Saber na Ação Social

Além da associação a Wittgenstein e Mills, o pensamento de Garfinkel é freqüentemente visto como uma reação à teoria da ação social, de Talcott Parsons (1937). Contudo, é novamente Rawls (2002: 2) que argumenta que “[a] posição [de Garfinkel] já havia sido concebida, pelo menos em linhas gerais, antes da sua ida para Harvard para trabalhar com Parsons.” De todo modo, podemos ler Garfinkel como pertinentemente contraposto à teoria parsoniana da motivação da ação, que havia dominado a cena de Harvard nas duas décadas que se seguiram à Segunda Guerra Mundial.

A teoria da ação social de Parsons (1937) lançou mão de uma metafísica voluntarista, segundo a qual os sujeitos ordinários depreendem preciosos esforços subjetivos para alcançar seus objetivos, normativamente valorizados e freqüentemente de ordem não-material. Os atores sociais dispõem de um vasto leque de finalidades das ações sociais que funcionam como um mecanismo para escapar do ‘problema da ordem hobbesiano’. Interessado em dar conta desse processo, Parsons enfrentou a questão da *motivação*. Em outras palavras, considerando o ‘caos no estado da natureza’, Parsons indagou: como os esforços ativos dos atores sociais se conciliam entre si para manter as relações sociais, sem recorrer à força e ao engano?

A solução de Parsons, de inspiração durkheimiana, repousou sobre a idéia de que os valores morais interiorizados na socialização podem exercer uma forte influência, tanto sobre as finalidades da ação, quanto sobre os meios pelos quais essas finalidades são perseguidas. Para Parsons, embora esses valores sejam institucionalizados sob a forma de um sistema de valor fundamental, a coesão social emerge no partilhamento de objetivos e expectativas, sob a forma de modelos de atividade coordenada.

Como Garfinkel avaliou, Parsons baseou o seu *realismo analítico* em um quadro epistemológico neokantiano, segundo o qual adquirimos um saber válido do mundo exterior, aplicando os cânones lógico-empíricos da investigação científica, através de um processo de aproximação sucessiva. Essa teoria implica que uma ação social bem sucedida apóia-se sobre um saber correto. Diante da persistência de saberes inapropriados e de ações não-rationais, em um mundo social no qual, por hipótese, os atores seriam melhor sucedidos se adotassem um ponto de vista mais científico, a teoria voluntarista propõe uma explicação das ações não-rationais em termos de disposições normativas.

Nessa conceptualização neokantiana do saber, a racionalidade científica é considerada como o padrão fundamental em função do qual o saber e os julgamentos dos atores devem ser avaliados. Assim, é possível ignorar o que seriam as características intrínsecas dos julgamentos não-rationais dos atores, para tentar explicar de

modo causal o fato de que, apesar de suas deficiências, os atores não param de atuar em termos de ações não-rationais. Com efeito, Parsons parte do critério de que a racionalidade do ator é avaliada em termos de uma compatibilidade com o saber científico: se a ação do ator é compatível com esse saber, ela será julgada intrinsecamente racional; se a explicação dada pelo ator concorda com uma explicação científica, ela deverá ser vista como cientificamente apropriada.

Diante do fato de que as explicações dos atores geralmente não coincidem com explicações científicas, Parsons propõe, então, uma explicação científica das ações sociais em termos de motivação pelas normas e valores interiorizados. Cria-se, assim, um abismo entre as ações racionais dotadas de suas razões próprias, compatíveis com o saber científico, e as ações não-rationais. Nessas ações, o raciocínio dos atores é desconsiderado em favor de explicações do comportamento baseadas em causalidades normativas. Parsons explica a causa desse abismo, argumentando que os valores morais não podem constituir uma profilaxia eficaz contra o caos hobbesiano e que os membros de uma ordem social não são capazes de se orientarem instrumentalmente pelos elementos normativos que eles interiorizaram.

O efeito cumulativo das estipulações de Parsons marginalizam a competência dos atores sociais, transformando-os, no dizer de Garfinkel (1967a: 68), em “brutos destituídos de julgamento”, cuja compreensão e raciocínio diante de situações sociais escapam a uma abordagem analítica da ação social.

O trabalho de Garfinkel – não-positivista, mas, assim como o de Parsons, inspirado em Durkheim – instaura uma outra concepção para a competência dos atores. Voltado para as características contextuais da compreensão ordinária, Garfinkel reorientou aspectos fundamentais da teoria sociológica, avaliando o modo complexo e circunstanciado como os contextos dos eventos fornecem os recursos necessários à sua interpretação. Com isso ele focou o seu olhar nos procedimentos inteligentes através dos quais, conscientemente ou não, os atores sociais reconhecem, produzem e reproduzem ações e estruturas sociais.

No dizer de Garfinkel, *aquilo que os participantes das ações sociais fazem para produzir e gerenciar a organização de seus afazeres cotidianos coincide com os procedimentos que eles utilizam para tornar essa organização observável*. Deste modo, se olharmos para os modos de funcionamento das atividades sociais, veremos como as pessoas atribuem legitimidade às realidades sociais observáveis e explicáveis nas quais elas estão implicadas.

Na Etnometodologia, a competência dos atores recebe um novo valor diante da exploração dos *modos* como os atores sociais analisam a situação nas quais se encontram e como partilham a compreensão intersubjetiva que constroem local e situadamente. A observação das circunstâncias dos atores sociais é vista então como uma chave para a compreensão da sua ação no mundo.

Sem reduzir toda inteligibilidade e todo saber válido aos cânones próprios da comunidade científica, Garfinkel observou que objetos de saber são formulados e reformulados de um modo que é inteligível para os participantes das ações sociais, podendo tornar-se disponível também para um analista desses procedimentos. Ao mesmo tempo em que concebe a ação social ordinária como investida de inteligibilidade e de saber, ele sinaliza as tarefas do seu programa de investigação como também a dimensão que a observação empírica tem ali.

Essa concepção da ação ordinária enquanto uma ação inteligente pode ser caracterizada como uma tomada de posição epistemológica, sociológica e política compatível com o modo como o mecanismo gerativo da Biologia do Conhecer atribui legitimidade aos diversos domínios das ações humanas e trata a validade de um domínio de ação em termos de uma conduta adequada, associada à atuação do(s) observador(es) na constituição dos mundos de objetos consensuais, dependentes dos seres que conhecem e nele vivem.

3.1.2 A Reciprocidade de Perspectivas na Cognição de Senso Comum

O modelo parsoniano superestimou o consenso normativo como uma característica empírica das sociedades, dando pouca atenção a outros fatores de motivação, na análise da ação social. Garfinkel destacou o fato de que Parsons atribuiu excessivo valor aos problemas de motivação sem se voltar para a inteligibilidade que permite aos atores sociais coordenar suas ações e orientá-las ao longo de seu desenvolvimento. Ele opôs, então, à motivação e disposição parsonianas, a questão da inteligibilidade e do saber e postulou que conceptualizar o saber que os atores aplicam às circunstâncias de suas existências é um elemento-chave para uma teoria da ação social.

Os aspectos enfocados na solução garfinkeliana – os saberes e os procedimentos dos atores sociais, o status desses saberes e procedimentos no quadro teórico-analítico da ação social – dialogam com e se beneficiam do pensamento do filósofo Alfred Schutz (1962, 1967). Esse fenomenologista propôs pressupostos e métodos da elaboração situada, como a *pressuposição da reciprocidade de perspectivas*, segundo a qual os membros atuam como se partilhassem um ponto de vista intercambiável sobre a ação.

A *pressuposição da reciprocidade* inclui métodos de elaboração situada do que se passa, tais como o *método do ad hoc*, o *método do etcétera* e o *método da interpretação documental*. Pela implementação do método do *ad hoc*, os raciocínios gerais se adaptam às circunstâncias presentes. Pelo método do *etcétera*, listas de eventos de uma ação, sempre necessariamente abertas, são consideradas completas. Finalmente, pela implementação do *método da interpretação documental*, o sentido do que se passa é associado a um padrão subjacente, reconhecido e familiar.

Schutz entende que o mundo social é interpretado em função de categorias e de construções de senso comum originadas nas práticas sociais. Essas construções constituem recursos com a ajuda dos quais os atores sociais compreendem suas situações de ação, apreendem as intenções e as motivações dos outros, alcançam uma compreensão intersubjetiva, coordenam ações e, em um plano mais geral, circulam pelo mundo social.

Os conteúdos e características dessas categorias e construções devem fornecer os fundamentos da teoria social, a referência da teoria social ao mundo social da vida e da experiência cotidiana, garantindo, assim que o mundo da realidade social não seja substituído por “um mundo fictício inexistente, criado pelo observador científico” (Schutz, 1967: 8). Tais conteúdos e características exigem uma investigação sistemática, tanto no nível teórico quanto no nível empírico. Conforme veremos adiante, a Análise Conversacional *stricto sensu* condiciona a teorização como uma decorrência da investigação empírica.

A economia conceitual de Schutz remete a uma descrição relacional de linguagem como *coordenação de coordenação de conduta*. A Biologia do Conhecer, porém, atribui uma centralidade maior ao linguajar do que aquela encontrada no modelo de Schutz. Para essa Biologia, o estar na linguagem é constitutivo do humano.

Ao teorizar sobre o saber e a cognição de senso comum, Schutz apontou que diferentes perspectivas, biografias e motivações fazem com que os atores sociais disponham de diferentes experiências do mundo. Apesar disso, eles podem considerar suas experiências como ‘idênticas’ para todos os fins práticos. Desse modo, para esse filósofo, as pessoas não põem em dúvida que as coisas correspondam à sua aparência e que a experiência passada possa ser um guia confiável para o presente. Nas ações da vida cotidiana, construções sociais de objetos e eventos, naturais e sociais, funcionam como recursos pragmáticos para a construção das ações. A compreensão entre os atores, então, se estabelece através de um processo ativo, no qual os participantes adotam a tese geral de uma *reciprocidade de perspectivas*, suspendendo as dúvidas quanto à validade e utilidade das construções sociais.

A proposição da *reciprocidade de perspectivas* pode ser correlacionada à adequação de uma conduta às suas circunstâncias, conforme Maturana (1999b: 62) discute. Com efeito, Schutz entende que, nas ações cotidianas, os atores sociais se orientam através de objetos e eventos, naturais e sociais, para a construção de objetos e eventos, naturais e sociais. Eles são construídos e reconstruídos ativamente, no fluxo da experiência, através de uma série de operações subjetivas, de *sínteses de identificação* constantemente renovadas, em um quadro de familiaridade e conhecimento prévio, alimentado por um estoque de saber disponível, originado nas práticas sociais. Esse estoque de construções sociais, em função do qual os atores analisam o mundo, é conservado sob uma forma tipificada, sendo, pois, aproximativo e reversível.

A objetividade e a tipicidade dos objetos e eventos ordinários são tomadas como dadas pelos atores sociais. É assim que esses objetos são estabilizados como sendo “absolutamente idênticos”, apesar das mudanças que intervêm nas perspectivas físicas a partir das quais eles são vistos e, nos casos de objetos animados, apesar de suas formas mutantes e das suas múltiplas manifestações comportamentais (Schutz, 1967: 7).

Uma proposta semelhante a essa de Schutz, presente na teoria garfinkeliana, pode ser, pois, compatibilizada com a concepção performativa da realidade, proposta na Biologia do Conhecer, bem como com a descrição das operações de distinção enquanto as atividades cognitivas fundamentais do ser humano e com a postulação da recursividade enquanto o elemento instaurador das impressões de estabilidade com as quais circulamos no meio social (Maturana, 2001b: 72), aspectos que considero basilares para a minha observação dos eventos interacionais dos Tipis.

3.2 A Investigação da Fala-em-interação

A Análise Conversacional surge nos anos 60, com os trabalhos de Harvey Sacks, e teve desdobramentos interdisciplinares importantes, por exemplo, na Psicologia Social, na Lingüística e nas ciências cognitivas. Esse programa de pesquisa preocupou-se em formular uma disciplina observacional naturalística, para lidar rigorosa, empírica e formalmente com detalhes das ações sociais configuradas na fala-em-interação (Sacks & Schegloff, 1973).

A partir de meados dos anos 80, uma multiplicidade de abordagens da fala e/ou da interação disseminaram-se, distribuídas em um *continuum* que vai desde uma Análise Conversacional identificada com o trabalho iniciado por Sacks e caracterizada como uma vertente lingüística do programa etnometodológico, até outras análises parcialmente inspiradas em Garfinkel ou em Sacks, mormente quanto ao empréstimo de aspectos técnicos e metodológicos. O trabalho de Gago (2003), que desenvolve uma Análise da Conversa Etnometodológica, é um exemplo dessa distinção. Gülich & Mondada (2001) utilizam o termo Análise Conversacional *stricto sensu*, para expressar a afiliação etnometodológica de uma abordagem.

Os interesses teóricos, analíticos e metodológicos da Análise Conversacional *stricto sensu* correlacionam-se com diversos fenômenos que inter-relacionam a linguagem e a nossa condição biológica; a constituição dos nossos mundos de objetos; os fundamentos da lógica, do raciocínio; aspectos diversos da vida sócio-cultural; a abordagem da ação social, da natureza da intersubjetividade, da constituição do saber, temas tratados no Capítulo 2 e na Seção 3.1 deste Capítulo.

A Análise Conversacional *stricto sensu* – assim como a Etnometodologia, que lhe deu origem – também foi alvo de manifestações de reconhecimento e de

críticas. Particularmente nos trabalhos de 1976 e 1983, o sociólogo canadense Erving Goffman apresentou objeções ao esforço dos pioneiros Harvey Sacks, Emmanuel Schegloff e Gail Jefferson para desenvolver ou reconhecer unidades formais da fala-em-interação, como o sistema de troca de turnos, as organizações sequenciais que geram os pares adjacentes, os reparos, os sistemas de troca de fala¹⁰.

Em resposta a essas objeções, Schegloff (1988) confrontou práticas teórico-analíticas de Goffman e da Análise Conversacional *stricto sensu*, discutindo os diferentes modos através quais essas práticas movimentam o *status* empírico da teorização; tratam a organização da fala-em-interação; definem seu objeto, suas unidades de análise e o tipo de dados com que operam, conforme veremos adiante.

Goffman foi um dos primeiros a compreender a importância de um olhar interdisciplinar para a Sociologia, introduzindo temas oriundos da psicologia ambiental, da teoria dos jogos, dos estudos de padrões de comportamento (etologia), relacionados a pessoas em circunstâncias especiais. Schegloff (1988: 90) refere-se a influências dos trabalhos de Roger Barker e Herbert Wright (1954) e Thomas Schelling (1960).

A partir de 1955, Goffman introduziu vários recursos analíticos para a compreensão de traços e detalhes das interações, particularmente da conversa, relacionados ao estigma, aos padrões de comportamento, à análise de *frames*. Também viu a importância e a dificuldade de se descrever o comportamento ordinário de modo adequado. Com esse trabalho pioneiro, ele contribuiu para esboçar e delimitar analiticamente o objeto da investigação da interação face-a-face e trouxe para a Sociologia um olhar dramaturgico, na reflexão sobre a ação social.

O trabalho de Goffman – assim como os de Garfinkel e Parsons – teve inspiração durkheimiana e voltou-se para objetos prosaicos localizados nas confluências entre a linguagem e a ação. Ele descreveu um encontro social como um sistema de ação face-a-face, mutuamente ratificada e ritualmente governada (Goffman, 1964). Posteriormente, postulou que o estudo da interação não deveria focalizar o indivíduo e a sua psicologia, mas as relações sintáticas entre os atos de diferentes pessoas em presença mútua (Goffman, 1967). Esse empreendimento não se deveria centrar na fala nem insistir em particular na interação. A *fala-em-interação* constituiria, assim, um convincente e atrativo campo de pesquisa. Com relação ao escopo descritivo da terminologia, Schegloff (1988: 93) afirma preferir o termo *fala-em-interação* ao termo *conversa*. O termo *conversa*, com o qual ora conoto qualquer evento lingüístico-interacional ora rotulo o específico sistema de troca de turno descrito por Sacks, Schegloff & Jefferson (1974), é distinto do termo *conversação*, com o qual Maturana conota especificamente o entrelaçar consensual de linguagem e emoções.

¹⁰ Uma bibliografia detalhada de Erving Goffman pode ser vista em <http://www.tau.ac.il/~algazi/mat/bib-goffman.htm>.

Goffman indicou a importância de se tomar o caráter social do sistema conversacional como um objeto de estudo e reconheceu que o “tráfego de comportamento” é produto não somente do “motorista”, mas também das propriedades dos “veículos”, das “rodovias”, do “combustível”, do “trânsito” etc. Contudo, a despeito da compreensão pioneira do caráter sociológico da interação face-a-face, em boa parte do seu trabalho ele não escapou do estudo do homem e da sua psicologia, o que pode ser observado nas unidades de análise focalizadas, nos dados escolhidos e nas análises realizadas. Isto se deveu ao seu engajamento com as noções de *ritual* e *face*, conforme Schegloff (1988) observou.

A sintaxe e os momentos sociais ou o “tráfego” – para usar a significativa e bem humorada metáfora de Goffman – ganham destaque, relativamente ao homem e sua psicologia, nas obras de 1961 e 1963. No trabalho de 1964, ele se concentra na observação da *situação social* engendrada na interação face-a-face e só mais tarde, nos ensaios de 1974 e 1979, focaliza as relações sintáticas entre as ações, justamente quando desaparece o interesse no *ritual*. É aí que ele evita uma interpretação cognitiva da noção de esquema de referência e se volta para a dimensão procedural da ação social, salientando o aspecto social da noção batesoniana de *enquadre*, que indica como sinalizamos o que dizemos ou fazemos ou como interpretamos o que é dito ou feito.

Goffman (1979: 72-74) entendeu a interação como acontecimentos sociais ou “jogos” maiores, delimitados por jogos prévios e posteriores, mini-versões dos eventos maiores, evocadoras de assuntos diversos da transação propriamente dita. Ele observou que durante a transação pode ocorrer de os interagentes se colocarem em uma relação mais segmentada do que aquela verificada nos jogos prévios e posteriores. Tais mudanças de curso, com eventuais alterações de destinatário, ocorrem inclusive em interações em que há um reconhecimento formal da hierarquia. Assim, na interação, observam-se mudanças significativas no *footing*, no alinhamento entre falantes e ouvintes, vinculadas à linguagem ou a marcadores paralingüísticos.

Goffman (1979: 87) desenvolveu a advertência de Hymes (1974) para o fato de que “o modelo didático comum falante-ouvinte às vezes especifica participantes demais, às vezes, de menos, e, às vezes, os participantes errados”. Para isso, ele analisou as sustentações estruturais das mudanças de *footing*, relendo e decompondo as noções tradicionais, globais, de falante e ouvinte, e questionou a adequação da noção de *encontro conversacional* para lidarmos com o contexto de fala, diante do papel de toda a situação social, de toda a imediação. Assim, ele postulou que a elocução não é apenas um encontro restrito, mas envolve, além do falante, interlocutores e não-interlocutores, com várias possibilidades de participação e uma ampla diferenciação do(s) ouvinte(s). O falante orienta a sua fala justamente em função dessa diferenciação dos participantes. Com essa formulação, Goffman sugeriu formatos diversos para a elocução, com uma complexa localização do(s) falante(s) em camadas que se podem sobrepor.

Conforme mencionei acima, Goffman (1976; 1983) criticou duas unidades formais e genéricas da Análise Conversacional *stricto sensu*, respectivamente os *pares adjacentes* e as *relações de adjacência*. Então, dirigindo-se ao último Goffman, interessado na fala-em-interação, e não ao Goffman dramaturgico, Schegloff (1988) entabulou um “próximo turno”, avaliando toda a produção do canadense, esclarecendo incompreensões e discutindo temas que capturam aspectos e compromissos nos quais o canadense e a Análise Conversacional *stricto sensu* diferem. Curiosamente esse “diálogo” ocorreu já sem as presenças nem de Goffman nem de Harvey Sacks. O próprio Schegloff (1988: 92-3) advertiu que a crítica a Goffman é projetada da perspectiva da Análise Conversacional *stricto sensu*. Assim, podemos considerá-la como elucidadora de contornos importantes na delimitação teórico-analítica e metodológica dessa disciplina. Resulta disso que a contribuição de Goffman para o domínio investigativo da interação face-a-face prolongou-se, através da discussão de suas objeções à Análise Conversacional *stricto sensu*, para além da sua presença entre os participantes da comunidade científica interessada em delinear esse campo de pesquisa.

As observações a seguir foram extraídas de Schegloff (1988). Ele destaca os diferentes modos como Goffman e a Análise Conversacional *stricto sensu* observam, capturam, formulam, analisam, compreendem a organização e a importância dos detalhes da interação ordinária, da fala-em-interação. Essas diferenças dizem respeito:

- a) à indistinção goffmaniana entre exigências, restrições ou considerações sistêmicas e rituais;
- b) à escolha de dados não-naturais, por Goffman;
- c) à análise que ele fez desses dados e;
- d) a uma confusão entre a organização de seqüências, que gera os *pares adjacentes* como unidades da organização seqüencial, e a organização de turnos, que gera uma sucessão de turnos.

As diferenças entre Goffman e a Análise Conversacional *stricto sensu* são decorrentes do *status* das noções de *ritual* e *face* no modelo goffmaniano, em detrimento das unidades do sistema social da fala-em-interação. Também decorrem da interferência de um sentido de *tipicidade* e do uso de uma estratégia retórica – e não de uma contra-argumentação empírica, controlada pelos dados – para objetar unidades formais e abstratas sugeridas pela Análise Conversacional *stricto sensu*.

A unidade tratada por Goffman não foi aquela mais formal e genérica implicada pelas relações sintáticas entre as ações da interação face-a-face, como ele próprio postulou (Goffman, 1967: 2), mas as contingências da *organização ritual* e *preservação da*

face. A interação é vista como algo organizado, mas essa organização é dirigida pela função de assegurar as *necessidades rituais* do indivíduo.

A identificação de Goffman (1971) com o *ritual* e com a *face* enquanto unidades da análise aparece em dois ensaios dessa obra, nos quais discute a manutenção e restauração das relações diretas entre os atores em termos de regras ou propriedades rituais. O conceito de *face* direciona seu trabalho para uma abordagem individual e psicológica em dois níveis: por um lado, a organização da interação tem o seu detalhamento dirigido por uma preocupação com o indivíduo e seus interesses – a *face*; por outro, a conduta é abordada e compreendida em referência à *preservação da face*.

A escolha de dados não-naturais, “inventados” ou “domesticados”, no dizer de Schegloff (1988: 103, 106), mostra que Goffman estava persistentemente interessado no indivíduo mais do que na estrutura da interação e sua sintaxe. Para ele, a fala é interacional no sentido de que é projetada em função do receptor ou é sensível à audiência, mas não em termos dos seus mecanismos organizacionais. Para dar conta do *ritual*, o sociólogo optou por estudar a fala não-interativa, altamente especializada, uma vez que os dados conversacionais ordinários não apresentavam o aparato da *restauração ritual da face*.

Suas análises tinham o objetivo de ilustrar algum ponto em um amplo argumento não controlado pelos dados. Ele adicionou enunciados não-naturais a enunciados naturais para garantir afirmações sobre o mundo, enquanto uma teorização sobre a conversa. Mesmo quando era possível, ele não usou os detalhes acessíveis de dados naturais de um modo diferente das suas referências anteriores aos dados. Referindo-se a dados analisados nos trabalhos de 1981 e 1976, Schegloff (1988: 104-7) observa que Goffman não estava interessado em explorar os detalhes de eventos efetivos, naturais, e não focalizou suas análises em dados desse tipo, mesmo quando os tinha.

A propósito do trabalho com dados não-naturais, Schegloff (1988: 103-4) argumenta que, na análise de dados gravados o analista encontra detalhes problemáticos. No entanto, ele deve considerá-los possivelmente relevantes, mesmo sem saber como. Dados desse tipo não surgem em cenas de um mundo tratado em termos de detalhes típicos e transparentes. Eles, por assim dizer, decorrem da agenda dos atores, surgem para os fins práticos que se colocam no fluxo de interações efetivas. Quando encontramos um dado problemático esperamos que uma solução para eles contribua para a compreensão do objeto, seja a interação, a conversa, a linguagem. Quando o analista lança mão de dados inventados restam dúvidas se o que está sendo apresentado é uma decisão arbitrária do analista sobre como representar um tipo de enunciado intuído, se se trata de uma decisão de colocar o enunciado justamente daquele modo, para os propósitos do argumento que está sendo construído, ou se se trata de

um modo real ou efetivo de falar ou de uma versão incompleta de fala real. De qualquer maneira, permanece a questão: Que abordagem está sendo desenvolvida e quais os níveis de análise?

Para Schegloff (1988: 1003-104), trabalhar com dados inventados pode ser desejável para uma indicação e justificação não refinada de um campo de estudo, para uma materialização do potencial desse campo. Porém há reservas se o que se deseja é uma abordagem empírica do modo como uma interação natural ocorre. Para isto é preciso analisar amostras particulares de fala e, em princípio, qualquer amostra.

Schegloff (1988: 109-118) observa que Goffman confunde a organização de seqüências, que gera os *pares adjacentes* como unidades da organização seqüencial e a organização de turnos, que gera relações de adjacência entre turnos sucessivos de uma fala. Goffman objeta a unidade seqüencial *par adjacente*, lançando mão de um sentido de *tipicidade* e de uma estratégia retórica. Ele opera de um modo implícito, uma vez que não usa a análise de dados naturais como o fundamento da sua objeção, e identifica todos os *pares adjacentes* como um tipo único. Como resultado, encontra problemas em tratar essa unidade seqüencial como uma unidade genérica.

A tal objeção, Schegloff (1988: 97-110) contra-argumenta que a Análise Conversacional *stricto sensu* introduziu a unidade genérica *par adjacente* justamente para evitar o problema de tratar algum tipo particular de unidade seqüencial como um protótipo. São consideradas genéricas aquelas unidades que terão alguma versão em operação em qualquer ocorrência da fala. Esse caráter genérico decorre de uma história dos agrupamentos humanos como grupos sociais para os quais uma ação é algo que é responsivo a uma outra ação.

Os tipos particulares de unidades seqüenciais exibem diferentes relações entre as primeiras e as segundas partes. Assim, *pares adjacentes* do tipo *cumprimento-cumprimento* envolvem a troca de objetos cognatos ou do mesmo termo. Os tipos *oferta-aceitação/recusa* envolvem uma quantidade limitada de determinadas respostas alternativas. Os tipos *questão-resposta* envolvem turnos complementares, relativamente não-especificados. A proposição de um *par adjacente* do tipo *questão-resposta* é compatível com uma gama considerável de relações entre dois enunciados. Esses três tipos particulares de unidades seqüenciais, todavia, não exaurem as relações que podem ocorrer entre as primeiras e as segundas partes dos *pares adjacentes*. Uma relação seqüencial que opera acima das diferenças particulares caracteriza, pois, a unidade abstrata ou formal introduzida como *par adjacente*.

Essa crítica ao trabalho do Goffman destaca contornos importantes na delimitação teórico-analítica da Análise Conversacional *stricto sensu*, no que diz respeito ao caráter empírico que orienta as preocupações teóricas dessa disciplina, às questões a que se dirige, às unidades abstratas ou formais eleitas para a análise. Tais contornos dizem respeito ainda à escolha de dados naturais, à análise de detalhes dos

dados, como também à adoção de um olhar analítico não informado por referências prévias à própria análise.

3.3 A Análise Conversacional *stricto sensu*: Princípios e Objeto de Estudo

3.3.1 Princípios da Análise Conversacional *stricto sensu*

A Análise Conversacional *stricto sensu* beneficiou-se da descrição feita por Schutz (1962), de pressupostos e métodos da elaboração situada tais como a *pressuposição da reciprocidade de perspectivas* e os seus métodos do *ad hoc*, do *etcétera*, da *interpretação documental*, anteriormente mencionados.

Textos introdutórios à Análise Conversacional *stricto sensu* tratam do refinamento metodológico observado em análises inscritas nesse campo (Schenkein, 1978; Psathas, 1990a; Schegloff, 1993). Contudo, uma *mentalidade analítica*, enquanto uma interdependência entre a exposição teórica e análises efetivas, tem sido invocada para explicar um pequeno interesse em produzir manifestos ou discussões da articulação de pressupostos da disciplina. Curiosamente, como Gülich & Mondada (2001: 201) observam, mesmo a obra *Notes on methodology*, publicada em 1984, não foi escrita por Sacks, mas resultam de observações feitas por Gail Jefferson ao longo de cursos oferecidos por ele.

Princípios invariantes da Análise Conversacional *stricto sensu*, no entanto, constituem ferramentas fundamentais na consecução de suas análises (Mondada, 1998a). Dentre esses princípios há aqueles que dizem respeito mais diretamente ao ordenamento do fazer teórico-analítico da disciplina, como a *mentalidade analítica*. Há outros que dizem respeito à organização das atividades sócio-culturais e lingüísticas, como o *princípio da supremacia da interação* e a *dimensão seqüencial e temporal* da fala-em-interação. Há ainda princípios que dizem respeito ao modo de funcionamento tanto do modelo teórico quanto da fala-em-interação, como as *dimensões praxeológica e êmica*.

A integração desses princípios na implementação da Análise Conversacional *stricto sensu* revela um modelo dinâmico, cujo objeto por ele projetado parece dar conta da dinamicidade que diversos pensadores vêm observando em fenômenos envolvidos na linguagem como ação, conforme tratei no Capítulo anterior.

Uma pequena ênfase na explicitação de pressupostos da Análise Conversacional *stricto sensu* e a eficácia de suas ferramentas têm possibilitado que alguns de seus aportes específicos sejam freqüentemente aplicados em outros programas de pesquisa, o que é possível justamente em virtude do potencial analítico dessas ferramentas e aportes. Tal potencial analítico gera uma difusão de abordagens que, às vezes, exibem uma indefinição relativamente a especificidades de contorno de

uma Análise Conversacional de inspiração etnometodológica, como Gülich & Mondada (2001:196) observam.

A explicitação dos seus pressupostos e suas inter-relações possibilita ver como a Análise Conversacional *stricto sensu* lida com tensões entre estabilidades e variabilidades de fenômenos que ocorrem nas confluências entre linguagem, cognição e cultura. Por um lado, esse modelo teórico aborda a estabilidade das organizações genéricas da fala-em-interação, em termos de um *sistema de troca de turnos*. Esse sistema engloba a *organização de turnos*, que gera relações de adjacência entre turnos sucessivos de uma fala, e a *organização de seqüências*, que gera os pares adjacentes como unidades da organização seqüencial. Por outro lado, essa disciplina chama-nos a atenção para a variabilidade dos sentidos e saberes co-construídos em contextos situados, em termos de *sistemas de troca fala* tais como a conversa, reuniões, cerimônias, debates, entrevistas, entrevistas coletivas de imprensa, seminários, sessões de terapia, julgamentos. Ainda, a explicitação de pressupostos da Análise Conversacional *stricto sensu* possibilita ver como essa corrente teórico-analítica opera com os traços e as relações que constituem as ações sócio-interacionais, além de poder auxiliar na compreensão de um modo de descrever os procedimentos dos atores sociais na construção dos mundos de objetos discursivos.

3.3.1.1 **A mentalidade analítica e o status dos dados empíricos**

Um exemplo flagrante do compromisso da Análise Conversacional *stricto sensu* com uma *mentalidade analítica* pode ser visto no artigo de Schegloff (1988: 92), sobre Goffman. Embora parte do artigo assuma “a forma de um escrito discursivo que é o idioma comum das respostas teóricas nas ciências sociais contemporâneas”, Schegloff prefere “pensar as seções [iniciais do seu] ensaio como uma série de preparações discursivas para as análises empíricas que seguem [essas preparações discursivas iniciais]”. Com efeito, o ensaísta finaliza a sua resposta com uma seção na qual examina “um episódio de interação escolhido por sua similaridade com um dado tratado por Goffman”. Afinal, em contraste com a forma de um escrito discursivo, o que conta para Schegloff são as análises práticas que emergem como experiências dos atores.

A *mentalidade analítica* constitui, pois, a proposição de uma interdependência entre a análise de casos concretos e a exposição do arcabouço teórico dessa análise. Trata-se de um modo de teorizar sensível aos dados e suas análises. Essa *mentalidade* encerra um aspecto epistemológico importante, uma vez que nega a autonomia da metodologia diante de práticas analíticas efetivas.

O caráter particular atribuído à questão da metodologia na Análise Conversacional *stricto sensu* decorre da associação entre:

- a) a *mentalidade analítica*;
- b) a postulação de que as práticas sociais se ajustam aos contextos e às contingências da ação e;
- c) a compreensão de que o fazer científico constitui uma prática social situada.

A despeito do mencionado refinamento metodológico de análises efetivas, na Análise Conversacional *stricto sensu* não se observa, pois, a proposição prévia de regras metodológicas analíticas altamente estruturadas. O analista não define previamente, apoiado em seu modelo teórico, um passo a passo analítico estrito. Isso vai-se definindo à medida em que ele toma e retoma seus dados, observando-os quantas vezes for necessário, com o objetivo de descrever os procedimentos dos participantes do evento analisado.

A *mentalidade analítica* correlaciona-se com uma perspectiva empírica segundo a qual resultam de análises de casos e de coleções de casos a proposição e a argumentação tanto de unidades formais abstratas quanto de soluções para dados problemáticos ou não, que contribuam para a compreensão de uma atividade sócio-interacional. Na Análise Conversacional *stricto sensu* a teorização depende, pois, de formulações empíricas, *controladas pelos dados*. Entende-se, portanto, que os dados exercem um controle, relativamente a afirmações sobre o mundo, enquanto uma teorização sobre a conversa.

Vale ressaltar que a idéia de *controle das afirmações pelos dados* não diz respeito a uma atuação autônoma deles, uma vez que a análise é sensível ao quadro teórico no qual o analista se insere. Esse controle também é delimitado pela sensibilidade do fazer analítico ao contexto e às contingências da ação de fazer a análise, como ademais ocorre com qualquer prática social.

A consideração do *status* dos dados para uma disciplina naturalística leva em conta, ainda, uma compreensão daquilo que autoriza Mondada (1998b) a falar de uma *fabricação* dos dados, em virtude do caráter efetivamente interativo da sua obtenção, que se dá atravessada pelos *vieses do pesquisador, da máquina e dos sujeitos observados*, discutidos adiante.

3.3.1.2 A dimensão *praxeológica*: o caráter situado e emergente da interação

O caráter *praxeológico* da Análise Conversacional *stricto sensu* decorre da consideração da organização endógena e localmente situada das práticas sociais. Considerar a dimensão *praxeológica* da linguagem implica vê-la como um conjunto de atividades semióticas integradas em atividades coletivas.

Ao adotar um olhar *praxeológico*, Mondada (1998a) considera que os modelos normativos, as normas ou regras praticadas por um grupo social não são autônomos ou externos às práticas, não tendo uma existência independente dessas práticas efeti-

vas. Uma regra social emerge contingencialmente, em uma prática localmente situada. Considerando isto, o analista não define previamente o fenômeno a ser estudado, mas olha detalhadamente para seus dados, com o objetivo de observar, por exemplo, particularidades de um funcionamento efetivo do sistema de troca de turnos em sistemas de troca de fala, como a conversa, ou em outras interações, como um debate ou uma reunião. O escrutínio do analista também pode voltar-se para processos locais de construção de objetos discursivos ou ainda para a multimodalidade dos recursos agenciados pelos participantes de uma interação, para os fins práticos daquela interação, da gramática (Mondada, 2000b) aos gestos (Goodwin, 1980). Como acontece com qualquer escolha metodológica, a definição daquilo que o analista deve considerar não se dissocia das referências epistemológicas do modelo, por exemplo, quanto ao modo constitutivo segundo o qual as práticas sociais se organizam.

3.3.1.3 A supremacia da interação

O *princípio da supremacia da interação* ecoa com o caráter epistemológico não-solipsista do mecanismo explicativo sobre a fenomenologia humana formulado na Biologia do Conhecer. Observa-se que o ponto de vista dos participantes de uma atividade sócio-interativa é sempre plural. A ação dos atores não releva de um indivíduo isolado e suas contribuições não são vistas como participações singulares, que informam sobre o sujeito responsável por elas, mas como uma atividade interacional regida por uma organização que engaja o coletivo dos participantes. Sinalizando o caráter social das ações dos indivíduos, Duranti (1997: 18) chama-nos a atenção para situações nas quais as ações emergem não de um falante solitário, em um turno único, mas são colaborativamente definidas.

Conforme Gülich & Mondada (2001: 202) afirmam, decorre do *princípio da supremacia da interação* que

mesmo um ato aparentemente solitário e individual, mesmo um nível de análise aparentemente independente não escapam a uma abordagem interacional, que busca assim redefinir objetos tão diversos como a cognição, a sintaxe, a gramática, pensadas como esferas autônomas, não submetidas à contingência da ação.

A Análise Conversacional *stricto sensu* tem desenvolvido essa consideração do papel ativo dos participantes dos eventos. Com efeito o caráter co-construído dos fenômenos interacionais é central para essa corrente teórico-analítica. Gülich & Mondada (2001: 209), por exemplo, observam que o turno de fala não é um feito exclusivo do seu enunciador: o *segundo participante* contribui reflexivamente para estruturar o turno do *primeiro participante*. Através da análise de um fragmento de uma fala pública do Primeiro Ministro francês Jean-Claude Raffarin para trabalhadores daquele país, Monda-

da (2005b) demonstra analiticamente que os turnos de uma conversa têm uma dimensão social, co-construída, sejam eles constituídos de palavras, vaia, risos ou outros recursos conversacionais. A pesquisadora sugere que as ações das atividades interativas nunca emergem de um falante solitário. Mesmo diante de discursos que podem ser apresentados como monológicos, a audiência participa ativamente.

3.3.1.4 A seqüencialidade e a temporalidade da fala-em-interação

Em conformidade com o caráter *seqüencial* da fala-em-interação, a ação de um primeiro participante de um evento sócio-interativo projeta, normativa e empiricamente, um conjunto de ações sucessivas. O segundo locutor torna observável a sua compreensão ou interpretação do turno precedente. O primeiro locutor, por sua vez, mostrará se aceita ou reformula o trabalho do segundo locutor (Schegloff & Sacks, 1973). Desse modo, um turno, não sendo uma construção individual, exerce sobre os seguintes um limite normativo e uma ação retrospectiva e prospectiva, estruturadora da forma como esses turnos serão formulados e compreendidos (Have, 1998).

A *temporalidade* da fala-em-interação, por sua vez, exhibe as projeções e antecipações dos locutores, bem como as recategorizações e redefinições que eles fazem das unidades que co-constroem, para os fins práticos da interação.

Decorre dos mecanismos de *seqüencialidade* e *temporalidade* um entendimento da compreensão como uma realização pública e intersubjetiva.

3.3.1.5 A dimensão êmica: o ponto de vista dos participantes e o fazer analítico

O caráter *êmico* da atividade sócio-interacional diz respeito ao fato de que são os sujeitos da ação que definem, no fluxo de suas ações, os aspectos relevantes da atividade na qual estão engajados. A *dimensão êmica* aplica-se tanto às unidades formais, às categorizações e objetos de saber da fala-em-interação, quanto ao fazer do analista.

Objetos *êmicos* são formulados, aceitos ou rejeitados, negociados, ajustados pelos participantes da atividade interacional, no fluxo mesmo dessa atividade. Um turno de fala, por exemplo, constitui uma ação em um conjunto de ações de coordenação de ação. Não sendo um feito exclusivo do seu enunciador, um turno incorpora a conduta de seus ouvintes, que contribuem reflexivamente para a sua configuração. Esse conjunto de segmentos vocais e/ou gestuais exhibe, então, a escuta, a atenção, a avaliação dos participantes. Nesses afazeres ocorrem ajustes e a produção de respostas pertinentes às ações atribuídas a cada turno, configurando, assim, o caráter reflexivo do desenvolvimento do turno (Gülich & Mondada, 2001: 209). Uma descrição *êmica* busca capturar justamente a escuta, a atenção, a avaliação dos participantes.

Uma vez que adota a *dimensão êmica* como um princípio, a Análise Conversacional *stricto sensu* interessa-se não pelo que o analista e/ou o próprio participante das atividades lingüístico-interacionais dizem sobre o que esse participante disse, mas pelo que o participante fez quando disse o que disse e/ou ouviu ou viu o que ouviu ou viu. Com isto, essa disciplina atribui inteligibilidade aos sujeitos que realizam publicamente a atividade interativa.

A *dimensão êmica* da Análise Conversacional *stricto sensu* fundamenta-se em pressupostos básicos da Etnometodologia que dizem respeito a um interesse pelas características do saber passíveis de atribuição aos atores sociais e pelos modos como esse saber deve ser analisado no quadro da teoria da ação. O modo como os atores utilizam esse saber constitui outro interesse etnometodológico que fundamenta a *dimensão êmica* e se traduz na abordagem procedural da vertente lingüística da Etnometodologia.

Uma descrição êmica põe em movimento uma consideração do observador, mas não de qualquer observador, na constituição das realidades. Os próprios atores-sociais-em-ação são os observadores privilegiados pela perspectiva *êmica*. Ela não se interessa nem por aquilo que o pesquisador anota sobre a interação nem por aquilo que é reportado *a posteriori*, pelo próprio ator, como o que ocorreu durante a interação. Para dar conta dos atores como observadores-em-ação, o analista conversacional observa um registro com o objetivo de explicitar os métodos pelos quais esses observadores sustentam ativamente a ação, analisando aquilo que eles tornam observável e inteligível nas suas ações de coordenação de ação, através da organização de suas condutas. Essa descrição apóia-se, pois, nos procedimentos dos participantes da atividade analisada, com o objetivo de reconstruir a sua ação, durante a realização mesma da atividade. Com efeito, a perspectiva êmica privilegia enquanto observador todos e somente aqueles que participam da atividade conversacional analisada, levando em consideração o caráter social da implementação de um sistema de troca de turnos. Essa co-construção interacional efetivada pelos participantes do evento constituirá tanto mais um *observável*, para o analista, quanto mais adequadas forem as técnicas adotadas na *fabricação* dos dados.

A despeito de uma certa *objetividade* que parece acompanhar a perspectiva da descrição êmica baseada em registros em vídeo, de situações interacionais naturais – não se trata do que alguém diz sobre o que um outro alguém fez, mas daquilo que alguém fez no momento mesmo da interação –, não avalio como sendo epistemologicamente interessante postular uma descrição totalizante do complexo fenômeno da interação sócio-cultural lingüística. Considero que, levado às suas últimas conseqüências, o caráter relacional e situado da linguagem inviabiliza uma busca de verdades totalizantes sobre ela. Além de injunções tecnológicas e de diferenças entre o contexto do evento e o contexto da análise, a descrição feita pelo pesquisador, quan-

to ao que ele interpreta como um comportamento tornado público pelo(s) sujeito(s) da ação, é sensível a – e supostamente condizente com – o quadro teórico a partir do qual esse pesquisador atua. Ele aporta ao seu campo investigatório e analítico o quadro teórico de que dispõe e a sua descrição é configurada pelas “lentes” dos seus domínios de ação, que dizem respeito à sua experiência, incluindo as suas práticas culturais, o quadro teórico epistemológico ao qual explicitamente ou não se afilia, um certo modo de fazer ciência, decorrente desse quadro teórico, como também as suas *emoções* ou *disposições corporais*, nas diversas fases da pesquisa.

3.3.2 O objeto da Análise Conversacional *stricto sensu*

No âmbito do *Caminho Explicativo da Objetividade entre Parênteses*, o fazer analítico não se dá desarticulado, por exemplo, do reconhecimento ou não do *observador*, na constituição dos domínios e mundos de objetos consensuais, pelo cientista. Esse afazer não se desarticula, portanto, de certa concepção sobre o fazer científico nem do mecanismo de que o analista e sua comunidade de interlocutores se valem para gerar a fenomenologia da linguagem, da cognição e da cultura, no caso dos fenômenos que aqui nos interessam.

Parto da seguinte declaração de Sacks (1984: 26), para tematizar uma concepção de linguagem e o objeto da Análise Conversacional *stricto sensu*:

Comecei a trabalhar com conversas registradas em vídeo simplesmente em virtude de que poderia repassá-las, digitá-las de algum modo e estudá-las detalhadamente, sem saber quanto tempo isso poderia tomar [...], não foi decorrente de um grande interesse na linguagem ou de alguma formulação teórica daquilo que se deve estudar, mas simplesmente em virtude disso, eu poderia pôr as minhas mãos sobre [essas conversas registradas] e estudá-las outra e outra vez. E conseqüentemente outros também poderiam olhar para o que eu havia estudado e fazer o que pudessem, se quisessem discordar de mim¹¹.

Embora o registro em vídeo inclua vieses e limitações, conforme discutirei adiante, são notáveis as vantagens operacionais dessa tecnologia, em termos das possibilidades de trabalho tanto do analista quanto da sua comunidade de interlocutores. Porém, o destaque dado por Sacks ao seu interesse pelo registro em vídeo e pelo desenvolvimento da tarefa analítica parece minimizar a importância da concepção de lin-

¹¹ “I started to play around with tape recorded conversations, for the simple virtue that I could replay them; that I could type them out somewhat, and study them extendedly, who knew how long it might take [...] It wasn’t from any large interest in language, or from some theoretical formulation of what should be studied, but simply by virtue of that; I could get my hands on it, and I could study it again and again. And also, consequently, others could look at what I had studied, and make what they could, if they wanted to disagree with me.” Sacks (1984: 26). Tradução minha.

guagem que o analista conversacional *stricto sensu* põe em movimento quando pratica uma análise.

No trecho cotejado, o dirigir-se ao material analisado sem uma formulação teórica prévia, sem uma pré-definição do que deve ser estudado, articula-se com um conjunto de escolhas, por exemplo, entre dar primazia às hipóteses e aos modelos, na definição do objeto de estudo, ou assumir um modelo para o qual as hipóteses e categorias são contingentes com as circunstâncias.

Ora, no interesse de Sacks de transcrever e olhar detalhadamente para os registros de conversas podemos identificar uma concepção de linguagem como os procedimentos dos atores sociais, portanto, como uma ação coordenada, uma prática social plural. Da importância dada por Sacks aos procedimentos dos participantes das conversas podemos derivar uma concepção dinâmica de linguagem, que constitui um importante pilar para a Análise Conversacional *stricto sensu*. De acordo com tal concepção, a inteligibilidade e o caráter ordenado, seqüencial, temporal, não-linear da linguagem enquanto prática social são co-construídos publicamente pelos seus participantes, para os fins práticos da interação. Ver a linguagem enquanto ação coordenada é vê-la como uma esfera não-autônoma, que se submete às contingências e ao contexto das ações. Esse contexto por sua vez é definido pelos participantes, no fluxo mesmo da linguagem-ação. A linguagem, portanto, molda o contexto e é reflexivamente moldada por ele. Uma tal concepção dinâmica de linguagem subjaz a definição do objeto da Análise Conversacional *stricto sensu*.

Uma ‘análise da conversa’ ou uma ‘análise das conversas’ constituem a *conversa* como o seu objeto de estudo, como pode ser visto nos trabalhos de Kerbrat-Orechioni (1990, 1992, 1994, 1996); Cosnier & Kerbrat-Orechioni (1987); Cosnier, Gelas & Kerbrat-Orechioni (1988); André-Larochebouvry (1984); Vion (1992). A Análise Conversacional *stricto sensu*, por sua vez, toma a conversa como a atividade social fundamental, o lugar prototípico e central da vida social, da socialização, da aquisição da linguagem e da manutenção da ordem social. Contudo, em consonância com sua inspiração etnometodológica, o objeto de estudo dessa corrente analítica diz respeito à *organização inteligível das atividades dos membros de uma sociedade*.

A Análise Conversacional *stricto sensu* não está interessada particularmente na fala. Também não se interessa em particular pela interação. A formulação dessa corrente teórico-analítica no escopo de uma teoria da ação social motivou o seu interesse no sistema da interação face-a-face e seus componentes sociais.

Os vários participantes de uma interação, um após o outro, constroem o desenvolvimento do campo interacional, pelo reconhecimento do que alguém está fazendo, a partir do modo como estão conduzindo a si mesmos, por exemplo, a partir da fala, e agindo com base nessa compreensão. Esses aspectos estão entre as práticas

básicas pelas quais as ações interativas são realizadas. Eles subjazem a trajetória na qual cursos de interação são progressivamente concebidos.

Na proposição fundacional da disciplina, a Análise Conversacional *stricto sensu* interessou-se, pois, pelas exigências do *sistema de troca de turnos*. Segundo Sacks, Schegloff & Jefferson (1974: 729), tais exigências dizem respeito:

- 1) à compreensão das mensagens;
- 2) aos mecanismos utilizados pelos participantes para atrair, manter e exibir a atenção dos outros participantes;
- 3) à distribuição de turnos;
- 4) aos modos de alocar oportunidades para participar da interação;
- 5) aos modos de tornar partes distintas da fala coerentes com outras partes em seqüência;
- 6) aos modos de lidar ou ignorar problemas na fala;
- 7) aos mecanismos utilizados pelos participantes para se identificarem ou identificarem os outros.

Assim, o programa da Análise Conversacional *stricto sensu* buscou especificar as seguintes organizações genéricas da fala-em-interação:

- a) uma organização de tomada de turnos, que aloca, restringe a extensão e molda as oportunidades para a participação nos eventos interativos;
- b) uma organização de pares adjacentes, que ordena seqüências de ações-em-turnos e as propriedades dessas seqüências;
- c) uma organização de reparos, que ordena oportunidades de ações de certo tipo, lidando com problemas na fala.

Jefferson (1974) observa que um sistema genérico de troca de turnos opera em sistemas específicos de troca de fala. A constituição de uma forma de fala como uma ação social reconhecível envolve, pois:

- a) a seleção de palavras em referência a considerações relativas ao recipiente;
- b) a organização da tomada de turnos, a sua disposição seqüencial e;
- c) a produção de reparos ou a correção da fala no seu curso.

Essas organizações sociais genéricas da fala-em-interação subjazem a constituição, o reconhecimento e a coordenação da ação social. Schegloff (1988: 96, 116) aponta então que o domínio organizacional ou o *locus* da organização é, portanto, o

domínio das ações e das oportunidades de efetua-las e a investigação da Análise Conversacional *stricto sensu* tenta entender como a fala-em-interação é organizada, o que os participantes do evento fazem momento a momento, como os episódios vêm a ter a trajetória que têm.

Quanto às unidades formais abstratas do sistema de troca de turnos, Sacks, Schegloff & Jefferson (1974: 703) postulam uma alocação de turnos que envolve dois grupos de técnicas:

- a) o próximo turno é alocado através da seleção do falante seguinte pelo falante corrente e;
- b) o próximo turno é alocado através de uma auto-seleção.

Sacks, Schegloff & Jefferson (1974: 704) propõem ainda um conjunto básico de regras que governa e coordena a construção de turnos, a alocação de um próximo turno para outro participante e a transferência desse turno, de modo a minimizar intervalos e sobreposições de fala. Assim,

- 1) Para qualquer turno, no primeiro lugar relevante para a transição de uma primeira unidade de construção de turno,
 - a) Se o turno foi construído até aqui envolvendo o uso de uma técnica do tipo “o falante corrente seleciona o seguinte”, então o participante selecionado tem o direito e é obrigado a tomar o turno de fala seguinte; nenhum outro participante possui tais direitos ou obrigações, e a transferência ocorre naquele lugar.
 - b) Se o turno foi construído não envolvendo o uso de uma técnica do tipo “o falante corrente seleciona o seguinte”, então a auto-seleção para o próximo falante pode ser instituída, mas não necessariamente; quem inicia primeiro adquire o direito do turno, e a transferência ocorre nesse lugar.
 - c) Se o turno foi construído não envolvendo o uso de uma técnica do tipo “o falante corrente seleciona o seguinte”, então o falante corrente pode – mas não precisa – continuar, a menos que outro falante se auto-seleccione.
- 2) Se no primeiro lugar relevante para a transição de uma unidade de construção, nem 1a nem 1b operaram, e, seguindo a provisão de 1c, o falante corrente continuou, então o conjunto de regras a-c reaplica-se no próximo lugar relevante para a transição e, recursivamente, aplica-se a seguir, em cada lugar relevante para a transição, até a transferência ser efetivada.

Observe-se que o sistema de troca de turnos, como visto por esses autores, é um fenômeno ordenado, que não requer referência a aspectos de situacionalidade, identidades ou particularidades do contexto. Em instâncias locais de sua operação, esse aparato é sensível e exhibe a sua sensibilidade a vários parâmetros da realidade social, em um contexto local (Sacks, Schegloff & Jefferson, 1974: 669). Assim, enquanto uma

descrição das ações sociais configuradas na fala-em-interação, essas unidades formais abstratas do sistema de troca de turnos devem dar conta tanto de fenômenos invariáveis quanto de fenômenos variáveis.

O caráter invariável das unidades do sistema de troca de turno pode ser visto como uma decorrência da compreensão de que os nossos modos de viver exibem um tipo de estabilidade na recursividade de nossas redes de conversações e de que, nos nossos modos de viver na linguagem, os falantes são responsivos ao que foi dito e mostram essa dimensão responsiva na sua fala.

Como apontei anteriormente, as unidades do sistema de troca de turnos não são vistas como um mapeamento conceitual da realidade: elas são ordens do domínio da organização social. São reconhecíveis, realizadas em termos de uma inteligibilidade entre sujeitos que atuam em uma *reciprocidade de perspectivas* e lançam mão do caráter ordenado das interações, para os propósitos nos quais estão engajados. A organização geral e formal da ação faz com que uma contribuição de um participante seja, de algum modo e de modo organizacional, uma resposta ao ato/turno que precede essa contribuição.

Como observam Sacks, Schegloff & Jefferson (1974: 669), o ordenamento dessas estruturas organizacionais, no entanto, inclui um amplo conjunto de opções, de modo que a organização da interação não confina os seres humanos em uma “prisão determinística”, no dizer de Schegloff (1988: 118). Ainda segundo esse modo de ver, o sistema de troca de turnos não é um quadro apriorístico que predispõe certas escolhas de interpretação: ele se constitui integrado ao quadro da ação culturalmente situada, emergindo nas ações sociais efetivas, em termos de sistemas de troca fala, de modo contingente a essas ações, para os propósitos dessas ações.

Avalio que a confluência entre a variabilidade daquilo que é emergente e contingente em ações efetivas e uma estabilização daquilo que é recursivo sugere, por um lado, o estudo de fenômenos emergentes, que até poderão vir a ser considerados – mas não necessariamente – como candidatos a possíveis unidades formais. Um estudo desse tipo pode basear-se em uma análise de um caso. Coleções de análises de casos, por outro lado, podem constituir a base para investigações que dêem continuidade à proposição de outras unidades formais, ainda não descritas.

Sacks, Schegloff & Jefferson (1974: 700-701) tomaram a conversa como uma interação na qual uma organização está envolvida. Especificamente, eles tomaram essa atividade como uma forma básica do sistema de troca de turnos, indicando que em qualquer conversa observam-se os seguintes fatos:

- 1) A mudança de falante ocorre ou, no mínimo, ocorre.
- 2) Predominantemente, fala um participante de cada vez.
- 3) Ocorrências de mais de um falante a cada vez são comuns, mas breves.

- 4) Transições de um turno para outro, sem intervalos e sem sobreposições, são comuns. Juntamente com transições caracterizadas por breves intervalos ou ligeiras sobreposições, elas perfazem a grande maioria das transições.
- 5) A ordem do turno não é fixa, mas variável.
- 6) A extensão do turno não é fixa, mas variável.
- 7) A duração da conversa não é previamente especificada.
- 8) O que cada participante diz não é previamente especificado.
- 9) A distribuição relativa dos turnos não é previamente especificada.
- 10) A quantidade de participantes pode variar.
- 11) A fala pode ser contínua ou descontínua.
- 12) Técnicas de alocação de turno são obviamente usadas. Um falante corrente pode selecionar um falante seguinte (por exemplo, quando dirige uma pergunta a outro participante) ou os participantes podem se auto-selecionar para começarem uma fala.
- 13) Várias 'unidades de construção de turno' são empregadas; por exemplo, os turnos podem ser projetados de modo a terem a extensão de uma palavra ou de uma sentença.
- 14) Mecanismos de reparação existem para se lidar com erros e violações da tomada de turnos; por exemplo, se dois participantes encontram-se falando ao mesmo tempo, um deles irá parar prematuramente, reparando, assim, o problema.

O sistema de tomada de turnos instaura e torna observável a ordem da interação. Essa ordem é contextual, emergente, realizada pelos participantes no fluxo mesmo da interação. Ela não se realiza através de um acordo pré-estabelecido, mas a partir da coordenação de coordenação de ações dos participantes. A alternância de turnos caracteriza-se como uma atividade privilegiada dessa coordenação. Uma vez produzido um primeiro turno, os demais participantes, de modo mais ou menos demonstrativo e encadeado, podem adotar posturas diversas. Um participante pode esperar o seu turno, pode posicionar-se para tomar o turno ou pode interagir sem tentar tomar o turno. Os interlocutores analisam o turno para identificar os pontos potenciais de transição. Nessa análise eles se orientam para uma Unidade Construcional de Turno (*Turn Construtional Unit - TCU*). Essa Unidade não é pré-definida, é uma unidade êmica, orientada e construída pelos participantes a partir da seqüência da interação (Selting, 1998). Tais Unidades tornam-se observáveis para os participantes, manifestando-se na segmentação do turno, com continuadores e avaliadores, na localização das superposições, na tomada do turno como um complemento colaborativo (Mondada, 2000a).

Embora se aponte que a forma básica do sistema de troca de turnos seja a conversa, a troca de turnos, todavia, não é exclusiva dessa atividade. Ele ocorre em outras interações tais como cerimônias, debates, reuniões, entrevistas, entrevistas coletivas de imprensa, seminários, sessões de terapia, julgamentos. Esses outros sistemas de troca de fala movimentam uma gama de transformações do sistema de troca de turnos da conversa. Em cada uma dessas interações, podem ser observadas diferenças

na alocação ou organização da tomada de turnos, comparativamente à alocação que ocorre na conversa.

Na conversa, a alocação de um turno de cada vez é feita pelo uso de meios locais de alocação. No debate, essa alocação é previamente organizada com referência, por exemplo, a posições “pró” e “contra”. A alocação local de turnos alarga o conjunto de falantes potenciais para cada turno seguinte. A pré-alocação de turnos restringe o conjunto de falantes seguintes em potencial. Quanto maior o grau de pré-alocação dos turnos, maior tenderá a ser o tamanho dos turnos.

Constitutivamente, uma reunião conta com a presença de alguém para presidi-la. Isto indica que nessa interação os turnos são parcialmente pré-alocados. Uma reunião caracteriza-se, pois, como uma interação intermediária entre a conversa e o debate. Quem preside uma reunião tem o direito de falar primeiro e de falar após cada falante. O presidente de uma reunião pode utilizar esse turno para alocar a próxima vez de falar. Mas também é possível a alocação de turnos que não tenham sido alocados mediante o uso dos turnos pré-alocados.

O conjunto teórico apresentado neste Capítulo orienta as análises que faço da fala-em-interação em uma reunião da Associação dos Moradores dos Tipis.

CAPÍTULO 4 – A METODOLOGIA COMO UMA INTERPRETAÇÃO DOCUMENTAL: AS OPÇÕES METODOLÓGICAS

4.1 A teoria orientando a metodologia

O caráter emergente da atividade sócio-cultural que resulta nesta tese é concomitante com o seu caráter histórico. Por exemplo, a prática de fazer o trabalho, a tarefa metodológica, ao mesmo tempo em que se constituiu e se reformulou na prática mesma do campo, também se beneficiou de relatos de experiências anteriores. Para usar um argumento schutziano, posso dizer que, no desenvolvimento desta pesquisa, as especificações e delimitações metodológicas apresentadas neste Capítulo atuaram como as bases para uma implementação de uma *interpretação documental*, um dos *métodos* da *pressuposição da reciprocidade*, segundo o qual o sentido da elaboração situada do que se passa é associado a um padrão subjacente, reconhecido e familiar. No escopo da Biologia do Conhecer isto equivaleria a dizer que o teor deste Capítulo atuou como padrões históricos de ações comunicativas, como um aspecto da cultura metodológica dos analistas conversacionais a interagir com a minha própria atuação enquanto pesquisador. Desse modo, diferentes experiências de trabalhos sobre a interação sócio-cultural humana são aqui tomadas como balizas que permitem distinguir e agrupar os modos de fazer que exibem orientações semelhantes, como também destacá-los de outros modos, com orientações distintas. Como decorrência disso e/ou simultaneamente, tais balizas servem para uma distinção das escolhas metodológicas desta investigação.

A Etnometodologia já havia praticado a estratégia metodológica de estudar os procedimentos de construção do sentido em situações ordinárias, como vimos no capítulo anterior. A Análise Conversacional *stricto sensu* desenvolveu essa estratégia procedural, baseando-se em registros e transcrições de procedimentos lingüístico-interacionais. Como Gülich & Mondada (2001: 199) observam, nos anos 90 o desenvolvimento dessa estratégia teve contribuições consideráveis.

Como principal formulador do arcabouço teórico-analítico da Análise Conversacional *stricto sensu*, Schegloff (1988: 107-9) observa que o foco procedural dessa área de estudos orienta-se pelas seguintes questões:

- a) Como os cursos de ação e interação são realizados? Como esses cursos são combinados temporal e seqüencialmente?
- b) Que relações demonstráveis ocorrem entre os participantes? Quais os tipos de disponibilidades demonstráveis de um participante para com o(s) outro(s)?
- c) Como a compreensão que os participantes tiveram de um enunciado é revelada na interação? Como o falante fez isso? O que, na

- conduta de um participante de uma interação, produz essas compreensões de suas ações ou o que autoriza tais compreensões?
- d) Como um enunciado assim compreendido pode ser ou pode ter sido consequência de uma seqüência em alguma interação real?

Como vimos dizendo, um analista conversacional examina algum enunciado ou uma série deles no seu contexto seqüencial, podendo considerar também uma coleção de exemplos de algum fenômeno, cada um no seu contexto seqüencial, e encontrar recorrentemente um turno prévio sendo relevante de um ou de outro modo, porque para os participantes esse turno era relevante de um ou de outro modo. Ele pode operar ainda com dados que encerram problemas não resolvidos e com materiais com problemas particulares ou independentes. Decorre daí que a matéria desse trabalho analítico são os diferentes modos nos quais um turno figura na organização do outro, os diferentes modos nos quais os falantes são responsivos ao que foi dito e mostram essa dimensão responsiva na sua fala. Essas diferenças, insiste Schegloff (1988: 116), têm caráter seqüencial.

A Análise Conversacional *stricto sensu* aborda, pois, a sintaxe das ações entre os participantes, o tráfego do comportamento na interação, o que implica dizer que essa disciplina busca observar:

- a) o que os indivíduos fazem;
- b) como o fazem;
- c) a compreensão demonstrável do que os participantes fazem;
- d) como os participantes moldam conjuntamente a trajetória da interação;
- e) como a interação molda, reflexivamente, as trajetórias dos participantes.

Se o que é observado no tráfego do comportamento são as trajetórias das interações, então uma ação ou enunciado únicos não ajudarão no desenvolvimento adequado da análise. O trabalho da Análise Conversacional *stricto sensu* é realizado sobre amostras de fala-em-interação e, em princípio, pode aplicar-se a qualquer amostra. A variedade de aspectos dessa fala deve ser, também em princípio, acessível à análise, de maneira que os dados analisados devem ser apresentados ao leitor de um modo que ele tenha acesso independente aos mesmos e possa fazer uma outra análise competitiva.

Propor um trabalho analítico com tais características torna-se então possível porque se prevê que as exigências do sistema – as organizações seqüenciais da fala-em-interação, postuladas pela Análise Conversacional *stricto sensu* –, apresentam-se e são analisáveis onde quer que a fala ocorra. A realização de tal trabalho, pelo analista, torna-se possível pela ampla utilização das tecnologias de *fabricação* dos dados primários e secundários.

4.2 A teoria orientando a escolha de dados naturais

Como vimos discutindo, a Análise Conversacional *stricto sensu* assume que as práticas dos locutores organizam-se de modo localmente situado, são necessariamente indexadas ao contexto e se ajustam às contingências que afetam os eventos, contribuindo reflexivamente para (re)definir o contexto (Gülich & Mondada, 2001: 199). Ao assumir também os princípios da *temporalidade* e da *seqüencialidade* das atividades lingüístico-interacionais, essa corrente analítica aborda dados que permitam documentar a emergência e o desdobramento das práticas dos interactantes, observando as suas atividades em acontecimentos da vida social ordinária. Para lidar com essas características dinâmicas da fala-em-interação – indexicalidade, contingencialidade, reflexividade, temporalidade, seqüencialidade, emergencialidade – o analista conversacional *stricto sensu* precisa trabalhar com *dados naturais*, uma vez que ele não sabe de antemão os modos como esses ou outros efeitos irão aparecer. Os *naturally occurring data* são “interações que ocorreriam mesmo na ausência do pesquisador e que não foram elicitadas ou orquestradas por ele, para os fins do registro” (Mondada, 2005e: 77).

Os registros em vídeo ou mesmo em áudio de *naturally occurring data* são ferramentas importantes porque registros gravados, particularmente em vídeo, preservam com vantagem vários aspectos que vão configurar o que ocorre no evento, os modos como os participantes realizam a sua condução, o seu contexto de ocorrência.

Diante do objetivo de analisar os *procedimentos dos locutores* na realização ordenada e reconhecível de uma atividade social, o analista conversacional *stricto sensu* precisa implementar um detalhado e repetido escrutínio de segmentos da fala-em-interação. Os registros em vídeo ou áudio favorecem a acuidade exigida por esse trabalho, uma vez que permitem a visualização e/ou a escuta do evento, por parte do analista, tantas vezes ele necessite, além de possibilitar que outros pesquisadores desenvolvam suas próprias análises, visualizando e/ou escutando o evento repetidas vezes (Gülich & Mondada, 2001: 202; Mondada, No prelo).

4.2.1 Os dados primários de primeira ordem: vantagens e limitações do registro em vídeo

Nos registros em vídeo, particularmente, perdas relativas àquilo que ocorre ao longo da interação tendem a ser menores e menos comprometedoras do que aquelas observadas em outros tipos de coleções de dados. Ainda assim, o recurso do vídeo encerra limitações e/ou interferências relacionadas às injunções tecnológicas, às possibilidades e às escolhas feitas pelo pesquisador e/ou pelo operador da câmera, como também à sensibilidade dos participantes do evento ao aparato tecnológico utilizado para o registro.

Quanto a essa sensibilidade, na minha experiência de campo pude observar que os participantes de atividades que são corriqueiras para eles ou que não foram especialmente formatadas em função dos objetivos específicos de uma pesquisa habituariam-se à câmera à medida em que vão se engajando na atividade. Isto tende a ocorrer ainda mais rápido se não há um operador atrás da câmera, como também atestam Jordan & Henderson (1995: 55). Com efeito, diante de uma filmadora os participantes tendem a dar continuidade aos afazeres nos quais estão engajados, sem fazer, por exemplo, as tradicionais poses demandadas pelo registro instantâneo de uma máquina fotográfica.

Ao escolher o registro em vídeo, o pesquisador deve considerar as marcas que os usos e/ou as disponibilidades e indisponibilidades dos recursos tecnológicos podem impor ao processo de obtenção de dados naturais. O pesquisador deve considerar, ainda, a sua própria inserção ou a sua ausência no evento registrado. Dessa maneira, há que se reconhecer a consistência daquilo que Jordan & Henderson (1995:51) denominam o *viés do pesquisador* e o *viés da máquina*, no processo de obtenção dos dados. Além disso, deve ser considerado também o *viés dos sujeitos observados*, decorrente das interações efetivas dos participantes entre si e, em alguns casos, com o pesquisador.

Esses *vieses* podem dizer respeito à definição da quantidade de câmeras para registrar o evento, à colocação dela(s) em um ou mais pontos fixos, à movimentação da câmera, ao longo da atividade registrada, dentre outras possibilidades. A escolha do(s) objeto(s) a ser(em) focado(s), o ajuste do foco em termos de ângulos mais ou menos abertos ou fechados, a definição do nível de captação da banda sonora, a utilização ou não de luz natural ou artificial também são dignos de reflexão quanto ao seu papel na interação registrada.

A assunção desses *vieses*, dessas contingências inevitáveis no trabalho do cientista é o que leva Mondada (1988b) a discutir a idéia de uma *fabricação dos dados*, em oposição a uma *coleta de dados*. O reconhecimento desses *vieses* corresponde exatamente à opção pela *objetividade entre parênteses*, postulada pela Biologia do Conhecer. Poderíamos discutir aqui, como o fez Rorty (1994), a pertinência de se insistir nessa denominação, uma vez assumida a impossibilidade de, constitutivamente, distinguirmos entre aquilo que é “fabricado” e o que seria “achado”. No entanto, para efeitos deste trabalho, estou assumindo o vocabulário técnico e analítico da Análise Conversacional *stricto sensu*, que me oferece um aparato suficientemente significativo para minha compreensão de interações conversacionais da comunidade dos Tipis.

As escolhas relacionadas ao processo de constituição dos objetos de análise irão determinar quem e o que é ou não visível e/ou audível, delimitando o leque de possibilidades analíticas presentes nesses dados, uma vez que aquilo que não foi

capturado no registro torna-se indisponível para o analista. O registro em vídeo é visto, então, como “um método que transforma o mundo vivido e real das atividades das pessoas e as experiências conjuntas em dados de um certo tipo” (Jordan & Henderson, 1995:53).

Além de influenciar as escolhas do analista, aspectos relativos àquilo que é ou não significativo para a pesquisa como um todo ou para uma peculiaridade dela influenciam, conseqüentemente, o tipo de registro produzido. Uma configuração de tais aspectos pode resultar, por exemplo, de um trabalho etnográfico que forneça informações tecnicamente úteis sobre o evento que se deseja registrar – sua duração aproximada, o ambiente onde ocorre, possíveis movimentações dos participantes. Ela pode decorrer também do desenvolvimento mesmo da pesquisa, podendo, ainda, estar perpassada por vieses pessoais e culturais dos atores envolvidos na interação.

Possíveis deficiências resultantes das interferências do pesquisador, dos sujeitos observados e da tecnologia podem ser remediadas com a experiência na pesquisa específica, incluindo um detalhamento etnográfico do evento que se está registrando¹². Contudo é importante ter sempre em vista que cada evento é único, contingente com o seu próprio curso. Assim, aquilo que é recursivo entre um e outro evento não implica em uma repetição estrita dos modos específicos de distribuir os turnos; compreender as mensagens; atrair, manter e exibir a atenção dos outros participantes; alocar oportunidades para participar da interação; tornar partes distintas da fala coerentes com outras partes em seqüência; lidar com problemas na fala ou ignorá-los; identificar ou ser identificado no curso da ação; construir unidades e categorias do discurso e outros objetos de saber.

4.2.2 Contexto do registro e contexto da análise: distinções úteis

A escolha do registro em vídeo sugere, ainda, uma consideração teórico-metodológica relativa a diferenças entre o contexto do registro e o contexto da análise ou entre o registro e o evento enquanto uma experiência dos participantes.

Aquilo que o analista pode ver e/ou ouvir, através do registro, pode coincidir ou não com aquilo que os participantes viram e/ou ouviram durante o evento. Dentre as possíveis diferenças entre os modos como participantes experimentam o evento e aquilo que está disponível no registro, há elementos do ambiente físico, por exemplo, que podem, contingencial e eventualmente, ser constituídos enquanto contexto e que escapam às possibilidades de serem registrados por um gravador ou por uma câmera, como é o caso de odores ambientais.

¹² Jordan & Henderson (1995: 51) oferecem um exemplo de adequação metodológica, em função de interesses analíticos.

Como Jordan & Henderson (1995: 49) informam, pesquisadores da Análise da Interação (*Interaction Analysis*) realizam sessões nas quais os participantes de um evento registrado vêem o vídeo e elicitam informações detalhadas sobre ações e aspectos obscuros para os analistas. Essa prática é justificada como uma tentativa de integrar, na análise dos registros, a perspectiva dos participantes, sua visão do mundo, que pode contrastar substancialmente com a visão do analista.

A justificativa da Análise da Interação para as *video review sessions* suscita uma divergência com a Análise Conversacional *stricto sensu*, uma vez que, a partir de um olhar não informado por questões prévias, essa corrente busca descrever a ordem social construída *na atividade local* dos locutores, voltando-se para o que é “observável, mas não imaginável”, “os detalhes da conversa, pelos quais os membros se orientam, sem se darem conta deles” (Gülich & Mondada: 2001:201).

A definição do objeto de estudo em termos dos *procedimentos dos locutores* na realização ordenada e reconhecível das atividades sociais nas quais estão engajados e a atenção à *dimensão êmica* tanto da fala-em-interação quanto da análise fazem com que a Análise Conversacional *stricto sensu* considere que descrições de um evento feitas pelo pesquisador ou mesmo um relato dessa atividade, feito pelos participantes que a protagonizaram, constituem outras práticas, já diferenciadas das práticas descritas ou relatadas. Essa corrente analítica considera que transpor uma prática social para um outro contexto significa alterá-la radicalmente, uma vez que ela se ajusta a outras contingências, por exemplo, aquelas relacionadas às atividades de anotar ou relatar um evento já ocorrido.

4.3 Os dados primários de segunda ordem: o tratamento informático

Um dado primário de primeira ordem pode ser digitalizado ou comprimido em um processamento informático, como o que adotei nesta pesquisa¹³. Esse processamento é aplicável tanto aos registros feitos com uma câmera analógica quanto aos registros feitos com uma câmera digital, que já inclui alguma compressão de dados relacionados a pixels de cor. Tal processamento envolve a captura e a compressão do registro e o transforma em um dado primário de segunda ordem, uma ferramenta funcional, em termos da sua visualização e/ou escuta, tantas vezes quantas o analista ache necessário.

O processamento informático dos dados agrega outras vantagens relativamente ao uso de tecnologias analógicas. Digitalizados, os dados podem ser armazenadas em suportes diversos e/ou em dispositivos de memória internos ou externos de

¹³ Descrições técnicas sobre compressão de vídeo podem ser vistas nos sites www.wave-report.com/tutorials/VC.htm e http://en.wikipedia.org/wiki/Video_compression.

computadores. Embora se reconheça não haver uma segurança absoluta nesses mecanismos, é notório que eles facilitam a difusão de dados entre os pesquisadores. No formato digital, os registros são melhor preservados de desgastes resultantes de sua manipulação e os arquivos obtidos podem ser configurados e reconfigurados em diversos parâmetros relativos à qualidade da imagem, à quantidade de imagens por segundo, à taxa de bits ou quantidade de dígitos de um sistema binário necessária para representar a imagem, à largura ou à altura da imagem, ao tamanho das amostras de som, à quantidade de canais de som. Com essas possibilidades, as imagens digitais podem-se tornar mais operacionais, mais ou menos *leves*, e se adaptarem à configuração de um computador específico. Finalmente o trabalho com imagens digitais pode associar programas especializados e editores de texto e de imagem, quando compatíveis. Por exemplo, uma banda sonora extraída de um arquivo de imagem pode ser ouvida através do Programa Praat¹⁴, por mim utilizado, e as transcrições podem ser alinhadas com as imagens do evento transcrito, como é o caso do Programa CLAN (Computerized Language ANalysis)¹⁵.

Na perspectiva da Análise Conversacional *stricto sensu*, o tratamento informático dos dados não diz respeito a uma *edição* da seqüência analisada. Um trecho de vídeo analisado não inclui enxertos inventados pelo pesquisador, com relação à fala-em-interação originalmente gravada, o que, condiz obviamente com o interesse de preservar aspectos configurados como o contexto de ocorrência do evento.

É importante considerar, no entanto, que as características técnicas da digitalização agregam outra faceta ao *viés da máquina*, corroborando as considerações de Mondada (1998b) sobre o papel das tecnologias, juntamente com as interações entre os sujeitos pesquisados e entre estes e o pesquisador, no processo de *fabricação* dos dados. Ainda nessa seara, a idéia de *fabricação* dos dados torna-se efusiva quando consideramos que um vídeo, sendo um arranjo tridimensional de pixels de cor, contém redundâncias nessas três dimensões: os dados analisados como redundantes podem ser descartados, uma vez que o olho humano não distingue facilmente diferenças pequenas nas cores. Assim, em função desse processo, apenas uma parte da informação original estará no vídeo digital.

As tecnologias de digitalização e tratamento informático dos dados multiplicam os meios de trabalho dos analistas e uma reflexão sobre seus usos e vieses delimitam o caráter objetivo desses dados, inscrevendo-o na perspectiva de uma *objetividade entre parênteses*, na qual o observador e suas operações de distinção são vistas como cruciais na configuração dos mundos de objetos, como disse anteriormente.

¹⁴ www.praat.org.

¹⁵ <http://childes.psy.cmu.edu/clan/> ; <http://childes.psy.cmu.edu/clan/clanwin.exe>.

4.4 Os dados secundários: a transcrição como um objeto de reflexão e como uma ferramenta analítica

Uma das tarefas do analista de discursos orais consiste em transcrever os dados primários, produzindo os dados secundários que serão objeto de sua análise. Ao invés de delegarem essa prática a terceiros, muitos analistas vêm tomando para si essa tarefa e, com isso, vêm tecendo contribuições segundo as quais a transcrição não é mais concebida como um espelho da língua oral. Desde o artigo de Ochs (1979), *Transcription as theory*, muitos analistas compreendem que transcrever uma interação é um fazer analítico, seletivo, interpretativo, político, que incorpora os pressupostos do transcritor e pode tornar mais ou menos visíveis os procedimentos dos participantes das interações analisadas. A esse respeito – e a partir do cotejamento de transcrições da imprensa com a sua própria transcrição e análise de uma fala pública do *Premier Jean-Claude Ràfarin* para trabalhadores franceses – Mondada (2005b) distingue *a representação da política, a política da representação e uma política da transcrição*.

A retomada sucessiva do transcrever enquanto um objeto de reflexão vem sendo favorecida pela *mentalidade analítica* praticada pela Análise Conversacional *stricto sensu*, uma vez que essa *mentalidade*, ao refutar a construção de discursos teóricos gerais e de categorias externas ao fenômeno estudado, coloca, para o analista, o desafio de encontrar soluções para os fins práticos das suas análises específicas, como apontam autores diversos como Gülich & Mondada (2000a), Psathas & Anderson (1990), Sacks (1984), Schenkein (1978). Esses trabalhos têm demonstrado que a atividade de transcrição não é uma expressão neutra ou objetiva do evento registrado, mas que o sistema de transcrição escolhido ou projetado incorpora inter-relações de pressupostos teóricos relativamente ao objeto, unidades e processos observados.

No âmbito da Análise Conversacional *stricto sensu*, as práticas de transcrição, longe de serem uma tarefa menor, intermediária para os propósitos de uma análise, integram e exibem aspectos diversos, como a implementação analítica dos diversos pressupostos da teoria, a observação de funcionamentos específicos de mecanismos genéricos propostos pelo modelo, a consideração dos procedimentos de identificação dos participantes dos eventos transcritos e a notação dos recursos verbais e não-verbais (Bergmann, 2002).

As características dinâmicas da fala-em-interação – indexicalidade, contingencialidade, reflexividade, temporalidade, seqüencialidade, emergencialidade – que orientam o analista conversacional *stricto sensu* na escolha de *dados naturais*, também orientam seus objetivos em práticas específicas de transcrição: capturar o *caráter ordenado, social e êmico* do fluxo conversacional e a articulação não-linear desse fluxo (Alencar, no prelo).

As múltiplas possibilidades de ação dos participantes da conversa – instanciadas na formulação, interpretação, aceitação, reformulação dos recursos verbais e não-verbais – sugerem uma prática de transcrição *ad hoc* para objetos específicos de análise. Essa transcrição deve considerar, pois, no fluxo interativo, as formas particulares de colaboração e os recursos empregados nos processos de elaboração.

4.4.1 A identificação dos participantes e as práticas de transcrição da Análise Conversacional *stricto sensu*

Nas práticas de transcrição, a escolha da forma identificadora dos participantes de uma interação não é algo objetivo, assim como não é objetivo transcrever a formulação, a interpretação, a aceitação, a reformulação dos recursos verbais e não-verbais de fluxos interativos específicos. Transcrever, então, encerra especificidades que fazem dessa prática uma atividade que incorpora a um só tempo questões políticas, epistemológicas, teóricas, metodológicas. Tal atividade incorpora, portanto, os pressupostos e escolhas do investigador.

Assim, nas escolhas da identificação dos participantes de uma conversa, por exemplo, o transcritor produz uma interpretação analítica ao eleger e privilegiar uma determinada categoria de identidade. As práticas mais adequadas de identificação dos participantes são objeto de controvérsias, conforme aponta Billig (1999a, 1999b), e a seleção de uma forma identificadora não é isenta de consequências, relacionando-se com o esquema teórico-metodológico do analista.

Na abordagem da Análise Conversacional *stricto sensu*, ao privilegiar a perspectiva êmica dos participantes, o pesquisador deve observar os indícios demonstrados por eles. A identificação exclusiva do participante através de uma determinada categoria de identidade, eleita pelo analista, pode conduzir o leitor e o próprio analista a verem, no participante, alguém cuja identidade coincide com essa identificação. Isto dificulta a tarefa do analista, de permanecer atento às práticas interativas orais, uma vez que nessas práticas os próprios participantes se autocategorizam ou são categorizados, como Schegloff (1999) enfatiza. Além disso, as autocategorizações ou as categorizações podem ser reformuladas ao longo da interação, de modo que a instabilidade constitutiva das categorias de identidade sugere então ao analista que ele deve evitar uma atribuição prévia e segura daquelas que serão relevantes para os participantes, até o final da interação, conforme Alencar (2004) observa.

Nas práticas de transcrição de um analista conversacional *stricto sensu*, uma possibilidade de identificar os participantes lança mão de categorias de identidade. Garcez (2002) refere-se a *membership*, como, por exemplo, categorias associadas à identidade discursiva dos participantes (*caller/answerer*). Sacks (1995) propôs os

membership categorization devices – MIR, dispositivos formados mediante coleções de categorias e regras de emprego delas. Essas coleções são agrupamentos de categorias de pertencimento e não se referem a uma propriedade lógica delas, mas a uma característica do raciocínio prático efetivado na conversa. Na perspectiva da Análise Conversacional *stricto sensu*, a identificação dos participantes de uma atividade interativa, assim como outros aspectos anteriormente abordados, deve ser analisada de modo integrado, na *seqüencialidade* e na *temporalidade* da ação.

Os nomes próprios ou pseudônimos constituem a prática mais comum de categorização e a mais indicada, conforme sugere Schegloff (1999), uma vez que os participantes tentam usar um termo de reconhecimento máximo, sempre que possível, ou preferem usar o nome próprio, quando dispõem dessa informação.

O conjunto de ferramentas para o trabalho analítico tornado disponível pela Análise Conversacional *stricto sensu*, além de constituir um instrumental de análise eficiente e robusto, articula aspectos epistemológicos compatíveis com o olhar sistêmico sugerido pela Biologia do Conhecer para os fenômenos relacionais humanos. Particularmente os pressupostos teóricos – epistemológicos, metodológicos, analíticos – da Análise Conversacional *stricto sensu* são avaliados como interessantes para os propósitos desta análise de inter-relações entre linguagem, cognição e cultura, especificamente para com o objetivo de descrever procedimentos lingüístico-interacionais dos participantes de uma reunião da Associação de Moradores dos Tipis.

4.5 Os Dados das Análises

4.5.1 Os Dados Primários e Secundários

Os dados primários de primeira ordem desta tese são as notas de campo e os registros em vídeo da pesquisa de campo desenvolvida nos Tipis. Nessa etapa, produzi 33 vídeos de atividades diversas dos membros dessa comunidade, com uma duração total de 09:27:17. Uma lista desses registros pode ser vista no Anexo 2 desta tese. Os dados primários de segunda ordem são resultantes da digitalização desses 33 vídeos. Esses dados informaram aspectos diversos e pontuais da descrição etnográfica do Capítulo 7, em uma relação complementar tanto com as notas de campo quanto com as experiências vivenciadas durante os cinco meses em que morei nos Tipis.

Os dados secundários sobre os quais são feitas a análise conversacional do Capítulo 6 resultaram da transcrição de um vídeo digitalizado que registra uma reunião da Associação dos Moradores dos Tipis. Esse registro tem uma duração de 44 minutos e 40 segundos (2.680 segundos). As escolhas feitas para a transcrição estão indicadas na Seção 6.1.

4.5.2 Os registros em vídeo

Fiz os registros utilizados nesta investigação com uma câmera filmadora digital. Ao longo da pesquisa, não me restringi a um padrão único quanto à atuação do pesquisador-participante – como interlocutor comum na interação, como operador da câmera filmadora ou em atuações mistas – ou quanto à mobilidade da câmera – fixa ou manipulada pelo operador. Isto rendeu quatro situações distintas na minha atuação quanto aos papéis de pesquisador, interlocutor e operador da câmera.

- 1) Fixei a filmadora em um ponto, liguei-a e me retirei do local do evento, somente retornando ali ao final da atividade. Nesse caso, durante o registro e relativamente a ele, *praticamente* restringi-me ao papel de pesquisador. O interlocutor e o operador da câmera ficaram ausentes *da maior parte* do evento. Por exemplo, em uma reunião onde casais começaram a discutir aspectos da relação matrimonial achei oportuno retirar-me do local do evento, deixando-os ‘à vontade’ para prosseguirem suas conversas. Não custa lembrar quão sensíveis e minuciosos são os participantes de interações sócio-culturais. Assim, há sempre a possibilidade de influências da presença de um pesquisador-participante, na comunidade, sobre a configuração dos eventos registrados. Por outro lado, há sempre a possibilidade de interferência, no ambiente dos eventos, de um equipamento de registro – a filmadora, por exemplo. Com isso, conservo nesta reflexão possíveis atuações dos mencionados *vieses do pesquisador, da máquina e dos sujeitos observados*, mesmo quando o pesquisador não esteve presente durante todo o evento registrado ou mesmo quando a filmadora não foi manipulada durante a filmagem.
- 2) Fixei a filmadora, liguei-a e a “esqueci”. Nesse caso atuei como um dos interlocutores da atividade lingüístico-interacional registrada, mas não enquanto um operador ostensivo da câmera.
- 3) Operei a filmadora, mas não participei como interlocutor, embora tenha permanecido no local, ao longo do evento. Nesses casos, acumulei os papéis de pesquisador e operador da câmera.
- 4) Atuei como pesquisador, interlocutor nas atividades interacionais e operador da filmadora. Nesse caso, os papéis foram superpostos e/ou alternados ao longo do registro.

Essas distinções no modo de registrar tiveram motivações diversas, associadas ora a uma especificidade do evento registrado, como a intimidade temática de uma reunião de casais, ora a um envolvimento do pesquisador com a conversa, por sua pró-

pria iniciativa ou pela iniciativa dos demais participantes do evento. Em cada uma dessas atuações, os *sujeitos observados*, o *pesquisador* e a *máquina* interagiram de modos diferentes, interferindo também diferentemente sobre as características do registro obtido. No registro da reunião da Associação de Moradores atuei conforme a quarta modalidade acima listada. Assim, no Capítulo 6 analiso também efeitos interacionais dessa atuação.

O formato Mini-DV da filmadora utilizada gera vídeos digitais, configurados em números binários. Esses vídeos já envolvem alguma compressão dos dados numéricos. A etapa seguinte na *fabricação* dos dados desta tese consistiu na digitalização dos vídeos digitais, ou seja, em um processo mais agudo de compressão de seus dados numéricos.

4.5.3 A digitalização dos registros em vídeo

Em um treinamento inicial no Laboratório ICAR, sobre digitalização de vídeo, utilizei um microcomputador iMAC iBOOK; uma interface FireWire IEEE 1394, para a transferência dos vídeos, da filmadora Sony DCR-TRV33 para o microcomputador; o programa de captura iMOVIE; o editor de imagens Quick Time¹⁶ e o codec de compressão de vídeo DivX.

A digitalização dos vídeos transformou-os em 33 arquivos com o formato .mov. Esses arquivos compõem os dados primários de segunda ordem. Na digitalização, além da filmadora Sony DCR-TRV33, da interface FireWire IEEE 1394 e do editor de imagens Quick Time, utilizei o microcomputador iMAC G5; o disco rígido externo Mobile Hard Drive Lacie; com uma configuração de 80 GB de memória, uma velocidade de 5400 rpm e 8mb de Buffer e o programa de captura Vegas. O codec de compressão de vídeo utilizado foi o 3iVx D4 4.5.1.

Em um outro momento, os 33 arquivos foram novamente digitalizados e armazenados em 6 volumes de um suporte DVD. Nesse processo foram utilizados a filmadora Sony DCR-TRV33; o microcomputador iMAC G5; o disco rígido externo Maxtor One Touch 300G; o Gravador/leitor de DVD Lacie d2 4x DVD; o programa Roxio Toast Lite 5.1.4.

¹⁶ Ver o site www.apple.com/quicktime/download/index.html

PARTE II

ETNOGRAFIA E ANÁLISE CONVERSACIONAL NOS TIPIS

CAPÍTULO 5 – A COMUNIDADE DOS TIPIS

5.1 A Produção de uma Ordem Social que se Particulariza no Viver Comunitário

A configuração da comunidade dos Tipis será aqui descrita como resultando de uma produção coletiva da ordem. Nessa perspectiva, as práticas culturais, as relações sociais e econômicas, as condições materiais, infra-estruturais, ambientais, da comunidade constituem-se tanto nas atividades lingüístico-interacionais locais quanto nas conexões dessa comunidade com ações sócio-culturais de outras comunidades interativas.

Quanto às condições materiais constituídas como os contextos físicos dessas práticas, adoto uma perspectiva segundo a qual, onde quer que um grupo social estruture o seu viver, as condições materiais influenciam o fluxo desse viver e são, por sua vez, moldadas por esse fluxo. A esse aspecto, acrescento ainda um outro: os diversos fatores materiais somente assumem o caráter de uma condição no momento mesmo da implementação de uma prática. Assim, entendo que as condições não são prévias aos afazeres nem autônomas à sua implementação: elas se configuram na interação social enquanto moldam reflexivamente essa interação.

É, pois, com essa visão social para a constituição das práticas culturais e dos contextos físicos, como também para uma relação reflexiva entre essas práticas e seus contextos, que olho para os modos de viver na comunidade dos Tipis, compreendendo que as vivências dessas pessoas são constituídas, estabilizadas, reformuladas, em atividades lingüístico-interacionais situadas e aquilo que descrevo como particularidades das vivências que observei decorre do meu olhar para os seus desenvolvimentos locais e para possíveis relações dessas pessoas e vivências com outras redes de interações sócio-culturais e lingüísticas.

5.2 Índios, Brancos, Pretos – Mistura, História e Cultura dos Habitantes dos Tipis

A comunidade dos Tipis é composta por aproximadamente 300 pessoas que habitam em cerca de 85 domicílios¹⁷. Essas pessoas vivem o seu cotidiano principalmente em uma vila rural, distante 36 Km da zona urbana do município de Iguatu, na Região Centro-sul do Estado do Ceará, no sertão semi-árido do Nordeste do Brasil.

Ao longo da sua formação, o Estado do Ceará foi palco de processos históricos complexos através dos quais a sua população foi ‘tornada branca’, pelo não-

¹⁷ Esses indicadores são aproximados, fruto da integração de informações do Sistema Nacional de Cadastramento de Usuários e Domicílios, do Sistema Único de Saúde - SUS, do Ministério da Saúde, ano 2004; de um Projeto para a construção de instalações sanitárias, elaborado em 2005 pela Associação de Moradores do lugar e; de um levantamento feito em junho de 2006 pela Agente de Saúde e pela Presidente da Associação de Moradores.

reconhecimento da presença de etnias negras na cultura e no sistema produtivo cearenses. Isso resultou em uma equivocada concepção de senso comum, segundo a qual “no Ceará não tem negro” (Funes, 2000). Práticas históricas igualmente complexas também foram observadas relativamente aos índios cearenses. No caso do “desaparecimento” dessas etnias, pela elite cearense, conforme demonstra Leite Neto (2006), interesses econômicos relacionados à apropriação das terras indígenas foram abstraídos como fatores importantes no desencadeamento do processo.

Construções sociais que negam o caráter multi-étnico da sua formação sócio-cultural ainda são comuns entre as crenças cearenses. A comunidade dos Tipis, por exemplo, não se auto-rotula como um grupo de índios, brancos ou negros. Por outro lado, práticas diversas, que analiso com maior ou menor detalhe ao longo desta descrição, podem ser observadas no viver cotidiano daquela comunidade, sugerindo a ocorrência de um ramificado processo de miscigenação étnica e cultural.

Conforme Cunha (1987: 111),

[...] os grupos étnicos só podem ser caracterizados [como pertencendo a uma etnia específica] pela própria distinção que eles percebem entre eles próprios e os outros grupos com os quais interagem. Existem enquanto se consideram distintos, não importando se essa distinção se manifesta ou não em traços culturais. E, quanto a um critério individual de pertinência a tais grupos, ele depende tão somente de uma auto-identificação e do reconhecimento, pelo grupo, de que determinado indivíduo lhe pertence. Assim, o grupo pode aceitar ou recusar mestiços, pode adotar ou ostracizar pessoas, ou seja, ele dispõe de suas próprias regras de inclusão e exclusão.

Propor que a classificação étnica de um grupo social seja uma distinção do próprio grupo pode ser entendido como uma perspectiva *ênica*, nos termos anteriormente discutidos. Embora a autora não especifique exatamente assim, estou supondo que os membros de um grupo social procedem a essas distinções a partir de um destaque de suas próprias práticas sócio-culturais, em contraste com as de outros grupos.

Estou denominando de *prática sócio-cultural* um conjunto de afazeres, traços e correlações decorrentes do fluir coletivo de indivíduos que vivem o seu presente como o resultado de duas histórias entrelaçadas: a filogenética e a ontogenética. Desse modo, dentre as práticas dos habitantes dos Tipis que lhes permitiriam se distinguir como uma formação sócio-cultural multi-étnica podemos considerar: uma quantidade razoável de pessoas com uma pele naturalmente bronzeada ou com olhos claros; a estatura espigada de parte dos indivíduos; a presença de crianças em grande parte das atividades dos adultos e os modos como essas crianças são integradas e se integram a essas atividades; o hábito de lavar roupas coletivamente; a presença, nos quintais das casas, de estruturas rústicas de madeira – os jiraus – sobre as quais algumas ativi-

dades domésticas são desenvolvidas; o emprego de antigas técnicas de cultivo agrícola; costumes alimentares; uma religiosidade de base cristã, católica, permeada por crenças animistas, que atribuem poderes especiais a elementos da natureza, como plantas, animais e águas, e se entrecruzam, por exemplo, em rituais de benzeção e cura, prestigiados pela comunidade. Essas práticas podem ser associadas a histórias culturais ou de indígenas que ancestralmente ocupavam as terras cearenses, ou de brancos europeus – principalmente portugueses e holandeses – que aportaram no Nordeste brasileiro desde o Século XVI, ou de negros africanos que foram forçadamente trazidos para o Brasil, a partir do Século XVII.

Não está em jogo nessa descrição da comunidade dos Tipis a atribuição de um ou outro rótulo étnico-cultural às pessoas que a compõem. Importa mais trazer à mão uma multiplicidade de correlações que podemos estabelecer entre os modos de viver dessa comunidade e os de outros grupos com os quais ela interagiu e/ou interage. Assim, em função do que disse acima, sugiro que nas atuações dos indivíduos dos Tipis podemos observar padrões históricos de ações comunicativas que se repetem recursivamente e podem ser correlacionados a práticas histórico-culturais, também recursivas, de índios, brancos e negros. Além disso, e concomitantemente, o caráter situado e local de cada realização desse viver caracteriza de modo único a história das redes de conversação dessa coletividade.

5.3 Uma Comunidade entre o Rural e o Urbano

No seu viver cotidiano os habitantes dos Tipis têm contatos freqüentes com grupos diversos, rurais ou urbanos. Quando fatores vários permitem e/ou exigem, eles chegam à cidade mais próxima após uma viagem que dura em torno de uma hora, em uma linha de ônibus que circula por outras povoações até a sede municipal. Esse ônibus viaja diariamente, exceto aos domingos, saindo às seis da manhã e retornando à uma da tarde.

A quantidade de indivíduos transitando entre a vila e a cidade apresenta uma oscilação periódica, quase previsível. À parte as indisposições de caráter mais pessoal, são as condições financeiras que exercem a maior pressão no ordenamento dessas viagens. Já decorria a segunda quinzena de fevereiro de 2004, quando um ônibus chegou da cidade, praticamente vazio. Um morador comentou que na segunda metade do mês ocorria mesmo uma diminuição na quantidade de viajantes, em decorrência do rápido declínio do poder aquisitivo dos habitantes, muitos deles dependentes dos benefícios da seguridade social - as aposentadorias dos idosos ou os auxílios governamentais a grupos familiares carentes.

Os motivos para as viagens dos habitantes dos Tipis são os mais variados. Eles se deslocam para a zona urbana com o objetivo de tentar satisfazer demandas da

sua cidadania, como a obtenção de documentos pessoais, a busca de atendimentos médicos, o recebimento dos benefícios da seguridade social. Moradores do vilarejo vão à cidade para trabalhar. Dentre os 29 trabalhadores identificados nos Tipis, em maio de 2006, 14 têm vínculo formal com seus empregadores: 11 homens e 1 mulher são operários em uma fábrica de calçados, localizada na cidade de Iguatu, 1 homem trabalha em uma companhia de eletricidade e 1 mulher é agente de saúde, vinculada à administração municipal. Embora o trabalho cotidiano da agente de saúde seja desenvolvido na própria comunidade, eventualmente ela se desloca até a sede municipal, em função desse trabalho. Informalmente, em torno de 15 homens jovens trabalham com a venda de mel e derivados, viajando por diversas cidades do Nordeste.

Em 2006, de um total de 35 estudantes, 29 estavam matriculados no Ensino Básico e Fundamental e 6 cursavam o Ensino Médio. Esses estudantes também precisam deslocar-se para as atividades escolares: os alunos das séries básicas e fundamentais, para uma comunidade vizinha, e os alunos do ensino médio, para Iguatu.

Habitantes dos Tipis vão à cidade também para efetuar transações comerciais corriqueiras, como o abastecimento de gêneros alimentícios e outras mercadorias ou o pagamento de obrigações contratadas formal ou informalmente. Vão ainda à zona urbana para atividades relacionadas à organização comunitária, como reuniões do Conselho Comunitário de Desenvolvimento Municipal – CCDM, de Iguatu, ou para o seu lazer ou socialização, como campeonatos de futebol e festas, públicas ou reservadas ao âmbito de amigos e parentes.

Nem a situação geográfica da comunidade dos Tipis nem a movimentação dos seus membros para contextos urbanos autorizam uma categorização exclusiva desse grupo social em um ou outro pólo de uma dicotomia do tipo *urbano* vs *rural*. Com efeito, essa comunidade exhibe em suas atividades sócio-culturais nexos diversos entre o local e o não-local, continuamente formulados e reformulados sob diferentes configurações, como indicam as análises feitas aqui.

5.4 Pés no Sítio, Cabeça na Cidade e o Coração em Frangalhos ou Pés na Cidade, Cabeça no Sítio e o Mesmo Sofrer

Os indivíduos casam-se jovens, nos Tipis. Os homens, entre 18 e 21 anos. Em geral as esposas têm menos idade e mais escolaridade do que os maridos. Elas param de estudar quando se casam e eles abandonam a escola bem antes. Homens jovens alegam que param de estudar cedo porque começam a trabalhar no campo também muito cedo. Essa alegação, porém, compete com o depoimento de adultos de que os jovens não se interessam por, não gostam de, ou rejeitam abertamente o trabalho na agricultura.

A alegação dos jovens de que o trabalho agrícola os impede de estudar parece entrar em desarmonia com suas próprias declarações de que não se identificam com

esse trabalho. Essa desarmonia assume proporções maiores se desdobramos relações associadas com a principal atividade produtiva do lugar e com o poder aquisitivo que ela permite. Uma agricultura de subsistência, como aquela que consiste na principal atividade produtiva nos Tipis, é de fundamental importância, por exemplo, para a segurança alimentar dos membros de um núcleo familiar. Contudo, os rendimentos dessa atividade não chegam a suprir as necessidades de uma orientação consumista, embora essa orientação possa ser observada em depoimentos e hábitos de membros da comunidade, especialmente dos jovens.

Tomemos, pois, o vestuário dos habitantes dos Tipis como um ponto para o mencionado desdobramento de relações. O vestir corriqueiro dos indivíduos não se descola das condições locais do viver ali. O calor sufocante, a informalidade das interações cotidianas e o baixo poder aquisitivo levam os homens jovens e adultos a se vestirem de modos muito simples. Indispensáveis durante o dia, os bonés são usados mesmo à noite por alguns. Bermudas ou calções são usados até em situações mais formais, como uma missa ou uma reunião da Associação de Moradores. Sandálias do tipo havaianas completam o visual. Elas são dispensadas no futebol diário, quando os jogadores correm descalços pelo campo de terra nua. Usar camisas é algo mais esporádico. As camisetas, de malha e manga curta, freqüentemente exibem cores e símbolos de algum time de futebol. Às vezes fazem propaganda de um candidato a algum cargo político ou estampam a publicidade de alguma empresa. O vestuário das mulheres tem traços comuns com o dos homens. No cotidiano, as mais adultas alternam vestidos e saias e as mais jovens usam também calças compridas e *shorts*. As camisetas com propaganda e as sandálias japonesas são visíveis nas variadas idades e as blusas de malha exibem modelos e variações que tornam o vestuário feminino um pouco mais sofisticado do que o masculino.

O vestuário de circunstâncias especiais ou festivas exhibe o viés global, não-local, do viver nos Tipis. Nessas ocasiões, os jovens desfilam tênis e calças jeans e variam um pouco no estilo das camisas. As mulheres capricham um pouco mais do que os homens e as mais jovens portam modelos que podem ser associados às tendências recentes da moda juvenil.

Do vestuário dos moradores dos Tipis ressaltam, então, os interesses, principalmente dos jovens, por um consumo visível, ligado ao lazer. Nesses interesses, eles se assemelham a muitos outros jovens, membros de comunidades urbanas ou rurais brasileiras.

Sansone (2006) refere-se a uma noção de cidadania que vem se tornando relativamente uniforme e que, difundida entre grupos sociais diferentes, relaciona-se a aspectos como consumo, lazer, trabalho, direitos individuais e liberdade de escolha. A relativa uniformidade dessa noção gera expectativas de caráter global. No entanto, as possibilidades de satisfazê-las são locais.

No que se refere a consumo, lazer e trabalho, os nexos do comportamento de jovens dos Tipis com práticas locais e globais sugerem estarmos diante de uma situação de privação relativa. Assim, ao se identificarem com valores das classes médias urbanas, os jovens parecem preocupar-se pouco com sua dependência da baixa renda familiar, enquanto desprezam a possibilidade de exercer a atividade agrícola. Essa atividade não corresponde às suas expectativas, embora tenha sido e ainda seja a atividade produtiva de seus pais. De modo semelhante à análise de Sansone (2006), para os jovens dos Tipis o consumismo, e não a própria função no processo produtivo, parece ser mais importante.

O leque restrito de atividades profissionais complementa o quadro de privação relativa aqui indicado. O seguinte trecho do meu diário de campo é ilustrativo:

Em certa ocasião, deslocava-me da vila para a cidade de Iguatu. Algumas comunidades depois, um senhor já idoso entrou no ônibus. Sentou-se ao meu lado e, de imediato, entabulou uma conversa que se configurou muito mais como um interrogatório. Isto era condizente com a situação de sermos desconhecidos entre tantos conhecidos. Perguntou-me de onde vinha. Quis saber, em seguida, o que eu havia ido fazer nos Tipis. Respondi-lhe que morava lá. O senhor baixou e meneou a cabeça, seu movimento sugerindo uma discordância. Quando olhou pra mim, perguntei-lhe, sem mais desdobramentos: “Por quê (o senhor não acredita que eu more lá)?” Ele me respondeu: “Conheço todo mundo que mora nos Tipis. Nunca vi você lá.” “É que sou novato.” – tentei justificar. “Ah, bom...” – acomodou-se ele, como que resolvendo o estranhamento inicial. Contudo, a conversa não parou por aí. O senhor prosseguiu: “Mas o que é que você tá fazendo lá?” “Tô fazendo um trabalho...” – desconversei. “É pra política?” “Não, num é pra política, não, é pra Universidade.” – respondi. O meu interlocutor, então, disparou: “É!? Você é pedreiro!?”

Esse relato sugere uma tentativa, por parte do meu novo conhecido, de me enquadrar no viver nos Tipis e o final surpreendente ilustra sua experiência com o universo das profissões e da vida acadêmica. O episódio também chama a atenção para o fato de que, afora as atividades agropecuárias, nos Tipis e nas comunidades próximas é pouco extensa a lista de atuações profissionais dos homens ou das mulheres: agricultor, pedreiro, motorista de ônibus, operário da indústria calçadista, comerciante, professor, agente de saúde, vendedor, cabeleireiro, mecânico de bicicletas, eletricitista, oleiro.

O nexo das expectativas dos jovens dos Tipis com perspectivas globais contrasta com as atuações profissionais locais e pode ser entrevisto em uma valoração negativa que fazem das atividades às quais têm acesso ou mesmo no ócio, observado ao longo dos dias modorrentos.

Em termos das possibilidades locais, as restrições às expectativas dos moradores dos Tipis, especialmente dos mais jovens, são realçadas se consideramos,

por exemplo, a tradição histórica da formação escolar e profissional dos membros da comunidade. Malgrado o alto índice de adultos e idosos não-alfabetizados, em 2004 havia nos Tipis uma turma de alfabetização de adultos, com 7 alunos, cujo professor havia passado por uma experiência de êxodo rural. Essa turma deixou de funcionar no final de 2004. As atividades da pequena escola municipal de ensino básico foram suspensas desde o início desse mesmo ano. Para assistirem aulas, os estudantes dos Tipis ainda hoje precisam deslocar-se para uma comunidade vizinha ou para a cidade de Iguatu, conforme vimos.

Comportamentos de letramento envolvem, por exemplo, um planejamento segmentado e detalhado de tarefas complexas (Foley, 1997; Lantof & Appel, 1994; Luria, 1990; Marcuschi, 2001; Soares, 2002). Nos Tipis, práticas associadas a tais comportamentos não estão de todo interditas, embora sejam pouco comuns de acontecerem conforme os padrões das formulações teóricas. Assim, por um lado, em 2006, essa comunidade ainda não contava com nenhuma biblioteca e uma inclusão digital é algo ainda distante do viver local. Por outro lado, a implementação de uma atividade apicultora apenas parcialmente segmentada e detalhada pode ser tomada como um exemplo da presença parcial desses comportamentos. Também as freqüentes reuniões da comunidade, mesmo formatadas com peculiaridades, como demonstram as análises do Capítulo 6, apontam para a ocorrência parcial de comportamentos letrados.

Em alguns momentos, a influência de aspectos da urbanidade brasileira pode ser apreendida entre os habitantes dos Tipis de um modo que chega a parecer estranho ao cotidiano da localidade. Por exemplo, de vários indivíduos é possível ouvir relatos nos quais há preocupações com uma violência que é intensa nas cidades, porém é incomum nos Tipis, como assaltos e acidentes no trânsito das ruas. Menos estranho, porque mais próximo de possibilidades efetivas, é o receio dos riscos colocados pelos mundos das drogas. Essas preocupações tanto podem decorrer de uma identificação dos jovens com modos de viver urbanos, como de uma conexão midiática, televisiva, inferida pela abundância de antenas parabólicas nos tetos das casas. Elas podem decorrer também de vivências ou de relatos de experiências de migração – freqüentemente temporária e, em alguns casos, definitiva – ou de viagens eventuais ou sistemáticas de membros da comunidade para centros urbanos.

De fato, o êxodo rural é bem conhecido pela comunidade dos Tipis. Alguns de seus membros, principalmente adultos jovens e homens, migram para Iguatu ou para outras cidades, sobretudo para o Estado de São Paulo, no Sudeste brasileiro, à procura de emprego ou de outras realizações pessoais, como o casamento. Paralelamente à pressão econômica, a afetividade figura como um fator decisivo entre partir ou permanecer, conforme observou Ferreira (2006), tratando de relações entre afetividade, migração e juventude, no semi-árido cearense. Assim, na contraparte das partidas esperançosas, com uma saudade ora apenas nostálgica ora apreensiva, nos Tipis há

sempre uma mãe ou um pai, há sempre um amor, um amigo enfim, pronto a relatar uma ausência, um não, dito pelo tempo e pela distância de um outro que se foi.

Eventos migratórios não respondem pelo conjunto de práticas sócio-culturais e econômicas que configuram as organizações familiares onde esses eventos ocorrem. Galizoni (2000), por exemplo, correlaciona formatos familiares em uma área do polígono das secas brasileiro, localizada no Alto Jequitinhonha, no Estado de Minas Gerais, não apenas com a migração mas também com questões afeitas à propriedade da terra, ao trabalho e ao ambiente. Todavia os processos migratórios são influentes na divisão dos papéis de gênero relativamente à organização e provimento dos núcleos familiares dos Tipis. Com efeito, em 2005, de um universo de 80 domicílios listados em um Projeto para a construção de instalações sanitárias, 47 (58,75%) tinham o nome de um homem como chefe da família e 33 deles (41,25%) tinham o nome de uma mulher como chefe.

As 'relações desarmoniosas' desdobradas acima podem ser resumidas nos seguintes termos: a pouca escolaridade dos jovens casadoiros dos Tipis é justificada pelos empecilhos de um trabalho agrícola. Esse trabalho foi e ainda é a principal atividade dos pais. *Contudo*, não é mais almejado – e quase não é mais exercido – pelos filhos. Essa atividade garante praticamente apenas a alimentação do núcleo familiar. *Porém*, plugados em um consumo visível de feições globais, os jovens *precisam* de roupas bacanas. Uma saída para esse circuito estaria na formação escolar e profissional. *Mas* eles param de estudar muito cedo. As oportunidades de adquirir essa formação não estão ali. Na “busca da terra prometida”, alguns vislumbram mundos de novidades e possibilidades, por trás de mundos de exclusões. Outros pavimentam o caminho de volta ao começo. *Mas, porém, contudo, todavia, entretanto...* Haja coração!

A valoração negativa da permanência no lugar de origem ou do retorno a ele releva de aspectos que aproximam o viver dos moradores dos Tipis das dificuldades de uma comunidade não-urbana e 'isolada'. Tal 'isolamento' decorre, por um lado, das possibilidades e impossibilidades locais, algumas mais visíveis do que outras ao olhar do observador. Por exemplo, somente em dezembro de 2004 a comunidade passou a contar com um telefone público comunitário. Até então, a comunicação pela via telefônica era feita a partir de uma linha pública instalada na vila vizinha. A via física da comunicação terrestre também é frágil. Apesar de a distância entre a vila e a sede do município ser relativamente pequena, uma benesse associada a essa proximidade pode assumir dimensões dramáticas no dia-a-dia dos Tipis. Devido às condições precárias da estrada vicinal que liga a vila à zona urbana, uma viagem de ônibus de Iguatu para os Tipis, que realizei durante um período chuvoso, em fevereiro de 2004, teve a duração aproximada de três horas, depois que um trator livrou o veículo de um atoleiro.

Todavia, o 'isolamento' não é gerado somente a partir de condições estritamente locais, decorrendo também de características dos núcleos urbanos com os quais

essa comunidade se relaciona. A precariedade do equipamento urbano disponível na sede municipal mais próxima é um dos nexos exógenos da comunidade dos Tipis que nos permite atribuir uma certa dramaticidade ao viver dos seus moradores. Por exemplo, o transporte de uma parturiente para uma maternidade da cidade, no único automóvel disponível na vila, custava R\$50,00, equivalentes a 19,23% de R\$260,00, o salário mínimo oficial em 2004. Essa era a alternativa menos arriscada diante do ineficiente serviço público de transporte de pacientes. A ausência de uma ambulância pública do Sistema Único de Saúde é justificada com frequência pela precariedade da estrada de acesso à vila, o que recursivamente desestimula a comunidade a cobrar do Estado a satisfação dessa demanda. A restrita oportunidade de deslocamento em uma situação emergencial assume proporções de uma exclusão violenta se recordamos que, nos Tipis, os poucos ganhos dos trabalhadores em idade produtiva decorrem de uma atividade agrícola artesanal que provê a subsistência do núcleo familiar, mas não a obtenção de rendimentos. Com efeito, como já aponte, a aposentadoria dos idosos, paga pelo Instituto Nacional de Seguridade Social, constitui a renda significativa da comunidade.

É visível, então, que os nexos entre o local e o global operam nos Tipis em atuações que se retro-alimentam, como um Sísifo homérico, coletivo, que, mais uma vez, rola a pedra ladeira acima para vê-la despencar ladeira abaixo. E assim vai procedendo, ladeira acima, ladeira abaixo, ladeira acima, ladeira abaixo... Mas os *frangalhos do coração* não nos dizem tudo sobre os Tipis. Se, por um lado, componentes de um conjunto de práticas sócio-culturais aportam ao viver daquela comunidade preocupações e valores que se configuram, dentre outras relações, a partir de restritas possibilidades locais na implementação de amplas expectativas globais, por outro lado, outros componentes desse mesmo conjunto atuam na constituição de um viver tagarela, marcado pela abundância de atividades lingüístico-interacionais orais, das quais participam indivíduos altamente integrados, conforme veremos a seguir.

5.5 Pés no Sítio, Cabeça no Sítio e a Boca no Mundo

Os caminhos tortuosos entre as casas dos Tipis exibem uma terra nua, vermelha e irregular, com pedregulhos. Essas vias são impróprias para o trânsito de automóveis. Nas casas não há garagens, não há sequer automóveis entre os bens da quase totalidade dos moradores. A saída e a chegada diária do ônibus é um evento que fica sob a vista de muitas pessoas. No restante do dia as crianças podem circular livremente por entre as casas ou podem correr estabanadas para um banho no açude. Nem a aventura de roubar manga em algum sítio próximo chega a preocupar seus pais ou cuidadores quanto aos riscos efetivos, por exemplo, de um atropelamento automobilístico. Possíveis dissabores associados a essas aventuras nem chegam a

suplantar os sabores das frutas colhidas no pé. Um galho que não suporta o peso da penca de meninos, um enxame de abelhas exaltadas ou a perseguição do dono do sítio são ocorrências corriqueiras que raramente azedam o doce das frutas.

Sob um calor anestesiante, redes de dormir proporcionam uma boa acolhida para aqueles que podem desfrutar o repouso do meio-dia. Durante essa renovadora sesta o canto dos pássaros sertanejos compete com o alarido das conversas de algum grupo de moradores. Em outros momentos é possível mesmo ouvir gritos e fragmentos de fala de agricultores trabalhando em roças próximas à vila. Aqui e ali o silêncio reinante é perturbado pela música que ecoa de algum rádio estrategicamente ligado na cozinha de alguma casa ou pelo volume estridente do aparelho de som que embala algum adolescente. Do ponto de vista do ritmo da vida cotidiana e do conforto sonoro ambiental, os habitantes da vila dos Tipis vivenciam uma tranquilidade nada comparável à correria e ao *stress* de boa parte dos centros urbanos brasileiros.

Todavia, a principal qualidade do viver nos Tipis reside *em cada casa ao lado*. E cada casa é geralmente *uma casa ao lado*. O disse-me-disse das relações interpessoais não assume os termos de medidas refinadas. Mas pode explodir em bate-bocas barulhentos – e geralmente passageiros, felizmente – ou em atuações solidárias, que encerram um recíproco respeito humano – por si mesmo e pelo outro. Em uma comunidade com modos de viver visivelmente simples e relacionalmente complexos, a dinâmica, a relevância, as conseqüências dos elos interacionais fazem-se observáveis de maneiras contundentes, hilárias, vivazes. Vejamos como.

5.5.1 “Sem conversa não tem construção” – redes de interações, parentesco e amizade e uma noção de *tempo*, no cotidiano dos Tipis

A primeira visita que fiz aos Tipis, no início da pesquisa de campo, serviu para confirmar os compromissos acordados quando da minha passagem anterior por ali. Assim, combinei com um líder comunitário e sua esposa que eu continuaria fazendo as refeições na sua casa, como fizera antes, e confirmei a disponibilidade de uma casa onde moraria durante cinco meses. Além disso, recebi indicações para a “contratação” do pedreiro que a adaptaria para minhas necessidades básicas de morar.

O pedreiro e eu planejamos preparar dois cômodos: uma sala, que funcionaria como quarto de dormir e escritório, e um banheiro. Depois que os materiais inicialmente previstos para a reforma foram comprados, compareci ao local, no início do segundo dia. Precisava observar o andamento dos trabalhos e tomar outras providências que se fizessem necessárias. A obra estava parada e o pedreiro revelou-se incomodado com as reclamações de um dos filhos do líder comunitário.

Até então, eu havia interagido pouco com esse jovem, que já constituía sua família. Quando cheguei à reforma paralisada, ele não estava lá. Então, fui até a casa

do seu pai, tentar alguma negociação. O pai se encontrava na roça, mas uma rápida comunicação boca a boca já provera a mãe de informações sobre o caso. A mãe intimou o filho para uma conversa tensa, que presenciei, e compareceu ao local da reforma, autorizando os trabalhos.

O jovem reclamava que o pai não havia conversado com ele sobre a reforma e assim ele havia perdido a oportunidade de obter algum rendimento fora da agricultura. Para apaziguar a situação esclareci que alguns pequenos serviços necessários à reforma poderiam ser feitos pelo jovem. Em outra atuação, antecipei-me ao encontro de pai e filho e relatei ao pai o episódio e as soluções encontradas, tentando evitar atritos entre os dois.

Revoltoso nesse primeiro momento, o jovem tornou-se um amigo e um colaborador da pesquisa. A prática intensa de negociações em teias de conversas próprias da sua rede de conversação era uma chave para eu me inserir na comunidade e compreender os modos de vida de seus membros. A cooperação passava por teias densas de inter-relações pessoais ou redes de intensas relações interpessoais. Com efeito, conforme veremos adiante, a forte presença da conversa nos Tipis a caracteriza como a atividade central da sua vida social, da socialização, da manutenção da ordem social ali co-construída.

Uma vez superada a insuficiência das conversas iniciais, a reforma prosseguiu. O seu andamento, porém, exigiu uma outra reforma em minhas expectativas nas lides com a comunidade, quanto ao modo como o *tempo* era vivenciado em algumas atividades, em função das disposições corporais que estavam em jogo naquele *domínio de ação* específico e das relações interpessoais altamente interconectadas.

Vimos anteriormente como a Biologia do Conhecer explana a noção de *tempo* enquanto uma conotação de nossas coordenações de coordenações de ações e não como uma entidade física, independente dos nossos modos de viver. Na perspectiva do caminho explicativo da *objetividade entre parênteses*, o *tempo* surge como uma abstração das experiências do observador, havendo tantos sentidos para a palavra *tempo* quantas formas há de abstrair as regularidades das experiências de processos e seqüências de processos.

A empreita da reforma estava *apalavrada* com o pedreiro. Em uma *empeleita*, como dizemos no sertão, o valor do serviço é calculado de acordo com a metragem da área construída ou reformada, ou por um cálculo aproximado, no qual a experiência do profissional conta como um componente importante. Geralmente o pagamento de uma *empeleita* é dividido em pelo menos duas parcelas: uma delas é paga no início do serviço, a outra, no final. Estimula-se um aspecto da produtividade: quanto antes o serviço fica pronto, mais interessante torna-se para o construtor.

A reforma coincidiu com os preparativos e debates em torno das eleições de 2004, para Prefeito e Vereadores dos municípios brasileiros. Certa feita, cheguei ao

canteiro de obras no meio da tarde, esperando encontrar os trabalhadores em plena exercício de suas funções. Mas eles haviam parado as atividades bem mais cedo do que a minha experiência se acostumara. O pedreiro esclareceu: logo mais à noite haveria uma reunião organizada por um primo dele, candidato a Vereador. A sua participação indubitável no evento convocado pelo primo era uma razão suficientemente forte para a suspensão dos trabalhos. As relações de parentesco e amizade, bem como o tempo que ele julgava necessário para se preparar para a reunião política, contaram mais para essa decisão do que o valor monetário que estava em jogo na conclusão da reforma. O pedreiro sabia por que eu estava indo morar nos Tipis, sabia do meu interesse em ter a casa pronta o mais rapidamente possível. Porém o meu ‘cronograma de pesquisa’ nem foi por ele cogitado.

Utilizando termos da Biologia do Conhecer para aludir a este descompasso entre práticas e expectativas, considero que eu vinha de *domínios de ações* freqüentemente pautados pela busca de um ordenamento ótimo, produtivo, do *tempo*, da seqüência de processos. Dentre outros aspectos, os meus objetivos de pesquisador e um cronograma apertado contribuíam para a pressa e para uma tensão da minha disposição corporal para agir. Assim, eu contava que a reforma da minha futura casa seria feita em uma ou duas semanas. Foram despendidas quatro semanas! Havia nesse evento algo mais do que ‘cronogramas’, produtividade e... dinheiro. Não somente aspectos estritamente locais – as próprias características do trabalho, as habilidades dos trabalhadores, a interferência do ‘jovem revoltoso’ ou a ausência do ‘primo atencioso’ – contribuíram para a angustiante extensão temporal da reforma. Outras condições decorrentes da conexão dessa comunidade com outros grupos sociais também atuaram. Vejamos.

Em reformas de antigas construções a necessidade de alguns materiais surge no decorrer mesmo do trabalho. No caso aqui em foco, cada vez que isso acontecia, demorava até dois dias o encaminhamento entre o pedreiro me informar sobre a demanda, eu comprar o material na cidade e a empresa providenciar a entrega na localidade. Precisei considerar então que além dos meus interesses acadêmicos, no andamento da reforma da casa estavam em jogo a agenda local, as necessidades materiais que inesperadamente surgem em reformas daquele tipo e as conexões dos habitantes dos Tipis com práticas não-locais.

Por outro lado, e de modo principal, aquela experiência alertava-me para a importância de olhar para possíveis particularidades nas formas de aquela comunidade vivenciar o *tempo*. Contingências dos domínios de ação dos interactantes, inclusive suas disposições corporais, projetaram ritmos próprios no viver, em diversos domínios dos quais pude participar nos Tipis. Analogamente a outros indivíduos em domínios de ação específicos, habitantes dos Tipis vivenciam diferentemente o *tempo*, por exemplo, quando vão pegar o ônibus de linha ou da empresa onde trabalham, quando estão

na lavoura, sob um calor escaldante, ou quando esperam o sol ‘virar o arco’, em dias modorrentos. De modo explícito, esse episódio da reforma também indica o peso das relações interpessoais como uma outra importante chave, juntamente com a conversa, em uma compreensão dos modos de viver dos Tipis.

5.5.2 “Vixe como tem Zé”¹⁸ – nomes, apelidos e bom humor onde ‘todos são parentes’

Malgrado a manifesta preocupação com uma violência urbana, fechar as portas de uma casa, nos Tipis, ordinariamente não envolve a tensão com que o fazemos nos centros urbanos brasileiros. As casas são fechadas, mas não trancadas, quando nenhum morador ali permanece. Em decorrência disso, por exemplo, no deslocamento de um ponto a outro, se um transeunte sente sede, vai logo destravando a porta da casa mais próxima, avisando, aos gritos, ao *compadre*, à *comadre* ou à vizinhança, que irá servir-se de água.

Muitos indivíduos dos Tipis – irmãos, primos ou cunhados – tratam-se por *compadre* e *comadre*. É possível mesmo observar que quase todos os membros da comunidade se entrecruzam em teias de parentesco. É comum ouvir um membro da comunidade indicar suas relações de ascendência e descendência familiar com muitos outros membros. Com efeito, muitos têm algum sobrenome em comum. Ocorrendo em uma variedade relativamente pequena, os sobrenomes acabam por perder a especificidade que estamos acostumados a associar a eles¹⁹.

Schegloff (1999) observa que os nomes próprios constituem um recurso lingüístico importante nas conversas: sempre que possível, os participantes preferem o nome próprio, quando dispõem dessa informação, ou tentam usar um termo de reconhecimento máximo. Nos Tipis, assim como os sobrenomes, os nomes ‘de batismo’ também se repetem, tendo diminuída a sua função reconhecedora. Desse modo, os apelidos proliferam e muitos indivíduos ora alternam o tratamento de *compadre* e *comadre* com os apelidos, ora combinam os dois. Frequentemente os apelidos são hipocorísticos, vocábulos derivados de um nome próprio – Antônio/Tonha, Francisco/Tico –, mas podem

¹⁸ Trecho da letra de Vixe como tem Zé, composição de Jackson do Pandeiro.

¹⁹ Na lista de 47 homens e 33 mulheres que chefiavam os 80 domicílios listados no Projeto de instalação de sanitários, o sobrenome de Lima ocorre em 23 domicílios (28,75%); Uchoa, em 13 (16,25%); Mulato e de Araújo, em 12 (15%, cada); do Ó, em 9 (11,25%); de Almeida, em 8 (10%); de Melo e Serafim, em 7 (8,75%, cada); Vital, e Pereira, em 5 (6,25%, cada); de Sousa, em 4 (5%); de Oliveira, em 3 (3,75%). Com menor ocorrência há ainda os sobrenomes Miguel Teodoro e Fernandes Maciel, em 2 domicílios (2,5%, cada), e Ferreira, Nunes, dos Santos Dias, Dias Belo, Bezerra, Braz, Alves, Rodrigues e Moreno da Silva, em 1 domicílio (1,25%, cada). A soma dos percentuais é maior do que 100% (151,25%) porque alguns indivíduos exibem mais de uma ocorrência de sobrenome, por exemplo, de Lima Uchoa, Uchoa Mulato, Mulato do Ó.

não apresentar uma relação morfológica visível – em momentos especiais uma mãe chama carinhosamente o filho: *Boi*.

Nos Tipis é comum alguém ter acrescentado ao seu nome próprio ou apelido o nome do pai ou, mais raramente, da mãe. Em alguns casos é possível com isso aumentar a função distintiva, a especificidade dos nomes e apelidos repetidos. São exemplos fictícios desses casos: Pedro de Luíza, Chico de Totonho, Teca Reinaldo. Há um caso inverso, no qual um senhor, pai de dez filhos, tem acrescentado ao seu nome próprio o apelido da filha mais velha: algo como *Luís Sinhá*.

Em uma prática na qual os atores não parecem construir uma relação desrespeitosa de uns para com os outros, na maioria das vezes as pessoas dos Tipis tratam-se diretamente, seja pelo nome próprio ou pelo apelido, sem a aposição de uma forma de tratamento que indique uma diferença de idade ou outro possível senso de hierarquia, por exemplo, entre tios e sobrinhos, avós e netos. Todavia, há um caso que contraria essa tendência e que é sugestivo do bom humor entre os membros da comunidade. Em situações cotidianas, nós cearenses usamos uma expressão composta por uma variação de ‘Senhor’ e outra forma pejorativa, insultando diretamente um indivíduo: seu babaca! Em uma ocorrência brincalhona e ambígua, um indivíduo dos Tipis é tratado permanentemente com uma expressão semelhante, que se tornou, assim, sua identificação usual e preferencial, sendo usada não mais como uma estrutura bimembre, mas como uma peça monolítica, como uma lexia. Para um observador ‘novato’, esse tratamento parece ainda mais engraçado quando senhoras e senhores mais idosos do que esse indivíduo referem-se a ele ou o tratam direta e cerimoniosamente com algo do tipo *Seu Otário*.

Relações tidas por assimétricas, por exemplo, entre jovens e idosos e entre ascendentes e descendentes familiares são reconhecidas pelos habitantes dos Tipis, embora corriqueiramente netos e sobrinhos não usem formas de tratamento que indiquem uma diferença de idade ou uma relação hierárquica com seus tios e avós. Sentidos de assimetrias reconhecidas também parecem ser minimizados, por exemplo, quando as crianças não são rejeitadas em boa parte das atividades dos adultos como também quando as mulheres conversam e opinam sobre o trabalho do campo, embora ele seja predominantemente desenvolvido pelos homens. Atribuo essas peculiaridades à frequência com que os membros dessa comunidade se encontram.

Uma prática particular de cumprimento também parece ser resultante da recorrência dos encontros, nos Tipis. Assim, nos freqüentes encontros do cotidiano, em situações bastante informais, é comum que alguém se aproxime de um grupo em cuja atividade conversacional vai se integrar, sem formalizar um cumprimento, ao chegar, nem se despedir, ao se ausentar. Porém, pessoas se cumprimentam em situações mais formais, conforme veremos no próximo Capítulo, ou quando se cruzam em algum ‘caminho’. Na sua prática mais cotidiana, o não cumprimentar parece sugerir a atribuição de uma

grande importância ao ato de conversar. Se a conversa vai acontecer, o cumprimento pode até ser dispensado, por desnecessário. Ele seria também repetitivo, diante da frequência com que se esses indivíduos se encontram. Agora, se uma conversa não vai ser desenvolvida, pelo menos uma troca de fala é entabulada: um cumprimento.

Essas particularidades no agenciamento de sobrenomes, nomes próprios, apelidos e formas de tratamento e cumprimento pontuam a intensidade e a densidade do trato interpessoal e afetivo vivenciado nos Tipis. Vejamos como esses traços sócio-culturais se manifestam em outros aspectos do viver ali.

Embora práticas sócio-culturais observáveis nos Tipis pudessem contar em uma auto-afiliação a uma etnia negra, branca ou indígena, a comunidade dos Tipis não se auto-rotula como tal, conforme argumentei anteriormente. O que se destaca nesse campo é que relações entrecruzadas de parentesco, práticas solidárias e um conhecimento individualizado entre os membros são trazidos à mão em diversos processos interacionais da comunidade, sugerindo que a intensidade e a densidade das relações interpessoais ali vivenciadas é que são tomadas como um fator do seu auto-reconhecimento enquanto um grupo social. É comum um membro da comunidade afirmar que são ‘todos parentes’, quando deseja promover um apaziguamento de algum conflito interpessoal ou justificar a curta duração ou a não manutenção de conflitos já apaziguados. Essa afirmação recorre também quando eles se reúnem em algum festejo ou se ajudam mutuamente. Pequenas ações de solidariedade são corriqueiras ali. Conforme testemunhei várias vezes, inclusive como beneficiado, nos Tipis é comum alguém levar vasilhames com leite bovino, para outras casas, ou distribuir algum alimento disponível ou preparado na sua casa – tigelas de feijão, porções de cuscuz de milho, fatias de mamão, tapiocas...

Podemos associar essas ações à carência e necessidade de alguns grupos familiares. A vulnerabilidade, no entanto, é insuficiente para uma interpretação explicativa dessa solidariedade. Elas consistem em iniciativas a um só tempo providenciais, respeitadas, principalmente: carinhosas. Caracterizam-se como uma ajuda oportuna sem serem uma resposta a um apelo formalizado e sem ferir suscetibilidades. Elas se ancoram no conhecimento individualizado que cada membro tem do outro e isto não é trivial, é central na organização dos modos de viver nos Tipis. O episódio de uma viagem de ônibus, durante a qual um senhor me disse: “Conheço todo mundo que mora nos Tipis. Nunca vi você lá.” é ilustrativo da importância desse conhecimento individualizado para a legitimação dos construtores dessa solidariedade e para a estruturação desse viver. Em uma comunidade assim pequena, composta principalmente por contra-parentes, a solidariedade se dá conjuntamente, para fins e bens daquela coletividade mesma, diferentemente de uma solidariedade *via satélite*, para fins de deduções de imposto de renda e bens sabe-se lá de que pessoas físicas, empresas ou organizações não-governamentais e governamentais. As práticas produ-

toras do que estou denominando de *isolamento relativo ao contexto urbano*, produzidas reflexivamente por esse mesmo isolamento, realçam a importância e a eficácia das ações coletivas, minimizando, de modo também relativo, a importância e a eficácia de ações de caráter mais individualista.

Como estou reforçando, a intensidade e a densidade do trato interpessoal e afetivo nos Tipis constituem importantes componentes dos modos de viver dessa comunidade. Esses componentes emergem associados às condições configuradas nas teias de relações de parentesco, no conhecimento individualizado que os membros da comunidade têm entre si. Com efeito, essa proximidade é invocada como um fio que costura um sentido societário, em momentos nos quais o apelo a uma identidade coletiva concorre para a consecução ou justificação de certas atividades interacionais. As práticas solidárias e decorrentes de um conhecimento mútuo parecem constituir o próprio ato de tecer, costurar, cerzir o tecido social dos Tipis.

5.5.3 “Quem vai malhar o judas? Quer apostar?” – religiosidade e folia na vida comunitária

Cada casa, nos Tipis, dispõe, em geral, de um ou dois quartos de dormir. Uma sala de jantar é raramente utilizada para as refeições. Na parte traseira final da habitação encontra-se uma cozinha, onde as pessoas comem geralmente sentadas em cadeiras postas ao lado do fogão a lenha. Não é incomum que essas refeições sejam feitas de pé ou de cócoras, nesse recinto. Anexa à cozinha, encontra-se comumente uma despensa, onde são guardados alimentos e utensílios para agricultura, caça e pesca, como enxadas, foices, espingardas, anzóis, redes de pescar. Em alguns quintais, delimitados por cercas rústicas de varas, encontramos uma moita de uma planta arbustiva denominada mufumbo (*combretum leprosum* Mart.), que serve de dormitório para as galinhas criadas por aquela família. No quintal de uma ou outra casa, encontramos alguma fruteira – uma laranjeira ou um mamoeiro ou um ‘pé de pinha’ ou ‘ata’ ou um ‘pé de cajarana’, dita *cajarama*.

Na parte da frente das habitações há uma sala onde, em muitas delas, televisores ocupam um lugar central, alimentados pelas antenas parabólicas que encimam os telhados. Principalmente no final da tarde, programas sobre a violência nos grandes centros urbanos brasileiros ainda assustam uns poucos moradores, porém provocam, em muitos, atitudes defensivas praticamente inócuas, porque desnecessárias, diante do cotidiano relativamente tranqüilo da vila.

As casas dos Tipis não têm jardim. Porém, em uma das laterais exteriores de muitas delas há um ‘pé de peão roxo’, um arbusto cujas folhas são utilizadas em rituais de benção e de rezas curativas. Nas paredes das salas das casas, além de retratos de filhos e netos, os habitantes afixam imagens de Santos. De

uma perspectiva solene ou formal, a religiosidade na comunidade dos Tipis assume uma referência cristã, principalmente católica. Todavia, como já disse, o cotidiano é permeado por referências animistas, que atribuem poderes especiais a elementos da natureza.

A religiosidade manifesta-se nos Tipis em modalidades sagradas e profanas do viver dos seus membros. Ao longo do ano, as missas são esparsas. A sua ocorrência depende da presença de um ator externo, o pároco. Uma atividade denominada Encontro de Casais com Cristo – ECC, bastante difundida em comunidades católicas brasileiras, ocorre nos Tipis de modo mais sistemático do que as missas e depende da iniciativa local. Em outubro, ocorrem novenas em louvor a São Francisco de Assis, o Padroeiro da Paróquia. O sagrado configura-se diariamente, por exemplo, como um conjunto de crenças e rituais de benção e cura de males diversos, principalmente de crianças com disfunções gastro-intestinais, associadas à qualidade da água consumida e aos costumes de higiene de utensílios de cozinha.

Manifestações profanas relacionadas com o sagrado são mais esporádicas. Nos dias que antecedem a Semana Santa ocorre uma delas. Grupos de mais ou menos dez homens vestem mantos feitos de saco, enfeitados com tiras de tecidos coloridos, e põem máscaras toscas, feitas de papelão ou com uma perna de uma calça comprida. São os *caretas*. Eles saem pedindo esmolas pelas comunidades e sedes urbanas vizinhas. O visual estranho assusta algumas crianças e diverte a todos. Os homens bebem a cachaça doada durante as andanças. Algum dinheiro recebido cobre as despesas de deslocamento dos *caretas* ou vai constituir um prêmio em dinheiro associado à manifestação.

No Sábado de Aleluia, no pátio em frente à Capela, os *caretas* montam o que chamam de *circo*, um círculo demarcado no chão, onde dispõem as oferendas recebidas nas andanças pelas comunidades vizinhas: melancias, milho, feijão, jerimuns, gêneros alimentícios. As pessoas do lugar, principalmente os homens, tentam ‘roubar’ esses itens de dentro do *circo*. Enquanto isso, os *caretas* tentam evitar esse ‘roubo’, perseguindo o ‘ladrão’, surrando-o com um chicote, espatifando o item ‘roubado’. O castigo cessa se o ‘ladrão’ afasta-se mais ou menos dez metros do local da brincadeira, se ele põe a prenda no chão ou se ela é espatifada pelos *caretas*.

O principal alvo do ‘roubo’ e das perseguições, no entanto, é o Judas, um boneco feito pelo enchimento de roupas com trapos e palha, colocado no centro do *circo*. O indivíduo que consegue ‘roubá-lo’ ganha o prêmio em dinheiro. Quando chega o final da tarde, é hora da irreverente atividade coletiva de malhar o Judas. O escárnio é a um só tempo irado e hilário. A folia é geral. À noite, há uma festa dançante²⁰.

As atividades de lazer são pouco diversificadas, nos Tipis. Eventualmente ocorrem festas de forró em um espaço privado, um balneário que dispõe de uma quadra de danças, com bar e restaurante, e que se localiza na vila vizinha, assentada

²⁰ Essa manifestação é comum em outros Estados do Nordeste. O destaque dado pela imprensa cearense à manifestação dos Tipis parece atribuir-lhe um caráter especial como podemos inferir do fato que anualmente faz parte da pauta de jornais cearenses, sobre eventos da Semana Santa.

na margem oposta do açude, na outra encosta, que também apresenta uma inclinação suave. Corridas a cavalo ocorrem esporadicamente, mas são os freqüentes campeonatos de futebol que mobilizam a comunidade. Com efeito, em 2006, o time de futebol masculino agrega 35 jogadores e o time feminino, criado nesse mesmo ano, reúne 15 atletas.

Em 2004, havia oito pequenos bares na localidade, cinco dos quais com uma mesa de sinuca. Os mais jovens encontram-se para disputas desse jogo durante o dia; os agricultores, após o trabalho no campo e antes do almoço ou entre o final da tarde e o horário em que a maioria se recolhe às residências – geralmente por volta das oito horas da noite. Desde o início da noite, alguns homens e mulheres jogam cartas em um dos bares do lugarejo ou na casa de algum morador da comunidade.

A instituição da aposta é praticamente indispensável, seja nos jogos de sinuca, de baralho ou de futebol, seja nas disputas a cavalo, embora os valores apostados sejam pequenos, à exceção dos páreos de turfe, dos quais há relatos de algumas apostas tratadas como extravagantes, diante do poder aquisitivo local. O convite para uma aposta pode assumir ares de uma intimação, de uma provocação ou de uma espécie de insulto entre amigos, sendo acionado mesmo em conversas nas quais uma dúvida banal evolui para uma contenda sobre qual opção será tomada como a única válida. Os pleitos eleitorais e os campeonatos de futebol, locais ou não, constituem momentos propícios para essas apostas.

Os estabelecimentos comerciais onde se encontram as sinucas vendem principalmente refrigerantes e bebidas alcoólicas. Alguns vendem também gêneros básicos de mercearia, como açúcar, café, biscoitos, óleo de cozinha. Outros itens, industrializados ou artesanais, consumidos pelos habitantes, são adquiridos na sede do município de Iguatu e, eventualmente, na sede do município vizinho, denominado Acopiara. A produção de mercadorias artesanais é praticamente inexistente e a atividade comercial não chega a preencher toda a ação produtiva de um membro da comunidade dos Tipis. Assim, mesmo aqueles com vendas estabelecidas mantêm-se ligados às atividades agrícolas de subsistência.

5.5.4 “Lata d’água na cabeça...”²¹ – água e saúde como práticas coletivas

A vila dos Tipis tem uma configuração urbanística comum a outras comunidades rurais do sertão semi-árido do Nordeste brasileiro e se assenta em uma encosta de inclinação suave, às margens do Açude dos Tipis, um reservatório de água construído em 2003, resultante da barragem de um pequeno córrego denominado Riacho da Onça.

²¹ Trecho da letra de Lata d’água, composição de Luís Antonio e J. Júnior.

O lugarejo dispõe de poucos espaços públicos. Em frente à Capela católica, há um amplo pátio desprovido de bancos, passeios ou qualquer obra física que o caracterize como um espaço público urbanizado. Porém, o plantio de uma árvore, protegida dos animais por uma cerca de varas, sugere a atribuição de um caráter especial a esse espaço físico. Com efeito, na Semana Santa, quando se acentuam manifestações da religiosidade cristã dos membros da comunidade, esse pátio é utilizado para atividades do Sábado de Aleluia, como vimos acima.

Outros eventos coletivos da comunidade ocorrem no interior da Capela ou no campo de futebol. A pequena escola municipal, cujas atividades escolares foram suspensas desde o início de 2004, abriga as reuniões da Associação de Moradores. Essa Associação dispõe de uma pequena edificação destinada à guarda de implementos agrícolas que são emprestados aos sócios. Os atendimentos do serviço público de saúde, denominado Programa de Saúde da Família, ocorrem na residência da moradora que atua como Agente de Saúde.

As casas dos Tipis estão dispostas com distanciamentos, recuos e alinhamentos irregulares entre uma e outra e a distribuição de vizinhança quase sempre diz respeito às relações de filiação de um dos pares do casal que constitui ou constituiu aquele domicílio. Elas são absolutamente térreas. Não há sobrados, nem porões. As fachadas principais são freqüentemente voltadas para o nascente, de modo que a lateral direita e a parte de trás das casas recebem insolação direta. Tijolos aparentes, de argila vermelha, podem ser vistos nas laterais de quase todas as construções ou mesmo na fachada ou no interior de algumas delas. Algumas casas têm a fachada dianteira revestida com reboco, pintadas em cores claras.

Em 2004, ainda havia no lugarejo duas casas de *taipa*, técnica de construção na qual as paredes são erigidas com varas entrelaçadas, amarradas com cordas de sisal, formando uma grade que é preenchida com argila. Apesar da existência dessas casas e da ausência de reboco nas paredes internas de várias unidades residenciais, não há casos do Mal de Chagas, doença associada ao besouro barbeiro infestado, que se aloja em frestas de paredes de taipa ou não rebocadas.

A comunidade dos Tipis tradicionalmente se serviu da água do Açude para usos diversos, desde o consumo humano e de outros animais à lavagem de roupas, passando por atividades relacionadas à produção de tijolos para as construções locais ou à irrigação de pequenas áreas plantadas nos quintais ou no entorno do reservatório. Em 2003 as unidades residenciais dos Tipis passaram a contar com água canalizada, oriunda de um poço de aluvião, cuja profundidade está no intervalo das cotas do lençol freático do Açude.

Uma rede de tubulação para o transporte de água potável pode ser tratada como um recurso infra-estrutural. Se a tratamos assim destacamos o aspecto material do recurso. Contudo, podemos considerar também o aspecto relacional desse recur-

so, tratando-o como uma prática social. Nesse outro caso, considera-se que o recurso 'água canalizada' tem suas características produzidas pela atuação endógena, local, da comunidade que o configura e por suas relações exógenas, pelas relações que essa comunidade estabelece com a sociedade na qual se insere. Nessas atuações são trazidos à mão aspectos infra-estruturais, ambientais, sanitários, culturais que constituem a história dessa comunidade. A efetivação desse recurso, por sua vez, alimenta e reinstaura, com vieses particulares, os aspectos infra-estruturais em jogo.

Na comunidade dos Tipis, a água canalizada vem sendo desfrutada com particularidades, pelos habitantes, em virtude do caráter recente da canalização, da ausência generalizada de instalações sanitárias adequadas, da competição do sistema canalizado com antigos hábitos sanitários, da acentuada salinidade dessa água, das características bacteriológicas das águas do Açude e do poço fornecedor de água. Com efeito, embora o poço tenha sido perfurado em 2003, em 2004 apenas 4 domicílios possuíam estrutura sanitária que reconhecemos como adequada. Complementarmente, embora algumas casas disponham de pias para a higiene dos utensílios domésticos, ainda se observa uma preferência por lavar pratos e panelas em jiraus, bancadas rústicas de madeira, para os afazeres da cozinha e do quintal. Essa preferência parece ecoar de modo recursivo na saúde dos indivíduos.

Diante da suposição de alguns moradores dos Tipis de que certos problemas de saúde estavam associados à água por eles consumida, discutimos a oportunidade de solicitarmos uma avaliação da qualidade desse recurso aos órgãos públicos que seriam responsáveis por tais questões. Minha disposição de participar ativa e intensamente das vivências comunitárias, para compreender a dinâmica das suas práticas lingüísticas, culturais e cognitivas, como também uma facilidade em transitar nos meandros burocráticos do Estado levaram-me a acionar os referidos órgãos.

O resultado de uma análise bacteriológica indicou que não eram potáveis as amostras colhidas no poço alimentador do sistema de água canalizada, em uma residência e em dois pontos do Açude. O alto teor de coliformes totais e da bactéria bacilar *Escherichia coli* ensejou a realização de uma outra análise, dessa vez incluindo também uma avaliação físico-química da água. Conforme essa nova análise, além de não atenderem aos padrões de potabilidade bacteriológica, as amostras analisadas indicaram propriedades físico-químicas fora dos padrões aceitos pelo Ministério da Saúde, para o consumo humano, com elevados índices de cloreto e dureza.

O Açude dos Tipis localiza-se entre duas encostas, nas quais se assentam duas comunidades. Em época de chuvas, o lixo ali produzido é carregado para o seu leito. Juntamente com os hábitos dos moradores, outros fatores ambientais contribuem para o perfil bacteriológico e físico-químico das águas ali disponíveis. Além do lixo oriundo das atividades humanas, as chuvas carregam outros resíduos naturais do entorno e os animais, domésticos ou não, bebem água e se banham no reservatório. A

água do poço, por sua vez, apresenta características – especialmente as bacteriológicas – semelhantes à água do Açude, em virtude de esse poço estar localizado no intervalo das cotas do lençol freático do reservatório.

As características que tornam impróprias as águas consumidas nos Tipis não são adequadamente compreendidas se as tomarmos como o resultado de uma soma simples dos hábitos de higiene doméstica dos grupos familiares isolados. Assim, como vimos observando para outros aspectos, uma possível ordem vivenciada pela comunidade quanto à qualidade da água e à saúde dos seus membros tem o caráter de uma produção social, localizada em um nicho ambiental que é moldado pela ação social dos membros e que, reflexivamente, molda essa ação.

Em 2005, conforme já mencionei, a Associação de Moradores dos Tipis elaborou um Projeto para a construção de 81 instalações sanitárias residenciais, podendo beneficiar diretamente 265 pessoas, através da introdução de novos hábitos sanitários. Contudo, um fator infra-estrutural e ambiental poderá minimizar a extensão do benefício da água canalizada, se essas instalações não forem dotadas de caixas d'água apropriadas. Ocorre que, no clima do sertão semi-árido, as temperaturas são elevadas durante a maior parte do ano, podendo haver um abrandamento térmico apenas durante os meses de maio e junho, especialmente se, no trimestre anterior, o regime de chuvas foi regular ou acima da média. Com isso, nos Tipis, a água armazenada em uma caixa d'água central chega às residências a uma temperatura elevada, imprópria para o manuseio imediato. A ausência de uma caixa d'água na unidade residencial gera a necessidade de armazenar a água em recipientes à sombra, até que o seu calor se dissipe e o usuário possa manuseá-la nas lides domésticas ou na higiene pessoal. Essa necessidade, por sua vez, alimenta o uso de jiraus e a consequente precária higiene na lavagem dos utensílios domésticos.

Mesmo diante das adversidades acima referidas, entre moradores dos Tipis é comum a opinião de que a água canalizada constitui um conforto, diante da única alternativa de coletar água no Açude próximo, particularmente quando o regime de chuvas não foi suficiente para repor a carga desse reservatório.

O avanço sanitário da conquista da água canalizada depende de uma série de mudanças que dizem respeito à implantação de um sistema de tratamento de água, a alterações no modo como os moradores compreendem os processos microbiológicos relacionados à potabilidade da água, bem como a alterações nas práticas lingüístico-interacionais relacionadas ao uso coletivo da água pública.

A despeito da complexidade de fatores envolvidos em uma melhoria coletiva e ampla nas condições sanitárias dos Tipis, os hábitos domésticos de higiene dos moradores podem melhorar sensivelmente. Isto poderá contribuir para alterar as relações que constituem as características das águas ali disponíveis e que dizem respeito à ação social da comunidade, aos hábitos domésticos dos moradores, ao meio ambi-

ente – que estrutura a ação social comunitária e, ao mesmo tempo, é estruturado por ela. Todavia, constitui uma incógnita o alcance dessas alterações sobre outras práticas sócio-culturais e, conseqüentemente, sobre os modos do viver ali, uma vez que buscar água no Açude e lavar roupas coletivamente, por exemplo, são acontecimentos sociais importantes no conjunto de atividades que configuram os modos de viver dos Tipis.

5.5.5 “Se tiver inverno...!” – o (con)viver no domínio de ação do semi-árido

O trabalho na agricultura de subsistência distribui-se ao longo do ano, nos Tipis, e conota, por um lado, uma co-dependência relativamente ao regime anual de chuvas. Essa agricultura, por outro lado, depende de aspectos infra-estruturais, sócio-culturais, políticos – implementados ao longo da história dessa comunidade, que inclui sua história de relações com outras comunidades. Finalmente, esses aspectos são gerados e reinstaurados pelos modos efetivos do viver nos Tipis.

No rigor climático do sertão semi-árido, as estações climáticas são distinguidas em função da ocorrência de chuvas. Quando ocorrem, as chuvas tendem a se precipitar no período que vai mais ou menos de março a maio de cada ano, podendo antecipar-se ou se estender por mais dois meses. De modo complementar, há uma estação indubitavelmente seca, ao longo dos outros meses do ano.

O possível período chuvoso do sertão semi-árido, contudo, exhibe uma instabilidade na ocorrência das chuvas. Existe, pois, a possibilidade de haver uma estação chuvosa cujas chuvas, eventualmente, ocorrem dentro de uma média histórica ou ocorrem de modo excessivo, com relação a essa média ou não ocorrem dentro dessa média. A média histórica é um conceito estatístico, que faz referência a impactos sociais, como a safra agrícola, e leva em conta 10 anos de um período de 30 anos de medição de chuva. As faixas em torno dessa média variam nas micro-regiões do Ceará, sendo mais altas no litoral e nas serras e mais baixas no sertão. A faixa média calculada para o ano de 2006, para a região dos Tipis, foi de 449mm / 692mm de chuvas.

As denominações básicas dessas estações e períodos climáticos não indicam a variação da inclinação do eixo da Terra com relação ao Sol. Conseqüentemente, não indicam a variação da incidência da radiação solar sobre o planeta. Em decorrência da relativa proximidade da linha do Equador, a variação da incidência solar exhibe pouca amplitude no Nordeste brasileiro, comparada às regiões cada vez mais próximas dos pólos. Essas denominações então indicam um *continuum* relacionado tanto ao fenômeno meteorológico da ocorrência ou ausência de chuvas, quanto a fenômenos associados a questões de infra-estrutura e vulnerabilidade social. Como a Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos – FUNCEME observa, não é só a quantidade de chuvas que determina a definição de um ano como sendo um ano de seca. Embora tenha registrado a quinta menor precipitação dos últimos 30 anos, para

alguns setores produtivos do Estado do Ceará, o ano de 2005 não foi considerado como sendo de seca severa²².

Indivíduos dos Tipis englobam várias camadas de interconexões e consequências ambientais, culturais, produtivas, sociais, políticas, nos processos de indicar a ocorrência ou não do fenômeno *chuva* com termos do mencionado *continuum*. A cada ano, na quadra que vai de março a maio, portanto durante parte do verão e parte do outono do hemisfério Sul, pode *haver inverno* ou pode *não haver inverno*, ou seja, o período chuvoso pode ou não se caracterizar.

Se as chuvas de verão se precipitam com regularidade periódica e com um volume normal, situado no intervalo da média histórica, dizemos que *houve inverno*. O *inverno* também pode ocorrer de modo acentuado. Quando as precipitações excedem a média e os leitos transbordam, engolindo plantações e casas assustadas, dizemos que *houve enchentes*, que aquele foi *um ano de enchentes*. Em um outro ponto do *continuum* social-meteorológico está a ocorrência de chuvas pouco significativas para a reposição das reservas de água e para a atividade agrícola, com intervalos ou estiagens nas precipitações, durante dez ou mais dias contínuos. Esses períodos de intermitência são denominados *veranicos*. Quando há uma seqüência de *veranicos*, dizemos que *houve seca verde*. Finalmente, pode ocorrer a ausência ou insuficiência de chuvas, durante a quadra de março a maio. Assim, quando o volume de chuvas do período se mantém abaixo da média histórica, fica caracterizada a *seca*.

A caracterização de qualquer uma dessas configurações implica consequências sobre o viver nos Tipis, desde o plano ambiental até a (re)estruturação das organizações familiares. Quanto à questão econômica, a ocorrência de *inverno* indica a possibilidade de um abastecimento alimentar básico até a próxima estação chuvosa. Tanto a situação de *enchentes* quanto a de *seca verde* são prejudiciais para as plantações. Os agricultores, repetidas vezes, perdem os investimentos e os seus esforços. Em cada casa, os pratos exibem a ausência dos frutos do trabalho agrícola. A situação de *seca*, então, é calamitosa para o cotidiano das comunidades rurais do semi-árido, embora, historicamente, as elites dirigentes tenham auferido vantagens dessa situação, mesmo no contexto das rigorosas condições climáticas e de subsistência do semi-árido²³.

Se há indícios de que haverá *inverno*, com as primeiras chuvas, nos meses de janeiro e fevereiro, os agricultores dos Tipis já fazem algumas tentativas para a produção do seu sustento, nas terras previamente preparadas. Se o *inverno* parece consolidar-se, são plantadas roças de feijão, fava, milho, melancia, jerimum, batata – culturas de ciclo curto, entre 45 e 90 dias, exceto a fava, leguminosa trepa-

²² Fonte: www.diariodonordeste.globo.com, Editoria de Cidade, em 21.01.2006.

²³ Sobre relações entre a sociedade cearense e a natureza do sertão semi-árido, bem como sobre as transformações históricas dessas relações, ver Neves (2000). Sobre a seca e outros aspectos da cultura cearense, ver Carvalho (2003).

deira de ciclo mais prolongado. A cultura do arroz é desenvolvida por poucos habitantes da comunidade.

À medida em que o Açude e outras pequenas acumulações de água vão secando, com a estiagem que se inicia em junho, as faixas de terra úmida das suas margens são aproveitadas para as chamadas plantações de *vazante*. A colheita das plantações de roça e de vazante ocorre a partir da segunda quinzena de abril, estendendo-se até os meses de julho e agosto.

A partir de setembro, faz-se a *broca* das terras, ou seja, o desmatamento das roças ou de alguma área de mata da *Caatinga*, a Mata Branca, o único bioma exclusivamente brasileiro, de ocorrência endêmica no semi-árido nordestino. Os restos vegetais são aglomerados em pequenos montes chamados *coivaras*. Em outubro e novembro são feitas as *queimadas* das coivaras. Esse é o manejo rústico da terra para um outro plantio, na possível estação chuvosa do ano seguinte.

É nesse contexto cultural-ambiental que uma agricultura de subsistência é desenvolvida nos Tipis como a principal atividade econômica. Ali, a labuta cotidiana começa cedo. Por volta das cinco horas da manhã já há movimento nas cozinhas e os fogões a lenha soltam uma tênue fumaça pelas chaminés. Cinco e trinta da matina: jovens operários se concentram em um pátio da vila para pegar o ônibus da indústria de calçados onde trabalham. Em muitas casas, algum homem busca, no açude, galões da água a ser usada nas tarefas domésticas. Essas tarefas são executadas principalmente pelas mulheres e se prolongam pelo dia inteiro.

As mulheres dedicam-se, pois, ao preparo de alimentos para os membros do núcleo familiar, à limpeza da casa, ao trato dos animais domésticos. Frequentemente algumas mulheres se reúnem às margens do açude, para lavar roupas; algumas acompanham seus companheiros no trabalho da roça, sobretudo na fase da colheita.

Os agricultores também se dirigem cedo para seus roçados. Raramente levam água em quartinhas de cabaça, como era o costume antigo. Agora, portam garrafas plásticas para aplacar a sede provocada pelo calor intenso e pelo ar seco do semi-árido, como também pelos pedaços de rapadura, doce derivado da cana-de-açúcar, que mascam para repor energias.

Havendo chuvas, a lida no campo se estende ao longo do dia. Na colheita, com a estiagem já bem caracterizada e a intensa insolação, o calor é sufocante e a faina vai até as dez horas da manhã. Os homens dedicam o restante do dia às atividades subsidiárias à agricultura, como o conserto de ferramentas de trabalho ou o preparo de adubos e herbicidas. Complementando o trabalho do campo, dedicam-se ainda à produção e distribuição de alimento para galinhas, cabras e porcos, criados soltos por entre as casas.

Alguns poucos membros da comunidade dos Tipis são proprietários de pequenos rebanhos com quatro ou cinco cabeças de gado bovino. Esses animais ocupam

estábulo localizados próximos às casas de seus proprietários. No início da manhã, as vacas são manualmente ordenhadas. Depois, esses rebanhos são deslocados para áreas de pasto nas redondezas da povoação e, no final do dia, são conduzidos para a margem do açude, para beberem água. Finalmente são, outra vez, confinados nos estábulos.

Essas atividades de trabalho são quase sempre coletivas e em algumas a solidariedade é acionada para suprir demandas circunstanciais e imediatas. Por exemplo, em mais de uma ocorrência presenciei um adjutório – um ajuntamento cooperativo de membros da comunidade – para ajudar a conter o fogo de uma queimada iniciada em um horário inadequado, quando havia uma ventania propagadora das chamas para além da área pretendida.

Ainda em uma perspectiva do trabalho coletivo, mas agora para fins de rendimento de um grupo específico de trabalhadores, cinco homens dos Tipis desenvolvem uma atividade apicultora, cujos apiários localizam-se em uma mata próxima às casas da vila. Essa atividade teve início justamente na semana em que eu estava desenvolvendo a pesquisa-piloto desta investigação, em janeiro de 2004. Um técnico em agropecuária, ele próprio produtor de mel em uma localidade próxima à vila, conduziu um rápido treinamento voltado para a atividade apicultora, ao qual faltaram dois integrantes do grupo.

Ao longo da pesquisa de campo, de julho a novembro de 2004, pude observar situações que descrevo como um relativo insucesso da atividade apicultora, no que diz respeito a uma produtividade com retorno comercialmente rentável do investimento feito. Essa avaliação de insucesso deve ser compreendida como uma abstração de diferenças que observo entre os *domínios de ações* em que são geradas orientações técnicas para uma atividade apicultora comercialmente rentável e os *domínios* em que os moradores dos Tipis desempenham suas relações interpessoais, dentre elas suas atividades produtivas.

Uma das orientações básicas feitas pelo técnico que fora treinar os novos apicultores dos Tipis dizia respeito à localização do apiário, o ponto onde o conjunto de caixas ou colméias seria assentado. De acordo com esse técnico, esse local deveria estar a uma distância de 200 a 300 metros de habitações, estradas e criações de animais. O local também deveria ser muito bem roçado. Arbustos e ervas daninhas deveriam ser erradicados, “como se ciganos tivessem acampado ali”. Era importante também cercar o local. Isso evitaria a invasão do apiário, por outros animais. Esses cuidados favoreceriam uma necessária tranquilidade no ambiente das colméias, a segurança dos indivíduos da comunidade e a produtividade do apiário.

Como mencionei mais de uma vez, fui ao campo orientado a participar efetivamente das redes de interações dos membros da comunidade dos Tipis. Essa prática colocava-me a par da pauta cotidiana de muitos moradores. Assim, considerando as observações do técnico em apicultura, em várias ocasiões em que eu conversava

amistosamente, de modo não-diretivo, com um membro da comunidade que havia participado do breve treinamento, aproveitava a oportunidade para perguntar sobre o encaminhamento do roço e do cercado do apiário. Depois de várias respostas negativas ou evasivas, esse apicultor finalmente me explicou que não era preciso roçar nem cercar o local: “os garranchos das plantas” impediriam a aproximação de outros animais. Além do mais, “os bichos têm medo das abelhas, só de ouvir o ronco das bichas”.

Esse episódio é sugestivo do modo como a configuração de um novo domínio de ação de um habitante dos Tipis põe em correlação, por um lado, a sua experiência histórica de viver nos Tipis e, por outro, as práticas e valores do domínio de ação de cientistas e tecnólogos. No desenvolvimento de suas atividades, apicultores preocupados com uma rentabilidade do trabalho e do investimento podem lançar mão da produção coletiva de cientistas de variados ramos do saber. Tradicionalmente, a ciência é vista em uma concepção monumental, que vê as teorias como objetos prontos. Uma alternativa é vê-la como um dos campos da interação social, como o faz Mondada (2005c), ao observar a produção do saber científico como a produção de objetos de discurso em atividades lingüístico-interacionais efetivas. Conforme essa perspectiva, os cientistas podem considerar experiências diversas dos apicultores na construção de objetos de saber próprios de seus domínios. Uma vez estabelecidos os contatos entre cientistas e apicultores, podemos postular que os domínios de ação desses atores constituem-se reflexivamente, de modo que práticas de um domínio são eventualmente incorporadas por outro ou contribuem para modificar algumas práticas do outro, e vice-versa.

A partir de uma observação sistemática do comportamento das abelhas e das condições ambientais que interferem nesse comportamento, uma dimensão de produtividade, por exemplo, implica agregar, à atividade apicultora, técnicas e manejos – localização e configuração adequadas do apiário, roço, inspeções, coleta planejada – que buscam potencializar o resultado visado do comportamento desses animais – mel, própolis, cera, geléia real, pólen, veneno (apitoxina). Esse conjunto de intervenções resulta em uma tentativa, por parte do apicultor, de controlar, maximizar ou minimizar fatores ambientais intervenientes. Assim, uma apicultura rentável exige, por exemplo, uma prontidão dos apicultores e uma rapidez na execução do passo a passo da atividade, com a elaboração de calendários de ação afinados com diversos fatores considerados importantes para esse afazer.

A comunidade dos Tipis baseia suas atividades produtivas em uma agricultura de subsistência cujas condições de exeqüibilidade expressam uma relação particular com os recursos naturais e uma pequena disponibilidade de recursos da ciência e da tecnologia. Nessas atividades observamos, pois, uma baixa mediação de tecnologias recentes, na obtenção dos produtos visados. Uma busca constante e controlada de novas técnicas e manejos não constitui, portanto, um aspecto corriqueira-

mente visível nos afazeres dali. Contudo, assim como os domínios de ações de cientistas e técnicos constituem-se reflexivamente, também os domínios dos novos apicultores dos Tipis assim se constituem. Os componentes desses jogos constitutivos são diferentes. Nos Tipis, os domínios dos novos apicultores são constituídos não a partir de uma relação direta com aqueles em que a ciência e a tecnologia são geradas, mas, em parte, em relações com os domínios do instrutor ‘apicultor experiente’, como também com outros nos quais esses novos apicultores já atuavam. Assim, por exemplo, na relação do apicultor dos Tipis com os recursos naturais, observamos uma tendência à manutenção de antigas técnicas e manejos baseados no comportamento natural dos animais e na interação desses com outros elementos do meio, no caso a vegetação da Caatinga. Tal tendência minimiza possíveis fatores associados a metas de produtividade, esperadas ou desejadas para uma atividade apicultrora.

Outro episódio da apicultura nos Tipis expressa uma correlação entre o seu desenvolvimento e o modo como os participantes estruturam seus domínios de ação, na estruturação de uma noção de *tempo*. O povoamento das colméias seria feito pela iscagem de colônias de abelhas, em caixas deixadas em matas próximas à vila. Cada caixa deveria ser transportada para o apiário, cinco ou seis dias após sua ocupação. A delimitação desse período combinava evitar o *stress* das abelhas – pelo distanciamento entre as datas das mudanças da colônia – e criar, em um tempo hábil, certas condições de tranquilidade e isolamento necessárias para a produção melífera. Logo no início da atividade apicultrora quatro caixas foram simultaneamente preenchidas. Já decorrera o sétimo dia desse preenchimento e o grupo ainda não havia transportado as caixas para o apiário, embora, desde o quinto dia, esse fato viesse sendo aventado em conversas amistosas entre mim e os apicultores. Uma justificativa para o não cumprimento de uma cronologia rígida – própria em uma apicultura comercialmente rentável – dizia respeito ao exercício do trabalho agrícola, que, efetivamente ou como justificativa retórica, nos Tipis, entra em competição com atividades que se diferenciem do trabalho agrícola ao qual estão acostumados: ‘hoje não deu, porque fui pra roça’.

Para além dessa competição, esses episódios envolvendo a atividade apicultrora evidenciam co-relações com os modos como esses novos apicultores dos Tipis abstraem suas experiências de processos e seqüências de processos e lidam particularmente com uma noção de *tempo*. Também evidenciam como eles avaliam a intervenção do trabalho humano sobre o trabalho de outros componentes do meio natural e adaptam as novas tecnologias com as quais interagem à sua própria experiência em lidar com os recursos naturais.

5.5.6 “É, pa tudo tem reunião...” – o bom humor, a eficaz comunicação boca a boca e o freqüente encontro dos habitantes dos Tipis

A vila dos Tipis circunscreve-se a um perímetro relativamente pequeno e os habitantes circulam localmente a pé, alguns poucos, de bicicleta. Tais deslocamentos são facilmente vencidos, apesar de haver poucas árvores, pouca sombra. Essa facilidade é reconhecida pela maioria dos moradores, sendo tematizada aqui em interações que manifestam os mencionados bom humor e a rápida e eficiente comunicação boca a boca dos Tipis. Porque esboçou uma reclamação quanto à distância de um percurso local, a ser percorrido a pé, um membro da comunidade foi alvo de ironias bem humoradas. Com efeito, o bom humor é algo intensamente praticado pela comunidade e mesmo em situações que envolvem alguma tensão, as tiradas proverbiais rapidamente correm pela boca dos habitantes, valorizando e alimentando o circuito da gargalhada.

Essa comunicação boca a boca associa-se a uma tradição centrada em atividades orais, facilitada tanto pela quantidade relativamente pequena de habitantes, como pelo pequeno perímetro da vila. Além de ser eficiente para difundir tiradas bem humoradas ela é eficaz também para resolver outras demandas da vida cotidiana da comunidade. Vejamos.

Os encontros da Associação de Moradores têm datas mais ou menos fixas para ocorrerem – em princípio, nos dias 15 e 30 de cada mês. No entanto, diante de alguma necessidade local, não há dificuldade em antecipar ou adiar um desses eventos ou mesmo marcar um evento em caráter extraordinário. Rapidamente essas notícias tornam-se objeto de outros múltiplos encontros sociais. E os habitantes dos Tipis têm reuniões freqüentes. As convocações para tais eventos nem sempre são feitas diretamente através da Associação de Moradores. A agente de saúde, a dirigente do Encontro de Casais com Cristo - ECC, o treinador de futebol reúnem membros da comunidade para discutir os mais variados temas. Eu mesmo convoquei eventos desse tipo para conversas sobre as águas dos Tipis. Na reunião da Associação de Moradores – com cujo relato abro esta tese – duas participantes avaliam a inconveniência do horário de uma outra reunião – de pais de alunos, convocada pela escola da comunidade vizinha. Então uma delas reclama: “É, pa tudo tem reunião...”.

As práticas sócio-culturais dos Tipis são continuamente formuladas e reformuladas. Elas exibem um articulado conhecimento mútuo entre os atores comunitários e nexos diversos entre experiências locais e não-locais, em uma multiplicidade de correlações entre os seus modos de viver – visivelmente simples e relacionalmente complexos – e os de outros grupos sociais. A dinâmica, a relevância e as consequências de um viver negociado, cooperativo, irado e hilário, em uma palavra, fazem-se observáveis em densas teias de inter-relações pessoais. Essas práticas constituem

o próprio tecer, costurar, cerzir o tecido social dos Tipis e a conversa é o mecanismo central da sua vida social, da socialização, da manutenção da ordem ali co-construída. A pequena quantidade de habitantes, o bom humor, a eficiente comunicação boca a boca associam-se para compor um quadro segundo o qual os moradores desse vilarejo estão 'reunidos' praticamente o tempo todo. Assim, na perspectiva de observar especificidades de um desses encontros, no próximo Capítulo analiso procedimentos através dos quais os participantes tornam inteligíveis e públicos objetos de discurso co-construídos em uma reunião da Associação de Moradores do lugar.

CAPÍTULO 6 – FAZENDO REUNIÃO NOS TIPIS: UMA ANÁLISE CONVERSACIONAL

6.1 Situando a Observação e a Análise

A *fala-em-interação* implica uma dimensão praxeológica que projeta a linguagem como um conjunto de atividades semióticas integradas em atividades sociais. À semelhança de trabalhos organizados por Drew & Heritage (1992), sobre a interação no trabalho ou a interação institucional, a *conversa*, o modelo de base do *sistema de troca de fala* descrito por Sacks, Schegloff & Jefferson (1974), é tomada neste Capítulo como uma referência geral para análises de atividades inteligíveis de *fala-em-interação* observadas em uma reunião da Associação de Moradores dos Tipis. Tais análises descrevem coerências operacionais dos participantes dessa interação. Nelas, considero o caráter ordenado da ação como um objeto auto-organizado e emergente, como trabalhos no campo da Análise Conversacional *stricto sensu* vêm sistematicamente apontando. A operação dos participantes da interação é aqui descrita, pois, como uma prática coletiva e dinâmica, nos termos de Mondada (1998a).

Na base do trabalho empírico que semearam e também produziram, Sacks, Schegloff & Jefferson (1974) observam que o fato de os interlocutores interagirem alternando regularmente seus turnos, *geralmente sem falar ao mesmo tempo*, mostra que eles sincronizam suas atuações, minimizando silêncios e sobreposições entre um turno e outro. Nessas atividades, os interlocutores empregam um conjunto particular de procedimentos para organizar a tomada de turno de modo inteligível para eles. Por exemplo, em cenários nos quais os falantes falam um a cada vez, Atkinson (1984) descreve os modos como falantes públicos prendem a atenção de ouvintes que não dispõem do turno de fala, tais como membros de um júri, de uma congregação ou a audiência de tribunais. Ele analisa, ainda, o desencadeamento de aplausos como resposta da audiência.

O registro selecionado para esta análise conversacional também coloca o problema da organização da interação em um encontro público. O que há de particular nesse encontro, e que esta análise objetiva realçar, é que os falantes sobrepõem suas falas, particularizando esse encontro relativamente a outros encontros nos quais *fala um falante a cada vez*. Considerando que na reunião da Associação dos Moradores dos Tipis observamos uma intensa interlocução entre cerca de 35 indivíduos – homens e mulheres das mais diversas idades, inclusive crianças, volto-me então para o trabalho coletivo desses indivíduos para construírem e desenvolverem o fluxo interacional, para realizarem a reunião.

A transcrição que resultou nos dados secundários desta análise busca, pois, tornar observável o trabalho organizacional pelo qual os habitantes dos Tipis, *ao falarem*,

de cada item (PL = Pedro Luís). Alguns nomes aparecem apenas na coluna da transcrição da fala-em-interação. Nos Extratos 13, 25, 36 e 38, uma participação coletiva é identificada pela abreviatura COL.

Os nomes e as respectivas abreviaturas que aparecem na coluna da identificação dos Extratos, ao longo da análise, são os seguintes:

Clara = Clara	Marco Antônio = MA	Rute = RU	CR = Criança
Coletivo = COL	Operador = OP	Zé Campos = ZC	? = Não identificado
Gó = GO	Paulo Sérgio = PS	Zé Luís = Z	
Laura = LA	RE = Renato	H = Homem	
Luís Carlos = LC	Ricardo = RI	M = Mulher	

São identificados como Homem, Mulher ou Criança – quando é possível assim categorizá-los, a partir da qualidade vocal e/ou da imagem – falantes que não podem ser nominados, em virtude da grande quantidade de vozes simultâneas e/ou de o registro ter sido feito com apenas uma câmera filmadora. Uma interrogação identifica um participante quando nem a qualidade vocal nem a imagem permitem categorizá-lo como Homem, Mulher ou Criança. Em um mesmo Extrato, havendo mais de um indivíduo não identificado por um nome próprio, as abreviaturas são numeradas (H1, H2, M1, M2, etc). De um Extrato para outro, uma identificação numerada não se refere ao mesmo participante. Assim, H1 de um Extrato não identifica o mesmo participante H1 de um outro Extrato.

O não-preenchimento da coluna de identificação do falante indica: (a) vozes simultâneas, indistintas ou; (b) a continuação de um turno de um falante identificado acima ou; (c) uma descrição de um aspecto da linha acima ou; (d) uma tentativa de transcrição de um procedimento ou outro evento, seguida de uma descrição.

6.2 Tecendo a Situação Social da Reunião da Associação dos Moradores dos Tipis

A Biologia do Conhecer formula uma concepção performativa da realidade e observa que “o nosso viver está sempre penetrado por um sentido que surge das diferentes conversações das quais participamos” (Maturana, 1999e: 117). Nessas práticas sócio-culturais, as atividades cognitivas fundamentais do ser humano são as operações de distinção de objetos. A recorrência e recursividade dessas operações cognitivas constituem um elemento instaurador das impressões de estabilidade e de independência da realidade com as quais circulamos no meio social.

Conforme uma concepção da realidade com contornos schutzianos, nas ações sociais os indivíduos lançam mão de um quadro de familiaridade e conhecimento prévio, de um saber disponível, aproximativo e reversível, para a co-construção de objetos de saber. O sentido do que ocorre nessas ações é associado a um padrão subjacente, reconhecido e familiar. Alguns aspectos dos objetos construídos nas ações sociais exibem um tipo de estabilidade, em decorrência do caráter histórico das ações e dos objetos. É assim que tomamos certas ações e objetos como idênticos a outras ações e objetos que anteriormente vivenciamos, apesar das mudanças físicas e comportamentais que intervêm sobre eles nas interações sociais efetivas (Schutz, 1967).

A Análise Conversacional *stricto sensu*, de inspiração etnometodológica, entende que a ação social movimenta mecanismos genéricos da fala-em-interação, como o sistema de troca de turno, os pares adjacentes, os reparos. As práticas ordinárias desses ordenamentos decorrem do fato de que a possibilidade de coordenar ações através da fala-em-interação baseia-se no sentido que as sociedades humanas têm de uma ação como algo que é responsivo a uma outra ação. Assim, um grupo social que não tivesse um sistema de tomada de turnos seria uma sociedade na qual o sentido das ações como algo responsivo tivesse sido perdido. A este respeito Schegloff (1988: 98) considera que uma sociedade que não tivesse um sistema de tomada de turnos não seria um grupo, por exemplo, não-polido ou não-civilizado. Para o autor, aquilo que a cultura de um grupo social possibilita rotular como polidez e civilidade são partes de um aparato de controle social e as práticas da conversa não decorrem desse controle.

Ao mesmo tempo em que considera o caráter relativamente estável das unidades genéricas da conversa, a Análise Conversacional *stricto sensu* aborda rigorosamente a efetividade de cada um dos objetos discursivos construídos de modo endógeno às atividades dos participantes das interações. O analista conversacional considera que esses objetos constituem singularidades, em decorrência do seu caráter *ad hoc*, para os fins práticos de cada interação levada a cabo.

Temos, então, três explicações científicas compatibilizáveis – a Biologia do Conhecer, a fenomenologia e a Análise Conversacional de inspiração etnometodológica – para inter-relacionarmos o que é *histórico* e o que é *emergente*, o que é *genérico* e o que é *específico*, no amplo campo de ações que dizem respeito ao *fazer uma atividade sócio-cultural lingüístico-interacional*.

Um modo privilegiado de a Análise Conversacional *stricto sensu* abordar história e emergência interacionais, mecanismos conversacionais genéricos e objetos discursivos êmicos e endógenos, consiste na análise de coleções de estudos de casos. Uma análise de coleções está fora do alcance desta tese, realizada como um estudo de um caso, apenas. Contudo, a *situação social* da reunião da Associação dos Moradores dos Tipis é de fato uma interessante ocorrência para abordarmos algumas inter-relações entre história e emergência interacionais.

seleciona explicitamente como interlocutora a participante Gó. Esse turno configura-se como a primeira parte de um par adjacente *questão-resposta* (Linha 4, *vai Gó/ pa reunião com (xx)/*). Enquanto uma organização de turnos, a fala de Gó sucede o turno de M1. Porém, em termos de uma organização de seqüências, o turno de Gó (Linha 5, *agora só é quem (diz)!*) não parece constituir uma segunda parte do par adjacente projetado na Linha 4. A despeito de um fluir sob orientações não-convergentes, para o que interessa neste momento cabe destacar que, a partir de sua questão, a participante M1 traz à mão o tema da recorrência de *reuniões* na comunidade dos Tipis.

Os contornos da *situação social* do evento vão sendo definidos a partir tanto da experiência histórica em interagir nesse tipo de evento, expressa pelos próprios participantes, quanto de aspectos contextuais da vida comunitária – especificamente, a necessidade de um planejamento das atividades da nova administração da Associação de Moradores – que motivaram membros da comunidade dos Tipis a estarem juntos naquela hora e local, para entabularem aquela interação específica. Assim, uma diversidade de fatores contingenciais – ambientais, culturais, históricos, políticos, pessoais – intervêm na co-construção dessa ação social.

Do ponto de vista da história desse evento específico, é possível dizer que ele vinha sendo co-construído no encadeamento de atividades coletivas anteriores, tendo na sua base uma tomada de decisão de realizar uma reunião, em uma observância de práticas históricas dessa comunidade, que se reúne freqüentemente, para discutir assuntos de diferentes magnitudes.

Diante da hipótese de que um indivíduo tenha decidido convocar a reunião, ainda assim a construção desse evento tem um caráter coletivo. A propósito do *princípio da supremacia da interação* mencionado no Capítulo 3, Gülich & Mondada (2001) observam, que a ação dos atores não releva de um indivíduo isolado e as suas contribuições não são vistas pelo analista conversacional como participações singulares, que informam sobre o sujeito responsável por elas, mas como uma atividade interacional regida por uma organização que engaja o coletivo dos participantes. “Mesmo um ato aparentemente solitário e individual, mesmo um nível de análise aparentemente independente não escapam a uma abordagem interacional” (Gülich & Mondada, 2001: 202).

A *situação social* da reunião da Associação de Moradores foi sendo construída, pois, desde a decisão de convocar uma reunião, tomada por um ou mais diretores da Associação. Ato contínuo, a expressão dessa atividade social passou a circular na comunidade como a notícia-convite para o encontro que acontecerá a partir da dezenove horas, em uma sala da pequena escola do lugar.

Extrato 9 (262-270 seg.) (4'22"-4'30") (8 seg.)

- 1 H1 aí (Pi::)\
- 2 H2 sai (xx)\
- 3 (ss)
- 4 H3 (HA HA HA ha ha ha) ((riso))
- 5 (ss)

No Extrato 9, a fala de H1 (Linha 1, *aí (Pi::)*) pode ser interpretada tanto como um ato de apontar um 'objeto' qualquer para o participante Pi, quanto como mais uma atividade de cumprimento. O registro não permite decidir entre uma e outra interpretação. A fala de H2 pode ser vista como um insulto, embora o termo do insulto esteja inaudível (Linha 2, *sai (xx)*). Em meio a falas indistintas (Linhas 3 e 5), o riso de H3 (Linha 4) favorece a interpretação da fala de H2 como um insulto modulado como uma brincadeira.

Um outro afazer próprio ao início do evento convocado pela Associação de Moradores dos Tipis consiste em *afastar cadeiras*, buscando *adequar o ambiente à interação*, como serve de exemplo o Extrato 10.

Extrato 10 (3-7 seg.) (0'03"-0'07") (4 seg.)

- 1 M1 só pra [quem acreditar em&
- 2 [(in an) ((arrastado de cadeira))
- 3 M1 &Deus (x[xx)
- 4 [(pa in hin han han) ((barulho; arrastado de cadeira))
- 5 M2 [hoje saiu uma (m^n^na) d^Zé Davi\ saiu/

No Extrato 10 – que é uma parte do Extrato 3 – juntamente com as atividades de conversar divergentemente (Linhas 1, e 3, *só pra quem acreditar em Deus (xxx)*; Linha 5, *hoje saiu uma (m^n^na) d^Zé Davi\ saiu/*), os participantes procedem a uma organização do espaço físico, possivelmente para adequá-lo à interação, como pode ser visto nas Linhas 2 e 4.

Ressaltando o caráter coletivo das demandas e soluções que são configuradas no fluxo mesmo da interação, os participantes *indicam a existência ou a inexistência de cadeiras*, interessados na própria acomodação ou na acomodação de outros membros. Olhemos para o Extrato 11:

estanques: alguns se englobam ou se intersectam, como pudemos ver explicitamente com relação aos cumprimentos e aos insultos. Nenhum deles interdita a *conversa*, embora nem todos sejam realizados como uma *troca de fala* (Traverso, 2003). Com efeito, pudemos observar que algumas ações, ao mesmo tempo que não provocam uma reação responsiva identificável, também não são produzidas como um ato solitário e individual ou como um procedimento não articulado em termos da atividade de fala-em-interação em andamento, como pudemos ver com o arrastado de móveis.

Essa multiplicidade de ações e objetos discursivos caracteriza a fase inicial do encontro social aqui analisado como uma fase mais informal e mais divergente, em comparação ao que ocorre posteriormente, quando os participantes tendem a atuar em uma convergência para objetos discursivos comuns, em torno dos quais a interação é movimentada e a partir da qual esses objetos são formulados e reformulados, conforme veremos adiante. A observação dessas características da fase inicial do encontro condiz com a afirmação de Gülich & Mondada (2001:222) de que “a facilidade dos interlocutores de passar de um tema a outro pode ser característicos de conversas informais”.

Nas duas fases mencionadas, há atividades interacionais simultâneas, recíprocas, com direito à tomada de turno e direito de resposta. Nessa fase inicial, no entanto, além de os participantes se orientarem de modo mais divergente, os seus turnos tendem a ser curtos. Os participantes orientam-se através de papéis pouco especificados de *conversadores* e se comportam como se fossem ‘iguais’, para além de um *status* interacional associado a autoridade e subordinação. Essa simetria instaura uma similitude momentânea entre indivíduos, sem implicar uma identidade social ou comportamental que seria mantida ao longo da atividade. Assim, no decorrer do registro vamos observar, por exemplo, uma flutuação do meu *status* interacional enquanto pesquisador e/ou operador de uma filmadora e/ou interlocutor ou, ainda, enquanto objeto de uma referenciação discursiva. Observaremos também uma variação do *status* dos participantes, correlacionada ao direito – concedido, conquistado, negociado – de tomar e/ou deter o turno. Veremos ainda uma instabilidade no ato de se considerar legítimo ou ilegítimo um participante do evento.

Das análises dos Extratos acima, podemos sumarizar que, alimentar a conversa e confirmar as relações sociais entre os interlocutores constituem os objetivos das ações dos participantes, nos momentos iniciais da reunião da Associação de Moradores dos Tipis. Esses objetivos são realizados através da atenção a múltiplas demandas do cotidiano comunitário – conforme podemos observar particularmente nos Extratos 1, 2, 3, 5 e 10 – como também através da atenção a demandas diretamente ligadas à imediação da reunião – conforme ocorre especialmente nos Extratos de 4 a 9, 11, 12, 20, 23, 24 e 31.

6.4 Fazendo o Lugar e se Fazendo Nele: Espaço Físico e Interação, na Reunião da Associação dos Moradores dos Tipis

A atividade principal da reunião da Associação de Moradores dos Tipis se dá em uma pequena sala escolar, iluminada por lâmpadas fluorescentes. Ações dos participantes que constituem o espaço físico enquanto contexto dizem respeito à distribuição e circulação de diversos membros da comunidade no exterior e no interior da sala e aos modos como os participantes acionam ou não aspectos físicos do espaço onde interagem, para fins práticos da circunstância interacional.

No espaço externo próximo da sala, crianças brincam enquanto alguns adultos entabulam animadas conversas. O acesso ao recinto se dá através de uma porta localizada na mesma parede onde há um quadro-negro. Três janelas laterais a essa parede se abrem para o referido exterior próximo da sala.

Alguns poucos indivíduos situam-se no exterior da sala, debruçados nas janelas. Decorridos poucos minutos do início do evento, cerca de 35 pessoas, entre homens, mulheres e crianças, localizam-se no interior do recinto. Nesse início do evento, a maior parte dessas pessoas permanece sentada em fileiras, de frente para o quadro negro, à semelhança de uma distribuição de alunos em uma sala de aula. Alguns posicionam-se nas laterais da sala. Outros, como os membros da diretoria da Associação, situam-se sentados e/ou em pé, de frente para o grupo maior. Dada a exigüidade do espaço, os participantes dispõem-se bem próximos uns dos outros. Isto parece favorecer o desenvolvimento de conversas simultâneas e cruzadas.

Ao longo do evento, alguns participantes circulam pelo ambiente já pequeno, deslocando-se para fora e para dentro da sala, bem como no seu interior. Tais movimentos são levados em conta por ocasião de algumas alterações circunstanciais no *status* interacional dos participantes, mas não atuam em uma relação causal direta dessas alterações. Assim, modos diversos como os participantes da reunião da Associação de Moradores dos Tipis localizam-se, transitam e interagem no local onde ela ocorre configuram esse espaço de modo dinâmico, trazendo-o à mão como um dos aspectos contextuais do evento. Reflexivamente, esse espaço, dentre outros fatores, modaliza a interação.

6.4.1 Filmando, pesquisando, conversando: atuação e *status* interacional, no espaço físico da reunião da Associação dos Moradores dos Tipis

A reunião da Associação de Moradores dos Tipis aqui analisada inclui-se na quarta situação especificada na Seção 6.1.1, na qual os meus papéis de operador da filmadora, interlocutor e pesquisador se superpõem e/ou se alternam ao longo da atividade interacional. A câmera não foi fixada unicamente em um ponto e o registro exhibe, de certo

Se concordamos com essa análise – a sobreposição desses turnos elimina o caráter de primeira parte de um segundo par adjacente do tipo cumprimento-cumprimento, atribuível à segunda fase do meu turno (*bom!*) –, então concluímos que Ricardo e eu realizamos uma organização de seqüências na qual gestos diferenciados e fala compõem um par adjacente do tipo cumprimento-cumprimento composto de três partes, conforme o Esquema 1, abaixo.

Esquema 1

RI: Cumprimento 1 - Parte 1 (Gesto A) =
OP: = Cumprimento 1 - Parte 2 (Fa[la])
[RI: Cumprimento ? - Parte ? (Gesto B)]

Mas a interpretação que produz o Esquema 1 banaliza a sobreposição de turnos e não resolve a conexão do segundo turno de Ricardo. Observamos, então, que Ricardo não inicia seu turno em um ponto aleatório do meu. Ele o faz imediatamente após a entonação descendente da minha fala, um ponto oportuno para uma tomada de turno. Assim, considerando a precisão do ponto em que Ricardo atua o seu procedimento, produzo o Esquema 2, a seguir.

Esquema 2

RI: Cumprimento 1 - Parte 1 (Gesto A) =
OP: = Cumprimento 1 - Parte 2 (Fala\ [Cumprimento 2 - Parte ? (Fala\)
[RI: Cumprimento 2 - Parte ? (Gesto B)]

No caso de escolhermos a interpretação que gera o Esquema 2, restam ainda as perguntas: Quem detinha o turno, no momento da sobreposição? Quem sobrepõe sobre o turno de quem? No segundo par cumprimento-cumprimento, quem produz a primeira parte? Na hipótese de que os dois participantes produziram simultaneamente uma primeira parte de um segundo par adjacente do tipo cumprimento-cumprimento, o que os pode ter levado a atuarem de tal modo?

Uma conjunção de fatores pode ser tomada como relevante para a peculiaridade dessa fala-em-interação. Ricardo produziu a primeira parte de um cumprimento, na forma de um gesto, para mim, um conhecido seu que estava

No Extrato 14, Linha 2, atuando como operador, instauro a minha condição de interlocutor e dirijo-me a um casal de conhecidos, Paulo Sérgio e Rute (Linha 2, *cês num vieru mas eu vim pegar vocês lá fora\ viu/ (he he he) ((riso))*). Com a seleção vocabular “pegar vocês lá fora”, evidencio o uso da câmera, ressaltando essa particularidade da minha atuação. A forma verbal “pegar” conota o ato de flagrar os participantes, enquadrando-os no registro. Esse meu turno não inclui termos que o marquem como uma primeira parte de um par adjacente cumprimento-cumprimento. No entanto, antes mesmo de eu finalizar o turno, Paulo Sérgio produz um gesto. Ele estava do lado de fora do pequeno jardim da Escola, com o antebraço esquerdo apoiado sobre uma mureta e apoiava a fronte com a mão esquerda. Então, ele afasta essa mão, mostra a sua palma, com os dedos dobrados e o polegar estendido (Linha 3).

É possível interpretar o turno de Paulo Sérgio, na Linha 3, como a primeira parte de um projetado par adjacente cumprimento-cumprimento. Todavia, a minha condição de operador da câmera impossibilita o registro de algum possível gesto meu, que funcionaria como a segunda parte do par supostamente projetado. Também não complemento a projeção de Paulo Sérgio com um turno verbalizado. Se tivesse produzido uma fala como resposta ao turno de Paulo Sérgio, eu estaria complementando o par adjacente por ele iniciado com algo semelhante à interação observada no Extrato 6. Este par adjacente exibiria, então, uma troca de termos distintos – gesto e fala – enquanto objetos cognatos.

Uma outra interpretação possível para o turno gestual de Paulo Sérgio (Linha 3) é entendê-lo como uma segunda parte de um par adjacente cumprimento-cumprimento. Nesse caso, o turno de Paulo Sérgio é visto como responsivo ao gesto da filmagem. A ação de filmar constitui, então, a primeira parte desse par adjacente.

Uma particularidade dessa interpretação está no fato de a filmagem ser um ato contínuo e não exatamente um gesto pontual, potencialmente passível de ser compreendido como um cumprimento. Contudo, a ação seguinte de Paulo Sérgio configura-se como uma interpretação do gesto de filmar como um cumprimento. Nesse caso, a projeção do par adjacente é observável de modo retrospectivo. Inter-relações entre o caráter *seqüencial* e *temporal* da fala-em-interação, entre a projeção prospectiva de ações sucessivas, as antecipações e as ações retrospectivas dos locutores tornam possível tal interpretação para a construção desse par adjacente.

A seleção vocabular do meu turno sugere que eu apresento a filmagem como uma espécie de ameaça (Linha 2, *cês num vieru mas eu vim pegar vocês lá fora\ viu/ (he he he) ((riso))*), mas os procedimentos encadeados de Paulo Sérgio e de Rute e os meus próprios neutralizam essa interpretação. O riso simultâneo dos três (Linhas 2, 4 e 5) corrobora a interpretação conjunta do caráter pacífico das nossas atuações.

O turno de Clara (Linha 8, *vala minha nos^senhora*) poderia sugerir uma compreensão da minha atuação como filmador nos termos de uma espécie de ameaça,

O Extrato 17, cujas Linhas de 29 a 34 correspondem ao Extrato 8, fornece uma ocorrência de uma referência a mim enquanto pesquisador-operador. Esse Extrato também exemplifica uma flutuação quanto ao destaque momentâneo dado a um ou outro *status* interacional da minha participação – enquanto pesquisador ou enquanto operador.

Embora o registro transcrito no Extrato acima não possibilite uma indicação do momento preciso em que a minha atuação enquanto pesquisador-operador passa a ser referenciada, os procedimentos posteriores a esse possível momento parecem indicar a ocorrência dessa referência como também de distinções relacionadas ao meu *status* interacional.

Logo de início, na interação transcrita no Extrato 17, é a minha condição de operador que orienta a minha atuação. Nesse início, estou operando a câmera na entrada da sala, tentando acomodar-me entre alguns participantes que permanecem em pé, naquele ponto. M tenta ajudar, solicitando que alguém ceda um espaço, possivelmente para mim (Linha 2, *fasta assim um pouquim\ mnm*).

Em meio a conversas com orientações divergentes e trechos inaudíveis (Linhas 3 a 7 e 9), na Linha 8, H3 dirige-se a um outro participante e reformula o meu *status* de operador, trazendo à mão a condição de pesquisador, a mim atribuível (é o *estudo*). O volume baixo de voz com que esse turno foi enunciado (indicado na mesma Linha 8) sugere concomitantemente uma sensibilidade de H3 à presença da filmadora.

Logo em seguida, o meu *status* de operador é tratado com maior destaque nas interações. Nessa referência, os indivíduos que estão em pé, logo atrás de mim, podem ver, na pequena tela da câmera, o que estou registrando. Temos então a sugestão de que algum participante está curioso ou em dúvida quanto à possibilidade de se ver o que está passando na telinha. O momento exato em que essa curiosidade é atuada por um participante, para os outros, não está disponível no registro, talvez em virtude da sobreposição de vozes indistintas (Linha 9). No entanto, a participação de H4 (Linha 10, *precisa ir pra frente pra cê vê*) indica que aquilo que está passando na tela da filmadora é o objeto da interação dos participantes. Que é essa a orientação da interação, isto vai se confirmando no fluxo interativo.

Assim, em nada mais nada menos do que cinco seqüências finamente encadeadas, H4 e H5 alternam seus turnos para levar um participante – que nesse momento ainda não pode ser identificado no registro, pois está atrás da câmera – a uma ação que lhe permita ver, na tela da câmera, o que está sendo registrado (Linha 12, *(Ó^i:/)=*; Linha 13, *=ó^i*; Linha 14, *olh^aí (xx)*; Linha 15, *o rapaz ta passando (xxxxx)*; Linha 16, *passa\=*). Os encadeamento rápidos e as sobreposições nos finais desses turnos conformam o caráter altamente colaborativo dessa atividade dos participantes.

Com a pergunta da Linha 17 (*dá pa vê/ (xx)l*), o participante ainda não-identificado torna observável para o analista a curiosidade e a dúvida mencionadas. Diante disso, o participante H5 responde que é possível, sim, ver o registro na tela. Nesse mesmo turno ele explicita verbalmente qual é seu interlocutor direto, identificando-o finalmente (Linha 18, *=dá pa vê\ Seu Renato*). Com os turnos das Linhas 20 (*olh^aí: ó*) e 21 (*dá pa vê ó*), os participantes H5 e H4 retomam a sua atuação colaborativa, voltada para a orientação do seu interlocutor. O riso de Renato (Linha 22) sugere o seu encantamento com o que está vendo. Esta interpretação é apenas sugestiva, uma vez que não há outros elementos que excluam a possibilidade de esse riso conotar justamente um desencantamento, uma decepção.

Então, em meio a uma profusão de falas, H5 mais uma vez orienta seu interlocutor a olhar pela tela da câmera (Linha 24 *ó^i macho\ nós (xxxxx)*). Ele passa assim a reiterar uma operação cognitiva de distinção figura-fundo, mostrando ao seu interlocutor os indivíduos enquadrados no registro. Imediatamente a cada ato de apontar, H5 vai nominando os indivíduos enquadrados na telinha (Linha 25, *ó^o Zé Antônio*; Linha 27, *ó^o ZEZÉ::*; Linha 31, *ó^o Zé Campos*).

Ao invés de uma mera repetição, a recursão do procedimento de destacar, apontar e nominar os indivíduos parece constituir um procedimento didático para demonstrar a afirmação de que é possível ver na telinha aquilo que “o rapaz ta passando” (Linha 15). Isto é formulado na Linha 12, reiterado nas Linhas 13, 14 e confirmado na Linha 16. A ação de H5 demonstra particularmente que, além de se ver o que passa na tela, também é possível *destacar* indivíduos enquadrados no registro.

Com o turno da Linha 30, o participante H4 verifica se o seu interlocutor está efetivamente engajado nessa atividade de ver o registro na tela da filmadora (*tá vendo/ passar*).

Diante do procedimento de H5 de nominar o participante Zé Campos como um dos indivíduos enquadrados pela filmagem (Linha 31), H4 avisa que Zé Campos está, de algum modo, comprometido (Linha 32, *ê:: macho véi tu tá ferra::do*). A sonora gargalhada de Zé Campos (Linha 33) sugere que ele compreende esse comprometimento em termos do próprio enquadramento no registro ou como uma consequência branda desse enquadramento, e não como algo realmente preocupante.

as atividades de acomodação dos participantes (Linhas 12, *não\ pode ficar\ aqui já dá\ aqui já tá bom*). Posteriormente, reparo a minha recusa, empregando uma forma verbal que conota diferenças semânticas com relação à primeira recusa (Linha 14, *não\ pode deixa:\ né/*). A escolha das formas verbais *pode ficar* e *pode deixar* marca essas diferenças de sentido.

No primeiro caso, a minha recusa enquanto operador-interlocutor aplica-se ao movimento daquele que possivelmente ofereceu sair do lugar onde estava, para que eu me localizasse adequadamente. É esse movimento que recuso que seja feito, com o turno da Linha 12 (*não\ pode ficar\ aqui já dá\ aqui já tá bom*). A interdição do meu próprio movimento torna-se, pois, uma decorrência subsequente à recusa do movimento daquele que fez a oferta.

O registro não permite a observação de algum procedimento do meu interlocutor que justifique o reparo formulado por mim. Mesmo assim, no segundo caso, minha recusa (Linha 14, *não\ pode deixa:\ né/*) abrange simultaneamente um possível movimento conjunto, meu e do participante que oferece a nossa reacomodação no espaço físico. Com a formulação da recusa (Linha 12), proponho para o que faz a oferta: ‘fique onde está’. Com a reformulação da minha recusa (Linha 14), proponho: ‘fiquemos você e eu nos lugares onde estamos; deixemos tudo como está’.

Os Extratos 6 e de 14 a 19 acima analisados se situam em um intervalo de 295 segundos (4’58”). O menor tempo de início de um registro está no Extrato 14 (68 seg. / 1’08”) e o maior tempo de final de um registro está no Extrato 19 (363 seg. / 6’03”). Podemos dizer então que durante quase 5 minutos (295 seg. / 4’58”), no início do registro, atividades interacionais particulares constituem-me como um participante efetivo do evento. Esse *status* interacional exhibe ligeiras flutuações, quando sou configurado enquanto pesquisador, para os fins práticos do que está acontecendo naquele momento específico do fluxo conversacional.

Após esse primeiro momento, enquanto operador, mantenho-me fixo no exterior da sala, fazendo o registro da reunião a partir de uma janela, durante pouco mais de 21 minutos (1.263 seg. / 21’03”). Durante esse período, as preocupações com a presença da câmera parecem estar minimizadas. Quando decorriam quase 27 minutos do início do registro (1.608 seg. / 26’48”), o meu *status* interacional de interlocutor volta a emergir, conforme podemos observar no Extrato 20, abaixo.

simultâneas (Linha 11), Laura toma o turno e se dirige a um coletivo de interlocutores, tentando chamar-lhes a atenção (Linha 12, *ó::*). Na oportunidade do alongamento vocálico produzido por Laura, Zé Luís retoma o turno, especificando um mecanismo para a verificação dos equipamentos (Linha 13, *vai ter que usar a carteirinha\pa um e outo\pa saber*).

Antes de Zé Luís concluir o seu turno, Laura faz uma sobreposição e toma o turno mais uma vez, tentando, de novo, chamar a atenção de um coletivo de participantes. Para isso ela se vale do mesmo marcador, com um alongamento vocálico semelhante àquele produzido na sua tentativa anterior (Linha 14, *ó:: (0.46) o Eudenio tá-*). Após uma pausa, ele tenta formular um tópico novo. Nesse momento, ela faz uma referência a mim enquanto pesquisador e me configura como um objeto de discurso, mas não como um interlocutor.

A sobreposição do turno de Laura (Linha 14) ao turno de Zé Luís (Linha 13) não é tomada por ele como um motivo para suspender seu próprio turno, cedendo-o a ela. De fato, durante segundos, os dois prosseguem produzindo seus turnos simultaneamente, até que ela faz um truncamento na sua fala (Linha 14, *ó:: (0.46) o Eudenio tá-*).

Na Linha 15 (*ól dê licenç^a\Zé Luís*) Laura lança mão do mesmo marcador observado nos procedimentos das Linhas 12 e 14 (*ó::*). Todavia, pelo menos duas peculiaridades podem ser observadas no procedimento da Linha 15. Por um lado, o marcador desse turno é produzido sem o alongamento vocálico visto nas duas produções anteriores. Por outro lado, Laura agora seleciona Zé Luís como seu interlocutor específico e não um coletivo de interlocutores, como ocorreu nos dois casos anteriores. Na quarta tentativa de chamar a atenção dos participantes (Linha 18), embora com leves matizes, Laura parece retomar a associação entre alongamento vocálico e interlocutor coletivo, conforme veremos a seguir.

Na Linha 15, Laura tenta então negociar a posse do turno de modo metadiscursivo, solicitando-a explicitamente a Zé Luís (*ól dê licenç^a\Zé Luís*). Um participante não identificável pelo registro lança mão do turno e dirige-se a Zé Luís, reformulando e endossando o pedido de Laura (Linha 17, *dê licença aí*).

Após essa negociação pela posse do turno, Laura recomeça a introdução de um novo tópico (Linhas 18 e 19, *ó: o Eudenio tava me lembrando aqui\ (0.33) de falar sobre a água\ (2.0)*). Para isso, com o mesmo marcador e um alongamento vocálico um pouco menor, ela realiza a sua terceira tentativa de chamar a atenção de um coletivo de participantes. Ela retoma a construção que anteriormente havia truncado (Linha 14) e a formula por inteiro. Assim como na Linha 14, nas Linhas 18, Laura faz, outra vez, uma referência ao pesquisador, configurando-o como um objeto de discurso, mas não como um interlocutor.

Após falas indistintas, Laura tenta, então, desenvolver o tópico iniciado, mas trunca a estrutura que começa a formular e inicia uma explicação relacionada ao tópico (Linha 21 (*a água do- houve uma reunião na capela (0.24)*). No ensejo da pausa produzida por Laura vários falantes se manifestam (Linhas 22 e 23). Com a produção alongada de um marcador (1.31 seg.), um participante não identificado no registro parece propor o ordenamento *fala um de cada vez* (Linha 24).

O pesquisador, então, é reformulado como um objeto discursivo na forma de um pronome de terceira pessoa (Linha 25, *com ele e a- a- (0.32)*). Laura também tenta configurar uma Assistente Social, funcionária da Secretaria de Saúde, com quem eu, enquanto pesquisador, havia promovido reuniões sobre a qualidade das águas consumidas nos Tipis. Entretanto, Laura hesita, mostrando uma incerteza quanto ao nome dessa Assistente Social (*a- a-*). Após produzir uma pausa (0.32), Laura atribui outros nexos interacionais e outros aspectos procedurais ao turno que vem desenvolvendo. Assim, ao produzir a fala da Linha 26 (*Adriana\ né/ (0.42)*), ela baixa o volume da voz e olha para mim, enquanto pesquisador-operador (indicado na Linha 27). Desse modo, ela reformula o *status* do pesquisador, reconfigurando-o – de um objeto de discurso apenas referenciado, para um objeto de discurso que ela toma como interlocutor para um possível próximo turno.

A reconfiguração do pesquisador-operador se dá através da projeção, por parte de Laura, de um par adjacente do tipo *questão-resposta*, especificado em termos de um pedido de confirmação do nome próprio que ela mesma havia elicitado (Linha 26, *Adriana\ né/(0.42)*).

Laura faz uma pausa (0.42) que eu poderia ter tratado como uma oportunidade para a realização da segunda parte do par adjacente por ela projetado. Considerando a minha condição de operador da câmera, seria plausível supor que eu tenha realizado esse turno como um gesto. Esse possível ou potencial turno, no entanto, não está disponível no registro. Na seqüência da pausa, Laura retoma o volume de voz com o qual vinha produzindo o seu turno para os outros participantes da reunião e elicitava o nome da Assistente Social, agora sem hesitação (Linha 28, *Adriana\ que é da Secretaria de Saúde/ (0.39)*). Com isso, ela indica ter resolvido de algum modo a questão por ela formulada.

Com a realização desses dois procedimentos – a retomada do volume de voz e a elicitación segura do nome da Assistente Social, Laura abandona o operador-pesquisador enquanto um interlocutor. Então, ela faz uma pausa (0.39), projetando o final da explicação relacionada ao tópico, iniciada na Linha 21. Foi justamente no interior dessa explicação que Laura me reconfigurou como seu interlocutor, diante da necessidade de se certificar da identidade da Assistente Social.

Depois de me abandonar enquanto seu interlocutor, Laura lança mão de um marcador e de uma pausa (Linhas 29 ó: (0.82)), tentando mais uma vez chamar a atenção dos seus novos interlocutores e retomar a introdução do novo tópico, iniciada na Linha 14. O tópico *águas dos Tipis* é então formulado pela primeira vez nesse trecho interacional (Linha 30, *foi constata:do que a água do açu:de* (1.21)). Uma diminuição na velocidade da fala de Laura (indicada na Linha 31) e a posposição de uma pausa média (1.21 de duração) destacam esse novo tópico, apresentado aos demais participantes.

As análises desta Seção permitem observar que a minha participação na reunião da Associação de Moradores dos Tipis, enquanto operador e/ou interlocutor e/ou pesquisador, configura-se à medida em que certos afazeres são desenvolvidos – a operação da câmera; a reação dos demais participantes a essa operação; os deslocamentos do operador e dos outros participantes no espaço físico da interação; as trocas de fala entre eles, as formulações, reformulações, tomadas e retomadas dos objetos da interação, neles inclusos os próprios participantes.

Ao longo do evento, atuo principalmente como um interactante particular, atravessado por aspectos do *viés da máquina*, pela ação de registrar o evento. O uso da filmadora constitui uma estratégia de uma pesquisa que é do conhecimento dos membros da comunidade. Considerando esses aspectos, assumo as inelutáveis influências do *viés do pesquisador* e do *viés dos sujeitos pesquisados*, que despontam no fluxo das interações analisadas.

Meus deslocamentos enquanto operador correlacionam-se com meus interesses de pesquisador e são motivados pela presença dos demais participantes e por alguma necessidade de alterar o foco do registro das atividades interacionais da reunião. Minhas demandas, enquanto interlocutor, por uma localização particular no espaço físico onde estou atuando são guiadas, portanto, pela minha condição de pesquisador-operador da câmera, atuando entre conhecidos, no contexto de um evento que ocorre em uma sala cujas dimensões não acomodam confortavelmente todos os interessados em dele participar.

O *status* interacional de *operador*, todavia, não se mantém uniforme, ao longo do evento, embora neste registro tenha sido constante a ação de operar a câmera. Isto sugere que, de um ponto de vista interacional, a minha condição de *operador da câmera* não é um objeto pré-existente à ação social que assim me constitui. Essa condição tampouco subsiste *ad infinitum* aos movimentos interacionais particulares da sua configuração. Em certos momentos, minhas ações de *operador* não são observáveis no conjunto de ações responsivas a outras ações.

Por outro lado – observando a emergência interacional –, o Extrato 22 exhibe um trabalho local. O gesto coletivo de ficar de pé (Linha 3) é realizado durante o turno de Laura (Linha 2, *bom gente vamo::s né:: rezar um pouquin:: (0.4)*), logo após a formulação da forma verbal que expressa o convite (*vamo::s*) e antes mesmo da elicitación do item lexical com o qual ela busca especificar a atividade para a qual está convidando os participantes (*rezar*). Laura projeta o comportamento dos participantes do evento, não a partir exclusivamente da elicitación de um item lexical – conforme sugere a atuação deles, relativamente a essa elicitación –, mas a partir de um entrelaçamento deles com suas ações. A compreensão que os participantes têm da ação de Laura é, pois, pública, anterior à elicitación de um item lexical específico e observável no gesto coletivo de ficar de pé.

Os gestos de levantar, sentar, permanecer de pé ou sentado podem ser vistos como aquilo que Kerbrat-Orecchioni (1990:115) denomina “marcadores de lugar”. Um marcador desse tipo pode caracterizar-se como um recurso trazido à mão pelos interactantes, para o desenvolvimento do campo interacional. A implementação da oposição *sentado* vs *de pé*, no Extrato 23 fornece uma ocorrência desse processo.

Laura está iniciando a sua gestão como Presidente da Associação de Moradores. Com esse *status* interacional ela se posiciona de frente para a maioria dos participantes. Em diversos momentos, ela produz turnos longos, embora não detenha essa primazia durante todo o evento. No primeiro minuto do registro, em duas ocasiões, Laura aparece sentada; aos 2 minutos e 18 segundos (138 seg.) ela aparece sentada pela terceira vez. Aos 5 minutos e 9 segundos (309 seg.) ela aparece de pé pela primeira vez, conforme veremos no Extrato 32, Linhas 4 e 8. Depois, na maior parte dos momentos em que é focalizada, ela aparece de pé. Esta observação é útil para um dos aspectos analisados no Extrato 23.

No início do Extrato 23, o foco da câmera está voltado para Zé Luís. Ele está sentado, formulando uma justificativa para regras de funcionamento da nova gestão da Associação (Linhas 2, *pra quando chegar uma pes-um sócio lá:\ (.) chegar e num ter*). Temos então sucessivas falas concordantes e coordenadas. Assim, Luís Carlos sobrepõe sua fala quase ao final do turno de Zé Luís e, no ensejo da justificativa apresentada, formula uma regra para o funcionamento da Associação (Linha 3, *só va- ói\ olhe bem\ só vai ter direito o sócio\ quem não for sócio não tamo- tendo mais direito a nada*). Com a proposição dessa regra, Luís Carlos tenta atacar justamente o problema que estava sendo apontado por Zé Luís: as eventuais indisponibilidades de equipamentos agrícolas para um sócio, em virtude de esse equipamento estar emprestado a alguém. Assim, segundo a proposta de Luís Carlos, a partir daquele momento, somente os associados terão direitos aos benefícios proporcionados pela entidade.

No ensejo de um truncamento produzido por Luís Carlos ao formular essa regra, a participante M efetua uma primeira sobreposição ao turno dele. Embora não seja discordante do que Luís Carlos está dizendo, esse turno de M coordena-se é com o que Zé Luís vinha dizendo e caracteriza-se como uma reespecificação do turno deste último, sobre a necessidade de uma ordem, para evitar que um sócio não disponha de um equipamento pretendido. Então, retomando a forma verbal “ter”, M secunda a fala de Zé Luís: é preciso poder dispor dos equipamentos, eles têm que estar lá (Linha 4, *tem que ter*).

O turno de Luís Carlos se prolonga e então outro participante, H1, faz uma segunda sobreposição a esse turno (Linha 5, *ter rédea\ num tinha*). Essa sobreposição ocorre também como um encadeamento rápido ao turno de M. Desse modo, H1 retoma a forma verbal empregada por M e a reespecifica. Enquanto nos turnos de Zé Luís e M os objetos do verbo “ter” são coincidentes (tem que ter os equipamentos da Associação, eles têm que estar lá), no turno de H1 o objeto de verbo “ter” é outro (tem que ter rédea). Embora esses objetos sejam diferentes, eles giram em torno dos sentidos associados à formulação de regras de funcionamento da Associação: tem que ter os equipamentos e, para isso, tem que ter rédea, tem que ter um ordenamento.

No início do seu turno, Luís Carlos enuncia uma restrição quanto aos sócios que irão ter direito aos benefícios da Associação (Linha 3, *só vá- ; só vai ter direito...*). A propósito disso, o participante H2 faz uma terceira sobreposição ao turno de Luís Carlos e especifica a restrição que este último está formulando em termos dos indivíduos que terão direitos (somente os sócios) e em termos do que os não-sócios terão direito (a nada) (Linha 6, *nem um (xx)*).

Em uma quarta sobreposição e quase ao final do turno de Luís Carlos, Laura reformula a afirmação de que os indivíduos não-associados não terão mais direito a nenhum benefício (Linha 7, *tem mais direito*).

O longo turno de Luís Carlos chega ao fim e aí uma profusão de falas indistintas (Linha 8) parece deixar em suspenso ou adiada uma atitude consensual diante da regra sugerida por Zé Luís, formulada por Luís Carlos e secundada por M, H1, H2 e Laura, em um delicado, complexo e encadeado trabalho coletivo.

Então, com certa ironia, o participante H3 questiona a existência de direitos (Linha 9, *nós num temos mesmo os direito não*). Antes mesmo que H3 finalize o seu turno, Luís Carlos inicia uma construção (Linha 13, *ó eu vou (xxx)*), que ele suspende diante da tentativa de tomada de turno, por parte de Laura (Linhas 14 e 15, *aqui:: aqui:: da- do presidente até o último sócio\ vão ter os mesmo direito*).

Nesse trecho da interação, Laura vinha produzindo turnos curtos e estava sentada. Luís Carlos, que imediatamente antes havia detido longamente o turno, também estava sentado. Porém, o momento concentra uma considerável tensão, maximizada no turno irônico de H3. Aí, simultaneamente, Luís Carlos e Laura levantam-se, exatamente quando Laura retoma o marcador (*aqui::*), em uma tentativa de tomar o turno, concentrar as atenções e fazer avançar o tema em pauta.

A prática do gesto de ficar de pé – como um recurso trazido à mão pelos interactantes Laura e Luís Carlos, para o desenvolvimento do campo interacional – volta-se tanto para as relações entre Laura e Luís Carlos com os demais participantes quanto para as relações de Laura e Luís Carlos entre si. Desse modo, por um lado, Laura e Luís Carlos parecem lidar com a oposição *sentado* vs *de pé* como um recurso para:

- a) construir uma assimetria interacional, relativamente ao participante H3 e, concomitantemente;
- b) chamar a atenção dos demais participantes.

Por outro lado, Luís Carlos lança mão desse recurso para tentar garantir a posse de um turno já iniciado, diante da tentativa de Laura de tomar o turno de assalto. Ela, por sua vez, utiliza o recurso gestual de ficar de pé para efetivamente tomar o turno dele. Com a produção do marcador (*aqui::*), ela sinaliza o seu interesse em tomar aquele turno para si. Com a retomada desse marcador e com o gesto de ficar de pé, ela insiste em garantir para si a posse do turno.

No conjunto de procedimentos ora em análise, Luís Carlos também fica de pé. Todavia ele suspende a sua produção de fala. Os procedimentos dele constituem, simultaneamente, tanto a sua compreensão de que Laura quer tomar o turno e mantê-lo consigo quanto a sua concordância com essa tomada e com essa posse do turno.

O minucioso trabalho de coordenação de falas concordantes e discordantes que podemos observar no Extrato 23 exhibe:

- a) a atenção e a escuta dos participantes, relativamente àquilo que os outros estão fazendo a cada momento;
- b) uma reespecificação contínua do sentido do que está sendo dito;
- c) uma coordenação na atuação do recurso de ficar de pé para o desenvolvimento do campo interacional.

No Extrato 23 podemos observar um tipo de reconhecimento, por parte de sete participantes, daquilo que cada um está fazendo no evento interacional. A atuação desses participantes configura a compreensão que cada um tem da ação dos outros. A partir desse Extrato podemos considerar que o marcador de lugar *ficar de pé* remete a certas desigualdades que se constituem e se reconstituem no curso da interação.

Esse trecho bem exemplifica o que aqui estou chamando de *convergência de orientação*: embora haja muitas sobreposições de fala, elas giram em torno de um tema comum e de um trabalho coletivo finamente coordenado.

O Extrato 23 fornece ainda um contra-exemplo que serve como uma base empírica para a observação de que Laura permanece de pé durante boa parte do evento, em sintonia com o seu *status* interacional de Presidente da Associação.

No Extrato 24, o gesto de se levantar também é praticado como um recurso para chamar a atenção dos participantes e para manter a prevalência do turno.

Extrato 24 (1.042-1.068 seq.) (17'22"-17'48'') (26 seq.)

- [illegible]

O momento interacional transcrito no Extrato 24 envolve alguma tensão. Muitos participantes falam simultaneamente (Linha 1). Um falante propõe um ordenamento do tipo *fala um de cada vez* com um marcador extraordinariamente alongado (Linha 2). Laura chama a atenção dos participantes e tenta introduzir um novo tópico (Linha 3, *gente ó: outra coisa-*). Ela não é bem sucedida nessa tentativa. Em um encadeamento rápido, Luís Carlos toma o turno e retoma a avaliação que vinha fazendo, sobre erros cometidos na gestão anterior da Associação, quando ele era Presidente. Ele tenta fornecer possíveis esclarecimentos relativos a uma crítica que lhe havia sido feita (Linhas 4 e 5, *mas é o seguinte (0.29) ah- oh- deixa eu- deixa eu (xx)*). Luís Carlos é interrompido pela sobreposição de Zé Luís (Linha 6, *(xx)*), mas, em um encadeamento rápido, retoma o turno de assalto, solicitando explicitamente o direito de detê-lo (Linha 7, *demore ain::da rapaz deixo eu lhe esclarecer (xx)*). Nesse momento, uma profusão de falas interrompe novamente o turno de Luís Carlos (Linhas 8 e 9). A proposição de um ordenamento do tipo *fala um de cada vez* é novamente implementada por um longo pedido de silêncio (Linhas 10 e 11, *(pssi:u)*). Luís Carlos, então, reinicia o seu turno de esclarecimento (Linha 12, *as coisa (0.83)*).

Nesse momento da ação, certas dificuldades interacionais vêm sendo, pois, paulatinamente, geradas e gerenciadas nos afazeres dos participantes. Para todos eles há o caráter polêmico do tópico que está em andamento. No que diz respeito a Luís Carlos, ele gera e/ou gerencia os problemas e soluções colocados no momento mediante a tomada de turno (Linha 4); a produção de pausas (0.29 e 0.83), truncamentos (*ah-; oh; deixa eu-*) e retomadas (*deixa eu-; deixa eu-*) como também mediante um trabalho metadiscursivo (Linha 7, *demore ain::da rapaz deixo eu lhe esclarecer*).

Relativamente aos demais participantes, o trabalho interacional para resolver problemas postos no curso mesmo da interação é feito, por exemplo, através das sobreposições de falas (Linha 1); da proposição de um ordenamento do tipo *fala um de cada vez* (Linha 2); da tentativa de Laura de introduzir um novo tópico (Linha 3); da tentativa de Zé Luís de tomar o turno de Luís Carlos (Linha 6); do incremento de falas simultâneas (Linhas 8 e 9); do reconhecimento, por parte de um participante não identificado pelo registro, de que é preciso haver um ordenamento do tipo *fala um de cada vez*, configurado na retomada do longo pedido de silêncio (Linha 10).

Assim, com uma pausa de 0.83 segundo (Linha 11), Luís Carlos interrompe a estrutura frasal que vinha construindo e torna pública, lexicalmente, a estratégia de que vai lançar mão, com o objetivo de chamar a atenção dos participantes. Ele verbaliza que se vai levantar (Linha 12, *vou até me levanta-*). Com o marcador (*até*) ele também verbaliza o caráter estratégico desse gesto. Enquanto verbaliza o gesto – que irá se caracterizar como um *marcador de lugar*, ele o efetiva para a observação dos participantes. A formulação desse marcador é truncada quando da efetivação do gesto e, na Linha 13 (*as coisa (0.53)*), ele retoma a forma do turno da Linha 11. Em seguida, faz

A interpretação do gesto de ficar de pé como um marcador de uma assimetria fundamenta-se no trabalho coletivo dos participantes. Encadeando rapidamente o seu turno ao de Marco Antônio, Laura (Linha 4, *exatamente\ (.) direito de quê:)* parece concordar com o ponto de vista dele (*exatamente*). No entanto, após uma breve pausa, ela questiona a alegação de direitos, feita por ele (*(.) direito de quê:)*.

Luís Carlos atua colaborativamente com Laura, pondo em xeque a reclamação de Marco Antônio, quanto à falta de direitos (Linha 5, *cê num tem direito não*). Laura e Marco Antônio, então, iniciam simultaneamente um turno, com o mesmo item lexical. Ela mantém o turno, especificando um direito do associado (Linhas 6 e 11, *direito de quando vir um benefício pra cá::\ você ter esse dire:ito*).

Marco Antônio trunca a sua fala e suspende o seu turno (Linha 8, *direito-*), mas, logo em seguida, sobrepõe seu turno ao de Laura e começa a especificar o que seria um direito do associado (Linha 9, *direito de cê pagar a associa-*). No ensejo da hesitação ou truncamento de Marco Antônio, o participante H1 interrompe-o, lança mão da vez de falar e informa outro atributo de Marco Antônio (Linha 10, *o senhor é licitante*).

Marco Antônio então reformula a ordem que ele próprio está questionando (Linhas 12 e 13, *(então) p^eu ir tirar uma lona lá:\ precisa cê pagar cinquenta centavos*). Em uma sobreposição de fala, H2 antecipa o item lexical que vai finalizar o turno de Marco Antônio e confirma: a regra é essa mesma (Linha 14, *mais cinquēn:ta (xx)*).

Além de ser realizado como um marcador de uma assimetria interacional, o gesto de ficar de pé, analisado no Extrato 25, acima, atua também como uma compreensão de uma tensão observável naquele momento interacional específico. No Extrato 26, abaixo, temos um outro exemplo desse gesto enquanto um marcador da tensão interacional, sem necessariamente configurar uma marcação explícita (e/ou disponível para o analista) de uma assimetria interacional.

Aos 26 minutos e 28 segundos do início do registro, a proposição de uma taxa extra foi formulada pela primeira vez. Entre falas simultâneas (Linha 1), o participante H1 formula uma regra relativa ao pagamento de uma taxa extra, com uma entonação especial, em uma listagem assertiva (Linha 2, *vai ter que pagar agora a (taxa)\ (0. 38)*). O participante H2 toma o turno na pausa curta produzida por H1, parecendo discordar da proposta, pelo questionamento do poder dos dirigentes (Linhas 3 e 5, *um cara desse tem o direito d'fazer tudo*). Sem considerar o questionamento de H2, H1 prossegue a sua lista assertiva, formulando outra regra relativa à quantidade de dias que um associado pode permanecer com um equipamento da Associação (Linhas 4 e 6, *(dig- num ta-) num num foi passar cinco seis dia em riba da caieira\ num (se(xx))*).

A participação de Laura exibe uma particularidade atribuível ao dinamismo da interação, à tensão do momento, bem como à grande quantidade de falantes simultâneos. Assim, na Linha 7 (*pra: tu::do*), ela produz um turno que parece encadeado com o turno de H2 (Linhas 3 e 5, *um cara desse tem o direito de fazer tudo*), inclusive pela aparente retomada do item lexical *tudo*. Mas Laura está concordando com H1 e não com H2. O turno dela, na Linha 7, constitui uma tentativa de especificar a abrangência geral da regra, proposta por H1, relativa ao pagamento de taxas extras (Linha 2, *vai ter que pagar agora a (taxa)\ (0. 38)*).

Dois falantes produzem falas inaudíveis (Linha 9, *é: (xxx)* e Linha 10, *você (xx) (xx) (rapaz)*). Em sobreposição ao segundo falante, H2 reformula o questionamento que havia formulado nas Linhas 3 e 5 (Linha 11, *o cara tem o direito de fazer tudo*). Algumas falas indistintas ocorrem entre o final desse turno de H2 e o próximo turno de Laura. Aqui, ela retoma a forma inicial do seu turno da Linha 7 e a complementa, finalmente reformulando por inteiro a proposição inicial de H1 (Linha 13, *pra tu::do que precisar agora vai preciso pagar*).

O tom polêmico da interação manifesta-se nas Linhas de 14 a 18. Em meio a outras falas inaudíveis (Linha 14), H3 formula um cenário aparentemente hipotético, que utiliza para questionar a taxa em termos da severidade do seu cumprimento (Linha 15, *se eu passar dez dias com (aquele) (xx)*). Com uma entonação particular, H4 sobrepõe sua fala ao final do turno de H3, atribuindo-lhe a responsabilidade pelas conseqüências de um uso prolongado do equipamento. Com isso ele sugere saber que o cenário aparentemente hipotético formulado por H3 nada mais era do que uma referência a uma experiência efetiva (Linha 16, *num soube passar*). H1 então insiste na restrição que a nova regra impõe sobre práticas desse tipo (Linha 17, *mas num pode mais não\ agora num pode mais não*). É aí que H5, ao sobrepôr ao turno de H1 uma onomatopéia que simula uma gagueira, parece questionar ou ironizar a autoridade ou a tagarelice daqueles que estão propondo os novos ordenamentos para a Associação (Linha 18, *de- de- de- de- de-*).

A tensão chega às raias da proposição de uma insubordinação coletiva, na fala de H2 (Linha 19, *nós tira ela\ (xx)*). Na Linha 22, em meio à profusão de falas

No Extrato 29, Luís Carlos e Laura estão de pé (Linha 1). Ele está se referindo a situações-limite com as quais os sócios da Associação vão ter que lidar (Linha 2, *ó (.) ou a gente- (xx)*). Os participantes sinalizam uma saturação do evento, o que é evidenciado pela restrição que Laura propõe quanto à saída dos participantes (Linha 3, *ó:: não é a- ning- num pod^hsair aGOra*). Com a fala da Linha 5 (*não é a- ninguém pra sair agora*), Laura reitera a observação da Linha 3, agora em um volume de voz mais baixo (indicado na Linha 6). Luís Carlos justifica e reformula a restrição proposta por Laura (Linha 7, *inda vai ler a::ta\ é pa todo mundo (xx)*). Antes do final do turno de Luís Carlos, Laura retoma o turno e reformula a justificativa apresentada por Luís Carlos (Linha 8, *eu ainda vou ler a a:ta\ pa saber o que acontece:u*). Em meio a outras falas (Linhas 9 e 10 e Linha 11), Laura afirma a efetividade do comportamento que ela denunciara imediatamente antes (Linha 12, *óia (.) é assim (.) se desman:cha (.) ó\ já tão querendo sair*). Luís Carlos reafirma a impropriedade desse comportamento (Linha 13, *él\ num pode*), no que é imediatamente secundado pelo participante H3 (Linha 14, *pode não\ véi*). Muitas falas indistintas são produzidas (Linha 15) e então Laura argumenta em favor da permanência dos participantes na sala, até o final da reunião (Linhas 16 e 18, *ó se você ve:io pra uma reunião você tem que esperar até acabar\ (.) garanto que num falta (xx)*). Em sobreposição ao turno de Laura, o participante H6 explica o comportamento dos participantes que se retiram (Linha 17, *iss^haí é o modo deles*). Esse turno poderia também ser entendido como uma acusação de H6, relativamente aos participantes que se retiram da sala. Um tímido pedido de ordenamento do tipo *fala um de cada vez* é também sobreposto ao turno de Laura por um participante não-identificado (Linha 19, *psssi*). Em uma outra sobreposição ao mesmo turno de Laura, é ainda H6 quem produz um turno que apresenta semelhanças com o seu turno anterior (Linha 20, *iss^haí (responde) (xxx)*).

Através do recurso gestual de colocar-se de pé, alguns participantes estão sinalizando que o evento deveria ser finalizado. Essa compreensão é evidenciada por outros, como podemos ver no Extrato 30.

No Extrato 14, como operador da câmera, estou próximo aos meus interlocutores Paulo Sérgio e Rute e fora da sala onde a reunião será realizada, sinalizando para eles a minha ação de filmar (Linha 2, *cês num vieru mas eu vim pegar vocês lá fora\ viu/ (he he he ((riso)))*). Todavia, adoto, de modo encadeado, diferentes perspectivas de auto-localização relativamente a esse espaço físico e ao contato com meus interlocutores. Meus supostos deslocamentos e os diferentes modo como me auto-localizo são observáveis através de aspectos dêiticos nas escolhas lexicais.

Em uma das perspectivas, (*cês num vieru*), com o verbo escolhido (*vir*), conoto um auto-deslocamento inicial para uma localização espacial particular. Meus interlocutores não se deslocaram para esse mesmo lugar. Com efeito, falo com eles como se gerasse meu enunciado a partir de uma localização distinta da deles. Essa fala é realizada como se, no momento da enunciação, eu, por um lado, e Paulo Sérgio e Rute, por outro, estivéssemos em locais diferentes, mediados por algum aparato que permitisse uma comunicação à distância, como um telefone ou, mais adequadamente, em virtude da quantidade de participantes, uma vídeo-conferência.

Logo em seguida, altero a minha perspectiva de localização espacial (*mas eu vim pegar vocês*). Conoto, então outro auto-deslocamento e agora me auto-localizo em um espaço físico onde meus interlocutores se encontram. No entanto essa minha perspectiva é efêmera. Imediatamente à minha auto-localização em uma perspectiva próxima aos meus interlocutores, auto-localizo-me em uma outra perspectiva. Embora o efetivo lugar onde a interação está ocorrendo seja o exterior da sala, a ele me refiro como um local onde não estou (*lá fora*). Ou, se efetivamente fui para esse lugar (*eu vim*), esse lugar é um não-lugar, relativamente ao ponto para o qual todos deveriam ter ido: dentro da sala. O interior desse recinto é, pois, um local onde eu e meus interlocutores não estamos, mas para onde deveremos ou deveríamos ir.

Não há registro de alguma participação de Paulo Sérgio e Rute no desenvolvimento da reunião. O procedimento de manter-se fora da sala é conservado por Clara, embora ela atue como participante efetiva da reunião, conforme veremos na análise do Extrato 31, a seguir.

A aparente contradição ou as sucessivas mudanças na minha perspectiva de localização espacial movimentam a oposição *interior da sala* vs *exterior da sala*, na reunião da Associação. Elas sugerem também que, no domínio da fala-em-interação, a auto-localização e/ou a localização de outrem no espaço físico interacional é um processo dinâmico, que pode assumir o caráter de uma perspectiva, incluindo e dependendo de relações diversas, construídas entre os participantes, pelos participantes, para os fins práticos da atividade desenvolvida.

Em um contexto, portanto, de muita tensão, Clara está posicionada de pé, no exterior da sala. Ela tem acesso aos procedimentos dos participantes através de uma das janelas do recinto. Alguns estão fora do seu campo de visão. Ela própria está fora da visão de muitos membros. Em um momento em que muitas falas são produzidas simultaneamente, Clara auto-seleciona-se e toma o turno. Ela realiza 4 tentativas para manter consigo o turno tomado, intercaladas por uma pausa curta (Linha 2, (1ª tentativa) *ei gente* (2ª) *(psssiu)* (.) (3ª) *ei* (4ª) *peraí*). Ela exhibe a sua auto-categorização como participante legítima quando exerce o direito de tomar o turno. Assim auto-categorizada, ela olha para Laura (Linha 14), selecionando-a como sua interlocutora. Diante do problema das taxas, ela propõe, então, uma taxa única com um valor que excede os valores somados da taxa fixa e da taxa eventual (Linhas 13 e 15, *porque é que você* (.) *(psiu) pra que é que faz igual na Unidade/ lá paga três reais\ a Associação\ (xxxxx) pronto*). Clara avalia a solução por ela proposta como algo relativamente simples (*pronto*). O fato de estar fora da sala não foi tratado por ela como um critério de auto-exclusão do direito de participar ativamente do evento, de propor soluções para os problemas tematizados.

O participante H5 sobrepõe seu turno nos instantes finais do turno de Clara. Ele retoma o valor sugerido e o qualifica (Linha 16, *três reais é muito caro*). Com o seu turno, H5, simultaneamente, aceitou a auto-categorização de Clara como participante legítima da interação, categorizou-a como participante legítima e rejeitou sua proposta. O fato de estar fora da sala, portanto, também não foi tratado por H5 como um critério de exclusão do direito de Clara de participar ativamente do evento.

A proposta de uma taxa única, feita por Clara, além de situar-se acima do poder de pagamento dos participantes, possivelmente implicaria desvantagens para sócios que demandam pouco uso dos equipamentos da Associação. Apesar disso, o fato de situar-se fora da sala também não foi invocado pelos demais participantes para construir uma ilegitimidade dela, mesmo considerando que sua proposta poderia suscitar um acionamento *ad hoc* desse critério.

O procedimento dos demais participantes de não retomar a proposta de Clara nem invocar a sua ilegitimidade implica que eles aceitaram a auto-categorização dela, aceitaram a categorização a ela atribuída por H5, compreenderam a qualificação de H5 (Linha 16, *três reais é muito caro*) como uma rejeição da proposta e aceitaram e/ou endossaram essa rejeição projetada por H5.

Clara seleciona Laura para o próximo turno, através do olhar (Linhas 14). Contudo, o turno realizado por Laura não estabelece um par adjacente com o turno de Clara. Ao invés disso, Laura tenta introduzir um novo tópico (Linha 17, *ago::ra ago::ra*). Essa tentativa, por sua vez, é frustrada por Zé Luís, que se auto-seleciona, toma o turno e reafirma o questionamento dos direitos do participante que criticara as taxas (Linha 21, *cê mandou risCAR seu nome na caderneta*).

Nos turnos que se seguem e ao longo da reunião, outros participantes não retomam ou reformulam o turno de Clara. A proposta foi, portanto, abandonada. Mas a legitimidade da participante localizada no exterior da sala não foi questionada, o critério *interior da sala vs exterior da sala* não foi acionado.

Os participantes da reunião da Associação dos Moradores dos Tipis parecem agir a partir de uma inteligibilidade de critérios que co-constroem e aplicam às circunstâncias do fluxo interativo. Eles não parecem atuar em termos de um consenso normativo superestimado. Os critérios pelos quais se orientam não são previamente definidos nem se mantêm uniformes ao longo da interação. Os participantes configuram esses critérios quando vários fatores se conjugam. De ordens diversas, esses fatores podem dizer respeito, por exemplo, tanto ao espaço físico das interações quanto a algum interesse relativo à política local do evento. Critérios desse tipo são formulados em um momento oportuno para a sua aplicação. Como uma incorporação comportamental, eles são mantidos somente enquanto continuam favoráveis à interação em co-construção ou continuam compatíveis com ela. A formulação e a implementação desses critérios alteram-se quando se alteram os fatores diversos que estão no jogo interacional. Eles são propostos para todos os fins práticos da interação. São critérios *ad hoc*.

6.5 Instaurando a Reunião da Associação dos Moradores dos Tipis: a Emergência do Evento, na Ação

A recursividade das ações sociais favorece que circulemos no meio social com impressões de estabilidade. Essas impressões, por sua vez, podem propiciar uma interpretação de que os objetos construídos nas redes de conversações das quais participamos são objetos pré-dados e independentes de sua distinção por nossos processos cognitivos. No entanto, consoante a perspectiva teórico-analítica que aqui adotamos, esses objetos são instaurados interacionalmente, pelos participantes das ações efetivas, conforme sugerem as análises das Seções anteriores. O próprio objeto específico *reunião da Associação de Moradores dos Tipis* aqui analisado é um exemplo marcante desse processo, como veremos a seguir.

A análise de interações ocorridas no início do registro permitiu observarmos que a atenção dos participantes orientou-se inicialmente para atividades divergentes. Vimos também que a situação social da reunião vinha sendo tecida pelo coletivo de habitantes dos Tipis. Assim, em um dado momento do evento registrado, através de procedimentos locais, os participantes passam a se engajar em atividades interacionais que se caracterizam como tentativas de fazer convergir a orientação dos indivíduos

De acordo com as ações que os demais participantes desencadeiam imediatamente após a fala de Laura, eles não se orientam através da indicação de instaurar, naquele momento, o objeto *reunião*. Por mais alguns segundos, os participantes continuam a produzir falas simultâneas (Linha 5). Podemos dizer, então, pelas atividades exibidas, que o convite de Laura para uma atividade coletiva específica não foi aceito automática e imediatamente. A primeira tentativa de *iniciar a reunião* não foi bem sucedida

A atividade subsequente de Laura, com a fala das Linhas 6, 9 e 12 (*bom gente\ vamo::s né:: reza um pouquin::\ (0.4) que o e- Divino Espírito San:to (0.2) nos ilumi:ne\ nessa nossa nova caminha:da*) configura o seu segundo procedimento com vistas à constituição do objeto *reunião*. Com o marcador *bom gente*, Laura atua sua compreensão de que os demais participantes não aderiram ao convite formulado na Linha 4 (*vamo/ Lu*). Então, ela retoma a forma verbal empregada na primeira tentativa (*vamo::s*) e formula a sua segunda tentativa de iniciar a *reunião*. Ela o faz tentando levar os participantes a realizarem um procedimento ritualizado e coletivo (*vamos reza*), para marcar o início da nova administração, explicitado lexicalmente como uma *nova caminhada*. Nessa tentativa, os alongamentos vocálicos (*vamo::s; né:: e pouquin::*) e as pausas (0.4 e 0.2) são parte da compreensão de Laura daquilo que ela própria e os demais participantes estão fazendo. Esses afazeres projetam justamente a possibilidade de os participantes não se engajarem, naquele momento, na atividade coletiva em construção.

Embora se tenham colocado de pé, os participantes não suspendem efetiva e imediatamente as atividades em que estão momentaneamente envolvidos, como a acomodação no espaço físico (Linha 10) e as conversas divergentes (Linha 13, ((xx)); Linha 14, *Dedé*) e simultâneas (Linha 16). Com efeito, enquanto operador da câmera, ainda não estou adequadamente localizado, como sugere o movimento no foco da filmagem (Linha 11). Por sua vez, na Linha 15 (*quem é que comanda*), Laura projeta a primeira parte de um par adjacente do tipo questão-resposta, voltada para uma definição do participante que irá dirigir a reunião. A sobreposição de falas (Linha 16) não permite analisar se um outro participante complementou, com uma segunda parte do par adjacente, a projeção iniciada por Laura. No entanto, esse seu turno (Linha 15) sinaliza que ela própria parece não estar pronta para iniciar a atividade *reunião*, assim como também não estão os demais participantes.

Como consequência desses comportamentos, a atividade formulada no convite de Laura (Linhas 6,9 e 12) não foi entabulada e o objeto *reunião* não foi instaurado. A segunda tentativa de iniciar a *reunião* não obteve sucesso.

Vejamos agora o Extrato 32.

No Extrato13, na quarta tentativa de configurar o objeto *reunião*, Laura tenta chamar a atenção dos participantes (Linha 1, *ó gente* (2.60)). Todavia, no ensejo de uma longa pausa, alguns participantes ainda atuam em conversas divergentes (Linha 2, *aí*).

Um participante procura chamar a atenção dos demais para uma atividade convergente (Linha 3, *bora escutar*), realizando o quinto procedimento para iniciar a *reunião*. As falas indistintas (Linha 4), no entanto, evidenciam que essa quinta tentativa não foi bem sucedida.

Então, em uma sexta tentativa, Laura produz o turno da Linha 5 (*bom em primeiro lugar boa noite a to:dos* (1.80)). Ela simultaneamente sinaliza o fracasso da tentativa anterior e tenta mais uma vez chamar a atenção dos participantes (*bom*). Encadeia uma expressão (*em primeiro lugar*) que, pragmaticamente, assume o *status* de um marcador para iniciar a reunião. Essa expressão não tem o valor de um item de um dicionário, previamente estabelecido. Com efeito, aquela não era a *primeira* atividade daquele encontro social, muitas outras haviam ocorrido antes, inclusive as tentativas de fazer convergir a orientação do coletivo. Também a expressão *boa noite a todos* configura-se pragmaticamente como mais uma tentativa de instaurar a atividade interativa específica *reunião*. Essa tentativa é produzida através da busca de uma adesão coletiva, configurada como resposta ao cumprimento. Cumprimentos corriqueiros já haviam sido formulados, com suas peculiaridades, à medida em que os participantes iam chegando ao recinto, conforme vimos anteriormente. Com isso, compreendemos que o que está jogo, nesse momento, não é apenas uma atividade corriqueira de cumprimentar, mas uma tentativa de começar a *reunião*.

A longa pausa (1.80) que Laura faz no seu turno produz, de fato, um engajamento que poderia vir a constituir uma possível mudança de disposição dos participantes para que uma nova atividade interativo-conversacional tivesse início. Os participantes se engajam em uma resposta coletiva ao cumprimento (Linha 6, *boa noite*). No entanto, o cenário ainda não está ‘pronto’ para a reunião: a resposta coletiva ao cumprimento não estabeleceu as condições para o início da *reunião*.

Na Linha 7 (*é::* (0.95) *ho::je:* (3. 82)), o alongamento vocálico de Laura sugere a sua compreensão dessa característica do momento interacional. Então ela realiza a sétima tentativa de iniciar a *reunião*. Contudo, na oportunidade das pausas dessa fala, podemos observar que os participantes ainda não estão efetivamente acomodados e continuam lidando com suas necessidades de distribuição dos indivíduos no espaço físico da sala (Linha 8, *senta Renato* (xx)); Linha 9, *sentar aonde/*; Linha 10).

Estabelecer uma configuração diferenciada no tipo de interação que estão levando a cabo não é um interesse individual de Laura. Trata-se de um trabalho coletivo, como indica a solicitação, por parte de outro participante, de um ordenamento do tipo *fala um de cada vez*, observável na Linha 11 (*(pssiu)*). Essa participação pode ser

Não há condições idealizadas para o início da *reunião*. Ocorrem falas simultâneas, audíveis sobretudo nas pausas produzidas por Laura. Alguns participantes ainda se estão acomodando no recinto (Linhas 4 e 7). Mesmo assim, Laura entabula um turno mais longo do que os outros até então produzidos e os procedimentos dos participantes indicam uma sutil mudança de qualidade nos seus afazeres, que passam a se voltar para uma organização da Associação de Moradores. Conforme as análises de outros trechos do registro, ainda serão observáveis, ao longo do evento, muitas sobreposições e conversas paralelas ou divergentes, relativamente a um certo tópico em andamento. No entanto, boa parte dos participantes passam a se engajar em atividades que se orientam em torno do que seria uma pauta comum. Está configurada a *reunião*.

As tentativas de configurar o evento específico *reunião*, apesar de ocorrerem em um curto intervalo de 2 minutos e 14 segundos, indicam o caráter dinâmico dessa especificação, bem como o caráter local de cada uma dessas tentativas. Com efeito, cada uma delas emerge de condições contextuais particulares de cada momento seqüencial. Uma a uma, elas vão sendo negociadas no desenrolar da interação, de modo retrospectivo e prospectivo quanto ao fluxo mesmo da interação, não sendo indicadas por algo independente da seqüencialidade temporal da atividade.

Observando o fluxo temporal e espacial dos participantes da atividade interativa, vemos o engajamento em negociações que resultam em uma especialização de convergência. Os participantes passam, paulatinamente, de atividades tematicamente mais diversificadas, nas quais estão envolvidos vários pequenos grupos, para uma conduta de caráter mais coletivo. Inicialmente dispersa entre atividades diversas, a atenção do grupo converge em torno de uma atividade central. Assim, as tentativas de começar a atividade específica *reunião* são descritas como procedimentos ou métodos pelos quais os participantes constroem uma atenção conjunta. Desse ponto de vista procedural, as delimitações daquilo que os participantes estruturam como a atividade *reunião* são marcadas por disposições especificadas pelos participantes durante o próprio evento. Observamos, pois, o ajuste de condutas recíprocas, que convergem ao longo da interação e que, através de regulações locais, se auto-organizam em direção a uma conduta finamente ordenada, passível de ser reconhecida como sendo uma *reunião*. É na atividade interacional que os participantes trazem à mão, negociam, reconstroem e estabilizam provisoriamente, uns para os outros, as distinções que fazem e as disposições corporais que vão adotando ao longo do processo em que se orientam em direção à atividade *reunião*. O evento *reunião* é, pois, co-construído no desenrolar da interação.

CONCLUSÃO

Nesta investigação, a partir de reflexões formuladas por diversos pensadores interessados na fenomenologia humana, concebi a linguagem como uma ação social, inteligível e emergente, situada em, e contingente com, práticas sócio-culturais e cognitivas. Tal concepção foi movimentada em uma prática de campo vivenciada junto à comunidade dos Tipis, no sertão rural do Ceará e foi também a partir dessa prática que movimentei essa concepção nesta tese.

Com esse modo de olhar, fiz-me observador de uma multiplicidade de correlações associadas aos modos de viver dessa coletividade, levando em conta também modos de viver de outros grupos com os quais ela interagiu e/ou interage. A partir desse observar, avaliei não ser interessante enquadrar a comunidade dos Tipis em rótulos rígidos, por exemplo, quanto a uma afiliação étnica específica. Com efeito, nas ações cotidianas dessa comunidade distinguimos padrões históricos de ações comunicativas recursivas, passíveis de serem correlacionadas com práticas histórico-culturais, também recursivas, de índios, brancos e negros. Mas vimos essas ações cotidianas indexadas à história das redes de conversação dessa coletividade. Ao mesmo tempo vimos também que cada uma dessas ações torna-se única em função da sua inescapável dimensão situada e endógena.

O meu olhar sobre a comunidade dos Tipis também não a enquadrou exclusivamente em um ou outro pólo de uma dicotomia do tipo *urbano vs rural*. Destacamos nas suas interações sócio-culturais nexos diversos entre o local e o não-local, continuamente formulados e reformulados sob diferentes configurações. Por um lado, componentes de um conjunto de práticas aportam ao viver dessa comunidade preocupações e valores configurados, dentre outras relações, a partir de restritas possibilidades locais na implementação de amplas expectativas globais. Por outro lado, outros componentes desse mesmo conjunto atuam na constituição de um viver tagarela, marcado pela abundância de atividades lingüístico-interacionais das quais participam indivíduos altamente integrados.

Pudemos ver que certas interações entre os habitantes dos Tipis, ao mesmo tempo em que suscitam questões de carência, necessidade e vulnerabilidade, configuraram-se como iniciativas providenciais e, ao seu modo, respeitosas e carinhosas. Ancoradas em um freqüente conversar e no conhecimento individualizado que cada membro da comunidade tem do outro, essas iniciativas coletivistas parecem minimizar, pelo menos ao modo relativo do meu olhar, a importância e a eficácia de ações de caráter mais individualista.

A intensidade e a densidade do trato interpessoal e afetivo nos Tipis emergiram associadas a teias de parentesco, uma proximidade invocada ali como um fio a costurar um sentido societário, em momentos nos quais o apelo a uma identidade coletiva concorre

para legitimar certas interações. A dinâmica, a relevância e as conseqüências de um viver negociado e cooperativo fizeram-se presentes em densas teias de inter-relações pessoais e a conversa e as negociações caracterizaram-se como os mecanismos centrais da vida social, da socialização, da manutenção da ordem ali co-construída. Práticas solidárias e decorrentes de um conhecimento mútuo pareceram constituir o próprio ato de tecer, costurar, cerzir o tecido social dos Tipis.

Vimos que a principal qualidade do viver nos Tipis reside, por assim dizer, *em cada casa ao lado*. E, como disse anteriormente, ali, cada casa é geralmente *uma casa ao lado*. Ouvimos um disse-me-disse cotidiano sem medidas refinadas. Com efeito, o freqüente conversar desses indivíduos pode explodir em bate-bocas barulhentos e também passageiros, ou em atuações que encerram um recíproco respeito humano – por si mesmo e pelo outro. Em uma comunidade com modos de viver que se mostram simples à primeira vista mas que são configurados em inter-relações sócio-culturais, cognitivas e lingüísticas complexas, a dinâmica, a relevância e as conseqüências dos elos interacionais foram trazidas à mão de maneiras contundentes, iradas e hilárias, em uma palavra: vivazes.

Ao associarmos a outras práticas dos Tipis a pequena quantidade de habitantes, o seu proverbial bom humor e uma eficiente comunicação boca a boca, compusemos um quadro segundo o qual os moradores dos Tipis estão ‘reunidos’ praticamente o tempo todo. Assim, nesta tese apresentei particularmente uma análise conversacional de procedimentos através dos quais os interactantes desenvolvem seu campo interacional, tornando inteligíveis e públicos objetos de discurso co-construídos em uma reunião da Associação de Moradores do lugar.

Tal evento coincidiu com o início de uma nova gestão da Associação. Assim, indivíduos com uma história de conhecimento mútuo elaboraram a situação social da reunião a partir de sua experiência histórica com esse tipo de atividade, como também a partir da necessidade de organizar coletivamente sua “nova caminhada”.

A dinâmica local do evento colocou desafios interacionais também locais, exibindo aspectos históricos e emergentes de sua experiência sócio-cultural e aspectos genéricos e específicos de uma atividade particular de troca de fala – a reunião. Correlacionando tais aspectos, esses indivíduos fizeram emergir particularidades das unidades formais da fala-em-interação – o sistema de troca de turnos, as organizações seqüenciais geradoras de pares adjacentes, os reparos.

O *status* interacional dos participantes foi se configurando à medida em que certos afazeres iam sendo desenvolvidos – por exemplo, a operação da câmera; a reação dos demais participantes a essa operação; os deslocamentos do operador e dos outros participantes no espaço físico do evento; as trocas de fala entre eles, as formulações, reformulações, tomadas e retomadas dos objetos da interação, neles inclusos os próprios participantes. Pudemos ver, por exemplo, que o meu *status* interacional de *operador* não

se manteve uniforme, ao longo do evento, embora tenha sido constante a ação de operar a câmera. Isto corrobora a idéia de que, na interação, uma condição atribuída a um participante não é um objeto pré-existente à ação social que assim o constitui. Sugere também que essa condição tampouco subsiste *ad infinitum* aos movimentos interacionais particulares da sua configuração. Em certos momentos, as ações de um participante podem não ser observáveis em termos das ações responsivas de outros participantes. Decorre daí concluirmos que a categorização de um indivíduo como um certo tipo de participante de uma atividade social não releva da consideração isolada de supostas propriedades intrínsecas, essenciais, ou de uma observável propriedade acessória, momentânea, desse indivíduo. O *status* interacional de um interactante releva das relações de suas ações com as ações de outros interactantes. Essas relações variam nos momentos diversos de uma atividade sócio-cultural e lingüística.

O minucioso trabalho de coordenação de falas concordantes e discordantes que pudemos divisar na análise conversacional aqui desenvolvida exhibe:

- a) a atenção e a escuta dos participantes, relativamente àquilo que os outros estão fazendo a cada momento;
- b) uma reespecificação contínua do sentido do que está sendo dito;
- c) uma coordenação na atuação de recursos procedurais, por exemplo, o gesto de ficar de pé, para o desenvolvimento do campo interacional.

Na reunião da Associação dos Moradores analisada, vimos, com efeito, que estar sentado ou em pé e/ou a implementação dos gestos de sentar, levantar, permanecer sentado ou de pé correlacionam-se com a história interacional desses indivíduos. Assim, pudemos inferir padrões históricos de polidez manifestos em uma preocupação com a acomodação e com a comodidade dos participantes. Esses gestos também foram atuados como recursos localmente configurados para a resolução de problemas situados na emergência da ordem interacional. Com esses procedimentos, na efetividade de suas interações, os participantes:

- a) chamaram a atenção dos outros;
- b) mantiveram essa atenção;
- c) tomaram o turno;
- d) garantiram a sua posse;
- e) geraram assimetrias interacionais;
- f) formularam e reformularam o seu *status* interacional;
- g) sinalizaram tensões observáveis em momentos interacionais específicos;
- h) sinalizaram uma saturação do evento, indicando que a reunião deveria ser finalizada ou estaria para sê-lo.

Vimos o caráter dinâmico e local de cada uma das tentativas de configurar o objeto específico *reunião*. Com efeito, cada tentativa emergiu de condições contextuais particulares ao seu momento seqüencial. Cada uma foi formulada, negociada, reestruturada, no desenrolar da interação, de modo retrospectivo e prospectivo quanto ao fluxo mesmo da interação, não sendo indicada por algo independente da seqüencialidade temporal da atividade.

Olhando para o fluxo dos participantes da atividade, divisamos um engajamento em desenvolver o campo interacional que resultou em uma especialização de convergência. Os participantes passaram, paulatinamente, de atividades mais localizadas e diversas para uma conduta de caráter mais coletivo. Inicialmente dispersa entre várias atividades locais, a atenção do grupo convergiu em torno de uma atividade central. A despeito das falas simultâneas estarem presentes ao longo de praticamente toda a atividade, arrefecendo apenas em alguns raros momentos, os participantes efetivaram uma mudança de qualidade nas interconexões dos seus turnos, associada a uma convergência temática e a uma especialização de procedimentos de coordenação de ações.

Vimos as tentativas de caracterizar a atividade específica *reunião* como procedimentos ou métodos pelos quais os participantes construíram uma atenção conjunta. Desse ponto de vista procedural, as delimitações daquilo que os participantes estruturaram como o momento anterior à *reunião* e a atividade *reunião* foram marcadas pelas disposições especificadas por eles próprios no fluxo do evento. Na análise do registro, destacamos, pois, o ajuste de condutas recíprocas, que convergiram ao longo da interação e que, através de regulações locais, se auto-organizaram em direção a uma conduta ordenada, passível de ser reconhecida constitutivamente como sendo uma *reunião*.

Pudemos observar que foi na atividade interacional que os participantes trouxeram à mão, negociaram, reconstruíram e estabilizaram, provisoriamente, uns para os outros, as distinções que fizeram e as disposições corporais que foram adotando ao longo do processo em que se orientaram em direção a uma atividade particular. O objeto *reunião* foi, pois, co-construído no desenrolar da interação.

Os participantes da reunião da Associação dos Moradores dos Tipis agiram a partir de uma inteligibilidade de critérios co-construídos, sensíveis às circunstâncias do fluxo interativo. Eles não atuaram em termos de um consenso normativo superestimado. Os critérios pelos quais se orientaram não foram previamente definidos nem se mantiveram uniformes ao longo da interação. Eles configuraram esses critérios na conjugação de vários fatores de ordens diversas. Atuaram nessa configuração, por exemplo, o momento estrutural dos indivíduos, suas *emoções* – suas disposições corporais para a ação, como também suas interrelações com outros objetos do meio. Exemplos dessa conjugação, vimos ocorrer nos jogos das minhas emergências como interlocutor-

pesquisador-operador de uma filmadora ou na atuação finamente coordenada dos participantes que conduziram um companheiro na atividade de distinção da filmagem do evento. O espaço físico das interações foi um outro fator dinâmico a atuar nos critérios de orientação dos participantes da reunião e, reflexivamente, a ser moldado por esses critérios. Interesses relativos à política local do evento também foram dinamicamente acionados.

Esses critérios foram formulados em momentos oportunos para tal. Como uma incorporação comportamental, eles foram mantidos somente enquanto continuavam favoráveis à interação em co-construção ou enquanto permaneceram compatíveis com ela. A sua formulação e implementação alteraram-se quando se alteraram os fatores diversos do jogo interacional. Eles foram propostos para todos os fins práticos da interação, como critérios *ad hoc*.

A riqueza da convivência cotidiana dos moradores dos Tipis, o trabalho altamente coordenado das suas interações e o detalhamento analítico que tanto uma descrição etnográfica quanto uma análise conversacional podem desenvolver sugerem outros e outros olhares para as interações nos Tipis. A título de exemplo: a prática do cumprimento foi aqui mencionada em termos de formalidade e informalidade, do prolongamento ou não de uma atividade interacional e ainda em termos de redundância ou repetição de procedimentos. Podemos ainda nos perguntar: que outros termos podem estar envolvidos na peculiaridade de cumprimentar ou não, nos Tipis? Como os participantes procedem para realizar coletivamente essa peculiaridade? Considerando a multimodalidade procedural das nossas ações sócio-culturais e lingüísticas, que outros procedimentos poderiam ser associados ao comportamento que estou vendo como algo peculiar? Os registros que produzi nos Tipis fornecem o que seria uma coleção desse fenômeno?

Questionamentos e possibilidades de desenvolvimento semelhantes aos que estou me referindo aplicam-se possivelmente a cada uma das análises aqui produzidas, aos aspectos tomados como objeto das análises como também a aspectos que não abordei. Por exemplo, o mesmo registro da reunião da Associação dos Moradores dos Tipis coloca o problema dos mecanismos de decisão: quais os detalhes mínimos dos procedimentos através dos quais os participantes da reunião dão por esgotada a fase de questionamento das propostas em discussão? Como decidem? Como “votam”? Como tornam públicos os seus votos? O que sinaliza que uma decisão foi consumada pelo coletivo?

A conjugação de um olhar etnográfico com um olhar etnometodológico foi apresentada aqui como um modo interessante de descrevermos inter-relações entre linguagem, cognição e cultura no conviver da comunidade dos Tipis. Nas suas *Notes on methogology*, Harvey Sacks (1984) reflete que “é bem possível que o estudo detalhado de fenômenos aparentemente mínimos possam produzir uma enorme compreensão da

maneira pela qual os humanos fazem o que fazem e do tipo de objetos que utilizam para construir e ordenar seus afazeres”. Tal especulação tem sido altamente produtiva no domínio das explicações científicas configurado como a Análise Conversacional de inspiração etnometodológica e me anima particularmente a prosseguir com as investigações aqui iniciadas. Considero inegável, mesmo inestimável, a importância e a necessidade de uma compreensão científica relativamente aos nossos afazeres humanos interacionais. No entanto, da perspectiva do viver efetivo da coletividade dos Tipis, conforme uma anciã sabiamente observou a propósito do viver ali, “quando junta um bocado, fala tudo de uma vez! Mas a gente se entende!”

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCAR, Rosane. **Discurso científico e construção do saber: a dimensão interativa da atividade acadêmico-científica**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Sociologia. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2004.
- ALENCAR, Rosane. **La sincronización entre gestos, mirada y aplausos en apertura de debates científicos**. In: BÜRKY, Y. & STEFANI, E. de (Eds.). *Transcrito*. Bern:Lang. (No prelo).
- ALMEIDA, Henrique Luis de Paula e Silva de. **Indicadores de qualidade de vida, instrumento para o monitoramento participativo da qualidade de vida de comunidades costeiras tradicionais: O caso da prainha de Canto Verde, Beberibe – CE**. Tese de mestrado. Fortaleza: PRODEMA, UFC, 2002.
- ANDRÉ-LAROCHEBOUVY, Danielle. **La conversation quotidienne. Introduction à l'analyse sémiolinguistique de la conversation**. Paris, Didier Érudition, 1984.
- ATKINSON, J. M.. **Public speaking and audience responses: some techniques for inviting audience applause**. In: ATKINSON, J. M. & HERITAGE, John (eds.). *Structures of social action: studies in conversation analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 370-407, 1984.
- AUSTIN, John Langshaw. **Philosophical papers**. London: Oxford University Press, 1961.
- AUSTIN, John Langshaw. **How to do things with words**. London: Oxford University Press, 1962.
- BERGMANN, Jorg. **Conversation analysis**. In: FLICK, U.; KARDOFF, E. V. & STEINKE, I. (Eds.). *Qualitative research: a handbook*. London: Sage, 2002.
- BILLIG, Michael. **Whose terms? Whose ordinariness? Rethoric and ideology in conversation analysis**. *Discourse & Society*, 10(4) (543-558), 1999a.
- BILLIG, Michael. **Conversation analysis and the claims of naivety**. *Discourse & Society*, 10(4) (573-576), 1999b.
- BROWLIN, John R. & STROMBERG, Peter G.. **Representation and reality in the study of culture**. *American Anthropologist* 99(1):123-134. 1997.
- CARVALHO, Gilmar de (Org.). **Bonito pra chover: ensaios sobre a cultura cearense**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2003.
- COSNIER, Jacques & KERBRAT-ORECCHIONI (Eds.). **Décrire la conversation**. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 1987.

COSNIER, Jacques, GELAS, Nadine & KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine (Eds.). **Échanges sur la conversation**. Paris, CNRS, 1988.

COSTA. Cláudio Ferreira. **Austin e o primado da asserção**. In: COSTA. Cláudio Ferreira. *A linguagem factual*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

COSTA. Cláudio Ferreira. **As duas formas básicas da ação comunicativa**. Obtido em www.filosofia.cchla.ufrn.br/claudio/filosofia_linguagem/funcoes_linguagem.pdf, em 14.09.2006.

CUNHA, Manoela Carneiro. **Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

DAVIS, Daniel R.. **Wittgenstein, integrational linguistics, and the myth of normativity**. *Language & Communication* 19, 69-95, 1999.

DERRIDA, Jacques. **De la grammatologie**. Paris: Minuit, 1967.

DERRIDA, Jacques. **Marges de la philosophie**. Paris: Minuit, 1972.

DREW, Paul & HERITAGE, John (Eds.). **Talk at work: interaction in institutional settings**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

DUPUIS, J-P. **Nas origens das ciências cognitivas**. São Paulo: UNESP, 1996.

DURANTI, Alessandro. **Rethinking context: an introduction**. In DURANTI, Alessandro & GOODWIN, Charles. *Rethinking context: language as an interactive phenomenon*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

DURANTI, Alessandro. **Linguistic relativity**. In: DURANTI, Alessandro. *Linguistic anthropology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000b.

DURANTI, Alessandro. **Relativity**. *Journal of Linguistic Anthropology* 9(1-2): 220-222, 2000c.

FERNANDES, Gonçalves. **O folclore mágico do Nordeste – Usos, costumes, crenças e ofícios mágicos das populações nordestinas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938.

FERREIRA, Karla Patrícia Martins. **Ficar ou parti? Afetividade e migração de jovens do sertão semi-árido cearense**. Dissertação de Mestrado. Fortaleza: UFC, 2006.

FIRTH, John Rupert. **Papers in Linguistics 1934-1951**. London: Oxford University Press, 1957.

FIRTH, John Rupert. **The Tongue of Men and Speech**. London: Oxford University Press, 1964.

FIRTH, John Rupert. **Selected Papers of J.R. Firth 1952-59**. London/Harlow: Longmans, 1968.

FOLEY, William A. **Anthropological linguistics - an introduction**. Massachusetts, USA - Oxford, UK: Blackwell, 1997.

FUNES, Eurípedes Antônio. **Negros no Ceará**. In: SOUSA, Simone (Org.). *Uma nova história do Ceará*. (103-132) Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

GAGO, Paulo Cortes. **Parcerias comerciais: uma ordem local**. VEREDAS – Revista de Estudos Lingüísticos. Juiz de Fora, v.7, n.1 e n.2, p. 75-94, jan/dez. 2003.

GALIZONI, Flávia Maria. **A terra construída: família, trabalho, ambiente e migrações no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP / FFLCH, 2000.

GARCEZ, Pedro. **Transcrição como teoria: a identificação dos falantes como atividade analítica plena**. In: LOPES, L.P.M. & BASTOS, L.C. (Eds.). *Identidades: recortes multi e interdisciplinares*. Campinas, Mercado das Letras, 83-96, 2002.

GARDNER, Howard. **The mind's new science: a history of the cognitive revolution**. New York: Basic Books Publishers, 1985. [Tradução brasileira: **A nova ciência da mente: uma história da revolução cognitiva**. São Paulo: EDUSP, 2004.]

GARFINKEL, Harold. **Studies in ethnomethodology**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1967a.

GARFINKEL, Harold. **Practical sociological reasoning: some features in the work of the Los Angeles Suicide Prevention Center**. In: SHNEIDMAN, E. S. (Ed.) *Essays in selfdestruction*. New York: Science House: 171-287 [reprinted in: TRAVERS, M. & MANZO, J.F. (Eds.) *Law in Action: Ethnomethodological & Conversation Analytic Approaches to Law*. Aldershot, UK: Dartmouth Publishing Co.: 25-41.1997] 1967b.

GARFINKEL, Harold, LYNCH, Michael & LIVINGSTON, Eric. **The work of a discovering science construed with materials from the optically discovered pulsar**. *Philosophy of the Social Sciences*. 11: 131-58, 1981.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, [1973] 1989a.

GEERTZ, Clifford. **Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura**. 1989b. In: GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, [1973] 1989b.

GIORDANO, Oronzio. **Religiosidad popular en la alta edad media**. Madrid: Editorial Gredos, s.d.

- GOFFMAN, Erving. **The neglected situation**. *American Anthropologist*, 66 (6) Part II (Special Issue) 133-36. 1964.
- GOFFMAN, Erving. **Interaction Ritual: Essays on Face-to-Face Behavior**. New York: Doubleday Anchor, 1967.
- GOFFMAN, Erving. **Relations in Public: Microstudies of the Public Order**. New York: Basic Books, 1971.
- GOFFMAN, Erving. **Replies and responses**. *Language in Society*, 5:3 (1976), 257-313, 1976.
- GOFFMAN, Erving. **Footing**. *Semiotica*, 25: 1-29, 1979.
- GOFFMAN, Erving. **Felicity's condition**. *American Journal of Sociology*, 89:1, 1-53, 1983.
- GOMES, Henrique Cezar Martins. **Pra onde sopram os ventos? Escola, vida e cultura dos povos do mar**. Tese de Mestrado. Fortaleza: Faculdade de Educação, UFC, 2002.
- GOMES, Núbia Pereira de Magalhães & Pereira, Edimilson de Almeida. **Assim se benze em Minas Gerais: um estudo sobre a cura através da palavra**. 2ª ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2004.
- GOODENOUGH, Ward Hunt. **Culture, language and society**. Menlo Park, CA: Benjamin/Cummings, 1981.
- GOODWIN, Charles. **Restarts, pauses and achievement of a state of mutual gaze at turn-beginning**. In: ZIMMERMAN, D. H. & WEST, C. (Eds.). *Sociological Inquiry*, 50 (272-302), 1980.
- GOODWIN, Marjorie Harness, GOODWIN, Charles & YAEGER-DROR, Malcah. **Modality in girl's game disputes**. *Journal of Pragmatics* 34 (1621-1649), 2002.
- GORDON, David & LAKOFF, George. **Conversational Postulates**. In: COLE, P. & Morgan, J. L. (Eds.). *Syntax and Semantics*. V. 3: Speech Acts. San Diego: Academic Press, 1975.
- GÜLICH, Elisabeth & MONDADA, Lorenza. **Konversationanalyse/Analyse Conversationnelle**. In HOLTUS, Günter; METZELTIN, Michael & SCHMITT, Christian (eds). *Lexikon der romanistischen linguistik (LRL)*. Vol I,2 (196-250). Tübingen, Max Niemeyer Verlag, 2001.
- GUMPERZ, John J. **The linguistic and cultural relativity of conversational inference**. In: GUMPERZ, John J. & LEVINSON, Stephen. *Rethinking Linguistic Relativity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

- GRACIANO, Miriam & MAGRO, Cristina. **Apresentação**. In: MATURANA, Humberto. *A ontologia da realidade*. Cristina Magro, Miriam Graciano, Nelson Vaz (Orgs.). (53-66). Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.
- GRICE, H. Paul. **Lógica e Conversação**. In Dascal, Marcelo. *Fundamentos Metodológicos da Lingüística Pragmática*. Vol IV. Campinas: UNICAMP, 1982.
- HARRIS, Roy. **The language makers**. Ithaca, New York: Cornell University Press, 1980.
- HAVE, Paul Ten. **Doing conversational analysis. A practical guide**. London: Sage, 1998.
- HERITAGE, John C. **Ethnomethodology**. In: GIDDENS, Anthony & TURNER, Jonathan (Orgs.). *Social theory today*. 224-72. Cambridge: Polity Press, 1987. [**Etnometodologia**. In: GIDDENS, Anthony & TURNER, Jonathan (Orgs.). *Teoria social hoje*. Tradução de Gilson César Cardoso de Sousa. (321-392) São Paulo: Editora UNESP, 1999.]
- JEFFERSON, Gail. **Error correction as an interactional resource**. *Language in Society*, 3(2), 181-199. 1974.
- JORDAN, Brigitte & HENDERSON, Austin. **Interaction analysis: foundations and practice**. *The Journal of The Learning Sciences* 4(1) (39-103), 1995.
- JOSEPH, John Earl, LOVE, Nigel & TAYLOR, Talbot J. **Landmarks in linguistic thought 2: the western tradition in the twentieth century**. London, New York: Routledge, 2001.
- KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. **Les interactions verbales**. Paris: Colin, 1990, 1992, 1994.
- LANGENDOEN, Terrence. **The London School of Linguistics: A Study of the Linguistic Theories of B. Malinowski and J.R. Firth**. (Research Monograph 46) Cambridge, Massachusetts: MIT, 1968.
- LANTOF, J.P e APPEL, G. **Vygostkian Approaches to Second Language Research**. Ablex Publishing Company, 1994.
- LEITE NETO, João. **Índios e Terras – Ceará:1850-1880**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2006.
- LEVINSON, Stephen C. **Pragmatics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- LURIA, A.R. **Desenvolvimento cognitivo: seus fundamentos culturais e sociais**. São Paulo: Ícone, 1990.

MAGRO, Cristina. **Apresentação**. In: MATURANA, Humberto. *A ontologia da realidade*. (Org. Cristina Magro, Miriam Graciano e Nelson Vaz). Belo Horizonte: Ed. UFMG, (9-13), 1999a.

MAGRO, Cristina. **Linguajando o linguajar - da biologia à linguagem. Tese de Doutorado. Instituto de Estudos da Linguagem**. Tese de Doutorado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1999b.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Letramento e Oralidade no Contexto das Práticas Sociais e Eventos Comunicativos**. In: Signorini, I. (Org.). *Investigando a relação oral/escrito e as teorias do letramento*, Campinas: Mercado de Letras, 2001.

MATURANA, Humberto Romesín. **Biology of language: epistemology of reality**. In: MILLER, G. A. & LENNEGERG, E. (Eds.). *Psychology and biology of language and thought*. (27-64) New York: Academic Press, 1978.

MATURANA, Humberto Romesín. **Reality: the search for objectivity or the quest for a compelling argument**. *The Irish Journal of Psychology*, v. 9, n. 1 (25-82), 1988a.

MATURANA, Humberto Romesín. **Ontologia del Conversar**. *Revista Terapia Psicológica*, Año VII, v. 10 (15-22). Santiago do Chile, 1988b.

MATURANA, Humberto. **The nature of time**. Disponível em: <http://www.inteco.cl/biology/nature.htm>. 1995.

MATURANA, Humberto. **Emoções e linguagem na educação e na política**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

MATURANA, Humberto. **A ontologia da realidade**. (Org. Cristina Magro, Miriam Graciano e Nelson Vaz). Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999a.

MATURANA, Humberto. **Tudo é dito por um observador**. In: MATURANA, Humberto. *A ontologia da realidade*. Cristina Magro, Miriam Graciano, Nelson Vaz (Orgs.). (53-66). Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999b.

MATURANA, Humberto. **Percepção: configuração do objeto pela conduta**. In: MATURANA, Humberto. *A ontologia da realidade*. Cristina Magro, Miriam Graciano, Nelson Vaz (Orgs.). (53-66). Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999c.

MATURANA, Humberto. **O que é ver?** In: MATURANA, Humberto. *A ontologia da realidade*. Cristina Magro, Miriam Graciano, Nelson Vaz (Orgs.). (77-106). Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999d.

MATURANA, Humberto. **Biologia do Psíquico** In: MATURANA, Humberto. *A ontologia da realidade*. Cristina Magro, Miriam Graciano, Nelson Vaz (Orgs.). (107-121). Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999e.

MATURANA, Humberto. **Biologia da Linguagem: A epistemologia da realidade**. In: MATURANA, Humberto. *A ontologia da realidade*. Cristina Magro, Miriam Graciano, Nelson Vaz (Orgs.). (123-166). Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999f.

MATURANA, Humberto. **Ontologia do Conversar**. In: MATURANA, Humberto. *A ontologia da realidade*. Cristina Magro, Miriam Graciano, Nelson Vaz (Orgs.). (123-166). Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999g.

MATURANA, Humberto. **Reflexões sobre o amor**. In: MATURANA, Humberto. *A ontologia da realidade*. Cristina Magro, Miriam Graciano, Nelson Vaz (Orgs.). (123-166). Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999h.

MATURANA, Humberto. **Biologia do fenômeno social**. In: MATURANA, Humberto. *A ontologia da realidade*. Cristina Magro, Miriam Graciano, Nelson Vaz (Orgs.). (123-166). Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999i.

MATURANA, Humberto. **Biologia da autoconsciência**. In: MATURANA, Humberto. *A ontologia da realidade*. Cristina Magro, Miriam Graciano, Nelson Vaz (Orgs.). (123-166). Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999j.

MATURANA, Humberto. **Realidade: a busca da objetividade, ou a procura de um argumento coercitivo**. In: MATURANA, Humberto. *A ontologia da realidade*. Cristina Magro, Miriam Graciano, Nelson Vaz (Orgs.). (243-326). Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999k.

MATURANA, Humberto. **Cognição, ciência e vida cotidiana**. Cristina Magro, Victor Paredes. (Orgs.) Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001a.

MATURANA, Humberto. **Biologia do Conhecer e Epistemologia**. In: *Cognição, ciência e vida cotidiana*. Cristina Magro, Victor Paredes. (Orgs.) Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001b.

MATURANA, Humberto. **Metadesign**. In: *Cognição, ciência e vida cotidiana*. Cristina Magro, Victor Paredes. (Orgs.) Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001e.

MATURANA, Humberto. **Metadesign**. In: *Cognição, ciência e vida cotidiana*. Cristina Magro, Victor Paredes. (Orgs.) Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001b.

MATURANA, Humberto, MPODOZIS, Jorge & LETELIER, Juan Carlos. **Brain, language, and the origin of human mental functions**. Biol Res 28: 15-26 L: E, 1995.

MATURANA, Humberto & VARELA, Francisco. **De Maquinas y seres vivos – autopoiesis: la organización de lo vivo**. Santiago do Chile: Editorial Universitaria, 1972.

MATURANA, Humberto & VARELA, Francisco. **El arbol del conocimiento**. Santiago do Chile: Editorial Universitaria, 1984.

MOERMAN, Michael. **Talking culture: ethnography and conversational analysis**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1988.

MONDADA, Lorenza. **De l'analyse des représentations à l'analyse des activités descriptives em context**. Cahiers Praxématique 31 (127-148), 1998a.

MONDADA, Lorenza. **Technologies et interactions dans la fabrication du terrain du linguistique**. In: MAHMOUDIAN, Mortéza & MONDADA, Lorenza. *Le travail du chercheur sur le terrain. Questionner les pratiques, les méthodes, les techniques de l'enquête*. Cahiers de l'ILSL, N° 10 (39-68), 1998b.

MONDADA, Lorenza. **De la représentation aux formes émergentes des pratiques socio-cognitives**. In: MÜLLER, J.P.. (Ed.). *Les modèles de représentation: quelles alternatives?* Actes du colloque de Neuchâtel, 3-5 septembre 1997. Paris: Hermès, 1998c.

MONDADA, Lorenza. **L'organisation séquentielle des ressources linguistique dans l'elaboration collective des descriptions**. Language et Societé (89) (9-36), 1999.

MONDADA, Lorenza. **Les effets théoriques des pratiques de transcription**. LINX (Linguistique Institut Nanterre Paris X) Approches Sociolinguistiques du Plan Phonique. N° 42, 2000a

MONDADA, Lorenza. **Grammaire-pour-interaction et analyse conversationnelle**. In: BERTHOUD, A.C. (Ed.). *Modèles du discourse en confrontation*. Bern: Lang, (23-42), 2000b.

MONDADA, Lorenza. **La construction du savoir dans les discussions scientifique**. Revue Suisse de Sociologie 26(3): 615-636, 2000c.

MONDADA, Lorenza. **Opérer et enseigner à opérer. Description de l'action et formulation du savoir-faire**. In: CHAUVIRÉ, C & OGIEN, A. (Eds.). *La régularité. Habitude, disposition et savoir-faire dans l'explication de l'action*. Raisons Pratiques, 13: 293-318, 2002.

MONDADA, Lorenza e DUBOIS, Daniéle. **Construção de objetos do discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação**. In: *Referenciação*. Mônica Magalhães Cavalcante, Bernadete Biasi Rodrigues, Alena Giulla (Orgs.). São Paulo: Contexto, 2003a.

MONDADA, Lorenza. **La construction de la référence comme travail interactif: accomplir la visibilité du détail anatomique durant une opération chirurgicale**. Cadernos de Estudos Lingüísticos. Campinas (44): 57-70, Jan-Jun. 2003b.

MONDADA, Lorenza. **Verbalisation de l'espace et fabrication du savoir: aproche linguistique de la construction des objets de discours.** Lausanne: Université de Lausanne, Thèse, 2004.

MONDADA, Lorenza. **Petite typologie des méthodes d'enquête et dès leurs objets.** Séminaire de maîtrise. Université Lyon II. Inédito. 2005a.

MONDADA, Lorenza. **BEcoming COLLECTIVE: The constitution of audienceas na interational process.** *In:* LATOUR, Bruno & WEIBEL, Peter. (Eds.). *Making things public: atmospheres of democracy.* Cambridge, Massachusets / London, England: ZKM | Center for Art and Media Karlsruhe / The MIT Press, 2005b.

MONDADA, Lorenza. **Chercheurs em interaction. Comment émergent les savoirs.** Lausanne: Presses Universitaires et Polytechniques Romandes, 2005c.

MONDADA, Lorenza. **L'exploitation située des ressources langagières dans la conception collective d'une exposition.** *In:* FILLIETTAZ, Laurent & BRONCKART, Jean-Paul (Eds.). *L'analyse des actions et des dicours dans en situation de travail. Concepts, méthodes et applications.* Louvain: Peeters, 2005d.

MONDADA, Lorenza. **L'analyse de corpus en linguistique interactionnelle: de l'étude de cas singuliers à l'étude de collections.** *In:* CONDAMINES, Anne (Ed.). *Sémantique et corpus.* Paris: Lavoisier, 2005e.

NEVES, Frederico de Castro. **A seca na história do Ceará.** *In:* SOUSA, Simone (Org.). *Uma nova história do Ceará.* (76-102) Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

OCHS, Elinor. **Transcription as theory.** *In:* OCHS, Elinor & Schieffelin, Barbra. *Deelopmental pragmatics.* New York: Academic Press, 43-72, 1979

OYAMA, Susan. **Ontogeny and the central dogma: do wee need the concept of genetic programming in order to have an evolutionairy perspective?** *In:* OYAMA, Susan. *Evolution's eye. A systems view of the biology-culture divide.* Drham and London: Duke University Press, 2000.

PARSONS, Talcott. **Structure of Social Action.** New York: McGraw Hill, 1937.

PSATHAS, George. **Introduction: methodological issues and recent developments in the study of naturally occurring interaction.** *In:* PSATHAS, George (Ed.). *Interaction Competence.* Washington: University Press of America, 1-30, 1990a.

PSATHAS, George & ANDERSON, Timothy. **The 'practices' of transcription in conversation analysis.** *Semiotica* 78(1-2) (75-100), 1990.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. **Dos dizeres em torno do fazer.** *DELTA* Vol. 6 N°2, p. 223-254, 1990.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. **O Austin do qual a lingüística não tomou conhecimento e a lingüística com a qual Austin sonhou.** Cadernos de Estudos Lingüísticos, Campinas, SP, v. 30, p. 105-116, 1996a.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. **A questão da referência e interpretação na teoria dos atos de fala.** In: M.F.P. de Castro (Org.). *O Método e o Dado no Estudo da Linguagem*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. **Linguagem e cognição do ponto de vista da lingüística crítica.** VEREDAS – Revista de Estudos Lingüísticos. Juiz de Fora, v.6, n.2, p. 85-100, jul/dez. 2002.

RAPPAPORT, Roy A. **Pigs for the Ancestors: Ritual in the Ecology of a New Guinea People.** 2 ed. New Haven: Yale University Press, 1974.

RAWLS, Anne Warfield. **Editor's introduction.** In: GARFINKEL, Harold. *Ethnomethodology's program: working out Durkheim's aphorism*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2002.

ROBINS, R.H. **John Rubert Firth (Obituary).** Language 37.2. 191-200. 1961.

RORTY, Richard. **Relativismo: encontrar e fabricar.** In: CÍCERO, Antonio & SALOMÃO, Waly (Orgs.). *O relativismo enquanto visão do mundo*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1994. [RORTY, Richard. **Relativism: Finding and Making.** In: Niznik, Jozef & John Sanders T. (Eds.). *Debating the State of Philosophy: Habermas, Rorty and Kolakowski*. (31-47) Westport: Praeger Publishers, 1996.]

ROSALDO, Michelle Zimbalist. **The things we do with words: ilongots speech acts and speech act theory in philosophy.** Language in Society, 11 (203-37), 1982.

ROSCH, Eleanor. **Linguistic relativity.** ETC: a Review of General Semantics. Vol. 44, No. 3, 1987.

ROSIER, Irène. **La parole comme acte.** Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1994.

SACKS, Harvey. **Notes on methodology.** In: ATKINSON, J.M. & HERITAGE, J. (Eds.) *Structures of social action*. (21-27). New York: Cambridge University Press, 1984.

SACKS, Harvey. **Lectures on conversation.** Vol.I e II. Editado por Gail Jefferson. Oxford: Basil Blackwell, 1995.

SACKS, Harvey; SCHEGLOFF, Emmanuel & JEFFERSON, Gail. **A simplest systematics for the organization of the turn-taking for conversation.** Language, 50 (696-735), 1974. [Tradução brasileira *Sistemática elementar para a organização da tomada de turnos para a conversa*, publicada em Veredas – Revista de Estudos Lingüísticos, v. 7, n. 1 e 2, (9-73) jan/dez. 2003. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2003].

SANSONE, Lívio. **Não se fazem mais empregadas como antigamente. Como tem mudado a percepção da desigualdade entre jovens de classe baixa na última década – variação por cor e classe.** Disponível em: <http://www.antropologia.ufba.br/artigos/jovens.pdf>. Acessado em: 16 abr. 2006.

SCHEGLOFF, Emmanuel. **Goffman and the Analysis of Conversation.** In: DREW, Paul & WOOTON, Anthony (Eds.). *Erving Goffman: exploring the interaction order*. 89-135. Cambridge: Polity Press, 1988.

SCHEGLOFF, Emmanuel. **Reflections on quantification in the study of conversation.** *Research on Language and Social Interaction*, 26: 99-128, 1993.

SCHEGLOFF, Emmanuel. **Naivety vs sophistication or discipline vs self-indulgence: a rejoinder to Billig.** *Discourse & Society*, 10(4) (577-582), 1999.

SCHEGLOFF, Emmanuel & SACKS, Harvey. **Opening up closings.** *Semiotica* 7 (289-327), 1973.

SCHENKEIN, Jim. **Introduction.** In: SCHENKEIN, Jim. *Studies in the organization of conversational interaction*. (1-6) New York: Academic Press, 1978.

SCHUTZ, Alfred. **Collected papers / Alfred Schutz.** The Hagen: M. Nijhof, 1962.

SCHUTZ, Alfred. **The phenomenology of the social world.** New York: Northwestern University Press, 1967.

SEARLE, John R. **Speech acts: an essay in the philosophy of language.** Cambridge: Cambridge University Press, 1969.

SEARLE, John R. & VANDERVEKEN, Daniel. **Foundations of illocutionary logic.** Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

SELTING, Margret. **TCU and TRPs: the construction of units in conversational talk.** Postdam: Universität Postdam, 1998.

SHARROCK, Wes. **Ethnomethodology.** *The British Journal of Sociology*, Vol. 40 Issue 4 (Dec., 1989), 657-677. Disponível em: <<http://www.jstor.org>> Acesso em: 30 jun. 2003.

SINHA, Christopher. **Situated selves: learning to be a learner.** In Joan Bliss, Roger Säljö & Paul Light (eds). *Learning sites: social and technological resources for learning*. (32-48). Oxford: Pergamon, 1999.

SMITH, Mario V. **Linguistic relativity: on hypothesis and confusions.** *Communication & Cognition* Vol. 29, Nr. 1, pp. 65-90, 1996.

SOARES, M. **Letramento: um tema em três gêneros.** Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a terra de santa cruz**. 5ª Reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1995 [1986].

TOMASELLO, Michael. **As origens culturais da aquisição do conhecimento humano**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

TUPINAMBÁ, Soraya Vanini. **Do tempo da captura à captura do tempo livre – terra e mar: caminhada da sustentabilidade**. Tese de Mestrado. Fortaleza: PRODEMA, UFC, 1999.

TRAVERSO, Véronique. **Les genres de l'oral: le cas de la conversation**. Disponível <http://icar.univ-lyon2.fr>. Acessado em março de 2004.

VELHO, Gilberto (Org.). **Antropologia urbana – cultura e sociedade no Brasil e em Portugal**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999a.

VELHO, Gilberto. **Os mundos de Copacabana**. In: VELHO, Gilberto (Org.). *Antropologia urbana – cultura e sociedade no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999b.

VELHO, Gilberto (Org.). **Desvio e divergência. Uma crítica da patologia social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 8ª ed. 2003a [1974].

VELHO, Gilberto & KUSCHNIR, Karina. **Pesquisas urbanas: desafios do trabalho antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003b.

VELHO, Gilberto. **O desafio da proximidade**. In: VELHO, Gilberto & KUSCHNIR, Karina (Orgs.). *Pesquisas urbanas: desafios do trabalho antropológico*. (11-19). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003c.

VION, Robert. **La communication verbale. Analyse des interactions**. Paris, Hachette, 1992.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **O nativo relativo**. *Mana* 8(1): 113-118, 2002

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações filosóficas**. In: *Tratado lógico-filosófico/Investigações filosóficas*. 159-611. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, [1953] 1985.

ANEXOS

ANEXO 1

MECANISMOS DESCRITIVOS BÁSICOS DA BIOLOGIA DO CONHECER¹

O *determinismo estrutural* descrito pela Biologia do Conhecer para o viver dos organismos vivos assinala o operar desses sistemas de acordo com a sua estrutura, ou seja, de acordo com o jogo das propriedades de seus componentes. As propriedades dos componentes do sistema e suas relações é que especificam o que pode acontecer com a estrutura do sistema. A cada momento da história de um organismo, as suas mudanças estruturais são estruturalmente determinadas, ou seja, aquilo que esse organismo pode fazer é relativo às suas possibilidades estruturais.

O *fechamento operacional do sistema nervoso*, por sua vez, correlaciona-se com o determinismo estrutural e diz respeito a um funcionamento do sistema segundo o qual nada proveniente do meio pode especificar o que pode acontecer a esse sistema, uma vez que somente a estrutura do sistema - as propriedades e relações dos componentes desse sistema - pode especificar o que pode acontecer com essa estrutura.

O operar do sistema nervoso, portanto, é um operar não-instrutivo e não-representacional. O sistema nervoso não opera fazendo representações do mundo que o cerca, mas através do desencadear de mudanças estruturais nas relações de estados da rede de conexões neuronais. No sistema nervoso, a partir de mudanças químicas externas, verifica-se uma correlação interna ao organismo entre uma superfície sensora e uma superfície efetora. É o estado estrutural desse sistema, e não as variáveis do meio instrucional, que especifica quais perturbações podem desencadear mudanças ou transformações em sua dinâmica de correlações internas. As principais atividades dos cérebros consistem em fazer mudanças de si mesmos. O *status* de sistema auto-modificador atribuído ao sistema nervoso diz respeito ao fato de que um certo estado do sistema determina as possibilidades de quaisquer estados seguintes. O sistema nervoso funciona como uma rede fechada de mudanças relacionadas com a atividade de seus componentes.

A *plasticidade* de cada indivíduo é relativa às possibilidades adaptativas do sistema nervoso de vertebrados e animais superiores. Essas possibilidades resultam das contínuas transformações do organismo, inclusive do sistema nervoso, correlacionadas com transformações do meio, estando relacionada, ainda, à dependência que cada ato de cognição tem do fechamento operacional dos sistemas nervosos.

A noção de *acoplamento estrutural* descreve o fluir dos organismos em um meio com outros organismos, as histórias de interações recorrentes que direcionam a

¹ Maturana (1978, 1988a-b, 1990a-b, 1995, 1998, 1999a-k, 2001a-b); Maturana & Varela (1972, 1984); Maturana, Mpodozis & Letelier (1995).

congruência dos sistemas. O acoplamento estrutural é o resultado de uma história de mútuas mudanças estruturais congruentes, que se dá enquanto a unidade autopoietica e o seu meio não se desintegram.

A reconstrução da *história filogenética* através de cada *história ontogenética* é entendida em termos não-determinísticos ou não-apriorísticos. Assim, a *deriva genética* diz respeito à mudança genética que se produz de geração em geração, em consequência da realização do organismo em um fenótipo ontogênico. O genótipo varia livremente em uma filogenia, no âmbito delimitado pela conservação transgeracional do fenótipo ontogênico que se conserva.

A *deriva ontogenética* compreende a história das mudanças estruturais de um organismo em seu domínio de existência, que segue um curso que se configura momento a momento, desde que haja conservação da organização e adaptação da estrutura ao meio. Nesse processo, sistema e circunstância mudam juntos, de modo que um organismo jamais se encontra fora do seu lugar ou em incongruência com o meio. Quando isso ocorre, o organismo perde sua organização, desintegra-se, morre.

A *deriva filogenética*, por sua vez compreende a sucessão reprodutiva de ontogenias, com ou sem mudança do fenótipo ontogênico que se realiza em cada ontogenia dessa sucessão. Se, na sucessão de ontogenias, o fenótipo ontogênico se conserva, forma-se uma *linhagem*. Se não há uma formação de linhagem, em virtude de o organismo se reproduzir sob a forma de um novo fenótipo ontogênico, ocorre um *deslizar do fenótipo ontogênico* na deriva filogenética.

Cada *história ontogenética*, pois, singulariza-se, torna-se única em função de particularidades relativas ao organismo específico e ao fluir desse organismo num meio também específico quanto aos aspectos físico, cultural, social. Considerando tal particularidade, fica descartada uma interpretação histórica dos organismos em termos exclusivos de herança genética e/ou filogenética. A genética, a ontogenia e a filogenia, apesar de imbricadas, não são determinantes, isoladamente, do vir a ser dos organismos, que se dá em interações de enorme complexidade.

ANEXO 2

REGISTROS OBTIDOS NA COMUNIDADE DOS TIPIS

Total de Arquivos: 33

Duração Total dos Registros: 09:27:17

EudTip V1

Nome do Arquivo (.mov)	Tamanho Megabytes	Duração Min:Seg	Data Ano 2004	Horário de Início do Registro
1. Açude	141,0	03:38	16/Nov Ter	07:02
2. Adelia	127,0	03:13	16/Nov Ter	06:48
3. AntSinh	294,3	07:28	13/Nov Sáb	15:41
4. BombClor	228,5	05:51	08/Nov Seg	17:04
5. Caretinha	157,7	04:02	16/Nov Ter	16:12
6. ColetAgua1	550,3	14:09	14/Out Qui	09:40
7. ColetAgua2	836,7	21:37	04/Nov Qui	11:28
8. LimpDomExt	17,2	00:22	24/Set Sex	16:36
9. Queim	486,1	12:25	21/Out Qui	15:08
10. SinucHom	133,1	03:22	28/Out Qui	10:52
11. SinucMulh	19,3	00:28	13/Nov Sáb	16:50
12. ViagOnib	587,4	15:03	05/Nov Sex	13:19
13. VisitGeo	245,5	06:17	28/Out Qui	07:50

EudTip V2

Nome do Arquivo (.mov)	Tamanho Megabytes	Duração Min:Seg	Data Ano 2004	Horário de Início do Registro
1. DiscusAguaCapela	2.116,0	55:08	13/Nov Sáb	19:24
2. DiscusAguaChEl	525,0	13:20	06/Nov Sáb	09:47
3. DiscusAguaMad	1.170,0	30:49	13/Nov Sáb	16:06

EudTip V3

Nome do Arquivo (.mov)	Tamanho Megabytes	Duração Min:Seg	Data Ano 2004	Horário de Início do Registro
1. Constr1	100,1	02:35	26/Out Ter	07:14
2. Constr2	341,0	08:59	05/Nov Sex	15:31
3. DiscusAguaJura	664,0	19:21	06/Nov Sáb	09:06
4. ExibRAM	73,1	03:25	17/Set Sex	20:49
5. ReunAssMor1	599,5	15:15	16/Set Qui	19:07
6. ReunAssMor2	1.690,0	44:42	15/Nov Seg	19:20

EudTip V4

Nome do Arquivo (.mov)	Tamanho Megabytes	Duração Min:Seg	Data Ano 2004	Horário de Início do Registro
1. Fut1	416,0	10:36	21/Out Qui	16:51
2. Fut2MSVS	1.080,0	29:33	05/Set Dom 06/Set Seg 08/Set Qua	17:17 17:14 17:26
3. PrepTerBarTij	648,9	16:40	24/Set Sex 29/Set Qua 07/Out Qui	07:19 07:59 15:25
4. ReunCas	1.800,0	48:36	27/Out Qua	19:38

EudTip V5

Nome do Arquivo (.mov)	Tamanho Megabytes	Duração Min:Seg	Data Ano 2004	Horário de Início do Registro
1. Missa	1.310,0	34:56	1º/Set Qua	19:06
2. ReunJov	1.276,0	38:31	08/Nov Seg	07:59
3. TrabColetFer	818,6	21:30	15/Nov Seg	08:03

EudTip V6

Nome do Arquivo (.mov)	Tamanho Megabytes	Duração Min:Seg	Data Ano 2004	Horário de Início do Registro
1. RezadBion	241,1	06:12	16/Nov Ter	16:37
2. RezadJVig	768,3	19:36	18/Nov Qui	09:43
3. RezadMaria1	1.360,0	35:43	15/Nov Seg	16:41
4. RezadMaria2	547,2	13:55	16/Nov Ter	16:56